



Rildo Bento de Souza
org.

Novas Histórias de Goiás

Volume 1

NOVAS HISTÓRIAS DE GOIÁS

VOL. 1

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni
(*in memoriam*)

Comitê Científico

Prof.^a Dr.^a Camila Azevedo de Moraes Wichers
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Dr.^a Cristina de Cássia Pereira Moraes
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Éder Mendes de Paula
Universidade Federal de Jataí (UFJ)

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Leandro Carvalho Damacena Neto
Instituto Federal de Goiás (IFG)

Prof.^a Dr.^a Leicy Francisca da Silva
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Esta obra foi financiada com recursos oriundos do
Programa de Excelência Acadêmica – PROEX-CAPES.

NOVAS HISTÓRIAS DE GOIÁS

VOLUME 1

Organizador

Rildo Bento de Souza



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Revisão ortográfica: Smirna Cavalheiro



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilha 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N936 Novas histórias de Goiás [recurso eletrônico] / Rildo Bento de Souza (org.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
v. 1 ; 418p.

ISBN 978-65-5272-176-1

DOI 10.22350/9786552721761

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História – Goiás. I. Souza, Rildo Bento de.

CDU 930(817.3)

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Rildo Bento de Souza</i>	
Prefácio	11
<i>George Leonardo Seabra Coelho</i>	
1	19
O papel da colonização militar para o repovoamento da Província de Goiás	
<i>Maria Juliana de Freitas Almeida</i>	
2	37
A Cadeia de Goyaz: a formação prisional da Capital da Província de Goyaz e suas estratégias de repressão (1830-1888)	
<i>Ruan Lucas Marciano</i>	
3	61
As representações do coronelismo no antigo norte goiano no livro <i>Tipos Pitorescos</i> de Juarez Moreira Filho	
<i>Brendon Husley Rimualdo Rodrigues</i>	
4	89
A instrumentalização da imprensa na romanização da religiosidade popular: o caso do jornal <i>Santuário da Trindade</i> e a romaria do Divino Pai Eterno em Goiás (1922-1931)	
<i>Paulo Afonso Tavares</i>	
5	113
O louco e o pobre: Hospital Colônia de Barbacena e Asilo São Vicente de Paulo	
<i>Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo</i>	
6	141
Um clube social nos primórdios de Goiânia	
<i>Natane Rincon Azevedo</i>	
7	163
Goiânia e o higienismo eugênico: discurso e institucionalização	
<i>Carlos Rubens Ferreira</i>	

8	189
O Estado Novo e o rádio goiano: a difusão da propaganda oficial pelas ondas da Rádio Clube (1937-1945)	
<i>Juliete Alves de Oliveira Prado</i>	
9	205
Práticas médicas e saúde na <i>Revista de Educação e Saúde</i> (1937-1946): apontamentos iniciais	
<i>Maraísa Aparecida de Lima</i>	
10	231
A gestão Mauro Borges e o plano MB: modernização conservadora e desenvolvimentismo em Goiás (1961-1964)	
<i>Gabriel Cruz Queiroz</i>	
11	257
A representação feminina nos inquéritos policiais militares de Goiás (IPMS/GO) (1964-1985)	
<i>Manuela Cerqueira Martins</i>	
12	279
Cinema goiano: apontamentos sobre uma história	
<i>Lara Damiane de Oliveira Estevão</i>	
13	305
Modernismo e transitoriedade em <i>Primeira Chuva</i>, de Bernardo Élis	
<i>Júlio César Kohler Damasceno Baron</i>	
14	329
<i>Goiânia, Goiânia</i>: dramaturgia, encenação e a imagem da cidade	
<i>Edimar Pereira Silva</i>	
15	353
A casa que se tornou museu: narrativas similares na construção de uma memória local e regional	
<i>Michael Douglas dos Santos</i>	
16	379
Historiografia da arquitetura sobre Goiás: a arquitetura na história e a história da arquitetura nas teses e dissertações do PPGH-UFG	
<i>Ana Paula de Oliveira Zimmermann</i>	
17	401
“Provincianismo”: o efeito da decadência do século XVIII na sociedade goiana do século XX	
<i>Augustus Luiz de Souza Barbosa</i>	

APRESENTAÇÃO

*Rildo Bento de Souza*¹

Este livro é, antes de tudo, o testemunho do trabalho de pesquisadoras e pesquisadores em construção. Os capítulos foram escritos como produto final para a disciplina *Os caminhos teórico-metodológicos da produção historiográfica sobre Goiás*, ofertada no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Por conta da pandemia, a turma de 2021 foi toda em modo remoto, algo novo tanto para mim quanto para os(as) discentes, pois tivemos que nos adaptar àquela realidade. Comigo, ainda pesava o fato de ser a primeira disciplina que ministrava no PPGH/UFG, pouco depois do meu credenciamento. A turma de 2022, por sua vez, já ocorreu de modo presencial.

A disciplina tinha por objetivo refletir sobre a construção historiográfica em relação a Goiás a partir da análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no PPGH/UFG. Ou seja, pensar os caminhos tanto teóricos quanto metodológicos adotados na feitura dos trabalhos. Por outro lado, ainda propiciava aos(às) discentes

¹ Bacharel e licenciado (2008), mestre (2010) e doutor (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui pós-doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa (PT). Professor adjunto do curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG) e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE). Também escreve romances, contos e peças de teatro. É autor, dentre outros, do livro *As raízes profundas do jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira* (Editora Trilhas Urbanas, 2021). E-mail: rildo_bento@ufg.br

o contato mais aproximado com o produto dissertação/tese que eles teriam que fazer ao final do curso.

Portanto, os capítulos deste livro foram escritos no meio de um processo maior de pesquisa seja de mestrado ou de doutorado. Nesse sentido, podemos considerá-los, primordialmente, como ensaios de história, representando parte do processo de amadurecimento intelectual dessas pesquisadoras e desses pesquisadores. Entretanto, considero que tais reflexões não devem ficar relegados ao esquecimento, pelo contrário, devem vir a lume, para pautar debates, pesquisas futuras e até mesmo pontuar de maneira significativa parte da trajetória dos/as autores/as que poderão analisar em perspectiva privilegiada os caminhos que percorreram na academia.

Sobre os capítulos, alguns aprofundaram aspectos da pesquisa em desenvolvimento com as discussões em sala, outros abordaram temas diversos, muito diferentes das suas pesquisas. E há aqueles que se superaram ao fazer o trabalho, posto que mesmo sendo de outras áreas, como Letras e Artes Cênicas, decidiram se embrenhar pela história de Goiás. O fato é que todos(as) escreveram sobre algo que sentiram vontade, algo que os provocaram, algo que os inquietaram.

Por fim, retorno ao que escrevi no começo, este livro abarca reflexões iniciais de pesquisadoras e pesquisadores em construção. Espero que tenham uma brilhante trajetória na academia e em suas vidas pessoais. Foi muito prazeroso o processo de troca de conhecimento e reflexões que muito me entusiasmaram. Aproveito para agradecer imensamente ao PPGH/UFG pela viabilização da publicação deste livro. A maior poetiza de Goiás, Cora Coralina (1889-1985), no poema *Exaltação de Aninha (O professor)* escreveu: *Feliz é o professor que*

*aprende ensinando.*² Então, diante de tudo isso, posso me considerar muito feliz e este livro é parte desse processo.

Axé!

Goiânia, 6 de maio de 2025.

² CORALINA, Cora. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. São Paulo: Global, 2007, p. 164.

PREFÁCIO

*George Leonardo Seabra Coelho*¹

Ao saber que a presente coletânea reuniria estudos realizados por jovens pesquisadoras(es) matriculados no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), logo aceitei o convite para escrever este prefácio. Meu aceite não se resume somente pela proposta de reunir textos de mestrandos e doutorandos do PPGH-UFG, mas de serem resultados dos debates e problematizações derivadas da disciplina *Os caminhos teórico-metodológicos da produção historiográfica sobre Goiás* (2021/2 e 2022/1), ministrada pelo Prof. Dr. Rildo Bento de Souza, a quem deixo meus mais sinceros parabéns. Minhas congratulações remetem à iniciativa – do Rildo Bento (deixo de lado o formalismo, pois o conheço há muitos anos) – de valorização e respeito aos estudantes de pós-graduação, atitude rara em nosso país. Repito, a proposta apresentada, no início deste parágrafo, foi um dos principais motivos que me estimularam em aceitar o convite para escrever o Prefácio de um livro que traz em seu título a iniciativa do meu amigo: *Novas Histórias de Goiás* Vol. 1. E mais, só de perceber que em seu título lemos “Vol. 1”, isso quer dizer que outros virão. QUE VENHAM!!!!

Outra alegria que tive ao receber este convite pode ser representada por outros dois motivos, um pessoal e outro profissional,

¹ Possui graduação - bacharelado e licenciatura (2006), mestrado (2010) e doutorado (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás. Fez estágio pós-doutoral em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atualmente é Professor Adjunto no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto Nacional e coordenador do PPGHispam-UFT. Criador e líder do Grupo de Pesquisa em Mídias, tecnologias e História (MITECHIS). É criador e editor da revista *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais* (2965-2758). E-mail: seabracoeelho@mail.uft.edu.br

mas que, no final das contas, se misturam. Minha formação enquanto professor e historiador se deu nos corredores da antiga Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) e, já no doutorado, na Faculdade de História. Lá passei pelo PIBIC, monitorias, Especialização *lato senso*, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado. Lembro-me que o Rildo e eu – enquanto doutorandos – apresentávamos nossos estudos doutorais nos Seminários de Pesquisa nas salas da PUC-Goiás e, agora como docentes, desenvolvendo projetos juntos, algo que me emociona profundamente.

No lado pessoal, me deixa muito contente o fato de que vinte anos após minha entrada no Curso de História na antiga FCHF sou agraciado – como se fosse um presente – pelo convite para prefaciar essa obra escrita por jovens pesquisadores que estão vinculados ao PPGH-UFG, que também compôs toda minha formação, um dos mais antigos programas de pós-graduação *stricto senso* em História no Brasil.

Deixando de lado essa parte memorialística, exercício que não poderia deixar de fazê-lo, vamos ao que realmente interessa: a obra.

A proposição de reunir estudos de mestrandas(os) e doutorandas(os), que traçam novos caminhos teóricos e metodológicos não diminui em nada a denominação de “ensaios de história”, pelo contrário, só acrescenta! Até porque o estilo ensaístico é o primeiro passo para a eterna caminhada do fazer historiográfico, seja ele feito por jovens historiadoras(es) e/ou por pesquisadoras(es) de outras áreas do conhecimento.

A coletânea inicia-se com um texto que contribui de forma significativa aos estudos da História do povoamento do território goiano, empreendido pela empresa colonizadora, foi escrito por Maria Juliana de Freitas Almeida. No capítulo intitulado *O papel da colonização militar para o repovoamento da Província de Goiás*, vemos como os presídios militares, ao longo dos séculos XVIII e XIX, visavam a

solucionar problemas pontuais, entre eles, as invasões estrangeiras do território e a subjugação dos indígenas e quilombolas, em outras palavras, serviram para conquistar as vastas extensões de terras na Província de Goiás.

Ruan Lucas Marciano contribui com o capítulo *A Cadeia de Goyaz: a formação prisional da Capital da Província de Goyaz e suas estratégias de repressão (1830-1888)*. No estudo, o autor apresenta algumas considerações sobre a formação da Casa de Câmara e da Cadeia de Goiás, procedimento que possibilita compreender a conjuntura que circundava ambas as instituições nos séculos XVIII e XIX.

O capítulo intitulado *As representações do coronelismo no antigo norte goiano no livro “Tipos Pitorescos” de Juarez Moreira Filho* me chamou bastante atenção, especialmente por estar residindo há dez anos no Estado do Tocantins, Estado formado pelo antigo norte goiano. No texto, Brendon Husley Rimualdo trabalha a política coronelista como uma manifestação sociopolítica no território e, para compreender tal fenômeno, lança mão da literatura regional como fonte histórica. Para tanto, analisa o livro de contos *Tipos Pitorescos* (2013), escrito por Juarez Moreira Filho. Estudo que merece ser lido pelos pesquisadores tocaninenses.

Abordando a imprensa escrita, o capítulo *A instrumentalização da imprensa na romanização da religiosidade popular: o caso do jornal Santuário da Trindade e a romaria do Divino Pai Eterno em Goiás (1922-1931)* chama atenção para as ações dos Missionários Redentoristas para consolidar práticas religiosas oficiais na romaria do Divino Pai Eterno e contrapõe-se à religiosidade popular na década de 1920. A análise de Paulo Afonso Tavares se debruça em cartas, tanto dos padres mais antigos quanto dos mais jovens, bem como nas edições do jornal *Santuário da Trindade*.

Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo problematiza o exemplo do Hospital de Assistência de Alienados de Barbacena para expor as implicações para a construção de um asilo na cidade de Goiás. Intitulado *O louco e o pobre: Hospital Colônia de Barbacena e Asilo São Vicente de Paulo*, o texto parte da funcionalidade interna da instituição, o papel da fé e da caridade no trato com os internos. Externamente, a autora busca apresentar como a comunidade local os viam, as relações de poder nessa instituição e as possíveis diferenças entre o asilo e o hospital, onde o viés eugênico torna-se o norteador da investigação.

Recuperando as histórias dos primeiros anos da capital do Estado de Goiás, o capítulo intitulado *Um clube social nos primórdios de Goiânia* investiga a relação da primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás – antigo Automóvel Clube – com o espaço urbano da jovem capital. Nesse estudo, Natane Rincon Azevedo parte da premissa – problematizando-a por meio de análise dos jornais locais – de que o Jóquei Clube de Goiás tinha um papel maior como clube social da elite que como um espaço esportivo.

O texto seguinte, escrito por Carlos Rubens Ferreira tem, como título, *Goiânia e o higienismo eugênico: discurso e institucionalização*. Debate sobre a reverberação do movimento higienista-eugenista em Goiás após 1930. Tal apropriação produziu, segundo o autor, a “normatização” de condutas na política regional como parte de uma política pública nacional que vislumbrava a construção do projeto-nação.

Para expor a utilização do rádio para a difusão da propaganda política, Juliete Alves de Oliveira Prado desenvolve um belo estudo no capítulo *O Estado Novo e o rádio goiano: a difusão da propaganda oficial pelas ondas da Rádio Clube (1937-1945)*. A autora apresenta o papel do rádio e sua função política nacional e estadual durante o Estado Novo.

Para tanto, realiza uma comparação entre os programas, identifica a dinâmica de produção e a efetividade desses projetos, exercício feito pela análise de jornais e publicações da época, assim como pela análise do censo do IBGE e Ibope, sempre em diálogo com a historiografia.

No que se refere ao recorte das décadas de 1930 e 1940, Maraísa Aparecida de Lima apresenta seus estudos no capítulo intitulado *Práticas médicas e saúde na Revista de Educação e Saúde (1937-1946): apontamentos iniciais*. Nesse estudo – que indiretamente aborda a questão de saúde e medicina –, a autora chama a atenção para as estratégias de inserção do Estado de Goiás nos moldes da modernidade durante o longo governo de Pedro Ludovico Teixeira. Com o presente objetivo, a análise parte da revista como suporte midiático para a difusão das ideias pedagógicas e transformação da realidade escolar goiana.

O capítulo *A gestão Mauro Borges e o Plano MB: modernização conservadora e desenvolvimentismo em Goiás (1961-1964)*, escrito por Gabriel Cruz Queiroz, apresenta um estudo ousado, que propõe duplo objetivo: 1) identificar e conceituar o período do governo Mauro Borges a partir da perspectiva da modernização conservadora; 2) apresentar uma análise do Plano de Desenvolvimento para o Estado de Goiás durante o governo Mauro Borges. Tal objetivo foi desenvolvido com base na análise histórica da *Revista de Economia Brasileira*.

Em relação à história das mulheres em Goiás, temos o capítulo intitulado *A representação feminina nos inquéritos policiais militares de Goiás (IPMS/GO) (1964-1985)*, escrito por Manuela Cerqueira Martins. Um texto que apresenta o discurso moral que sustentou o regime de exceção instaurado com o Golpe de 64. Com esse objetivo, a autora nos apresenta a forma como esse discurso incidiu sobre as mulheres indicadas nos IPMs em Goiás. Para tanto, a pesquisa documental realizada em mais de

1.400 páginas do arquivo desvelou as causas do indiciamento das mulheres durante o regime ditatorial.

Tendo como recorte a história das artes goianas, Lara Damiane de Oliveira Estevão nos agracia com o capítulo *Cinema goiano: apontamentos sobre uma história*. Ao analisar as dissertações e teses defendidas no PPHG-UFG, a autora constata que somente a partir da década de 1990 surgiram as primeiras pesquisas sobre o cinema goiano. Com o intuito de contribuir com essa historiografia, a autora revisita os estudos e as experiências cinematográficas em Goiás a fim de entender as problemáticas e possibilidades para a escrita da história de um cinema goiano.

Abordando a literatura como fonte de pesquisa, temos o prazer de ler o texto *Modernismo e transitoriedade em Primeira Chuva*, de Bernardo Élis, escrito por Júlio César Kohler Damasceno Baron. Nesse estudo, o autor analisa a única obra de poesia do único escritor goiano membro da Academia Brasileira de Letras. Ao se distanciar de qualquer tentativa de comparar com outras produções do imortal goiano, o estudo se detém a compreender de que modo Bernardo Élis fez da produção poética uma representação oposta ao projeto de modernização mediado por Pedro Ludovico Teixeira, a partir de 1930.

Ainda sobre a capital do Estado de Goiás, encontramos o estudo intitulado *Goiânia, Goiânia: dramaturgia, encenação e a imagem da cidade*, em que nos deparamos com um válido estudo sobre o teatro local. Edimar Pereira Silva, autor do texto, lança de uma produção em que se percebe as intrínsecas relações entre criador e criação. Para esse estudo, foi dificultoso o seu acesso às fontes – para não dizer escassas –, o autor expôs os contextos que forjam essa dramaturgia, assim como compreender qual foi a imagem de Goiânia que o dramaturgo Hugo Zorzetti criou.

Com o intuito de abordar o processo de constituição de alguns museus no Estado de Goiás, o capítulo *A casa que se tornou museu: narrativas similares na construção de uma memória local e regional*, escrito por Michael Douglas dos Santos, nos oferece uma criativa análise da estruturação desses espaços de memória. Para tanto, o autor aborda residências que se transformaram em museus, a saber: Museu Pedro Ludovico, Museu Casa de Cora Coralina, Museu Histórico de Jataí – Francisco Honório de Campos e o Museu Couros de Formosa. De modo geral, o intuito é abordar como esses espaços pertencentes a ilustres moradores(as) tornaram-se cenáculos da memória local/regional.

Nesta obra lemos, também, o texto da Ana Paula de Oliveira Zimmermann, intitulado *Historiografia da arquitetura sobre Goiás: a arquitetura na história e a história da arquitetura nas teses e dissertações do PPGH-UFG*. Texto que parte do princípio de que a intervenção no ambiente reflete os hábitos dos responsáveis por tal ação. Ao analisar as dissertações e teses de doutorado defendidas no PPHG-UFG, a autora ressalta que nas últimas décadas ocorreu um interesse maior sobre os estudos referentes à arquitetura e às cidades goianas.

Por fim, a coletânea encerra-se com um belo texto intitulado “*Provincianismo*”: *o efeito da decadência do século XVIII na sociedade goiana do século XX*, de autoria de Augustus Luiz de Souza Barbosa, grande amigo de outros carnavais. O texto compartilha o incômodo com o uso do termo “provinciano” para representar o Estado de Goiás no século XX. Como forma de sustentar sua argumentação, Augustus retoma sua dissertação de mestrado defendida em 2017, banca que tive o prazer de participar. No decorrer de sua análise, o autor expõe sua humildade acadêmica ao deixar clara a necessidade de mais estudos sobre essa temática.

No decorrer de dezessete capítulos, o leitor perceberá quanto é importante o estímulo à leitura de dissertações e teses defendidas no programa ao qual esses jovens pesquisadores estão vinculados. Aqui apropriado das palavras do prof. Dr. Rildo Bento para definir tal obra, estes “ensaio de história” representam “parte do processo de amadurecimento intelectual dessas pesquisadoras e desses pesquisadores. Entretanto, considero que tais reflexões não devem ficar relegadas ao esquecimento, pelo contrário, devem vir a lume, para pautar debates, pesquisas futuras e até mesmo pontuar de maneira significativa parte da trajetória dos/as autores/as que poderão analisar em perspectiva privilegiada os caminhos que percorreram na academia”. Com esse intuito, essa coletânea cumpre de forma exemplar tal objetivo. De minha parte, não tenho outras palavras para agradecer, a não serem estas: MUITO OBRIGADO!!!!

Arraias (TO), 6 de junho de 2025

1

O PAPEL DA COLONIZAÇÃO MILITAR PARA O REPOVOAMENTO DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

*Maria Juliana de Freitas Almeida*¹

A experiência de colonizar espaços utilizando contingentes militares foi legada ao Império do Brasil pela administração portuguesa, tendo sido desta forma na África, na Ásia e na América. Entre as instituições coloniais portuguesas, cabe destaque à Fortaleza de Mazagão, incrustada na costa do Marrocos, abandonada entre dezembro de 1768 e março de 1769, a qual teve seus habitantes transportados para Lisboa e, posteriormente, para o Brasil, mais precisamente para a cidade de Belém, enquanto aguardavam a construção da Nova Mazagão, em plena selva amazônica (Vidal, 2008).

No período imperial, esta forma de colonização ainda era vista como eficiente e recebeu elogios de José Vieira do Couto de Magalhães (1875, p. 4 *apud* Brüggelman, 2013, p. 40): “As colônias e presídios militares são uma providente instituição administrativo-militar que nos legaram os portugueses, cujo bom senso em matéria de administração interna não pode sinceramente ser posto em dúvida”.

Na prática, essas instituições militares nunca deixaram de existir, como podemos observar no caso de alguns presídios de Goiás fundados no século XVIII, ou da Colônia Militar Pedro Segundo, no Pará, inaugurada em 1840. Porém, estas eram iniciativas isoladas, que visavam à solução de problemas pontuais (a ameaça de invasão do

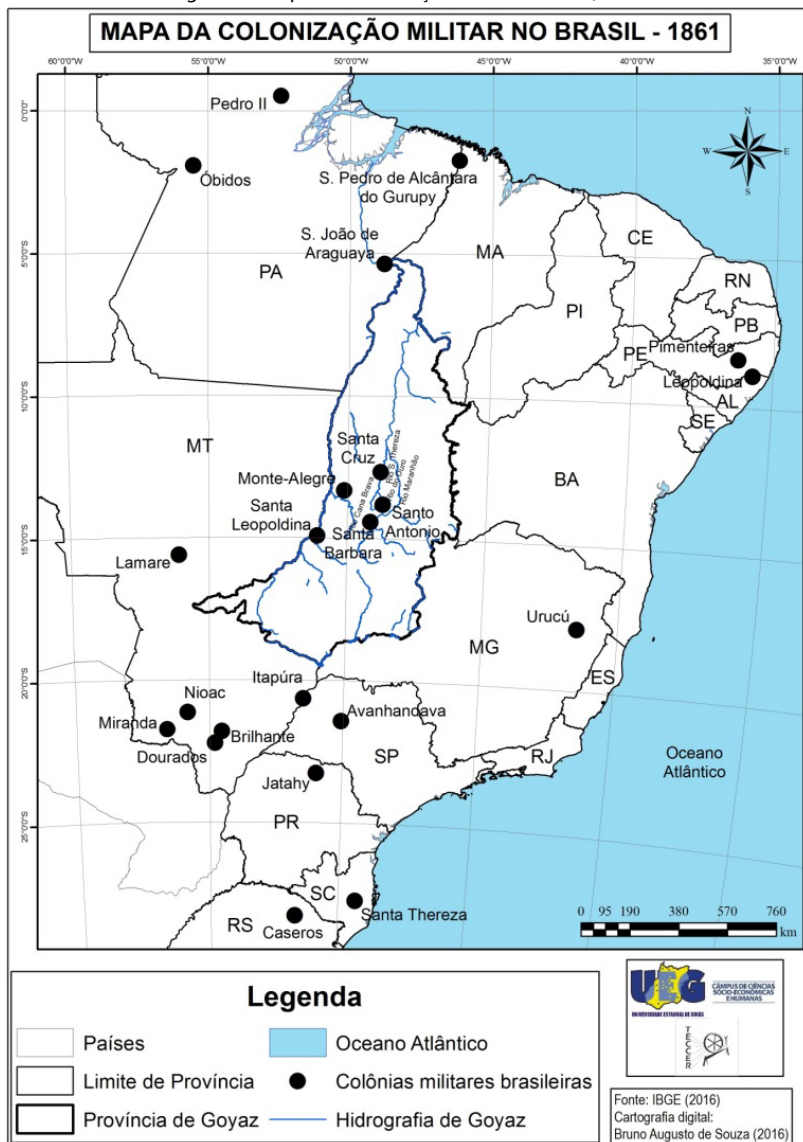
¹ Doutora em História (PPGH/UFG), mestre em Ciências Sociais e Humanidades (TECCER/UEG) e licenciada em História (UEG/Parangatu). Professora titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Parangatu, e professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Parangatu. E-mail: maria.almeida@ueg.br

território por estrangeiros; a proteção de uma estrada ou subjugar indígenas e quilombolas) que, em geral, duravam enquanto subsistia o motivo de sua criação, sendo, em seguida, extintas ou transferidas de localidade.

O projeto de colonização militar

O projeto de colonização militar procurou dar mais regularidade e homogeneidade à instalação dos presídios e colônias. Foi idealizado pela elite intelectual e política do Império e efetivado após quase trinta anos de debates na Assembleia Geral e no Senado, proposta que foi aprovada em 1850. Em 1851, houve a regulamentação do projeto e a implantação das primeiras instituições de colonização militar no Brasil. Entre os anos de 1850 e 1860, foram criadas, entre colônias e presídios, 22 instituições coloniais por todo território do Império brasileiro, como pode ser observado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Mapa da Colonização Militar no Brasil, 1861



Fonte: Almeida (2016, p. 115).

Antes mesmo que o projeto fosse formalizado, algumas leis foram criadas objetivando sua viabilidade, entre elas, três nos chamam a

atenção: a primeira, promulgada no ano de 1848, Lei 514, de 28 de outubro daquele ano, que estabelecia que cada província poderia destinar seis léguas quadradas (aproximadamente 26.136 ha) de terras devolutas de seu território para a colonização, com a ressalva de que estas terras não poderiam ser trabalhadas por braços escravos (Brasil, 1848). A segunda foi a Lei 555, de 15 de junho de 1850, que destinava recursos e autorizava o governo “Art. 11º § 5º Estabelecer onde convier, presidios e colonias militares dando-lhes a mais adequada organização” (Brasil, 1850) e, por último, a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que estabelecia em seu artigo 12 que “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval” (Brasil, 1850, n.p.).

Podemos considerar que estas três leis orientaram aspectos essenciais para a colonização militar: a primeira estabelece o tipo de mão de obra, a segunda destina recursos e a terceira determina que as terras devolutas sejam utilizadas para a implantação das instituições coloniais.

A Lei 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra (Alencar, 1993, p. 26; Costa, 2010, p. 173). Segundo Seyferth (2002, p. 120), esta lei foi um passo decisivo para o incremento da colonização no Brasil ao regulamentar a posse e propriedade de terras e permitir a participação de empresas particulares de colonização. A Lei de Terras dispôs sobre as terras devolutas, com o objetivo de separá-las dos particulares para o estabelecimento de futuras colônias.

O surgimento da colonização militar, no contexto da promulgação da Lei de Terras, não foi uma coincidência visto que esta lei tinha por objetivo dificultar o acesso do trabalhador rural à terra, garantindo, assim, a demanda de mão de obra nas grandes fazendas, nos engenhos e nas lavouras (Silva, 2000) e, juntamente com a colonização militar, permitiria maior controle dos fundos territoriais existentes no Brasil, disciplinando o acesso e uso da terra a partir da hierarquização de espaços e populações.

O objetivo da colonização militar era criar núcleos permanentes de povoação através do aumento e dispersão da população por áreas remotas, aumento da produção agrícola com geração de excedentes para o comércio, a defesa de rios e estradas e incentivar a população livre e pobre ao trabalho regular. Porém, de acordo com as especificidades e necessidades das Províncias, um aspecto poderia prevalecer sobre os demais, ou até mesmo à incorporação de novos objetivos. Para o pesquisador David Lyle Wood (1972), a colonização militar foi pensada pelos governantes do Império do Brasil como um poderoso “remédio” para vários “males”:

Pedro II herdou um império cercado por uma multidão de problemas. As fronteiras do Brasil estavam mal definidas. Longas distâncias e fracas comunicações impediam os esforços de proteger a integridade nacional e dificultava a administração eficiente de tão vasto território. A economia estava fraca, embora existissem grandes extensões de terras aráveis – terra, o principal recurso natural – e ociosa. A agitação para o fim do tráfico de escravos prometia agravar o problema. O país estava subpovoado. Muitos brasileiros moravam fora da corrente principal da vida econômica e além da área de influência efetiva do governo. Parte da população exigia melhor proteção contra os perigos inerentes à natureza. A atividade de outros contribuía para esses perigos. (Wood, 1972, p. x, tradução nossa)².

² *Pedro II inherited an empire beset with a multitude of problems. Brazil's boundaries were ill defined. Distance and poor communications stymied efforts to protect national integrity and hindered efficient administration*

Segundo Wood (1972), com o diagnóstico em mãos, coube aos governantes buscarem um remédio que fosse eficaz e de baixo custo, o que, segundo o autor, levou à procura por soluções que unissem eficácia e criatividade: “Em 1850, pegaram emprestado o conceito de colonização militar da Europa e adaptaram essa instituição para atender às necessidades brasileiras em um esforço para reunir todos os seus recursos físicos e humanos” (Wood, 1972, p. x, tradução nossa)³. Para tanto, mesmo com todo o otimismo por parte do governo, as colônias, desde cedo, não foram vistas com bons olhos, ou seja, “fome, seca, inundações e doenças assolaram constantemente as colônias” (Wood, 1972, p. 43, tradução nossa)⁴, logo, essa má reputação acabava por despertar o interesse de um reduzido número de pessoas a se tornarem colonos: “Até mesmo a promessa de terra não foi tão sedutora quanto se supunha. A subpopulação colonial era uma condição crônica raramente remediada” (Wood, 1972, p. 72, tradução nossa)⁵.

Wood (1972) afirma que, tão logo a colonização militar foi iniciada, os problemas apareceram e eram muito além do que poderiam prever os regimentos e regulamentos emanados do Rio de Janeiro. Várias colônias e presídios nunca passaram de um conjunto de ranchos e taperas, o que tornava visível, em pouco tempo, o definhamento delas: “A riqueza criada pelos assentamentos militares do Brasil ficou muito aquém das estimativas iniciais. Isolados, pouco povoados e mal

of so vast a polity. The economy was feeble, yet huge tracts of arable land--the major natural resource--lay idle. Agitation to end the slave trade promised to aggravate the problem. The country was underpopulated. Many Brazilians lived outside the mainstream of economic life and beyond the effective sway of the government. Part of the populace demanded better protection from the dangers inherent to wilderness living. The activity of others contributed to those perils (Wood, 1972, p. x).

³ In 1850, they borrowed the concept of military colonization from Europe and adapted that institution to fit Brazilian needs in an effort to muster all their physical and human resources (Wood, 1972, p. x).

⁴ Hunger, drought, floods and sickness constantly plagued the colonies (Wood, 1972, p. 43).

⁵ Even the promise of land was not as seductive as had been supposed. Colonial underpopulation was a chronic condition seldom remedied (Wood, 1972, p. 72).

administrados, eram fiascos econômicos” (Wood, 1972, p. 125-126, tradução nossa)⁶. O mesmo fiasco, segundo Wood (1972), se repetia quanto à defesa das fronteiras do Império contra os avanços das tropas paraguaias:

A rede de assentamentos militares do Brasil foi uma panaceia decepcionante. Funcionários começaram a manifestar sua desilusão assim que o desenvolvimento econômico das colônias não se tornou aparente, a frustração do governo se multiplicou quando vários desses estabelecimentos não conseguiram realizar sua função estratégica durante a Guerra do Paraguai. (Wood, 1972, p. 145, tradução nossa)⁷.

Mesmo que, após a guerra com o Paraguai, o governo tivesse feito algumas tentativas para reorganizar a colonização militar – com a nomeação de pelo menos três comissões para estudos, avaliação e propostas – nada, ou quase nada, foi de fato conseguido na prática, ou seja, “O desfecho dos assentamentos militares do Brasil se desenrolou durante as duas décadas que marcaram a virada do século”, no entanto, “Embora sua sentença de morte tenha começado a soar em 1888, a queda do governo imperial, no ano seguinte, adiou por um breve tempo o fim das colônias” (Wood, 1972, p. 155, tradução nossa)⁸.

Entre os anos de 1892 e 1896, a maioria das colônias e presídios ligados à colonização militar foram extintos, restando as colônias Chapecó, Chopim, Iguaçu e Alto Uruguai. Em 1902, o sistema foi finalmente reformado, “Mas nem mesmo estas medidas salvaram o

⁶ *The wealth created by Brazil's military settlements fell far short of early estimates. Isolated, underpopulated and poorly administered, they were economic fiascos* (Wood, 1972, p. 125-126).

⁷ *Brazil's network of military settlement was a disappointing panacea. Officials began to manifest their disillusionment as soon as the colonies' economic impotence became apparent and the government's frustration multiplied when several of those establishments failed to perform their strategic function during the Paraguayan War* (Wood, 1972, p. 145).

⁸ *The denouement of Brazil's military settlements unfolded during the two decades that bracketed the turn of the century. Although their death knell began to toll in 1888, the fall of the imperial government during the following year brought the colonies a brief reprieve* (Wood, 1972, p. 155).

sistema. Os assentamentos sobreviventes não respondem à terapia” (Wood, 1972, p. 156, tradução nossa)⁹. Em 4 de janeiro de 1913, as duas últimas colônias militares do Brasil foram emancipadas, Alto Uruguai e Chopim, decretando-se o fim da colonização militar.

A colonização militar em Goiás

Na Província de Goiás, a colonização militar foi efetivada através da implantação dos presídios militares, que, segundo Wood (1972), no contexto do projeto de colonização militar colônias e presídios são sinônimos. Segundo Cancela (2017, p. 153), a denominação “presídio” para as instituições da Província de Goiás ocorre em virtude da opção pelas Companhias de Pedestres para a guarnição das instituições, uma vez que seus quartéis ou pontos de policiamento eram conhecidos como “Presídios”. Na Província de Goiás foram criados 12 presídios coloniais entre os anos de 1850 e 1864, destes alguns tiveram vida breve, outros duraram mais de quarenta anos.

Os últimos presídios goianos foram extintos em 1892. Paula (1972) destaca que a implantação da colonização militar em Goiás atendia a três objetivos prioritários: promover a comunicação através das vias fluviais; atrair moradores para os presídios coloniais e suas imediações e “civilizar” os povos indígenas.

Os primeiros presídios coloniais foram implantados nas margens do rio Araguaia, os Presídios Santa Leopoldina e o Presídio Santa Izabel e, posteriormente, foram criados os Presídios do Sertão de Amaro Leite (1854), dando origem a duas linhas de colonização militar: a linha do Araguaia e a linha do Tocantins, como se observa na Figura 2, a seguir.

⁹ But not even these measures saved the system. The surviving settlements did not respond to the therapy (Wood, 1972, p. 156).

Observe que os presídios do Araguaia foram implantados nas margens deste rio, enquanto os da chamada linha do Tocantins foram implantados em seus afluentes. Paula (1972) entende a implantação do projeto, em Goiás, como fruto de adaptações impostas pelo meio e/ou por interesses pessoais:

[Os presídios do Tocantins e os do Araguaia] não foram e nem poderiam ter sido os únicos núcleos de colonização implantados na longínqua e agressiva área. Alguns se lhes antecederam, outros tiveram vida efêmera. Alguns, em expressivo percentual, fecundaram a terra goiana e hoje são municípios e cidades goianas. Estes e aqueles marcados por problemática mobilidade, pois eram transferidos, agrupados, extintos, recriados. E assim acontecia sob o denominador comum de uma legislação pródiga em Avisos, Atos, Decretos, instruções. Que talvez servisse para encobrir interesses pessoais, como no caso da política do Presidente Francisco Mariani que houve por bem abandonar os presídios do Araguaia, pelos ainda embrionários da bacia do Tocantins. (Paula, 1972, p. 27-28, acréscimo nosso).

Os presídios do Araguaia visavam à proteção deste rio, garantindo a navegabilidade desde o Pará até próximo à capital; os presídios militares, ao longo do rio, seriam responsáveis pela “pacificação” dos indígenas e pelo fornecimento de víveres e remeiros; já os presídios do Tocantins tinham como primeiro objetivo conquistar os territórios do Sertão de Amaro Leite, então sob o domínio dos Avá-Canoeiro e, assim, garantir a continuidade da navegação do rio Tocantins. Os defensores da navegação fluvial, em Goiás, acreditavam que esta somente ocorreria quando as margens dos rios fossem povoadas para oferecer apoio e proteção aos navegantes (Tiballi, 1991).

A colonização militar despertou pouco interesse entre os civis da Província de Goiás, ficando as instituições com população predominantemente militar. Tal como ocorrido em outras províncias, a presença de colonos civis nas instituições de colonização militar não era essencial, embora desejável, porém, mesmo com a promessa de benefícios

(auxílio para a construção de uma habitação, assistência aos enfermos e pagamento de diárias durante o deslocamento, pagamento de rações ou etapas até que as lavouras estivessem produzindo, posse e, posteriormente, propriedade da terra, entre outros), não conseguiu atrair, para as colônias, a “arraia-miúda”, evidenciando o que Paula (1972) chama de descompasso entre o poder dos que legislam e a comunidade que deve cumprir as leis: “[...] parece ponto pacífico que a lei expressa o pensamento de uma equipe dominante. Diante dela reage a *arraia-miúda*, curvando-se, enfrentando-a ou tentando esquivar-se, reações a exigir sejam repensadas as soluções propostas” (Paula, 1972, p. 30, destaque no original).

Mesmo sem despertar o interesse de grande parte da população, os presídios coloniais são considerados um importante elemento para a dispersão e fixação de populações em regiões remotas da província, como destacam Tiballi (1991) e Almeida (2016). Segundo Tiballi (1991), ao longo do século XIX, houve uma paulatina ocupação das regiões da Província de Goiás por fazendas e sítios: no centro-sul, ao longo dos caminhos que ligavam Goiás a São Paulo, a região Nordeste, juntamente com a margem direita do rio Tocantins até a divisa com a Bahia e a região Norte, seguindo os caminhos da exportação do gado para o Pará e, por último, o Sudeste, que será ocupado por lavoura e gado. Por conseguinte, a autora observa que a região central da Província, entre os rios Tocantins e Araguaia será a menos habitada, chegando assim até o século XX (Tiballi, 1991).

Embora menos povoada, a região do interflúvio goiano também recebeu instituições coloniais que tinham como objetivo povoar a região e fomentar a navegação. Tiballi (1991) lembra que a navegação dos rios Araguaia e Tocantins foi pouco expressiva para a economia goiana, porém, importante para a expansão da ocupação do território: “Além das propriedades rurais fundadas por particulares às margens dos rios, foram criados pelos governos goianos, durante o século XIX, núcleos de

povoamento [aldeias e presídios] visando ao apoio à navegação e ao desenvolvimento do comércio” (Tiballi, 1991, p. 80, acréscimo nosso).

Tiballi (1991) não diferencia os presídios goianos que foram implantados através do projeto de colonização militar, a partir de 1850, daqueles que foram implantados por determinação dos governos locais (antes e após 1850), porém, considera que, mesmo sem conseguir favorecer a navegação, os presídios foram importantes para garantir o avanço lento e contínuo da população pelo território.

É importante observar que a dispersão populacional apresentada por Tiballi (1991), tendo como ponto de partida os presídios militares, foi possível por estes estabelecimentos se configurarem como postos avançados para a *conquista* do território. Assim corrobora Fausto (1999, p. 3): “As terras que viriam a ser o território do Brasil foram conquistadas aos povos indígenas, sendo primeiro despovoadas e depois repovoadas”.

Nesse sentido, conquistar é, também, despovoar (seja pela apropriação dos corpos enquanto mão de obra, ou pela extinção dos corpos por meio da morte), e repovoar para obtenção de riquezas (terras, minérios, entre outros), de modo que tenha configurado, portanto, um processo de *conquista, despovoamento e repovoamento* instaurado e, posteriormente, acelerado, na Província de Goiás, após a implantação dos presídios oriundos do Projeto de Colonização Militar.

Para habitar e executar os objetivos das instituições coloniais, deveriam ser direcionados grupos de indivíduos pobres livres (réus com pena a cumprir, famílias pobres e grupos de soldados da Companhia de Pedestres). Os pobres livres eram vistos, no século XIX, como ociosos, indolentes e preguiçosos e, por isso, poderiam ser destinados a tarefas perigosas de desbravamento das matas nos Corpos de Pedestres, ou como moradores ou agregados na terra alheia.

O grupo dos pedestres era o mais numeroso nas instituições de colonização militar em Goiás e sua situação era bastante peculiar: eram recrutados nos mais baixos estratos sociais, e, apesar de receberem soldo dos cofres do Exército, eram considerados “fora de linha”, ou seja, não recebiam treinamento regular e eram subordinados diretamente à Presidência da Província; normalmente ingressavam no serviço militar a contragosto, pois era grande a aversão a este serviço no Brasil, e, em Goiás, não era diferente, já que ser um soldado da Companhia dos Pedestres significava uma condição de dupla subalternidade, ora por sua origem social, ora pela exclusão da proteção das redes de apadrinhamento e compadrio.

Os colonos civis formavam um segundo grupo nas instituições coloniais e ingressavam na colonização militar, provavelmente, por falta de opções, visto que os habitantes do presídio receberiam ajuda de custo para todas as pessoas da família durante a viagem; chegando ao presídio, seriam protegidos pelo comandante e auxiliados na construção de ranchos, receberiam medicamentos caso necessitassem, teriam um lote de terra para cultivar, ferramentas, fornecimento de alimentos e demais auxílios, por um período de até dois anos. Todos os habitantes das instituições coloniais, civis ou militares, tinham em comum o fato de estarem subordinados à hierarquia militar e fazerem parte de um pequeno exército.

A constituição de um exército se dá a partir da existência de um inimigo, impondo à inimizade, a relação social capaz de explicar a guerra. Para um exército, qualquer outro exército será sempre um aliado ou inimigo em potencial, sendo impossível a neutralidade; para todo exército, a inimizade é uma constante: “[...] a armação de um exército depende da armação inimiga. E, mesmo quando tomamos uma noção como a de ‘inimigo interno’, é preciso considerar que do ponto de

vista militar o inimigo sempre é exterior, exógeno [o ‘de fora’]” (Leirner, 2020 p. 13, acréscimo nosso).

Lima (1995, p. 52) destaca o conflito como forma estruturante fundamental da interação, e a *conquista* como uma modalidade de guerra. A *conquista* implica em fixação de parte do povo conquistador nos territórios adquiridos pela guerra. Portanto, a identidade dos “de dentro” é forjada contrastivamente com relação aos “de fora”. No caso dos presídios de colonização militar, os de dentro sintetizavam a população colonial em contraste à população indígena, fazendo com que as diferenças e a distância se tornassem cada vez maiores.

Considerações finais

Embora os documentos analisados do período não mencionem confrontos diretos entre a população colonial e os povos indígenas, é possível perceber o permanente estado de beligerância existente: no *Regulamento dos Presídios* da linha do Tocantins (Memórias Goianas 6, 1997, p. 186-200), é dado destaque às atividades militares como as “batidas de inteligência”, ou, como é descrito no relatório do Presidente da Província sobre alguns “encontros”, afirma que resultaram no sequestro e cativeiro de uma mulher indígena e duas crianças; também é possível notar em outra afirmação de que a simples visão da farda era suficiente para infligir medo aos indígenas, que fugiam em debandada, ou quando, nos relatórios dos anos seguintes, percebe-se a diminuição dos relatos de “ataques” dos indígenas às fazendas e povoados (Memórias Goianas 6, 1997, p. 232-233).

Mesmo no século XIX, as localidades nas quais a colonização militar foi implantada na Província de Goiás ainda continuaram com baixa densidade demográfica, houve um acréscimo populacional de

cerca de 10,2% a.a., entre os anos de 1858 e 1872, na região onde foram instalados os presídios da linha do Tocantins, com predomínio de população livre vinda de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Mato Grosso (Almeida, 2016).

Ainda sobre a mesma região, as pesquisadoras Amado (1993) e Sampaio (2003) destacam a abundância de terras devolutas existentes na primeira metade do século XX. Estes dados nos permitem inferir que a colonização militar, através dos presídios militares fundados na segunda metade do século XIX, teve um importante papel para a conquista, despovoamento e posterior repovoamento de vastas extensões de terras na Província de Goiás.

Referências

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças, 1850-1910.** [s.l.]: UCG Editora, 1993.
- ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. **O sertão de Amaro Leite no século XIX.** Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, *campus* Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2016.
- AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. **Revista de Cultura, Artigos e Ensaios**, n. 5, p. 47-69, 1993.
- BRASIL. **Collecção das leis do Imperio do Brasil.** Tomo X. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848.
- _____. **Collecção das leis do Imperio do Brasil.** Tomo I. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.
- BRÜGGEMANN, Adelson André. **A sentinela isolada: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em

História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. Políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro no governo de José Marcelino da Cunha (1810-1819).

Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 22, n. 1, p. 143-161, 2017.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FAUSTO, Carlos. **Da inimizade forma e simbolismo da guerra indígena**. [s.l.]: Artepensamento, 1999.

LEIRNER, Piero. **Mini-manual da hierarquia militar**: uma perspectiva antropológica. São Carlos: [s.n.], 2020. (Col. IndPub/SC).

LIMA, Antônio Carlos. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

MEMÓRIAS GOIANAS. **Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1854-1856**: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc. Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana Goiânia: UCG, 1997. v. 6.

PAULA, Regina da Cunha Rodrigues Simões de. **O presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e sua importância em termos de colonização (1850-1865)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP, 1972.

ROCHA, Leandro Mendes. **O estado e os índios**: Goiás, 1850-1889. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra "sem lei, nem rei":** Goiás (1822-1850).

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **A expansão do povoamento em Goiás (século XIX).**

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

VIDAL, Laurent. **Mazagão:** a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins, 2008.

WOOD, David Lyle. **Abortive panacea:** brazilian military settlements, 1850 to 1913. 1972.

Dissertation (Doctor) of Philosophy, Faculty of the University of Utah – Department of History, University of Utah, 1972.

2

A CADEIA DE GOYAZ: A FORMAÇÃO PRISIONAL DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE GOYAZ E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRESSÃO (1830-1888)

Ruan Lucas Marciano ¹

A fundação da cadeia no século XVIII, que estava submetida à lógica colonial, foi alinhada às circunstâncias luso-jurídicas, sendo implementada com base na formação de Vila Boa de Goyaz, anteriormente conhecida por Arraial de Sant'Anna (Vidal, 2009). Há indícios que apontam, ainda na década de 1730, incursões para se escolher os locais onde ficariam as instituições representantes da Coroa portuguesa, com dois objetivos: constava como prioridade a construção do pelourinho – símbolo do sistema punitivista do período, utilizado principalmente para penalizar escravizados; e as constantes necessidades de aparelhamento punitivo e administrativo, sendo a Casa de Câmara e Cadeia a principal delas. Além disso, toda a arquitetura da Vila seria baseada no padrão designado por Portugal, com ruas retas e padronizadas (Vidal, 2009, p. 250).

A aplicação de tais padrões refere-se àquilo que Camarinhas (2016) chamou de protoburocratização do período Colonial. A inferência do autor, nesse ponto, diz respeito à introdução dos parâmetros da jurisdição portuguesa, com representantes diretos da Coroa nos processos criminais e administrativos da Colônia. A construção dessas instituições, além da injunção punitiva, servia como demarcador da presença da Coroa, principalmente dos locais afastados das metrópoles litorâneas, como São Paulo, Bahia, entre outros. É a significação de que tais terras pertenciam à

¹ Graduado em Licenciatura plena em História (UEG), Mestre em História (UFG). E-mail: ruanueg@gmail.com

Coroa portuguesa (Camarinhas, 2016). Um dos exemplos que se pode utilizar quanto à protoburocratização e seus impactos na capitania foram as cartas de Manoel Caetano Lopes de Lavre, Secretário do Conselho Ultramarino, de 1736, nas quais era solicitada a construção da cadeia e um pelourinho, bem como a eleição dos cargos públicos:

Se faça logo eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra, aonde haverá dous Juizes ordinários, e dous Vereadores, hum procurador do Concelho que sirva de Thezoureiro e demais do Escrivão, e Meirinho da Superintendencia, haverá hum Escrivão da Camara que sirva por hora também da Almotaçaria, e hum Escrivão publico Judicial e Nottas que Sirva também das Execussões, e escreva alternativamente com o Escrivão da superintendência.²

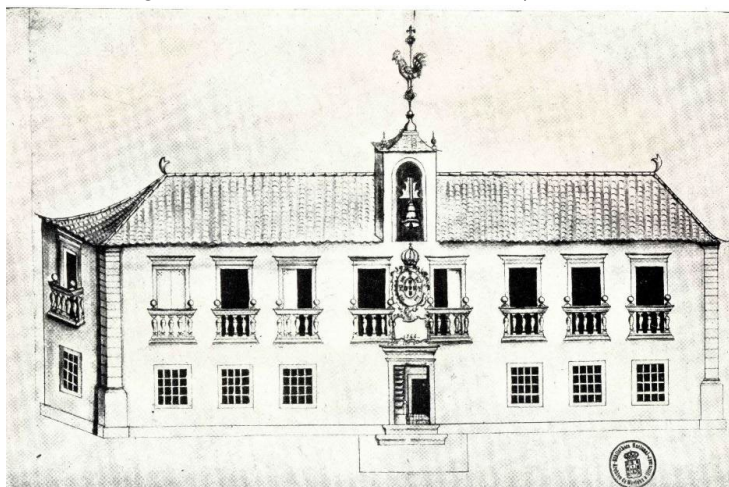
É interessante notar que tal entrada representava a desaprovação dos bandeirantes como representantes da coroa, levando em consideração que essa relação se baseava na confiança designada a esses sujeitos, como aponta Vidal (2009). Isso implicaria em certa familiaridade institucional, já que os indivíduos ficariam livres para criar o monopólio administrativo com base em cargos de confiança, muitas vezes aferidos a sujeitos do ciclo familiar. Nas palavras de Vidal, o que está em jogo nesse momento é “o nascimento de fronteiras, [que são] são a definição e o controle do campo político”, acrescentaria eu, do corpo social (Vidal, 2009, p. 252).

Apesar de não ser o objetivo da pesquisa, pressuponho que seja de interesse as características do espaço social da cadeia. Sabe-se que o planejamento arquitetônico da Casa de Câmara e Cadeia fora baseado na comunicação entre os representantes da Coroa e a própria. Podemos

² Manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa-Portugal. Coord. José Mendonça Teles *et al.* GYN: Sociedade Goiana de Cultura/IPEH-BC, 2001. Doc. nº 26, 11 de fevereiro de 1736, Provisão Régia de D. João V, dispondo sobre a criação de uma Villa para sede das Minas de Goyaz.

observar as subdivisões internas específicas de alocação dos prisioneiros, processos judiciais e administrativos. No entanto, não é possível, até o momento, apontar que as plantas foram desenhadas em Portugal (Figura 1).

Figura 1 – Fachada da Casa de Câmara de Goyaz (1766)



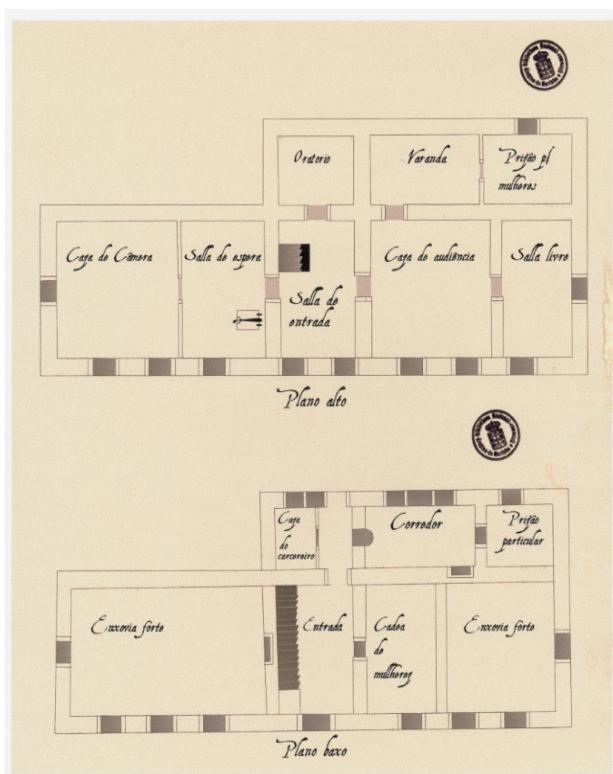
Fonte: Arquivo Histórico Colonial, Lisboa.
Disponibilizada pelo Museu das Bandeiras (Muban).

A instituição fora esquematizada em dois planos de divisão, *plano alto* e *plano baixo*. Embora fizessem parte do mesmo organismo institucional, serviam para práticas distintas. O plano baixo foi disposto em sete espaços; enxovia forte, ambiente com ausência de portas, no qual o acesso era estabelecido apenas por um alçapão que poderia ser aberto pelo *plano alto*; entrada da instituição, com uma escada para o *plano alto* e demais salas; Cadeia de Mulheres, menor que a enxovia forte descrita; uma segunda Enxovia forte, menor que a primeira e maior que a cela destinada às mulheres; espaço destinado ao carcereiro, mordazmente chamado de “Caza do Carcereiro”; corredor, aparentemente sem função específica; por fim, a Prisão Particular na qual pressuponho, pelo léxico, ser uma prisão

de isolamento de indivíduos pagantes pelo condicionamento naquele local. O espaço superior, chamado de *plano alto* encontravam-se oito divisões; Casa de Câmara, nesse sentido havia o funcionamento da Câmara Municipal da Vila; Sala de Espera; Sala de Entrada, acessada pela escada mencionada no *plano baixo*; Casa de Audiência, localização dos julgamentos; Sala livre; oratório, referência à religião católica e à penitência; Varanda, ao lado, outra prisão para mulheres, menor que a citada anteriormente (ver Figura 2).

Figura 2 – Planta da Casa de Câmara e Cadeia, enviada anexa à carta do ouvidor-geral de Goiás à Coroa portuguesa³

³ Informações na pesquisa de Júnior e Bardo. Analisar mais em: VIEIRA JÚNIOR, Wilson; BARBO, Lenora de Castro (ed.). Casa de Câmara e Cadeia da Capitania de Goyaz: espaço e representação. In: **IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2011, p. 1-20.



Fonte: Museu das Bandeiras (Muban).

Em 1766, com a finalização da construção da Casa de Câmara e Cadeia, foram expandidas as formas punitivas. Como mencionei, o pelourinho funcionaria bem para castigos físicos exemplares; tratava-se da sangria pública do corpo indócil, provocado principalmente pela tentativa de transgressão da realidade social de dominação. Ao mesmo tempo, houve funções administrativas e de controle baseadas na arrecadação de impostos, e é nesse ponto o motivo da transformação social punitiva, em que se consolida o objetivo de monitoramento das

riquezas⁴. A punição alicerçava o controle dos sujeitos a partir das distribuições de cargos públicos, do mesmo modo que aproximava para uma instituição o direito de punir. Traria a possibilidade de a Coroa portuguesa punir, por seus representantes, sem que sua presença fosse necessária no território colonizado.

Pelos elementos descritos, historiadores e cientistas das coisas humanas buscaram compreender parte das relações sociais que circundam a cadeia. Porém, tendem a designar as formas de controle institucional baseadas nas definições de suplício apoiadas, principalmente, nos debates de Foucault (2020a). Sobretudo, as dinâmicas que Foucault aplica à sua teoria dos suplícios estão alinhadas às formas prisionais europeias, o que não a invalida na conjuntura brasileira, mas há relações específicas; deve-se considerar que os suplícios não extraem a lógica de um Estado fraco⁵, como afirma Oliveira (2006, p. 94), na realidade é complexificado, considerando que ele percorre toda a narrativa abrasiva que garante, de certa maneira, a aceitabilidade dessas práticas contra o corpo. É um ponto quase oposto da afirmação de Oliveira (2006), quando se considera não ser um controle ineficiente, mas um cálculo do sofrimento. Oliveira (2006) subentende que a saída das práticas suplicares garante que as penas estariam alinhadas a práticas não violentas sobre os sujeitos transgressores; contudo, trata-se da ampliação das formas de se vigiar,

⁴ Foucault explica que “a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos civis” (Foucault, 2020b, p. 86).

⁵ Nas palavras do autor: “Sem condições de controlar eficientemente a população, apostava todas as suas fichas na punição exemplar. Com a gradativa concentração de poder do Estado Burocrático, pode-se abolir o suplício público e as demais formas de violência corporal. Analogamente, a fraqueza da polícia goiana nos séculos precedentes explica os abusos e os desmandos praticados por essa mesma polícia. Polícia violenta é quase sempre sintoma de Estado fraco; em lugares em que o Estado é forte, pode até se dar ao luxo de se ter uma polícia desarmada” (Oliveira, 2006, p. 94). O autor debatia, nesse contexto, sobre o século XIX em Goiás.

a violência é transcrita por outras formas divisoras (veremos mais à frente como se ampliam). Como ponto norteador, Foucault afirma:

O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver; mas ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos [...] Há um código jurídico da dor: a pena, quando é suplicante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco: ela é calculada de acordo com regras detalhadas: número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda. (Foucault, 2020a, p. 36).

Portanto, pode-se aludir que as práticas da cadeia da Capitania de Goiás, e as formas de punir na zona luso colonizada, baseavam-se nas Ordenações Filipinas, especificamente no que se refere ao livro V. Ferreira (2015) buscou compreender tais disputas sociais com base nas Ordenações, que se desdobram numa hierarquização dos elementos sociais partindo da figura real até seus súditos; outro parâmetro a se considerar fora a atuação religiosa nas práticas punitivas. Ou seja, todas as formas de punição seriam baseadas nas relações hierárquicas da sociedade, sobretudo dos sujeitos escravizados, vistos nesse sentido como objetos, mas que terão especificidades ao serem submetidos a processos judiciais. Com efeito:

A sociedade lusa do Seiscentos e Setecentos precisava lidar com problemas senão completamente originais, tais como a escravidão e as expansões territoriais, pelo menos dotados de novas ênfases. Mais diretamente vinculado aos Novos Mundos configurados pela expansão marítima portuguesa, em meados do período marcado pela União das Coroas Ibéricas, quando o cativo de africanos ainda estava por se tornar a maior força econômica em um dos mais importantes rearranjos culturais do mundo luso, o Código Filipino – em particular seu Livro V – configurou-se no principal instrumento legal a normatizar o mundo luso, além de remarcar o padrão de

ordem que a partir dali se encarregaria de nortear as atribuições e responsabilidades de todos os membros da sociedade. (Ferreira, 2015, p. 167).

Tais alusões de Foucault (2020a) quanto ao suplício podem se aplicar às formas de punir luso-brasileiras, todavia, não se deve pensá-lo como ausência dos dispositivos de controle da ordem dominante. Como observamos, os suplícios, mesmo dentro da ordem de violência explícita, se encaixam na economia e cálculo dos corpos que se puniria. Nota-se que as alterações advindas do século XIX intensificarão as relações de poder que compunham as normas baseadas no antigo regime – apesar de conservarem características, como os processos de julgamento de escravizados –, considerando-se o saber médico que amplia as funções de policiamento dos sujeitos no século precedente.

A escravidão fora um dos elementos responsáveis pela singularidade dessas relações, que dará margem para reflexão do caso luso-brasileiro e, especificamente, a Casa de Câmara e Cadeia de Goyaz. À frente introduzirei outras figuras importantes para refletirmos quanto à Casa de Câmara e Cadeia; já nesse ponto, proponho um debate relativamente pormenorizado quanto aos julgamentos de escravizados que demonstram particularidades. Ferreira (2015, p. 174) afirma que as relações entre escravizados e justiça estavam sujeitadas às ambiguidades das Ordenações Filipinas, nas quais residiam na condição de “objetos”. A partir do “direito de propriedade, na área civil, ele figurava como *objeto* da relação jurídica”, porém, em âmbito penal “como *sujeito* e *objeto* da relação jurídica” (Ferreira, 2015, p. 174).

De forma conclusiva a este trecho, é necessário dedicar certo cuidado quando se compara as práticas dos suplícios correlacionadas à conjuntura brasileira. É possível a utilização do termo nos parâmetros dos séculos XVII e XVIII, já que nas Ordenações Filipinas inferiram o cálculo do sofrimento dos sujeitos baseando-se em uma hierarquia

rígida e articulada, oposta àquilo que se pode nomear de “fraca”. O segundo ponto que pode ser explorado é o elemento da escravidão, intrínseco quando debatemos os séculos supracitados; apesar de o pelourinho ser um dos assuntos mencionados por Foucault⁶, ele tangencia a relação dos escravizados, tampouco cita o tráfico de escravizados das colônias de exploração. Isso não significa que a teoria de Foucault precisa ser inviabilizada na análise, opostamente. Será substancial no que tange às relações de poder, assim como a análise historiográfica que o autor tece sobre as normas punitivas. O que estou precisando neste trecho é a necessidade de singularizar as relações de poder, entendê-las de forma particular com ferramentas que possibilitam a proximidade com o discurso que molda o pensamento do período. Seria possível introjetar a ideia de suplício genericamente nas relações de poder do período; no entanto, esvaziaria as produções que se dedicaram à compreensão do processo colonizador e seus desdobramentos; a escravidão, a invasão de terras indígenas, as transgressões, todos esses elementos são imprescindíveis, pois são a partir desses embates que a lei direcionará a punição maiormente aos sujeitos constituintes dos grupos sociais citados.

Nas teias da lei: o direcionamento punitivo no século XIX

As formulações estabelecidas a partir da independência brasileira trazem a necessidade de montagem das instituições; assertivamente,

⁶ O pelourinho não é abordado como um elemento que atinge escravizados maiormente, isso ocorre porque as condições em que Foucault direciona suas análises têm como cenário os países europeus. Inclusive, citando que as colônias foram locais em que os sujeitos seriam encaminhados como forma de punição. Porém, a definição do pelourinho nos serve bem, claro, com a necessidade de adicionarmos o contexto escravista brasileiro, com efeito o pelourinho seria parte da “exposição junto ao poste onde são lembrados os fatos e a sentença; mais uma vez, leitura da condenação ao pé do patíbulo; quer se trate simplesmente do pelourinho ou da fogueira e da roda, o condenado publica seu crime e a justiça que ele é obrigado a fazer a si mesmo, levando-os fisicamente sobre o corpo” (Foucault, 2020a, p. 45).

Silva (2020, p. 25) apontou que “foi necessário remontar o Estado, que tinha vindo nos navios, incompleto e aos pedaços”. Inclui-se nesse cenário de crises e revoltas a criação da Constituição de 1824; com certo “espírito liberal”, a carta definiria o Brasil “como uma monarquia constitucional e unitária, com um executivo forte que geria o país a partir do Rio de Janeiro” (Silva, 2020, p. 30). Em meio a essa nova ordem constitucional, a ambiguidade que se utiliza preceitos liberais *pari passu* à escravidão, na qual a relação permaneceu “intacta”. Nesse sentido, as relações punitivas foram ampliadas, as penas suplicares foram extintas legalmente, porém, a capacidade de vigilância se estende a todos os civis.

Com o advento da Constituição, Koerner (2006, p. 208) aponta que o Código de 1830 e Código de Processo Criminal de 1832 foram basilares nessas alterações. Nas palavras do autor, eles foram “baseados nas doutrinas iluministas do direito de punir”, as penas resumidamente “eram a condenação à morte, à prisão, simples ou com trabalho, às galés, ao degredo, ao banimento, ao desterro, às multas e à suspensão ou perda de emprego público” (Koerner, 2006, p. 208). As condições de vida de escravizados foram adicionadas à lógica punitiva, ou seja, as disposições legais, em relação à objetificação dos escravizados, foram especificadas nos códigos supracitados. No entanto, seu corpo sofria punições singulares se comparadas a sujeitos livres. Koerner observa que:

Quanto aos escravos, um único artigo do Código Criminal (art. 60) determinava que, quando não fossem condenados à morte ou às galés, suas penas seriam comutadas em açoites, sem prejuízo de serem obrigados a trabalhar presos a ferros nas fazendas de seus proprietários ou estabelecimentos públicos. Em resposta às rebeliões de escravos no início da década de 1830, a lei de 10.6.1835 ampliou os casos de pena de morte para escravos, estabelecendo-a para os que atentassem de algum modo contra a integridade física de seus senhores, representantes ou familiares, ou que promovessem qualquer forma de rebelião ou desobediência coletiva. A condenação seria tomada pelos jús locais, sem direito a apelação ou pedido

de graça. Porém, como a execução da pena de morte dependia de confirmação do Imperador, a partir de meados da década de 1850, ele comutava as condenações à morte por penas de galés perpétuas. (Koerner, 2006, p. 209).

Apesar de concordar com autores como Lourenço (2001), ao inferir que os critérios da lei agiam como legitimadores dos julgamentos⁷, observo que os sujeitos escravizados permaneceriam na condição de objetos, mesmo quando inseridos em processos criminais. Como aponta Koerner (2006), as condenações de escravizados à pena de morte são ampliadas, pois as leis coadunam com a proteção da propriedade do senhor. Presos, os escravizados estariam sob dupla economia: de réus, submetidos à lógica judiciária e quantitativa de sua pena, bem como à intensidade, que seria imposta ao seu corpo; e de escravizados, já que estavam em um sistema de privilégio do senhor, seu dono e acusador. Podemos observar esse movimento em Goyaz, no qual são constantes os sujeitos escravizados condenados à cadeia. Durante a pesquisa empírica, fora possível estabelecer que a pena de morte a escravizados perdurou até meados da década 1880⁸.

Pode-se evocar dois exemplos que explicitam bem as condições mencionadas. A primeira refere-se à reclamação do jornal *O Publicador Goyano*, em 1885. Considerado um jornal abolicionista, que parte dos princípios liberais, podemos utilizá-lo para tal exemplo, pois o trecho que será citado estava identificado como “um nosso amigo do interior nos escreve em data de 9 do corrente [mês]”; portanto, tratava-se de uma carta de reclamação pelo não cumprimento das sentenças de morte

⁷ Refiro-me ao trecho em que o autor afirma que “sendo a lei, quando não um costume, manifestação daquela necessidade vital de sobreviver, nunca poderá ser tida como injusta. Isso valendo para as mais severas punições, pois aquela mesma lei confere à sociedade ou a qualquer homem o ‘direito de castigar, matar e destruir o seu inimigo’”, continua, “‘lei sem pena não é lei, é um conselho’. Não existem leis ou penas injustas, existem somente indivíduos culpados” (Lourenço, 2001, p. 86).

⁸ Sem assinatura do autor (ed.). Secção Noticiosa. *O Publicador Goyano*, Goyaz, p. 1-2, dez. 1885.

atestadas contra escravizados. A carta cita a tentativa de assassinato do “abastado e probo fazendeiro” Antônio Ribeiro Guimarães, em decorrência de tiros; “depois de ter longos dias de horríveis sofrimentos” não precisou das condolências dos cidadãos, pois graças “aos cuidados do Dr. Carlos Marini, tem declinado rápidas melhoras”. A súplica se estende para a necessidade de julgamento do sujeito escravizado, pela tentativa de assassinato de seu senhor. À frente, infere o autor da carta:

Corre como certo que dá motivo a acontecimentos d’essa ordem a quase liberdade em que vive na capital da província, Marcellino que tendo aqui assassinado à seo senhor, acha-se condenado à morte, o qual além de ser, na capital, comerciante de gêneros do paiz, tendo sido recebido em matrimônio com uma mulher com que de à muito vivia amasiado, tem para aqui mandado noticias do seo bem estar; e tanto tem isto concorrido para alterar os ânimos dos escravos neste município, que o escravo do Sr. Ribeiro prefere uma condenação à absolvição perante o jury.⁹

A carta menciona uma terceira e quarta pessoa num cenário semelhante. No entanto, este caso se torna singular, considerando que o sujeito transgressor é transposto a uma relação social diferente do primeiro caso. Ele vivia em uma “quase liberdade”, mantendo-se na capital como comerciante. Porquanto, se relacionava afetivamente com uma mulher do município de Entre Rios, local onde supostamente teria realizado o crime. A troca de cartas, para o denunciante, fora a causa da alteração dos “ânimos” entre os escravizados do município de Entre Rios. Não conseguirei explorar todas as possibilidades de análise apresentadas pelo documento; no entanto, é importante observar as diferentes formas de transgressão expressas nele. Nota-se ainda que

⁹ Idem.

Marcellino vivia em “quase liberdade”, presumivelmente suas cartas eram encaminhadas à mulher mencionada enquanto estava preso.

As ferramentas de controle dos senhores, baseadas na violência iminente de um contexto escravagista, despertam reações, controvérsias e dúvidas para os que se aventuram nas linhas discursivas do século XIX. Trata-se de um certo “misto de beleza e de terror” (Foucault, 2006, p. 206); beleza porque evidenciam relações sociais extensas, que ultrapassam os limites legais e morais; terror porque fazem parte de uma lógica que emite a violência entremeada pelo privilégio senhorial, junto à objetificação dos corpos escravizados. A resposta a essa violência é a transgressão, evidente no documento. Essa tentativa de ruptura individual da lógica coletiva – escravidão –, é respondida a partir de uma violência incontornável – a morte do senhor –, considerando que o sujeito escravizado parte de uma desvantagem com pouca margem de negociação. Entretanto, a transgressão que me refiro está mais num movimento das relações de poder¹⁰ que de um conceito, pois é efeito do atrito social entre os sujeitos. A morte do senhor é a possibilidade de evadir da condição escrava. Um outro efeito mencionado pelo documento é a convivência ordinária que o

¹⁰ Nesse trecho refiro indiretamente à uma reflexão de Foucault (2006), na qual questiona essas pequenas luzes documentais, essas “partículas” das relações de poder. Nas palavras do autor: “para que alguma coisa chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugido trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam: seja por ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentidas imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele” (Foucault, 2006, p. 207-208).

escravizado manteve, mesmo após o julgamento. Uma hipótese que pode ser levantada é a equivalência entre os indivíduos pobres livres e escravizados do período, que muitas vezes realizavam trabalhos, quando não idênticos, análogos. Rabelo (2010) afirma que:

O homem pobre era equiparado pela lei aos seus superiores e, como qualquer deles, era “testemunha jurada aos Santos Evangelhos”, capaz de discernimento e digno de crédito, condição essencialmente diversa da do escravo, apenas informante não juramento. O discurso da lei, bem como as associações contratuais e morais que uniam homens pobres e livres aos senhores de terras, reconhecia a igualdade jurídica entre eles. Contudo, era na esfera do trabalho que escravos e homens livres, realizando, muitas vezes, as mesmas tarefas, equivaliam-se. (Rabelo, 2010, p. 59-60).

Conforme o avanço das medidas de controle institucional, intensificadas pelos códigos apresentados anteriormente, amplia-se o direcionamento das leis aos corpos moralmente desqualificados pela elite. Não somente a cadeia fora utilizada como reclusão de indivíduos considerados vadios. Rabelo (2010, p. 91) aponta que o exército foi utilizado para incorporar sujeitos às tropas disponíveis. Este seria um dos dispositivos de qualificação do sujeito: a retirada dele da situação contra laboriosa. Inclui-se o controle das crianças que frequentavam os espaços públicos, com o uso da “Companhia de Aprendizizes Militares” que, de acordo com o autor, evitaria dois “problemas” identificados pelas autoridades da capital; o déficit do corpo militar, deferido por consequência da resistência ao alistamento compulsório; a educação, elemento basilar na composição da moral laboriosa, considerando que essas crianças compunham o status social associado a sujeitos vadios, propensos ao vício (Rabelo, 2010, p. 92). Retomando ao objeto pesquisado, teremos os policiamentos coordenados por Juízes de Paz, responsáveis pelo policiamento de quarteirões, de acordo com o Código de Processo Criminal (1832). O autor acrescenta que:

O exame dos dispositivos criados pela lei objetivando retirar das ruas e praças os elementos considerados vadios, vagabundos etc., mostra que, se as leis eram severas para com aqueles que vagavam sem ofício pelas ruas, eram, obviamente, muito mais severas para os escravos. Muitos deles eram capturados pelas patrulhas que percorriam as ruas da capital durante a noite apreendendo vadios, prostitutas e bêbados habituais que, com comportamentos qualificados como irregulares, ofendiam a moral, os bons costumes, a paz e tranquilidade das famílias e as posturas policiais. Se não apresentassem o bilhete de autorização de seus senhores para transitar pelas ruas após o toque de recolher [os escravizados] só podiam ser liberados mediante a reclamação desses senhores, que deveriam pagar a carceragem de 1\$200. (Rabelo, 2010, p. 93-94).

Essa reincidência percorreu o corpo social, muitas vezes, até a morte. Em nota de falecimento no *Correio Oficial*, o escravizado Pedro “faleceu na enfermaria da cadêa d’esta capital”, cumprindo pena “a galés perpetuas”¹¹, em 1875. Do mesmo modo, é perceptível situações ambíguas, nas quais causam estranhamento, pois vão na contramão dos preceitos que revestem historiadores ao analisarem tais documentações. Em 1879, no mesmo jornal, Luiz de França, José Lopes e José de Souza Lopes, foram presos na Cadeia da Capital “por suspeita de serem escravos, pedindo providências a fim de serem postos em liberdade ou remetidos a seu Sr. caso sejam escravos”¹². O documento sinaliza a brecha da condição legitimadora da prisão dos sujeitos, a “suspeita”. Simultaneamente, pela brecha dada, sugerem que se não comprovada a condição de escravizados que sejam postos em liberdade.

A importância de se analisar os elementos mencionados acima, é compreender que as relações sociais, mesmo que a partir do presente sobre passado, são vivas. Isso inclui questionar essas pequenas “brechas”, pois onde há controle há jogos de poder. Os sujeitos, mesmo

¹¹ Hemeroteca Digital, *Correio Oficial*, 18 de dezembro de 1875.

¹² Hemeroteca Digital, *Correio Oficial*, 16 de agosto de 1879.

que presos, estão inseridos em relações de poder que buscam normalizá-lo e tendem escondê-los enquanto atuantes. A instituição tem em mãos a *estratégia*, utiliza-se de elementos pensados, demarcando lugares, calculando os espaços da cadeia¹³; as *táticas* jogam com as brechas e estão no *plano baixo* das relações de poder¹⁴.

Estratégias: moral e economia punitiva

O Ato Adicional de 1834, proposto pela elite dirigente de Minas Gerais, deu margem para que as províncias tivessem certa autonomia administrativa e punitiva, desde que não afetassem as dinâmicas do poder central do Rio de Janeiro (Gonçalves, 2016, p. 32). A província de Goyaz, em 1842, concluiu o Regulamento das Cadeias da Província¹⁵, que foram as retóricas de monitoramento das condições físicas da instituição, bem como dos sujeitos que ali estavam, sendo; carcereiro – responsável direto do cotidiano interno da prisão –, presos, divisões de cela etc. É perceptível pela documentação, que os sujeitos estavam inseridos em celas insalubres. Ao longo da pesquisa empírica, observou-se que as condições se repetem, sendo inclusive ponto de reclamação

¹³ O termo *estratégia* foi utilizado por Certeau (2004) para se referir ao cálculo institucional. Nas palavras do autor: “Chamo de *estratégia* o *cálculo* (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (2004, p. 98).

¹⁴ As *táticas* para Certeau (2004), são antagônicas às relações poder elaboradas pela estratégia: “Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão inimigo” (2004, p. 99).

¹⁵ Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Cx. 001.

dos sujeitos que operavam na parte superior da cadeia¹⁶. Tais indícios apontam para a contrariedade se considerado o 21º parágrafo do Código Criminal do Império, de 1830, no qual presume que “as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme as circunstâncias e natureza dos seus crimes”.

A província carecia de juízes formados em direito, para aferir corretamente as penas. Todavia, essas condições não podem ser consideradas a partir da vontade de humanização das penas. Na realidade, as autoridades administrativas, como no caso dos presidentes da província, objetivavam a intensificação das formas de controle. Foucault (2022) distingue essas relações, observando que o policiamento está previsto também como produção do saber. Com efeito, “o poder, longe de impedir o saber, o produz [...] foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (Foucault, 2022, p. 239). O saber precisa se reproduzir no corpo das estruturas de controle policial, pois o saber é reprodutor de poder. Ao que parece, as condições de vida não seriam tão urgentes quanto a intensificação das formas de saber, secundarizando a vida dos sujeitos nesses ambientes de cárcere. Uma possibilidade de conferência dos aspectos citados são os relatórios da Província de Goyaz, apresentados anualmente nas Assembleias. Na Assembleia provincial de 1837, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury discursava que “A falta de Juízes de Direito formados tem feito hum progressivo mal tanto a moral, como as leis”¹⁷.

Para que isso ocorresse, havia a necessidade de naturalização dessas condições. Foucault (2020) prenuncia que as relações morais não

¹⁶ Arquivo Frei Simão Dorvi. Juízo de Direito da Comarca Especial da Capital, 14 de novembro de 1890. Arquivo avulso.

¹⁷ FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo. Discurso com que o Presidente da Provincia de Goyaz fez a abertura da Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Provincial. In: CHAER, Laura (comp.). **Memórias Goianas 3**. Goiânia: UCG, 1986. p. 89.

estão aquém das leis, na realidade, elas fazem parte constituinte das leis, já que a moral é utilizada como pressuposto da criação e normalização dessas condições. Conforme o autor:

Assiste-se, portanto, à moralização do sistema penal, a despeito de sua prática e de seu discurso. Todo esse movimento possibilita que a penalidade se difunda amplamente no cotidiano [...] As portadoras dessa exigência são as classes mais elevadas, que controlam o poder, ao passo que as classes laboriosas e mais baixas passam a ser o ponto de aplicação dessa moralização [...] Se a lei precisa se preocupar acima de tudo com a moralidade e se esta é essencial à salvaguarda do Estado e ao exercício de sua soberania, é preciso uma instância que vigie, não a aplicação das leis, mas, antes desta, a moralidade dos indivíduos. As leis então nada mais são que aquilo que dá a tais organismos de vigilância a possibilidade de intervir e agir no nível da moralidade. (Foucault, 2020a, p. 100-102).

O “deslocamento da riqueza” pode ser um fator potente quando se quer compreender a criação das condições morais. Os líderes políticos da província de Goyaz recorreram à moralização do labor como forma de comportamento esperado. Isso repercutiu não apenas nas formas de existência, mas na formação desses sujeitos, a exemplo das escolas que seriam formadas para principiar essa moral laboriosa. Sujeitos que não estão de acordo com essas normas morais, poderiam ser punidos já que essas práticas são vistas não como um ataque às instituições que promovem a punição, mas à população como um todo que está inserida nessa lógica. José Rodrigues Jardim, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa de 1836, reivindicava a aceitação da polícia como um importante organismo de controle dos sujeitos pobres:

A policia, senhores, a policia deve ocupar as vossas atenções: os vadios pesão sobre a classe laborioza, a cada passo se encontrão homens, que sem alguma ocupação útil, divagão de bairro em bairro, sem se saber qual o seo destino: outros que se entretêm na pesquisa de animais alheios para ir vender a outra parte, e os que fazem impunemente, ora por faltar aos prejudicados as testemunhas de vista, ora porque elles, cançados dos prejuízos, e

encomodados, que tem sofrido se contentão com a quisição da sua propriedade, ficando impune.

Tratemos de aumentar, e melhorar nossa cultura, e criação; cuidemos mais que tudo na instrução da mocidade; que os nossos filhos são educados na verdadeira moral, e na obediência das leis, como principal, e mais interessante objecto; façamos lhes crer dando lhes o exemplo, que pela observância das leis, e que só por ellas se gosa de paz, e tranquilidade, verdadeiros bens, e base de todas as felicidades.¹⁸

Dentre esses líderes políticos, formam-se contingentes da elite mesclados em áreas diversas da província. Vieira (2007) dividirá esse contingente em três categorias: a elite proprietária, em que estavam encaixados na ordem sujeitos que possuíam bens de consumo e propriedades, isso lhes garantiriam acesso a cargos públicos como no caso dos juízes de paz, que inspecionavam quarteirões e responsáveis pela formação de milícias; elite eclesiástica, participante dos espaços públicos e de cargos religiosos, vinha de famílias ricas e ocupava, muitas vezes, cargos administrativos importantes, como, por exemplo, de presidentes da província; e, por fim, a elite formada por homens ilustres, reconhecidos socialmente. Por consequência do acesso a cargos públicos, a autora afirma que: “Em virtude da importância conferida ao emprego público, os principais cargos administrativos provinciais eram bastante cobiçados, porque significavam poder de mando e um meio para obter distinção e visibilidade junto ao governo central” (Vieira, 2007, p. 451). Diante disso, as políticas endereçadas à cadeia foram, durante o século XIX, administradas por essa elite, sobretudo a moral pensada por eles.

Tais aspectos corroboram com a hipótese do saber-poder que explorei acima, pois as funções primárias dos juízes mencionados pelo relatório, e a necessidade do apego ao corpo policial, estavam alinhadas

¹⁸ JARDIM, José Rodrigues. Relatório que à assembleia legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836 o EXM. Presidente da mesma provincia José Rodrigues jardim. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas 3**. Goiânia: PUC, 1986. p. 47-57.

ao conhecimento do corpo que se controlava na província e na capital. Suas competências, dispostas no art. 12 do Código do Processo Criminal de 1832, aferiram: “tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu Districto” àquelas “desconhecidas ou suspeitas”; “obrigar assignar o termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por habito, prostitutas que perturbam o socego público”; obrigar sujeitos a assinar “termo de segurança aos legalmente suspeitos”; realizar o corpo de delito; prender os culpados, no quarteirão de sua responsabilidade ou não; julgar os crimes dentre aqueles que não ultrapassem a multa de cem mil réis e períodos determinados; dividir seu distrito em quarteirões, “contendo cada um pelo menos vinte e cinco casas habitadas”¹⁹. Rabelo (2010, p. 78) estima que havia cerca de 25 quarteirões na cidade de Goyaz.

Considerações finais

Neste primeiro momento, busquei o entendimento da conjuntura que circundava a Casa de Câmara e Cadeia, nos séculos XVIII e XIX. os sujeitos marginalizados estavam submetidos à lógica tanto do Estado, na qual se altera conforme as mudanças conjunturais a partir da independência brasileira, quanto da lógica que privilegiava determinados grupos sociais, como a elite. Isso endereça a punição com diferentes intensidades aos indivíduos, e insere uma nova lógica de criação de inimigos sociais. Tendo em consideração que, a partir do século XIX, os sujeitos pobres e livres são tidos como desvirtuantes da ordem pública. Em Goyaz, a elite teve papel primário na introjeção desses princípios, com reforçamento dessas ideias nos relatórios.

¹⁹ PESSOA, Conselheiro Vicente Alves de Paula. **Código do processo criminal de primeira instância do Brasil**. Rio de Janeiro: Livreiro-Editor, 1899, p. 29-36.

Destaca-se que a ordem social escravocrata complexifica a análise, com pontos de permanência – *modus* de punição a esses sujeitos –; e alterações substanciais, com a proximidade das condições de vida de escravizados e sujeitos livres.

Porém, considero que em pesquisas futuras abordarei nos pormenores as condições de higiene desses espaços sociais. Deixo o devido resguardo, por julgar o tema extenso e com grande possibilidade de fuga do escopo temporal e problematizador proposto. Mas as condições de vida dos indivíduos, indiretamente na pesquisa, tangenciaram o intuito do higienismo social do século XIX, muito bem resumido por Chalhoub (2006) no qual aponta a utilização do saber médico como ferramenta de limpeza social, isto é, de retirada de sujeitos pobres e marginalizados das ruas, claro, com as devidas particularidades goianas. A moral também se interligará a esse elemento, aliás, se interligará a todos que objetivam o controle e punição da população.

Referências

- AUTOR, Sem Assinatura do (ed.). Secção Noticiosa. **O Publicador Goyano**, Goyaz, p. 1-2. dez. 1885.
- CAMARINHAS, N. Familiaturas do Santo Ofício e juizes letrados nos domínios ultramarinos (Brasil, século XVIII). **Revista de História**, n. 175, p. 69-90, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.121869.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Polissemias da desigualdade no Livro V das Ordenações Filipinas: o escravo integrado. **História**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 165-180, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920150002000063>.

FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo. Discurso com que o Presidente da Provincia de Goyaz felz a abertura da Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Provincial. In: CHAER, Laura (comp.). **Memórias Goianas 3**. Goiânia: UCG, 1986. p. 60-98.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222.

_____. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

_____. **Sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2020b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2020a.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)**. Tese (Doutorado) – Curso de Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JARDIM, José Rodrigues. Relatório que à assembleia legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836 o EXM. Presidente da mesma provincia José Rodrigues jardim. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas 3**. Goiânia: PUC, 1986. p. 47-57.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Colloque 30 Ans Après Surveiller Et Punir de Michel Foucault: Reprenser Le Droit de Punir**, São Paulo, v. 1, n. 65, p. 205-242, jul. 2006.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas: Unicamp, 2001.

Manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa-Portugal. Coord. José Mendonça Teles et al. GYN: Sociedade Goiana de Cultura/IPEH-BC, 2001. Doc. nº 26, 11 de fevereiro de 1736, **Provisão Régia de D. João**

V, dispendo sobre a criação de uma Villa para sede das Minas de Goyaz.

Transcriação de Milena Bastos Tavares.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As Representações do Medo e das Catástrofes em Goiás.**

Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

PESSOA, Conselheiro Vicente Alves de Paula. **Código do processo criminal de primeira instância do Brazil.** Rio de Janeiro: Livreiro-Editor, 1899.

RABELO, Danilo. **A Normalização dos Comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889).**

Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e (org.). As marcas do período. In: SHWARCZ, Lilia Moritz (org.).

Crise colonial e independência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. p. 23-34.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial: nascimento e "decadência" de uma vila no

brasil moderno: vila boa de goiás no século XVIII. **Revista História**, São Paulo, v. 28,

n. 1, p. 243-288, jan. 2009.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson; BARBO, Lenora de Castro (ed.). Casa de Câmara e Cadeia da

Capitania de Goyaz: espaço e representação. In: **IV Simpósio Luso Brasileiro de**

Cartografia Histórica. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2011. p. 1-

20.

Arquivos mencionados

Arquivo Museu das Bandeiras – Mubam.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás – AHEG

Hemeroteca Digital

Documentos governamentais

Código Criminal do Império do Brazil (1830)

Código do Processo Criminal de Primeira Instância (1832)

3

AS REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO NO ANTIGO NORTE GOIANO NO LIVRO *TIPOS PITORESCOS DE JUAREZ MOREIRA FILHO*

*Brendon Husley Rimualdo Rodrigues*¹

A formação cultural, social e política do antigo norte goiano teve reflexos profundos na criação do estado do Tocantins, cujo território compreende aquela região desde 1988. O mandonismo e o coronelismo foram características marcantes nesse processo desde antes da República Velha – período também conhecido como Primeira República² (1889-1930). Compreender essa dinâmica cultural e política por meio da literatura regional é o objetivo deste artigo, que parte da premissa de que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele” (Bloch, 2001, p. 79). Nessa multiplicidade de fontes históricas se insere o livro *Tipos pitorescos* (2013), composto por 13 contos que representam o imaginário do sertão do antigo norte goiano e reúnem memórias do escritor Juarez Moreira Filho³ que, desde a infância, observou de perto o jogo da política e as relações dos sujeitos com aquele espaço.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: brendonhusley1914@gmail.com

² Segundo o historiador Francisco Itamar Campos (1987, p. 13), “o coronelismo passou a ser um dos traços caracterizadores da Primeira República, também chamada de República dos Coronéis” e ganhou mais força em 1930.

³ Nascido em 1953 na cidade de Ribeiro Gonçalves, antigo Remansinho, Piauí, com dois meses de idade foi com sua família para os garimpos de cristal de rocha no antigo norte goiano, hoje Tocantins, onde atualmente reside na fazenda de Rancho Alegre na cidade de Dueré. Começou a publicar contos em jornais como *O Popular*, *Folha de Goyaz*, *Jornal da Manhã* e *Cinco de Março*. Em 1980 publicou seu primeiro livro, *Infância e travessuras de um sertanejo* (segunda edição em 2009), seguido de *Oco do mundo* (1982) e de vários outros, entre eles, *Risos & lágrimas* (2004), *Tipos de rua* (2011) e *Perfil da Academia Tocantinense de Letras* (2011). Atualmente é membro da Academia de Letras do Tocantins.

As representações literárias integram o universo das ficções e verossimilhanças portadoras de elementos de um imaginário social (Pesavento, 2014, p. 43) que envolve “o processo de construção de sentido” (Hall, 2016, p. 36) – neste texto, o sentido da cultura do coronelismo na região do antigo norte goiano.

A ficção é “um lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude de sua condição [e] objetivar a sua própria criação” (Candido, 1992, p. 48), tendo um cordão umbilical com o tempo e o espaço. Nesse tipo de trama literária, as personagens constituem papéis importantes que contribuem para análises de relações vividas e acontecimentos, “exatamente como ocorreu na realidade” (Candido, 1992, p. 29). Para o historiador Nicolau Sevcenko (2003, p. 299),

a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas como análise das referências esporádicas e episódios históricos ou do estudo profundo de seus processos de construção formal, mas uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção.

Portanto, a literatura regional de Juarez Moreira Filho constitui documento, uma fonte promissora da qual se extraem e problematizam elementos de uma realidade, do cotidiano da política coronelista que “incorpora a sua história” (Sevcenko, 2003, p. 299) e a sua “geograficidade”, possibilitando conhecer o “homem com o modo de sua existência” (Dardel, 2015, p. 2). A existência de uma política violenta, cheia de corrupções que vai englobando a região, inclusive, nos lugares mais inesperados e bastante distantes.

Desde os tempos coloniais, o coronelismo ganhou força no território brasileiro. Sofreu diversas transformações na Primeira

República e algumas práticas se mantiveram durante a Segunda República, período também conhecido como Era Vargas (1930-1937), estendendo-se ao Estado Novo ou Terceira República (1937-1945), com a constante concentração de força e poder nas mãos de um sujeito ou grupo, o mandonismo, o clientelismo e negociações conflitantes.

Na compreensão do historiador José Murilo de Carvalho (1998, p. 229), o clientelismo é “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. Essa prática é realçada pelo jurista Victor Nunes Leal (2012, p. 32), que destaca a existência do “filhotismo”: se fosse eleito, o candidato apoiado nomeava, para cargos públicos, indicados e parentes do coronel, na base da troca de favores aos seus agregados.

Maria Lourdes Monaco Janotti (1981) associa a figura do coronel ao detentor de poder político em um mundo essencialmente rural. Segundo a autora, mesmo que não fosse um latifundiário, o coronel “era um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas” (Janotti, 1981, p. 41).

No antigo norte goiano, os jogos de poder se desenvolviam em seu próprio ritmo (Palacín, 1990). Jagunços e vaqueiros angariariam respeito do patrão por diversos motivos, principalmente pela lealdade, pondo-se à disposição dele quando houvesse necessidade de interferência em tempos de conflitos, incluindo os eleitorais. A ação desses sujeitos “era premiada com a participação na pilhagem do gado [...] e mesmo algum pedaço de terra” (Medeiros, 2012, p. 217). Isso possibilitava a eles se tornarem fazendeiros na região, originando outras personagens de poder em torno do coronel, podendo ou não alargar os conflitos existentes.

Além dessas associações peculiares, o coronelismo na região do extremo norte goiano envolvia as “relações entre o poder local-municipal e o governo central do estado sob o regime do coronelismo em Goiás. [...] O partido significava uma mediação obrigatória entre o poder local dos coronéis e a ordem mais ampla representada pelo Estado” (Palacín, 1990, p. 6). É importante destacar que “o coronelismo em Goiás evidenciaria, desde o início da República, a vinculação entre as elites políticas regionais e os partidos políticos [...] como instrumento de exercício e disputa de poder local entre os coronéis goianos” (Cavalcante, 2003, p. 60). Essa disputa não era um fato isolado, mas sim recorrente em toda região.

Tais relações de poder originaram uma “multiplicidade de coronéis” (Fausto, 2006, p. 177) que administravam os bens públicos como se fossem particulares, beneficiavam amigos, parentes e agregados e intimidavam os opositores. Geralmente o coronel era um sujeito rústico e às vezes culto⁴ que era “temido e obedecido” (Carone, 1978, p. 251). Carismático e detentor de poder político e até religioso, estava presente nas mais diversas situações, resolvendo contendas como juiz. Podia ser advogado, médico, padre (Carone, 1978) e fazendeiro⁵.

⁴ No romance *O lobisomem e o coronel*, escrito por José Cândido de Carvalho (1978), o personagem Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, de família rica, estudou nos melhores colégios do seu estado. Como bacharel (advogado) e empresário, tinha experiência com as burocracias do Estado. Homem de quase dois metros de altura, com barba grande e voz grossa, Ponciano herdou o título de coronel do seu avô e representa uma crítica ao coronel rústico e ignorante.

⁵ Na estrutura do coronelismo em Goiás, os barachéis (advogados, engenheiros, médicos) e profissionais liberais compunham o quadro político estadual, formando um grupo no qual se inseriam também “fazendeiros e chefes políticos locais” (Campos, 1987, p. 51).

Cultura política coronelística da Vila de Alção da Cangalha no antigo norte goiano

A cultura política é um fenômeno histórico e “é evidente, como o próprio conceito de cultura sugere, que haverá permanências na cultura política que surge, mas ao passa que uma nova surge” (Zonta Júnior, 2017, p. 13) com suas particularidades. Na dissertação *O conceito de coronelismo na fundação de uma cultura política da Primeira República*, Pedro Luis Zonta Júnior (2017, p. 9) afirma que “não há claramente uma definição objetiva sobre o que foi o coronelismo”. Isso porque as designações e práticas são diversas em virtude das especificidades espaciais do vasto território brasileiro.

E Ação da Cangalha não foge a essa designação da cultura do coronelismo, o seu nome leva a uma reflexão acerca do lugar. Alção significa uma armação colocada no lombo de um animal, geralmente um burro ou jumento – os alazões do sertão – para carregar um cesto de cada lado. Na linguagem sertaneja, chama-se cangalha. Com ela, o animal transportava todo o fardo das necessidades humanas numa região rural. Assim, “Alção da Cangalha era mesmo um lugar esquecido, abandonado, no antigo norte goiano” (Moreira Filho, 2013, p. 135).

A vila “só possuía uma igreja católica, a Capelinha de São José” (Moreira Filho, 2013, p. 27). Geralmente, nos povoados da região, as igrejas eram construídas em área central ou sobre um terreno elevado, representando proximidade com o céu e as divindades religiosas – influência dos costumes do Brasil Colonial –, mostrando claramente que “a relação entre a Igreja e o Estado ainda evidenciava muito da herança do sistema feudal” (Barbosa; Sampaio; Ferreira, 2017, p. 6).

A capela evocava o poder histórico-cultural da religiosidade na vila como uma “paisagem religiosa do centro da cidade se integra ao cotidiano” (Barbosa; Sampaio; Ferreira, 2017, p. 16). Essa influência

religiosa era forte e o personagem Padre Zequinha tentava demonstrar para a sociedade que era “um homem completamente apolítico” (Moreira Filho, 2013, p. 29) e quando lhe perguntavam sobre sua posição partidária, “ele respondia sem titubear: Meu partido político é Deus! Não fugirei nunca desta trincheira divinal de luta, da evangelização cristã!” (Moreira Filho, 2013, p. 29). Principalmente no período de eleições municipais e nas campanhas

rumo à presidência da república, os líderes de Alção da Cangalha convidavam o Padre Zequinha para dar a bênção, no palanque, em praça pública. Sua presença era indispensável, pois ele era tido como todos por lá como um santo em pessoa, de carne e osso, e dava sorte nos comícios — afirmavam os eleitores. [...] a política partidária pegava fogo e ninguém queria perder votos. (Moreira Filho, 2013, p. 29).

Os políticos convidavam o Padre Zequinha porque sabiam da importância milenar da Igreja Católica ao longo dos séculos nos sertões dos Brasis⁶. Na ausência de política pública, a Igreja, para o bem ou para o mal, estava presente. E o padre soube aproveitar a situação peculiar do lugar. Os “religiosos também chegavam a coronéis. [...]. De personalidade carismática, [o padre] adquiriu logo reputação de milagreiro. Romarias se sucediam [...] beatas, penitências, jagunços, cangaceiros buscavam sua proteção” (Janotti, 1981, p. 73).

Todas essas práticas possibilitaram aos padres desenvolver grande poder religioso e político⁷. O Padre Zequinha conseguiu captar e administrar o poder religioso e político na vila, fazendo, “numa

⁶ O termo, utilizado pelo geógrafo Jacques Lambert em seu livro *Os dois Brasis* (1967), remete a um país totalmente desigual.

⁷ No livro *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as Três Revoluções da Boa Vista* (1990), o historiador Luis Palacín aborda as revoltas que ocorreram em Boa Vista, atual Tocantinópolis, tendo como um dos personagens principais o Padre João, um coronel que deteve o poder religioso e político na região. No Nordeste, como no imaginário de todo o Brasil, Padre Cícero foi outro sacerdote que teve bastante influência na política brasileira.

simbiose perfeita, a ação religiosa em apoio político” (Palacín, 1990, p. 207). O jogo de poder político ficava evidente na sua oratória ao elogiar os políticos e no final “o vigário foi demasiadamente aplaudido pela multidão que lotava a Praça Central” (Moreira Filho, 2013, p. 31). Mesmo com toda essa vibração em véspera de pleito eleitoral e com toda essa energia da multidão, a vila continuava sendo mal gerenciada pelo Estado que estava em total decadência. O prédio da prefeitura era um exemplo dessa realidade:

A sede da Prefeitura Municipal de Alção da Cangalha fazia vergonha a qualquer pessoa, a divisão dos cômodos era de parede e meia, piso de chão batido, sem pintura, telhado gotejando pra todo canto, e móveis não existia, apenas a mesa do prefeito com uma cadeira executiva já quebrada e meia dúzia de tamboretas em madeira de lei. Com dois bancos longos de jatobá, onde o povo se sentava quando queria reivindicar alguma coisa com o prefeito [...]. (Moreira Filho, 2013, p. 97).

A prefeitura aos pandarecos, mal administrada, mas sempre desejada. A estrutura precária do prédio deixava perceber que a receita da vila era minguada, mas, apesar disso, os “senhores de espíritos feudais” (Rimualdo, 2021, p. 147)⁸ não queriam ficar de fora da administração pública, por mais decadente que fosse a vila. Desse modo, “o poder privado continuava a ter significativo espaço na vida municipal” (Janotti, 1981, p. 32). Como diz Moreira Filho (2013, p. 87), “a cadeira de prefeito nunca ficou desocupada, aliás, houve eleições no município com até quatro candidatos ao cobiçado cargo de prefeito de Alção de Cangalha, mesmo com a choradeira por fala de verba, negando tudo ao povo”.

⁸ O economista Ignácio Rangel, em um dos seus ensaios econômicos, faz uma breve análise do sistema latifundiário. Para ele, está muito claro “que o latifúndio brasileiro não é idêntico ao feudalismo medieval europeu ou asiático”. [...] O ‘agregado’ do latifúndio brasileiro, entretanto, lembra o servo feudal” (Pereira; Rego, 2014, p. 138). É nesse sentido que o detentor de poder econômico e dono de latifúndio sugava dos trabalhadores até a última gota de suor e também fazia com eles alianças de honra, dando-lhes pequenos lavras de terra e gado que poderiam representar o início de um caminho para se tornarem coronéis.

Para o baronato que desenhou a política do coronelismo no setentrião goiano, a satisfação ia além do peso do dinheiro. Era o simbólico que realmente preenchia seus anseios. Torna-se prefeito ou chefe político de uma cidade, muitas vezes, resplandecia mais que um bando de riquezas incalculáveis. O poder que emanava de tal reconhecimento transcendia o material, ecoando nas ruas, nas casas, nas encostas dos espigões, nos gestos e nas memórias.

De acordo com Janotti (1981, p. 41-42), “o coronelismo não foi apenas uma extensão do poder privado, mas o reconhecimento da força pública de alguns mandatários pelo beneplácito do poder público” que marcava presença nas disputas eleitorais. Nessas ocasiões, “os votos eram disputadíssimos, à tapa ou na boca do 38, isso nos velhos tempos do caiadismo, do ludoviquismo, que infelizmente, imperavam nesta região, nas alternativas desenfreadas do poder” (Moreira Filho, 2013, p. 110).

Em épocas de eleição, os nervos ficavam à flor da pele e “não existiam adversários políticos, mas inimigos mortais” (Moreira Filho, 2013, p. 110). No sertão imperava “a lei do silêncio e a lei da bala [...] na força da baioneta e do punhal ensanguentado” (Rimualdo, 2021, p. 168). No processo eleitoral se repetiam os ditados populares, fazendo alusão à época do coronelismo, quando “os lemas predominantes eram estes dois: Quem não está comigo está contra mim. Para o meu amigo tudo, para o meu inimigo a lei” (Moreira Filho, 2013, p. 110), ou ainda: “para os da situação o pão e para a oposição a pedra” (Janotti, 1981, p. 62). Em outros sertões dentro do próprio nortão goiano mudavam-se algumas palavras conforme a geograficidade, mas essência era a mesma.

Essas expressões compunham a cultura do coronelismo no sertão que atravessou séculos e que tinha como uma de suas características “o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos pau’” (Leal, 2012, p. 32). Essa prática está

presente até hoje nos sertões dos Brasis contemporâneos, onde a violência é “praticada [...] e justificada por quem a pratica e vai sendo estendida às demais relações sociais. Vai se constituindo [...] em uma ‘pedagogia da e para a violência’” (Medeiros, 2012, p. 131) que envolve desde a oratória para desqualificar o opositor até tentativa de homicídio, como conta Moreira Filho no livro *Tipos pitorescos*:

- ‘Steje preso, sô xigungo!
- Preso por quê?
- Ocê pisou no pé da lei!
- O chumbo comia na cara do sujeito (Moreira Filho, 2013, p. 110).

Pisar no pé da lei significava desrespeitar um dos chefes ou apadrinhados dos clãs políticos. A lei, naquele instante, era representada pelo sujeito que detinha o poder político, social e econômico que fazia parte do aparelho do Estado patrimonialista⁹. O resultado da ofensa era, muitas vezes, a morte. Era assim “o velho regime da ‘Justiça de Goiás’, onde imperava a winchester 44 do papo amarelo e tinha razão quem atirava primeiro” (Rodrigues, 1987, p. 31). Aqueles que tinham proximidade com os poderosos da vila podiam cometer crimes e, para eles, não havia justiça que os condenasse, como no caso do ladrão de gado da região que “nunca foi preso, nem algemado porque a amizade dele no lugar era grande, os políticos da cidadezinha, sem nenhuma exceção, o bajulavam descaradamente” (Moreira Filho, 2013, p. 62).

No sertão do antigo norte goiano sempre houve leis e reis: a lei da bala, da baioneta, do jogo político, e os reis que mandavam e desmandavam. Por isso “havia uma quantidade enorme de violência no

⁹ No livro *Os donos do poder*, Raymundo Faoro (2001) percorre seis séculos de história para sustentar a tese do patrimonialismo, segundo a qual o Estado está subordinado, de forma incontornável, a grupos de interesse e influência. Segundo ele, o poder no Brasi é exercido em causa própria por um grupo social que domina a burocracia e extrai do aparato político-administrativo os benefícios de poder, prestígio e riqueza.

sertão goiano, e os motivos eram variados” (Silva, 2000, p. 136); um dos principais era a política. Em um campo dominado por homens com suas condutas machistas, regidas por “um símbolo de macheza e valentia” (Medeiros, 2012, p. 162), não havia lugar para mulheres.

Em Alção da Cangalha a política era tão violenta e suja que a primeira mulher a se candidatar ao cargo de vereadora – D. Alzira do Sr. Argemiro – passou pelo constrangimento de os opositores, na véspera das eleições, escreveram nas ancas de uma égua “Vote nela...!”. Depois soltaram o animal na Praça Central, às escondidas. (Moreira Filho, 2013, p. 113).

Apesar de a mulher brasileira ter conquistado o direito de votar em 1932, no antigo norte goiano não se aceitava a participação feminina na arena política. A violência simbólica se expressava em todas as direções, desde o nome da candidata: “D. Alzira do Sr. Argemiro” (Moreira Filho, 2013, p. 113). Alzira foi identificada a partir do nome do marido, como se dependesse de uma figura masculina para candidatar-se – evidenciando que as mulheres sempre viveram às sombras de seus esposos –, além de ser comparada a uma égua pelos adversários políticos que a representaram como um animal, sem prestígio, sem lugar, sem referência, se muito servia apenas para servir os outros.

No antigo norte goiano o partido político tinha grande poder em diversas ocasiões; era quem decidia quais os candidatos e os cargos que poderiam disputar – como em algumas ocasiões ainda hoje é gerando em tornos das escolhas dos prefeitos e vereadores. Foi assim com um ex-governador de Goiás que se elegeu deputado federal quando o Estado do Tocantins estava em processo de formação (Moreira Filho, 2013). Na convenção do partido, essa vaga foi “a única que lhe restou¹⁰ [...] não

¹⁰ Assim como esse ex-governador, muitos políticos “sofrem certas limitações em sua autonomia, estão sempre na dependência das organizações partidárias monolíticas” (Campos, 1987, p. 49). Isso significa que o partido poderia impedir a candidatura de determinados sujeitos a cargos políticos nos seus estados.

gastou um tostão, não subiu no palanque da União do Tocantins, nem fez discurso [...], mas foi eleito com expressiva votação” (Moreira Filho, 2013, p. 54).

Segundo Janotti (1981, p. 37), “os governadores escolheriam candidatos de sua confiança para comporem as Assembleias estaduais, garantindo a maioria situacionista” para que não tivesse nenhuma crise institucional ou risco de sofrer algum golpe durante o seu governo estadual, essa mesma lógica poderia se apropriar nas câmaras municipais do imenso ermo goiano.

[...] em Goiás o partido significava uma mediação obrigatória entre o poder local dos coronéis e a ordem mais ampla representada pelo Estado. [...] embora [o partido] fosse necessário, significava muito pouco em termos de comprometimento. Não tendo os partidos um ideário político próprio, e nem sequer um plano de ação, a vinculação ou desvinculação de um partido se prendia a motivos de interesse pessoal, e por isso a adesão ao partido no poder se tornava tão fácil e moralmente incruenta. (Palacín, 1990, p. 6).

Por mais que o partido tivesse uma força política estruturada, muitos não permaneciam ligados a ele. Após eleitos, vários políticos locais de oposição migravam para as fileiras situacionistas, aliando-se ao governo do Estado para não ter conflito com forças maiores e mantendo “a importância das boas relações entre o coronel e os chefes políticos estaduais” (Janotti, 1981, p. 48). Com boa relação, tudo poderia ocorrer, até um “reforço para sua minguada receita” (Janotti, 1981, p. 48). Além das verbas para o município, interessava aos chefes locais a nomeação de seus asseclas a cargos públicos ligado aos tentáculos do estado, garantindo o fortalecimento do seu poder municipal.

Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou

aprovação do chefe local costuma ser de praxe. [...] A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais. (Leal, 2012, p. 34).

O poder local era exercido por uma elite econômica, “sendo em sua maioria proprietários de terras. Convém salientar que a terra em si não era um bem a que se atribuía muito valor” (Janotti, 1981, p. 16), mas sim ao que tinha nela, como casas, vaqueiros, mulheres, gado, as tecnologias da época, como os rádios e tratores. “Entre o coronel e sua gente estabeleciam-se ligações paternalistas e patronais” (Janotti, 1981, p. 67) e de compadrio que alimentavam uma complexa rede de poder dentro e fora de sua fazenda, de seu município. O partido servia apenas como trampolim para os agentes políticos.

Vale lembrar que “as bases do ‘compromisso coronelista’ eram satisfatórias para ambas as partes. Neste sentido, são constantes as nomeações de juiz-de-paz, juiz-de-direito, promotor, delegado, sub-delegado, delegado e professores para os municípios na convivência das chefias locais” (Campos, 1987, p. 50). Aquele que era eleito com apoio dos coronéis conquistava capital político, originando um tipo de caudilhismo municipais pautado nos interesses dos lordaços tradicionais do sertão.

Foi o caso de um político que, com apoio da máquina pública, soube cativar o seu eleitorado com obras no município e no Estado e com práticas que beneficiaram grupos que poderiam proporcionar a ele o retorno de votos. Ele andava “ao pino do sol, pelas ruas de Gurupi, Dueré, [...], Araguaína, [...] Cristalândia, onde possuía a fazenda Jabotá e tantos outros municípios que compõem o Estado do Tocantins” (Moreira Filho, 2013, p. 50-51). Eleito deputado, mas enfurecido porque não lhe deram o cargo por ele pretendido, usou a metáfora do jabuti — “jabuti não sobre em árvore” — para falar sobre o sujeito que consegue fazer carreira política não por mérito, mas sim por meio de influência:

“É aquele sujeito que não tem futuro político, nem mérito próprio; é aquele indivíduo que depende de um padrinho para fazer carreira política”. E completou professorando: “Quando você enxerga um jabuti descansando numa forquilha de pau, pode saber, foi alguém que colocou ele lá”. [...] estava completamente certo, por que muitos políticos brasileiros, inclusive goianos destas plagas tocantinenses não fizeram carreira política por falta de mérito próprio. E só ficavam tranquilos, na forquilha do pau, até o dia em que os chefes políticos quisessem. (Moreira Filho, 2013, p. 54).

Nesse conturbado universo político, parece que nada ameaçava o poder dos coronéis. Como diz Raymundo Faoro (2001, p. 770), “o coronel flutuará entre os ventos adversos”, mesmo durante a apuração de votos, porque conhecia a “forma de controle pela eleição de ‘bico da pena’ e pela verificação de poderes que restringia e controlava a posição, assegurando o domínio a quem podia manipular o eleitorado. E esta manipulação eleitoral vai ser mais eficiente através dos distritos eleitorais” (Campos, 1987, p. 51-52) através da coesão, violência, negociações, comprando os votos e na mesma ocasião os favores de vida e morte. Existiam uma série de fatores para que a vitória do coronel fosse realizada.

As eleições e as práticas do coronelismo na Vila Alção da Cangalha

A vila integrava um espaço sertanejo com “povoados e corruptelas espalhadas ao ermo, que formavam os pequenos mundos de eleitores encurralados” (Moreira Filho, 2013, p. 109), o que contribuía para a prática do coronelismo. Logo, as ações e o espaço conduziam¹¹ ao *status quo* da região, ou seja, “a população rural continuou submetida ao poder individual. Privada de direitos, isolada dos centros urbanos, permanecia

¹¹ A relação entre o ser e o espaço é chamada pelo geógrafo Éric Dardel de geograficidade, que corresponde à condição espacial da existência humana em qualquer sociedade. Ela “revela o homem sobre sua condição humana e seu destino” (Dardel, 2015, p. 2). Esse espaço não é apenas físico; ele representa a estética do ser-estar no mundo. Portanto, as características materiais e imateriais do espaço influenciavam as condições do vilarejo e das pessoas que nele residiam.

sob o mando do patrão todo-poderoso, que tinha a polícia em seu favor” (Janotti, 1981, p. 39).

Nesse espaço apareceu um personagem que tentava quebrar o império coronelista: o Dr. Caio, um “homem de estrutura alta, magrelo, esguio, [...] rosto afilado, de cor amarelada, cabelos longos, barba por fazer, óculo redondo [...] usava uma mochila preta às costas [foi] por muito tempo juiz eleitoral de Alção da Cangalha” (Moreira Filho, 2013, p. 110).

[...] ele trabalhava exatamente na Junta Apuradora de Alção da Cangalha, cuja apuração era feita através de um alto falante, cantada voto a voto, a urna de nº 13 da seção do distrito de Catingueiro, apresentou 5 votos a mais do que o nº de eleitores. [...] foi quando veio a burrada: ele pegou um bobo, completamente alheio à política, um inocente e pediu pra ele retirar 5 cédulas da urna. Depois o juiz colocou, sem identificá-las, dentro do seu Código Eleitoral. Acontece que um dos candidatos a prefeito, Manuelzinho, venceu o pleito por uma diferença de apenas três votos. Um opositor do prefeito recém-eleito informou pegou o Código Eleitoral do Juiz, que estava sobre a mesa, e verificando as cédulas notou que os 5 votos seriam do seu partido. Não deu outra: o partido recorreu ao Tribunal Regional. (Moreira Filho, 2013, p. 110-111).

Tal prática caracterizava corrupção eleitoral corriqueira nos ermos dos sertões brasileiros. As irregularidades começavam “pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam” (Leal, 2012, p. 114). Era costumeiro “entregar ao eleitor a sobrecarta já fechada, com o voto apropriado” (Leal, 2012, p. 115). Nesse contexto, o analfabetismo e a submissão de grande parte do eleitorado constituíam fatores para que o coronelismo se exercesse.

Na composição da mesa apuradora, outra forma de burlar as eleições: os “mesários realizavam milagres portentosos” (Leal, 2012, p. 114), como no caso dos cinco votos a mais encontrados na urna e que foi

parar no Tribunal Regional Eleitoral. No dia do “julgamento do recurso eleitoral houve discussões calorosas, acirradíssimas, porque lá no TRE os juízes eram todos, vergonhosamente partidários de carteirinha” (Moreira Filho, 2013, p. 111). A sentença foi favorável ao prefeito que estava disputando a reeleição e na consequência já fazia parte do sistema eleitoral vigente na época dos coronéis: “O TRE julgou procedente o recurso impetrado e aprovou a urna, incluindo os 5 votos, cujo o julgamento foi através do voto de Minerva. Estava sacramentada a vitória de outro candidato, o que havia perdido as eleições, a decisão sorriu pra ele – o Quelemente” (Moreira Filho, 2013, p. 112).

Nessa situação, lembramos dos ditados populares que caminham nos trilhos da política: *as águas do rio correm para o mar e poder atrai poder*. Ambos se encaixam de maneira perfeita nessa conjectura. O prefeito Quelemente tinha perdido as eleições municipais na vila, mas fazia parte da arcada governamental que reverteu a decisão de sua derrota na justiça.

As notícias sobre política caminhavam a passos largos pelas veredas do sertão. Isso porque, “dentro desta conjuntura lenta de um tempo quase natural nas comunicações, que criava espaços quase autônomos na evolução, nas grandes distâncias, uma inovação tecnológica introduziu um desequilíbrio para o jogo político no fim do século: o telégrafo” (Palacín, 1990, p. 16).

Além do telégrafo, o rádio transmitia as notícias para as pessoas da vila que, antes desse recurso, contavam apenas com as narrativas orais – as informações corriam de boca em boca. Moreira Filho (2013, p. 112) acentua que, “dentro de poucos minutos, através das ondas de rádio do Brasil Central e mais tarde pela Voz do Brasil, o povo de Alção da Cangalha ficou sabendo do resultado”. A notícia mexeu com todas as semânticas sociais e “a multidão da cidadezinha enlouqueceu nas

comemorações festivas ao delírio” (Moreira Filho, 2013, p. 112). A reviravolta eleitoral deixou muita gente confusa. Afinal, o que significava voto de Minerva?

Ninguém ali soube explicar, até o momento em que apareceu um vereador, muito conhecido por suas bestialidades e disse:

– Voto de Minerva é muito maior que os outros, bem mais importante, isso por que desempata uma eleição, a responsabilidade é grande!....

Aí, um bêbado inveterado, num tom pilhérico e mordaz, respondeu:

– Vale um milhão!...

O vereador recrutou:

– Vale mais!... Vale a eleição!... Vale a prefeitura. (Moreira Filho, 2013, p. 112).

A imagem do coronel e de membros de seu clã no sertão era de pessoas ignorantes e rústicas – estereótipo que se aplicava ao prefeito Zé Valente, que, em visita a um deputado na Assembleia, cortou “em miúdo o vidro e o feltro da mesa do govenador com o seu canivete afiadíssimo de picar fumo de rolo, indicando os caminhos por onde as estradas deveriam passar” (Moreira Filho, 2013, p. 43).

O cargo de vereador também poderia carregar suas bestialidades, como afirma Moreira Filho (2013), mas de besta o vereador não tinha nada. Ele sabia cativar os eleitores e jogar com os donos do poder. A fala do vereador sobre o voto de Minerva revela o tamanho do poder de uma única pessoa indicada pelo governo e também a fragilidade da democracia nessa época em que coronéis (des)mandavam. Não era a democracia que estava em jogo naquele momento – talvez os donos do poder nunca se preocupassem com ela –, mas sim o “vale a prefeitura” (Moreira Filho, 2013, p. 112). No dizer popular, *tomar a viúva* ou *tomar a vaca das divinas tetas*, ou seja, exercer o poder do mandonismo e manter o filhotismo “que convoca muitos agregados para a ‘gamela’ municipal, e, de outro lado, a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais” (Leal, 2012, p. 32).

Ganhar a eleição e a prefeitura era também uma questão de honra¹² e por essa vitória derramava-se mundaréu de sangue, fazem-se as maiores carnificinas no sertão que abalam as estruturas da vida cotidiana sertaneja, porque, em política, “só há uma vergonha: perder” (Leal, 2012, p. 32). Afinal de contas, “poder é poder” (Moreira Filho, 2013, p. 41) e pela busca do poder se podia tudo, menos sair derrotado.

Quando as normas das instituições ou as urnas não atendiam aos interesses locais, era bem possível haver derramamento de sangue, mesmo porque a “vitória pelas armas constituía o chefe político indiscutível” (Palacín, 1990, p. 155). Ainda mais “em Goiás [onde] a política sempre foi cheia de artimanhas, dura, difícil, concorrida, disputada palmo a palmo” (Moreira Filho, 2013, p. 39). A briga pelo poder era grande, “com várias desavenças e poderia surgir uma morte a qualquer hora” (Moreira Filho, 2013, p. 39).

Dr. Caio resolveu concorrer ao cargo de vereador. Ele estava no centro do coronelismo, mas não entendeu ou não queria entender que algumas molas centrais do coronelismo nas terras do antigo norte goiano eram as relações de compadres fortes e enraizadas. Onde o compadre “recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos” (Faoro, 2001, p. 753). A reação ao discurso do Dr. Caio deixava isso claro:

- Acabou aqui, em Alção da Cangalha, a política paternalista do “ajudo-o-teu-irmão!...”. A política suja do “é-dando-que-se-recebe”
- Chi!...Chi!...Chi!... [as pessoas reclamando]
- Povo de Ação da Cangalha, nós precisamos trabalhar.

¹² O ex-ministro Astolfo Serra, em seu livro *A Balaíada*, afirma que “a honra é tradicional no sertão. É o maior patrimônio moral do sertanejo. Tem por ela o respeito dos cavalheiros antigos. A honra é sagrada. Para lavá-la só o sangue, para repará-la, só a morte” (Serra, 1946, p. 43).

– Começou a perseguição!... Vá pra p.q.p!... [eleitores reclamando] (Moreira Filho, 2013, p. 114).

Muitas pessoas já sabiam como funcionavam as relações de compadrio e paternalismo. Sem esses elementos, a política quase não se desenvolvia na região. Tais relações foram impostas e naturalizadas de tal maneira que os eleitores reclamavam da fala do Dr. Caio, sabendo que aquela oratória não passava de um discurso fantasmagórico. Os sertanejos que vivenciaram e estavam calejados tantos processos eleitorais já podiam analisar todo o perfil do candidato, utilizando-se da psicologia popular e apontando seus erros e acertos.

O personagem Sócrates, um ancião, frequentador e jogador de dama da Praça Central da cidade, “homem educado na política das sábias lições do coronelismo, talhado na arte de ganhar eleições, perito nas matreirices, inclusive usando o ‘voto corrente’” (Moreira Filho, 2013, p. 116), conhecia como ninguém todas as teias do poder local. Talvez fosse mais um dos braços daqueles que ganhavam na política. Mesmo que seu candidato perdesse, ele buscava um jeito de aproximar-se do eleito — o que se chamava por essas brenhas de *amigo do poder* — ou poderia ser um dos fiéis seguidores de algum coronel. De certo é que o velho Sócrates deu o seu parecer final sobre a vergonhosa derrota do Dr. Caio com apenas 11 votos na urna da vila. Disse o velho para o público na Praça Central:

– Ele apanhou que só tábua de lavadeira porque não soube distribuir favores, sorrisos, pinga, arroz, com feijão e cozidão pro eleitor. O candidato tem que meter a mão no bolso, não pode ser pão duro; acabou faz muito tempo a figura do carismático em política. Vai continuar longe das gamelas do poder porque é portador do bom senso; em política não existe ética, aliás, a ética é não ter ética, vale tudo, menos perder as eleições! (Moreira Filho, 2013, p. 116).

A narrativa de Sócrates traz uma carga significativa da cultura coronelista no processo político que demandava distribuição de favores para concretizar a política paternalista, o famoso *é dando que se recebe*. Com essas trocas de favores “forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado” (Janotti, 1981, p.11), avultando uma estrutura complexa de sujeitos submetidos à tutela eleitoral. Afinal “a política coronelista [...] é sempre caracterizada como implicada num pacto ou compromisso, pacto este que envolve os diversos níveis de poder – federal, estadual e municipal” (Campos, 1987, p. 50).

O processo político brasileiro não é barato e os gastos econômicos astronômicos, mesmo em um lugar pequeno, são grandes, deixando evidente que quem tem mais probabilidade de ganhar eleição é quem tem dinheiro. O candidato a cargo eletivo trazia “pessoas do campo para a cidade, oferecia transporte, almoços, roupas, calçados etc. Promovia quermesses e diversões. Na impossibilidade de trazê-las, enviava-lhes o formulário de inscrição, desrespeitando as normas estabelecidas” (Janotti, 1981, p. 50). Até mesmo os partidos inibiam os povos simples a votar (Palacín, 1990), consagrando o vencedor como “o coronel dos coronéis que vencia nos diferentes distritos” (Janotti, 1981, p. 48).

Para o Dr. Caio, que não entendia os meandros da política local e não tinha capital econômico para o jogo político, o resultado não poderia ser outro: a derrota. Ele “jamais se candidatou a cargo eletivo e nem tão pouco voltou para Alção da Cangalha” (Moreira Filho, 2013, p. 119), tento morte simbólica na política decretada. Tão violenta era a política no Estado que ela ganhou uma silhueta corpulenta em todo o território: “não era só no interior de Goiás que existia a política incivilizada, baixa, rasteira, com críticas ferrenhas aos adversários, contando pilhérias, pondo-lhes apelidos, com xingamentos, compra de

votos, compra de lideranças, agressões e mortes bárbaras (Moreira Filho, 2013, p. 89).

Havia pessoas dispostas a matar e a morrer pelo coronel para concretizar o desejo de poder dele, pois naquela ocasião estavam em jogos suas vidas também, como os jagunços citados pelo ex-deputado Francisco de Britto em seu livro *Memórias de outro tempo*. Juarez Moreira Filho transcreve um trecho:

[...] um grupo de jagunços está à procura do Haroldo Gurgel e vão matá-lo, na certa. [...] Haroldo Gurgel era redator-chefe do jornal “O Momento”, que naquele dia havia publicado um suelto criticando em termos irrelevantes e maliciosos o diretor da Empresa Força e Luz, de propriedade do Estado. (Moreira Filho, 2013, p. 89).

Principalmente em época de eleição, “os nossos sertões mais uma vez se alastram de fogo das lutas de facções. Mais uma vez o sangue fraticida avermelha os nossos campos” (Faoro, 2001, p. 367). Tanto no mundo rural quando nas cidades, os capangas dos coronéis organizavam dezenas de homens e realizavam saques nas fazendas e morticínios dentro das cidades.

A lei do coronel imperava tanto na roça quanto na cidade, ele possuía uma polícia própria, denominando seus membros, segundo a região, de capangas, jagunços, “gente do coronel”, camaradas ou cabras. Aos renitentes às ordens e aos desejos do mandatário aplicavam-se penas diversas como: a expulsão das terras da fazenda, destruição de bens, espancamento até a morte. (Janotti, 1981, p. 61).

Foi assim em Boa Vista, hoje Tocantinópolis, e em outras localidades do Estado. Era a “força do poder constituído” (Palacín, 1990, p. 60). Duas facções políticas se destacavam nessa época nas veredas do sertão goiano: o ludoviquismo e o caiadismo. Naqueles tempos, “era assim: quando uma comitiva eleitoral visitava um lugarejo qualquer, por mais longe que fosse, no calcanhar-de-judas ou no caixa-prego, a

outra caravana adversária tinha por obrigação visitar também, para apagar os rastros dos adversários, dos inimigos (Moreira Filho, 2013, p. 90-91).

Valia tudo na disputa pelo poder; matar tanto simbolicamente quanto fisicamente, pois a “violência [era] reinante nos sertões” (Palacín, 1990, p. 65). De outra forma, fazia-se um trabalho de perseguição política, sem dar espaço às práticas de filhotismo do opositor. Segurança não havia, pois muitos policiais se tornavam políticos e profissionais da matança. De acordo com Palacín (1990, p. 67), “a presença da polícia era tão temida como a dos próprios inimigos”.

O caso do Coronel Souza diz muito sobre isso. Ele foi nomeado e “destacado como Comandante do Destacamento da Polícia Militar de Ação da Cangalha e lá pintou o sete¹³ com a comunidade local, prendeu, espancou, surrou, matou e humilhou gente, tudo em nome do Poder Político de Goiás” (Moreira Filho, 2013, p. 79-80). Até o número para receber votos do coronel evocava a violência. Dizia ele: “o meu número de candidato é 1338, o ‘treze’ é da Loteria Esportiva e o ‘trinta e oito’ é o meu revólver” (Moreira Filho, 2013, p. 81).

Para manter essas facções políticas vivas, a ausência de educação, segurança e saúde era vital, tanto nas regiões rurais quanto nas áreas urbanas. Janotti (1981, p. 42) acentua que “a esmagadora maioria da população rural sempre foi abandonada pelo poder público, ficando à mercê da autoridade discricionária daqueles que sempre dispuseram e usufruíram da posse da terra”, acrescentando que “sobre os habitantes dos pequenos centros urbanos pesavam as mesmas condições gerais de violência que presidiram a sociedade rural”.

¹³ Expressão que significa fazer desordens, provocar grande alarido. Usada para descrever um comportamento excessivo ou fora do comum, que pode ser considerado inadequado ou inconveniente.

Juarez Moreira Filho (2013, p. 90) retrata o norte goiano como “calcanhar-de-judas ou caixa-prego”, remetendo a um lugar mal lembrado e pouco assistido. E nesse cenário, o sertanejo tinha que persistir e lutar contra os males que o afligiam, inclusive a fome, que “põe em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual para garantir sua perenidade tem de lutar [...] dia após dia [...] neste velho combate contra a praga permanente” (Castro, 1959, p. 11).

E no jogo contra essa moléstia que assola os mais pobres até hoje, os sertanejos tinham que fazer pactos de sangue e honra com os donos do poder. Eram “tempos difíceis aqueles [em que] proliferavam maus exemplos, assassinatos, violências e impunidade” (Gumiero, 1991, p. 89). Quanto aos líderes da política estadual, estes “conscientemente procuravam manter o atraso e o subdesenvolvimento do Estado, com a finalidade de não perder o domínio total de Goiás [e de suas urbes]” (Campos, 1987, p. 64). Essas problemáticas eram vistas mais de perto somente durante os processos eleitorais, quando as instituições tendiam a funcionar, e geralmente funcionavam para quem estava no poder.

Quando a comitiva da campanha eleitoral da chapa de Pedro Ludovico passou em Ação da Cangalha, o comício foi monstruoso, muito maior que do caiadismo. [...] os correligionários do caiadismo, os situacionistas locais, entraram em contacto imediatamente com o Comitê Central, em Goiânia, avisando sobre o sucesso do comício do adversário e pedindo dinheiro vivo, em espécie, também, urgentíssimo, porque a coisa estava feia e só restavam cinco dias para o pleito. (Moreira Filho, 2013, p. 91).

Era evidente a força da organização política no coronelismo e sua estrutura, faltando apenas cinco dias para a eleição. Tudo era resolvido com rapidez para garantir a vitória nas urnas. Essa prática e a agitação atravessavam todo o sertão. Conta Moreira Filho (2013, p. 91) que, “no outro dia, na parte da tarde chegou um avião bimotor trazendo uma

mala preta, era o dinheiro solicitado [...] e, ainda, o médico, Dr. Ferraz, com seis caixas enormes atoadas de medicamentos”. Essas condutas navegaram nas brumas do coronelismo, permanecendo resquícios nos dias atuais. O filhotismo, o mandonismo e a corrupção escancarada nas terras dos Brasis originaram ditados populares, como este: *o que o dinheiro não comprou é porque foi pouco*.

Assim, “a correria era imensa: os homens de confiança do prefeito municipal compravam, com pagamentos à vista, as adesões dos líderes da oposição, dos adversários políticos, pra virar o resultado das eleições imediatamente” (Moreira Filho, 2013, p. 92). Ao mesmo tempo, gente sem forças e à margem do processo eleitoral estava (sobre)vivendo em meio à miséria e ao desinteresse de uma minoria que visava apenas a cargos políticos e poder.

Outro “tipo pitoresco” se chamava Zé e fazia parte do governo municipal. Envolvido na campanha eleitoral, ajudou na organização dessas práticas e anunciou que o médico estava atendendo em determinado espaço. Ele, que também se dizia médico, orientava as pessoas na fila de espera:

[...] levantou o braço direito e com o dedo indicador, em riste para os pacientes, falou em voz alta, cheia e sonora:

- Primeiro grupo: doentes que sentem tontura, vista turva, cor amarela, vão pra sala de 1 a 5.
- Sim!...
- Segundo grupo: Os de pés inchados, canseiras, vão para as salas de 6 a 9.
- Pois sim!...
- Terceiro grupo: Crianças com diarreia, vão para as salas 10 e 11.
- Pois não!...
- Quarto grupo: Crianças barrigudas e amarelas, vão para as 12 e 13.
- Ok!...
- Urgente! Porque é consulta por atacado!...

Eu não sei como ficaram as eleições nas outras cidades do nortão, mas em Alção da Cangalha a vitória foi mais uma vez da situação, dos caiadistas. (Moreira Filho, 2013, p. 92).

Quando o povo enxergava a oportunidade de ter um pouco de dignidade era grato e demonstrava o quanto essa força era dominante nesses lugarejos. A população garantiu a reeleição do prefeito por uma série de motivos, principalmente por medo de sofrer retaliações. Isso porque os eleitores eram coagidos a votar naquele candidato.

Não se pode esquecer que, no sertão do antigo norte goiano, os fatores decisivos “em qualquer contenda política [...], com efeito, [eram] os homens, os votos, as armas, o dinheiro” (Palacín, 1990, p. 207) e a corrupção escancarada na compra de votos. Outros motivos que podem ter levado à reeleição eram a gratidão e a cumplicidade daquela gente humilde. Por mais calejadas que estivessem naquele lugar, as pessoas mais simples votavam no candidato indicado pelos coronéis como prova de lealdade.

Considerações finais

A política coronelística em todo o Estado de Goiás movimentou os alicerces da vida cotidiana e inspirou a criação de personagens de contos escritos por Juarez Moreira Filho e reunidos no livro *Tipos pitorescos*. No antigo norte goiano, hoje estado do Tocantins, a política se abraçava com a violência em seus mais variados espectros, incluindo a morte simbólica ou real de muitos personagens políticos.

O sertão observado pelo autor desde a infância era aquele do *manda quem pode, obedece quem tem juízo*. Um espaço marcado por coronelismo, mandonismo e filhotismo, por corrupção política e coação de eleitores. Em época de eleição, adversários políticos se tornavam inimigos

mortais e não era raro algum candidato ser alvejado por tiros disparados por jagunços e capangas dos coronéis.

Nesse contexto surgiam “tipos pitorescos” que se emaranhavam nas redes tecidas pelos donos do poder. Envolvidos em campanhas eleitorais, comprando votos dos sertanejos, como o servidor municipal Zé, espancando e matando gente humilde, como o Coronel Souza, pregando em favor dos poderosos, como o Padre Zequinha, ou tentando desafiar o sistema, como o Dr. Caio, todos os personagens da cena política no antigo norte goiano faziam parte da complexa estrutura de poder do coronelismo que parece renascer atualmente com nova roupagem no Brasil, mas ainda marcado por clientelismo, tráfico de influência, corrupção e com a novidade do orçamento secreto.

Referências

BARBOSA, Antonio Carlos Leite; SAMPAIO, Ana Ligia Pessoa; FERREIRA, Angela Lúcia.

A produção do urbano pela Igreja Católica e a secularização da cidade de Pau dos Ferros – RN. **Anais do XVII Enanpur**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-17, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMPOS, Francisco Itamir. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 1987.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. 5. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: Edusp, 2003.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: O Globo, 2001.

FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira – tomo III**. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1989-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

GUMIERO, Maristela Porfírio da Paz. Os tropeiros na história de Goiás (séculos XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio. 2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Nunga Victor. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de sangue**: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MOREIRA FILHO, Juarez. **Tipos pitorescos**. 4. ed. Goiânia: Bandeirantes, 2013.

PALACÍN, Luis Gómez. O coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; REGO, José Márcio. Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel. In: HOLANDA, Felipe Macedo de; ALMADA, Jhonatan; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (org.). **Ignacio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luis: Edufma, 2014. p. 122-150.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 3 ed. São Paulo. Autêntica. 2014.

RIMUALDO, Brendon Husley Rodrigues. **As representações literárias do sertão garimpeiro e sua geograficidade no antigo norte goiano (1940-1980) nas obras: Oco do Mundo, Tipos de Rua e Tipos Populares**, de Juarez Moreira Filho. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021.

RODRIGUES, Lysias Augusto. **Roteiro do Tocantins**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987.

SERRA, Astolfo. **A Balaíada**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra "sem lei, nem rei": Goiás (1822-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

ZONTA JÚNIOR, Pedro Luis. **O conceito de coronelismo na fundação de uma cultura política da primeira república**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

4

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IMPRENSA NA ROMANIZAÇÃO DA RELIGIOSIDADE POPULAR: O CASO DO JORNAL *SANTUÁRIO DA TRINDADE* E A ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO EM GOIÁS (1922-1931) ¹

Paulo Afonso Tavares ²

O artigo visa a analisar como o jornal *Santuário da Trindade* (1922-1931) foi empregado pelo grupo de padres jovens dos Missionários Redentoristas para consolidar práticas religiosas oficiais na romaria do Divino Pai Eterno e contrapor-se à religiosidade popular em Goiás. Originários da Alemanha, os Missionários Redentoristas chegaram em 1894 com a missão de administrar o Santuário e a romaria.

Dentre os missionários, havia uma divisão em dois grupos: os padres mais antigos e os mais jovens. Enquanto o grupo dos padres mais antigos era tolerante à religiosidade popular do povo goiano, defendendo uma mudança gradual, os mais jovens eram propensos a mudanças mais abruptas. Em 1922, um dos padres jovens, Padre João Batista Kiermaier, tornou-se o superior da casa de Campininhas, assumindo a responsabilidade pelo Santuário e pela romaria do Divino Pai Eterno. Uma de suas primeiras ações foi a fundação do jornal *Santuário da Trindade*, que utilizou como meio para propor reformas na fé dos fiéis goianos.

¹ Esta pesquisa já foi publicada em versão preliminar no livro **Santuário da Trindade: Os Redentoristas e sua primeira contribuição à imprensa goiana**, pela Editora Redentorista.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial e em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Mestrando em Direito Constitucional Econômico no Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC Goiás) e Filosofia (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG). E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com

A análise basear-se-á em cartas tanto dos padres mais antigos quanto dos mais jovens, bem como nas edições do jornal "Santuário da Trindade".

A devoção do Divino Pai Eterno: as práticas religiosas populares do povo goiano

A cidade de Trindade, localizada a 18 quilômetros de Goiânia, capital do Estado de Goiás, é cenário da terceira maior romaria do Brasil e a mais expressiva do Centro-Oeste. O santo venerado nos santuários de Trindade é o Divino Pai Eterno, a primeira figura da Santíssima Trindade (Deus Pai, Deus Filho — Jesus Cristo — e Deus Espírito Santo) que coroa a Virgem Maria.

No catolicismo romano, Trindade é o primeiro local a homenagear Deus Pai sob o título de Divino Pai Eterno. A veneração ao Divino Pai Eterno em Trindade é anterior à fundação e ao crescimento da cidade.

Segundo Santos (1978), existem três interpretações sobre o início da devoção ao Divino Pai Eterno no arraial do Barro Preto, que posteriormente seria reconhecido como o município de Trindade. A versão mais aceita, citada pela Igreja e em registros históricos, é considerada a oficial dessa devoção. Esta se baseia no testemunho de 1898 do sacristão da capela do Divino Pai Eterno, Manuel Pio:

Está decorrendo quarenta e dois annos (mais ou menos) que Constantino Xavier cazado com Anna Roza deu princípio a romaria do Padre Eterno no Barro Preto de Goiaz... A imagem com que eles principiaram a rezar o terço em honra do Divino Padre Eterno foi feita de barro, em forma de uma medalha que tinha meio palmo de circunferência, (como eu vi). Nesta medalha estava gravada a imagem da Santíssima Trindade, coroando a Virgem Maria. (Pio *apud* Souza, 1958, p. 1-2).

A partir do relato do sacristão Manuel Pio, a Igreja elabora a narrativa de que, por volta de 1840, um casal de agricultores,

Constantino Xavier Maria e Ana Rosa Oliveira, encontrou um medalhão de barro com meio palmo de circunferência enquanto roçava um terreno para plantio em sua propriedade. No relato oficial da Igreja, esse terreno se localizava onde posteriormente foi construído o Santuário Matriz do Divino Pai Eterno, também conhecido como Santuário Velho.

Segundo o historiador Licardino de Oliveira Ney (*apud* Santos, 1978), o medalhão foi encontrado na olaria do casal, e não no terreno que aravam para plantio, como afirma a versão oficial. Conforme destaca Manuel Pio (*apud* Sousa, 1958, p. 2), a primeira capela, construída por Constantino, era "uma czinha coberta de burity"; anos depois, ele ergueu a segunda capela, "coberta de telhas". Já a segunda versão do surgimento da devoção ao Divino Pai Eterno, menos divulgada, difere da primeira apenas na origem do medalhão. Constantino Xavier Maria, vindo de Minas Gerais, chegou a Goiás por volta de 1830:

Para comprar terras e constituir família e que foi feliz em ambas as cousas: comprou terras na margem do córrego Barro Preto, fez uma casa e roças e casou-se com D. Anna Rosa de Oliveira, natural da banda de Padre Souza, perto de Pyrinópolis. (Santos, 1978, p. 53).

Constantino Xavier, sendo muito religioso, traz de Minas Gerais o santo de sua devoção:

Uma verônica representando as Pessoas da Ss. Trindade coroando N. Sra. Maria Santíssima. Diante dessa medalha costumava reunir a família para rezar o terço. Aos poucos os vizinhos começaram a participar da devoção e Constantino viu-se obrigado a construir um rancho para abrigar os devotos. Este rancho, coberto de folhas de burity estava perto do córrego e da estrada nova que ligava com Palmeiras, nos fundos da casa do atual zelador. (Santos, 1978, p. 54).

Já a terceira versão é resultado da entrevista de Santos (1978, p. 53) com Frei Simão Dorvi, uma das grandes autoridades em história de Goiás, em 1975. Conforme o autor citado:

Entrevista com Frei Simão Dorvi (1975). Segundo esse historiador, Constantino Xavier querendo construir uma capela, teria indagado de um sacerdote, qual seria o “santo” mais poderoso... e a resposta teria sido que eram as Três Pessoas divinas e a Mãe de Jesus. A esse “santo” foi dedicada a capela. (Santos, 1978, p. 79).

Além de não determinar qual das três versões é a verdadeira, há outro dilema relacionado à origem da devoção ao Divino Pai Eterno na cidade de Trindade: se a imagem era uma verônica de metal ou um medalhão de barro representando a coroação da Virgem Maria pela Santíssima Trindade. Até mesmo sobre a imagem de madeira do Divino Pai Eterno, com 32 cm, existem duas versões:

A primeira salienta que o fundador da Capela, Constantino Xavier foi informado que “por disposição diocesana não se podia expor, à veneração dos fiéis, imagens que tinham menos de um palmo e imperfeitas”; segundo outra, foi o povo quem exigiu uma imagem em lugar do medalhão. A primeira versão supõe a forma primitiva de verônica; já a segunda favorece a suposição do medalhão de barro. (Santos, 1978, p. 57).

De acordo com a tradição popular, Constantino Xavier encomendou a imagem de madeira em Pirenópolis, Goiás, ao escultor José Joaquim da Veiga Valle. Este, devido à sua habilidade na confecção de imagens, era conhecido como “Aleijadinho de Goiás”. Quando a imagem ficou pronta, Constantino foi buscá-la, mas, sem dinheiro suficiente para cobrir as despesas, vendeu o cavalo e regressou a pé para Barro Preto.

Independentemente de qual versão sobre o surgimento da devoção ao Divino Pai Eterno em Trindade seja a verdadeira, ou de qual imagem — de barro ou de metal — tenha iniciado o culto católico, o relevante para esta pesquisa é que a devoção surgiu de forma popular, ou seja, do povo, longe do olhar da hierarquia eclesiástica.

Santos (1976, p. 54) relata: “Diante dessa medalha, a família costumava se reunir para rezar o terço. Gradualmente, os vizinhos

começaram a participar da devoção”. A devoção se espalhou tanto que foi necessário transferir o local de culto da casa de Constantino Xavier e Ana Rosa para uma capelinha construída de pau a pique, bem como formar um patrimônio com terras dedicadas à devoção ao Divino Pai Eterno.

O surgimento da devoção, em meados do século XIX, coincide com o período de vigência do Padroado no Brasil. Conforme a definição de Oliveira (2016, p. 80), o Padroado consistia:

em acordos firmados entre os Estados ibéricos e a Santa Sé, no momento de ofensiva intelectual e política desta diante dos ares contestatórios trazidos pela Reforma Protestante. Pressupunha, deste modo, certa aquiescência da Igreja no sentido da execução de competências eclesiásticas por parte do monarca, com destaque para a nomeação dos bispos e para a cobrança do dízimo. Ao mesmo tempo, o acordo em questão garantia o compromisso de expansão da fé católica nas terras recém-conquistadas. Apesar das concessões ao poder régio, Roma não abria mão de fortalecer sua potestade, sobretudo a partir das decisões de sua alta hierarquia e da diáspora missionária que se estabeleceu em âmbito global na Idade Moderna, tendo no Brasil seu maior exemplo na ação da Companhia de Jesus. (Oliveira, 2016, p. 80).

Durante a vigência do Padroado no Brasil, Santos (1978) ressalta que a presença do clero no Santuário de Trindade era bastante limitada, restringindo-se a visitas e à assistência estritamente religiosa, por meio da administração dos sacramentos e de atos litúrgicos em geral, visto que a administração material competia aos leigos (Santos, 1978, p. 58).

A escassez de padres para assistência religiosa no Santuário do Divino Pai Eterno não se devia apenas ao Padroado. Em 1872, a província de Goiás dispunha de somente 17 sacerdotes seculares para atender a toda a diocese. A diocese goiana cobria uma área de 617.937 km², englobando o que hoje são os Estados de Goiás, Tocantins e o Triângulo Mineiro (Beozzo, 1983, *apud* Gomes Filho, 2020).

Considerando a vastidão territorial e a falta de padres, outro empecilho à assistência religiosa na diocese goiana era o caráter rural de Goiás. A maioria da população residia no campo, distante umas das outras e das cidades. Esses fatores contribuíram para o surgimento da devoção popular ao Divino Pai Eterno, evidenciando a religiosidade e o catolicismo populares.

Mata (2002, p. 64) comenta que o catolicismo popular, “[...] do ponto de vista organizacional, caracteriza-se por uma presença muito débil – senão ausência – da mediação eclesiástica. Isso explica por que seu lócus tende a ser o meio rural ou semi-rural”. O catolicismo popular emergente em Goiás é híbrido, pois combina elementos de práticas religiosas populares, como ritos e magias, com elementos da religião oficial, incluindo suas liturgias.

Gomes Filho (2020, p. 181) descreve esse catolicismo popular goiano como:

Cujas características centrais giram em torno de seu caráter leigo (contrapondo-se à intervenção e intermediação clerical de maneira mais sólida), familiar (contrapondo-se ao ambiente da igreja, frequentada fundamentalmente nos dias de festas), e devocional (mais ligado à relação íntima com os santos de devoção do que ao culto formal à divindade). Embora estas características se apresentem em Goiás a partir das dinâmicas próprias do sertão goiano, entretanto, seria um engodo pretendemos que este catolicismo popular em Goiás seja singularmente distinto do catolicismo sertanejo que se desenvolveu em todo o Brasil, e mesmo do catolicismo popular europeu e de outras regiões do mundo cristão. (Gomes Filho, 2020, p. 181).

Já Santos (1978) destaca os principais aspectos do catolicismo popular que se manifestam em Trindade, no início da devoção ao Divino Pai Eterno, e em todo o Brasil.

a- É uma religião humanista voltada para o homem, em oposição à autoridade, voltada para Deus. b - É uma religião Messiânica, que visa bens

materiais, em oposição à religião Salvífica que visa bens eternos. c - É um Catolicismo rural com formas elementares de culto e contaminado por elementos estranhos ao cristianismo, em oposição ao catolicismo puro ou eclesial. d- É um Catolicismo popular, de constelação devocional e protetora, em oposição ao catolicismo oficial de constelação sacramental e evangélica essenciais. e- É um catolicismo de religiosidade vertical, em oposição ao catolicismo de religiosidade horizontal que é Eclesiástico e Oficial. f- É um catolicismo em que predomina o providencialismo nas classes incultas, e o ritualismo, nas classes mais cultas, em oposição ao catolicismo dinâmico da Igreja pós-conciliar. g- Finalmente é um Catolicismo em que a Prática e a mentalidade religiosa não se afinam com as correspondentes do Catolicismo Eclesiástico. (Santos, 1978, p. 202-203).

A devoção inicial ao Divino Pai Eterno em Trindade caracteriza-se plenamente como religiosidade popular. A imagem sagrada venerada no Santuário simboliza dois dos mais importantes dogmas do catolicismo: a Santíssima Trindade (Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo) e a Assunção de Maria ao céu. Devido à falta de assistência religiosa, os primeiros devotos optaram por venerar a primeira pessoa da Santíssima Trindade, Deus Pai, sob o título de Divino Pai Eterno.

Essa particularidade torna essa devoção única em toda a Igreja Católica, pois nunca se havia venerado a primeira pessoa da Santíssima Trindade com uma festa e romaria exclusivamente dedicadas a Ele. Até mesmo a escolha da data para celebrar a festa do Divino Pai Eterno, no primeiro domingo de julho de cada ano, foi determinada longe da supervisão da hierarquia eclesiástica.

A data foi escolhida considerando-se que julho é uma época seca, sem chuvas, e após a colheita das safras. A comemoração no primeiro domingo de julho de cada ano destaca o caráter popular dessa devoção, uma vez que não existe no calendário litúrgico oficial da Igreja uma data específica para essa celebração.

Devido à ausência de assistência religiosa, o foco da festa do Divino Pai Eterno, nas primeiras décadas, estava na reza do terço, em cânticos e em procissões. Essa expressão de fé, centrada na crença leiga e em práticas ritualísticas e místicas, mais tarde encontraria resistências por parte do catolicismo tradicional.

A romanização da devoção do Divino Pai Eterno

A romanização das práticas religiosas católicas em Goiás teve início durante os governos eclesiásticos dos bispos ultramontanos Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1866-1876), Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1907). Para esta pesquisa, o foco está nas ações e diretrizes do pastoreio de Dom Eduardo Duarte Silva. Seu período de administração em Goiás ocorreu logo após o fim do Padroado, consequente à Proclamação da República Brasileira em 1889.

De acordo com Souza (2010, p. 29-30), a romanização é definida como a “aplicação das determinações do Concílio de Trento, ou seja, do Movimento Tridentino no território brasileiro”. Enquanto bispo da diocese de Goiás, Dom Eduardo empreendeu a tarefa de consolidar o espírito tridentino e reorganizar a diocese (Wernet, 1999, p. 25). Ele foi nomeado por breve de 22 de janeiro de 1891, tomando posse da diocese por procuração e escrevendo sua primeira carta pastoral (Santos, 1984, p. 224).

Educado em Roma sob a influência do espírito tridentino, Dom Eduardo tinha como principal missão reformar a Igreja em Goiás. Esse propósito o levou a enfrentar diversos conflitos na diocese, engajando-se em embates com lideranças políticas e religiosas.

A romaria do Divino Pai Eterno não permaneceu à margem das intenções do bispo, conforme ele mesmo relata em sua autobiografia.

De Bela Vista nos encaminhamos para Campininhas, para dali, saindo da estrada geral ou salineira, como chamam, visitar um santuário chamado “do Divino Padre Eterno” no qual durante a viagem iam os goianos falando-me, por verificarem ali milagres extraordinários e onde o povo venera um grupo de imagens, representando a coroação de Nossa Senhora no céu, mas que todos apelidam imagem do Divino Padre Eterno. Àquele santuário acodem anualmente romeiros de todo o Estado de Goyaz e fora dele para levarem suas ofertas, cumprirem suas promessas e assistirem à festa que se celebra no primeiro domingo de julho. (Silva, 2007, p. 86).

Por ter uma visão romanizada, Dom Eduardo já concebia pejorativamente o Santuário do Divino Pai Eterno como um local onde:

há sempre jogos, bersundelas [sic], brequefestes e reúnem-se as bilhardonas e as calonas de todas as freguesias, bem como sujeitos avilanados e rapazes mariolas, que aproveitam essas reuniões de gente ruim e de marafonas para saciarem a sua luxúria e executarem suas vinganças; de sorte que não há ano algum em que não haja assassinatos e ferimentos graves. (Silva, 2007, p. 86).

Durante esse período, a administração do Santuário do Divino Pai Eterno estava a cargo de uma irmandade de leigos, formada por um presidente, um tesoureiro e um secretário. Essa situação era exatamente o que os bispos ultramontanos desaprovavam em suas dioceses; eles buscavam substituir as irmandades leigas por associações sob a supervisão do clero. Dom Eduardo expressou sua desaprovação ao comentar sobre a Irmandade do Santuário do Divino Pai Eterno: “Irmãos de mesa, irmãos do cobre é que eles eram. De pobres, tornaram-se ricos fazendeiros, donos de imensas terras e de abundante gado” (Silva, 2007, p. 86).

De acordo com Santos (1978, p. 91), três desafios se apresentavam a Dom Eduardo no Santuário do Divino Pai Eterno: a gestão financeira, a administração patrimonial e a cristianização da romaria.

Após inúmeras disputas com líderes políticos e administradores do Santuário, em 1894, Dom Eduardo recorreu à Alemanha, trazendo os

Missionários Redentoristas para abordar essas questões. No entanto, durante os primeiros anos sob a liderança desses religiosos, os conflitos entre Dom Eduardo e os administradores políticos de Trindade persistiram.

A tensão chegou ao ponto de Dom Eduardo interditar o Santuário por três anos. Ele também tentou, sem sucesso, transferir a romaria de Trindade para Campininhas das Flores, propondo ainda uma mudança de data para 15 de agosto, dia da Assunção de Maria ao Céu.

Quanto à devoção do povo ao Divino Pai Eterno e à sua posição em relação ao bispo, os Missionários Redentoristas estavam divididos. Os padres mais antigos, como Gebardo Wiggermann (líder da missão redentorista) e Francisco Wand, apoiavam o povo, compreendendo melhor suas práticas religiosas, enquanto um grupo de padres mais jovens, liderado por Antônio Fischhaber e João Batista Kiermaier, alinhava-se mais ao bispo e criticava a religiosidade dos fiéis.

Padre Gebardo Wiggermann desempenhou um papel crucial ao intermediar as conversas entre os fiéis, os líderes políticos e Dom Eduardo, visando à revogação da interdição do santuário e à retomada da romaria do Divino Pai Eterno em Trindade. Em 1903, a comunidade finalmente pôde expressar sua devoção, agora com o respaldo dos religiosos alemães.

Um testemunho disso é a carta do padre Antônio Fischhaber ao superior provincial dos Missionários Redentoristas na Alemanha, padre Luís Kuppers:

A festa do Padre Eterno em Trindade tinha se degenerado num 'Octoberfest' (Festa de Outubro, festa popular da cerveja de Munique, capital da Baviera). Dois terços dos romeiros vêm para negociar, beber, jogar. Negociantes vindos dos quatro cantos procuram sua sorte, inimigos resolvem suas brigas até a bala, mulheres de má vida fazem seus infames negócios. (Fischhaber, 1900 *apud* Wernet, 1999, p. 74).

Na mesma visão do padre Antônio Fischhaber, o padre João Batista Kiermaier também relata ao provincial alemão, padre Luís Kuppers:

Durante o ano não aparece ninguém, mas na festa vem gente de longe, cerca de 5.000 a 10.000 pessoas. Não é uma festa religiosa. Muitas pessoas vêm apenas para comerciar, chegam e entram na igreja, depositando sua esmola no altar-mor, que também serve de cofre, saem e nunca mais põem os pés na igreja. Prostitutas aparecem vindas de todos os lados; e muitas moças ingênuas perdem a inocência, enganadas ou violentadas. Após a festa, quando a maioria se retirou, a sem-vergonhice não tem limites. As prostitutas saem pelas ruas, mal-vestidas, convidando e insinuando e gritando etc. Tudo isso num lugar de 200 habitantes em que há 20 prostitutas. (Kiermaier, 1900 *apud* Wernet, 1999, p. 74-75).

Em contraponto aos relatos críticos dos padres Antônio Fischhaber e João Batista Kiermaier, o padre Francisco Wand registra a profunda experiência de fé dos romeiros no Divino Pai Eterno:

No santuário do Divino Padre Eterno tudo é original e a devoção dos fiéis se manifesta de diversas maneiras as mais variadas e curiosas... Não é raro que algum romeiro, que fora salvo de um perigo ou um desastre pela invocação do Divino Pai Eterno, repita ao vivo a cena, tal qual se deu com ele. Por exemplo, um carro de boi, ataque de onça. [...] Então pode-se ver que em virtude das promessas, carregam na cabeça talhas de água; quando alguém lhe faz o sinal que deseja beber, ajoelha-se para assim facilitar tirar a água; uma cena comovente de se praticar a caridade. Muito edificante também é a 526 maneira como, no fim da festa, os romeiros se despedem do santuário, pedem pra isto a licença para alguns dos padres do santuário e a sua bênção. (Wand, s/p).

O próprio Dom Eduardo, que via o santuário do Divino Pai Eterno como um lugar de perdição, menospreza os fiéis, em sua maioria humildes e sem instrução formal, em sua autobiografia:

Que direi das rezas e das ladainhas, que cada família promete lá ir cantar? Quantos arranhões no latim! Começando pelo 'Deus in adiutorium [meum intende]', cantam: 'Deus no oratoria não me en[tende] e respondem: 'É o dom da Joana e da Fostina. [Domine ad adjuvandum me festina]. 'Mater

Christi' é 'Matem a Cristo'. 'Virgo Praedicanda' = 'Virgem pé de cana'. 'Virgo pontens = 'Vira o pote'. 'Speculum justitiae' = 'Espetem a justiça'. 'Janua Coeli' = 'Já não há céu'. 'Stella matutina' = 'Estrela da manhã'. 'Agnus Dei qui tollis peccata mundi' = 'já que não deu o que toca para cada mundo' etc. Quanta sandice! (Silva, 2007, p. 166).

Além de mediar as tensões entre Dom Eduardo e as lideranças políticas e garantir o retorno da romaria do Divino Pai Eterno para Trindade, o padre Gebardo Wiggermann foi um grande defensor da religiosidade popular dos fiéis. Em carta ao superior geral dos Missionários Redentoristas, e apesar das críticas dos padres mais jovens, ele afirma que o trabalho no Santuário do Divino Pai Eterno já apresentava resultados positivos e que era possível perceber seus efeitos:

Voltando à festa de Barro Preto, não se negam desordens havidas, até assassinatos; mas não há razão de admiração numa tão grande aglomeração de gente e gente meio selvagem. De mais, todas as festas no Brasil, enquanto não são orientadas por padres europeus, são festas populares de música, jogos, dança e fogos etc. É quase só isso. **Desde que nossos padres estão em Goiás, a festa do Barro Preto tornou-se mais cristã. Aos poucos irá melhorando**, mas agora água e criança foram jogados fora. (Wiggermann, 1900, *apud* Wernet, 1999, p. 82 – grifos nossos).

A instrumentalização do jornal *Santuário da Trindade*: da implementação das práticas religiosas oficiais na romaria do Divino Pai Eterno ao combate à religiosidade popular em Goiás

Em 1922, com o término do mandato de superior da vice-província bávaro-brasileira, com sede em Aparecida do Norte, São Paulo, o missionário redentorista padre João Batista Kiermaier foi transferido novamente para Campininhas, Goiás, agora como superior.

Padre João Batista Kiermaier fazia parte do grupo de padres jovens que, em 1900, no período do interdito do Santuário do Divino Pai Eterno, ficou ao lado de Dom Eduardo e também era crítico ferrenho da

religiosidade popular dos romeiros. Em carta ao provincial padre Luís Kuppers, em 1900, padre João Batista Kiermaier apresentou críticas severas à romaria do Divino Pai Eterno:

Lá, eles (o grupo de padres mais velhos) olham mais o lado financeiro, enquanto nós, queremos não só evitar que a festa seja a que Santo Afonso (fundador dos Missionários Redentoristas) reprova, mas também evitar que a devoção do Padre Eterno desvie os devotos da verdadeira devoção, conduzindo-os ao protestantismo. **A devoção em Campinas não será para o Pai Eterno, mas para a Santíssima Trindade ou Nossa Senhora.** (Kiermaier, 1900 *apud* Wernet, 1999, p. 82 – grifos nossos).

Nessa carta, escrita quase 20 anos antes de o padre João Batista Kiermaier assumir o Santuário do Divino Pai Eterno, podemos perceber claramente seu pensamento em relação à religiosidade popular celebrada no local. O sacerdote alemão afirma que essa religiosidade é contrária à ensinada pelo fundador dos Missionários Redentoristas, Santo Afonso, e que ela pode levar os romeiros a se converterem ao protestantismo, que, na época, estava chegando a Goiás. Kiermaier também é contrário à devoção a apenas uma pessoa da Santíssima Trindade; ele prega que a devoção seja direcionada a toda a divindade ou para Nossa Senhora, que é coroada na imagem.

Em Goiás, padre João Batista Kiermaier criou um jornal católico, o *Santuário da Trindade*. Ele já tinha experiência com jornal, pois, de 1904 a 1921, foi redator do periódico *Santuário d'Apparecida*, órgão oficial do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte, São Paulo.

Em Goiás, antes do jornal *Santuário da Trindade*, também circulou *O Lidador* (1909-1914/1916-1917), editado pelo bispo de Goiás, Dom Prudêncio Gomes da Silva.

O primeiro número do jornal *Santuário da Trindade* saiu no dia da Festa do Divino Pai Eterno, 1º de julho de 1922, com 400 assinaturas,

enquanto *O Lidor* nunca passou das 180. O jornal *Santuário da Trindade*, um ano depois da primeira edição, passou de quinzenal para semanal, “sem alteração de estrutura e de anuidade” (Santos, 1984, p. 173).

Em 1923, esse periódico já possuía 700 assinaturas e era o jornal de maior tiragem em Goiás. No ano seguinte, “as assinaturas chegaram ao expressivo número, para o Estado, de 1.200, acusando, no entanto, um ‘déficit’ financeiro da ordem de 2:000\$000. Essa situação se deteriorou ainda mais com o episódio da ‘Coluna Prestes’” (Santos, 1984, p. 173). Com um “déficit” de 28:000\$000, o jornal *Santuário da Trindade*, depois de nove anos, chegou ao fim em julho de 1931. Além do padre João Batista Kiermaier, foram diretores e redatores do periódico os padres José Lopes Ferreira, Lourenço Hubbauer e Geraldo Pires de Souza.

Na primeira edição do jornal *Santuário da Trindade*, são apresentados no editorial os objetivos do periódico:

Apresentamos hoje aos catholicos o primeiro número do “Santuário da Trindade”. Que pretende este jornal e qual será a sua orientação? Trindade é, sem contestação, o santuário mais freqüentado e querido dos catholicos deste grande Estado de Goyaz. **O nosso jornal será o orgam desta devoção popular, será uma voz que deste santuário partirá, contando aos fiéis o que aqui se passa e renovando-lhes as impressões piedosas que d’aqui levaram.** Desde que o saudoso d. Prudêncio viu-se obrigado a interromper a publicação do Lidor, Goyaz não tem mais nenhum jornal catholico. O Santuário da Trindade não poderá suppir a falta do Lidor, mas será um jornal catholico, que procurará augmentar nos catholicos o conhecimento da Religião e o amor à Igreja, a fidelidade no cumprimento dos deveres religiosos e o interesse pelas cousas da Religião. (Santuário da Trindade, 1922, p. 1 - grifos nossos).

O padre João Batista Kiermaier, que não tinha apreço pela religiosidade popular que predominava no santuário, foi claro em relação a um dos principais objetivos do jornal: ele seria o órgão da

devoção ao Divino Pai Eterno. O Estado de Goiás, nesse período, segundo o censo demográfico de 1920, tinha uma população de 511.919 pessoas e, destas, apenas 66.870 sabiam ler e escrever.

Como veremos em nossa pesquisa, os Missionários Redentoristas em Goiás, liderados pelo padre João Batista Kiermaier, retomam seu pensamento contrário à religiosidade popular praticada no santuário do Divino Pai Eterno e em todo o estado, e apresentam o catolicismo oficial como o correto a ser seguido.

Os religiosos trabalharam em duas frentes para conseguir êxito nesse processo: a primeira, com as desobrigas e as missões pelo sertão; e a segunda, por meio da imprensa, já que o público leitor era pequeno em comparação ao número de habitantes de Goiás.

O jornal *Santuário da Trindade* buscará condenar práticas cotidianas da população, que o editor do periódico, padre João Batista Kiermaier, classifica como pecaminosas. Como podemos observar em alguns trechos do jornal:

Quem conversa na igreja, rouba a Deus a honra, aos anjos o prazer, às almas do purgatório o auxílio, aos fiéis a devoção e o sossego. A igreja é a casa de Deus e, por isto, lugar de todo respeito: mesmo fora dos atos religiosos, não deve servir para lugar de conversa. Muita falta de fé e de educação mostram as pessoas que se portam mal na igreja, faltando, assim, o respeito a Jesus, presente no santíssimo sacramento e às imagens dos santos que se acham sobre o altar. (Reflexões, 1923, n. 15, p. 1).

A condenação de conversar dentro da igreja, mesmo quando não há a celebração de algum ato litúrgico. Para o padre Kiermaier, quem conversa dentro do templo está roubando a “Deus a honra” e também o “prazer” dos anjos, o “auxílio” das almas do purgatório e a “devoção e o sossego” dos fiéis. Além de cometer essa série de roubos, o fiel que conversa dentro da igreja também falta com o respeito a Jesus no Santíssimo Sacramento e às imagens dos santos que estão no altar.

Em 7 de abril de 1923, foi publicado o artigo “Respeito à casa de Deus” no jornal *Santuário da Trindade*:

- 1º Lugar de oração a casa de Deus merece que nella entremos com fé e respeito.
- 2º Entrando na Igreja, o primeiro acto é adorar o Santíssimo Sacramento indo rezar deante do seu altar.
- 3º Depois da oração eucarística é que vêm os demais actos de culto, como as preces aos santos.
- 4º Não se deve passar deante do Santíssimo sem fazer a genuflexão completa.
- 5º É preciso ajoelhar durante a elevação e quando o padre distribue a Sagrada Comunhão.
- 6º Dentro da Igreja não se deve falar nem passear.
- 7º É preciso tomar parte activa na liturgia e responder elaboradamente às orações comuns e aos cânticos litúrgicos populares.
- 8º As senhoras devem vir de cabeça coberta em trajes modestos e christãos.
- 9º A immodestia no vestir é uma ofensa a Deus, um escândalo para o próximo, uma profanação no lugar santo.
- 10º O Senhor não pode aceitar as orações e esmolas das Senhoras que não trajem com pudor, pois pune os profanadores do templo.
- 11º Deus será severíssimo com os paes que não impedem as extravagâncias das filhas.
- 12º É ridículo e grotesco trazer cães dentro da Igreja.
- 13º Não se deve cuspir no chão, dentro da Igreja como medida de respeito e hygiene.
- 14º Não se devem trazer creanças que chorem durante os actos religiosos.

É interessante observar a preocupação dos Missionários Redentoristas, que condenam tudo aquilo que era comum no dia a dia dos fiéis que frequentavam a igreja, principalmente levar cães e crianças que choram para o templo.

Quanta tolice há neste mundo. Já veio até cá no sertão uma lista ou cadeia de nomes para ser copiada nove vezes; a quem copiar se promete felicidades; a quem quebrar a cadeia “infelicidade”. Trata-se disto uma simples exploração da ignorância alheia. [...] Quando e como os autoriza Nosso Senhor que é o autor da felicidade? Às pessoas religiosas dizemos: não faça casos desses

papeluchos, lance-os no fogo ou no risco. Os que não têm religião certamente copiarão a lista, porque quem não crê em Deus, em troca acreditam em todas as tolices que aparecem. (Reflexões, 1923, n. 15, p. 1).

Nesse trecho do jornal, uma das críticas do padre Kiermaier se dirige às correntes. Para o religioso, essas correntes se opõem a Jesus Cristo, a quem ele chama de "autor da felicidade". Para ele, as pessoas que acreditam em correntes são ignorantes por darem crédito a essa prática, ou descrentes, por não crerem apenas em Deus.

Quem fica doente, procura remédios para sarar e consulta aquelles que elle espera que o curem. Cá pelo interior, onde os medicos são raros, o povo vê-se geralmente forçado a consultar os entendidos a que dão o nome de curandeiros ou raizeiros. Certamente muitos destes conhecem remedios para os incommodos mais communs e podem assim alliviar muitos soffrimentos. Mas quando um curandeiro começa a tratar os doentes com rezas e benzeções, quando acha que as doenças são provenientes de maos espíritos ou de feitiços, então é simplesmente um velhaco e explorador que vive a enganar e roubar os outros. A estes ninguém deve consultar. (Reflexões, 1922, n. 3, p. 1)

As principais críticas do padre João Batista Kiermaier à religiosidade popular referem-se ao curandeirismo. Os fiéis doentes buscavam auxílio nos curandeiros, deixando os sacerdotes da religião oficial de lado. Para o religioso, por mais que reconheça que o curandeiro possa até conhecer um medicamento que cure a dor do paciente, se ele utiliza “rezas”, “benzeções” para tratar os doentes, acreditando que as doenças são provenientes de “maus espíritos” ou de “feitiços”, ele não passa de um “velhaco” ou “explorador”.

Esta vais com vistas a polícia. Há quase dois anos que no município de Trindade, distante da vila duas léguas, um tal Flausino, negro boçal sem nenhum preparo médico, anda curando e matando a pobre humanidade, receitando para todos os incômodos pinga e mais pinga. Diversas pessoas têm morrido ali, e outras coisas têm se dado que impressionam a todos quanto não estão interessados em vender pinga. Parece-nos que já seria

tempo de se abrir um inquérito policial sobre o que há e o que não há, antes que aconteçam outras coisas. (Reflexões, 1924, n. 44, p. 1).

Nesse trecho do jornal *Santuário da Trindade*, o benzedor Flausino é descrito como “negro boçal”, “sem nenhum preparo médico”. A medicação que ele oferece é “pinga e mais pinga”.

Indiretamente, todas essas publicações no jornal são uma formação para os fiéis que vão à Romaria do Divino Pai Eterno, pois, como o próprio jornal definiu, ele é um “órgão” dessa devoção.

Especificamente sobre a Romaria do Divino Pai Eterno, encontramos algumas publicações ao longo de várias edições. Na primeira edição do jornal, em 1922, informa-se o cronograma das celebrações litúrgicas, com anúncio das missas, procissões e novenas, enfatizando a possibilidade de comunhão em todos os dias da festa.

Na coluna “Reflexões”, há pequenos textos assinados por um tal de “Prado”, que ainda não conseguimos identificar. Nessa coluna, há uma declaração informando que fazer pequenos negócios aproveitando-se do período da festa não configura pecado e também que “não censuramos aqueles para quem a festa, além de um ato de devoção, é também uma agradável distração, talvez a única ocasião no correr do ano em que deixam sua luta de todos os dias e levam sua família à cidade” (*Santuário da Trindade*, 1922, n. 1, p. 1).

No entanto, há uma série de proibições que os fiéis não deveriam fazer durante a festa, como desordem, consumo de bebidas alcoólicas, jogos de azar, escândalos e vulgaridades. Para ilustrar essas proibições, há outro texto na mesma coluna, com um sermão sobre as pessoas que se entregavam ao vício do jogo, visto como a ruína do praticante e de sua família. A segunda edição do jornal, lançada após a festa, noticia que a romaria ocorreu sem nenhum incidente, também graças ao destacamento policial enviado para a celebração religiosa.

Já na edição de 2 de junho de 1923, são publicadas instruções de como os romeiros devem participar da festa. A recomendação era que os fiéis participassem das celebrações com fé e piedade, mas sem se entregarem aos prazeres e diversões pecaminosas. Quem não seguisse os conselhos religiosos estava propenso, segundo o padre João Batista Kiermaier, a sofrer “os castigos de Deus porque, em vez de honrar a Deus, o ofendem; em vez de louvar a Deus, o insultam; em vez de reunir-se para adorar a Deus, reúnem-se para o desrespeitar e induzir a isto também os outros” (Santuário da Trindade, 1923, n. 25, p. 1).

O padre Kiermaier também alerta que a conduta de piedade não é somente a ser seguida durante a festa, mas também no percurso da viagem de ida e volta dos fiéis para suas casas, evitando brigas, embriaguez, conversas ou más ações, para não ofender a Deus. Se algum fiel descumprisse essas determinações, segundo o padre, os castigos viriam.

Na edição de 30 de junho de 1923, é publicada uma coluna no jornal com o nome: “Festa do Divino Padre Eterno no Santuário da Trindade: aviso aos romeiros”. Nessa coluna, há a programação dos eventos religiosos que aconteceriam durante a festa e também um aviso: “É melhor pôr o dinheiro das promessas e ofertas nos cofres ao lado dos altares do que deixá-lo em cima do altar” (Santuário da Trindade, 1923, n. 27, p. 2).

No ano de 1924, a festa começa a ser divulgada no jornal “Santuário da Trindade”, na edição de 3 de maio. Agora, o periódico, que antes era quinzenal, passa a ser semanal. A divulgação da festa, dois meses antes da realização, ocorre porque, nesse ano, o irmão de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, participará da romaria.

Nessa romaria, segundo dados do jornal, mais de vinte mil pessoas participaram da festa. O editor da coluna no jornal elogia o número de pessoas que participou da festa e, ao mesmo tempo, cobra das autoridades responsáveis medidas severas contra certas “pragas”, como jogos de azar e prostituição, que aparecem durante a romaria. Conforme o editor, medidas já foram tomadas para evitar esses tipos de coisas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo.

Na edição de 12 de julho de 1924, é publicada uma lista de promessas que os padres desaconselhavam ou proibiam:

- Ir à Trindade a pé (30 a 80 km) e (lá entregar-se ao jogo, a divertimentos e cousas piores...).
- Beber 50 copos d'água no dia da Festa.
- Entrar despido na igreja.
- Tirar esmola com a bandeira do Divino.
- Assistir missa com um pote d'água na cabeça ou com cinco ou seis velas em volta da cabeça.
- Casar-se em Trindade (com o perigo de permanecer vários anos em amancebamento).
- Batizar os filhos em Trindade (com o perigo de deixá-los vários anos sem batismo).

O problema com os jogos de azar e a prostituição são relatados na festa de 1925. Segundo o jornal, “dar abrigo a jogadores e prostitutas ou exigir-lhes dinheiro para que possam exercer livremente seu vergonhoso ofício é a infâmia das infâmias, a maior de todas as vergonhas, que não deve ser tolerada pelos mantenedores da ordem” (Santuário da Trindade, 1925, n. 113, p. 1-2). O editor do periódico também condena os “fiéis à metade”, aqueles que participam da missa, mas, ao mesmo tempo, seguem tradições antigas, hábitos de família, queimam fogos, bebem, dançam e se divertem “em honra” ao santo ou dão escândalo e jogam, ou, ainda, riem de quem comunga ou canta em

voz alta. Nos anos de 1926 e 1927, as publicações sobre a Festa do Divino Pai Eterno vão desaparecendo.

Nos anos seguintes da existência do jornal *Santuário da Trindade*, são publicadas apenas algumas notas sobre o número de fiéis na festa, confissões, crismas e comunhões distribuídas durante a romaria. O periódico se limita a informar: “Com toda a pompa tradicional será celebrada também este ano a festa da SS. Trindade, em seu Santuário de Barro Preto, no dia ____ de julho” e, com letras menores, “As novenas solenes começarão no dia ____ de junho e o programa é o de todos os anos”.

Considerações finais

Em 1894, chegam da Alemanha os Missionários Redentoristas para cuidar do Santuário e da Romaria do Divino Pai Eterno. Os religiosos encontram uma população com pouca instrução sobre o catolicismo oficial.

Em seu lugar, os fiéis desenvolvem sua própria religiosidade, da qual a devoção ao Divino Pai Eterno é fruto legítimo.

Os Missionários Redentoristas que cuidam do Santuário e da Romaria se dividem em dois grupos: o dos padres mais experientes e o dos padres jovens. O primeiro grupo é tolerante e respeitoso com a religiosidade popular dos goianos. Já o segundo grupo adota uma postura de pouca tolerância, buscando impor o catolicismo oficial em detrimento do popular vivenciado pelos fiéis.

Quando o grupo de padres jovens assume o poder em 1922, cria um jornal para colocar em prática suas diretrizes. Inicia-se, assim, um combate às práticas da religiosidade popular, como o curandeirismo, as superstições e as crenças contrárias à doutrina oficial do catolicismo.

Os Missionários Redentoristas também utilizam o jornal *Santuário da Trindade* para a implementação de práticas religiosas oficiais na Romaria do Divino Pai Eterno.

Referências

GOMES FILHO, Robson. Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás no início do século XX: caracterizações e problematizações. In: SILVA, Deuzair José da; QUADROS, Eduardo Gusmão de (orgs.). **Céu, inferno e além: o pós-morte na história das religiões**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

JORNAL SANTUÁRIO DA TRINDADE. Campininha das Flores (GO). 1922-1925. Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO).

MATA, Sérgio. Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. Padroado régio e Regalismo nos primórdios do Estado Nacional brasileiro (1820-1824). **Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 76-96, 2016.

REFLEXÕES. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 15, p. 1, 21 abr. 1923.

_____. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 3, p. 1, 29 abr. 1922.

_____. **Santuário da Trindade**, Campinas (GO), n. 44, p. 1, 19 abr. 1924.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944**. (Tese de Doutorado) – USP São Paulo, 1984.

_____. **Trindade de Goiás – uma cidade santuário conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

SILVA, Dom Eduardo Duarte. Passagens. **Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva Bispo de Goyaz**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

SOUZA, João Cardoso de. O Santuário de Trindade. **Revista da Arquidiocese**, Goiânia, ano II, 6, p. 2-14, jun. 1958.

SOUZA, Rildo Bento. **Pobres, doentes e desvalidos: o Asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás (1909-1935)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

WAND, Pe. Francisco. **Histórias contadas por um missionário do Brasil Central**. Tradução do alemão feita por Pe. Valentin Mooser CRsR. Texto inédito e datilografado, presente no Arquivo Santo Afonso, da Congregação Redentorista de Goiânia, s/d.

WERNET, Augustin. **Os Redentoristas no Brasil**. Aparecida: Editora Santuário, 1999. 1 v.

5

O LOUCO E O POBRE: HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA E ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

*Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo*¹

No início do século XX, mais precisamente em 1903, foi inaugurado sobre as terras de Joaquim Silvério dos Reis, o Hospital de Assistência de Alienados de Barbacena. Consistia em um complexo destinado a receber inicialmente tuberculosos e leprosos, e décadas mais tarde estaria lotado com aqueles que desagradassem a ordem pública. Menos de dez anos após abertura dessa instituição em Minas Gerais, seria inaugurado a 1,164 km, na cidade de Goiás, em julho de 1909, o Asilo São Vicente de Paulo. Contrapondo-se ao primeiro, esse visava a abrigar e acolher os pobres e os indigentes que perambulavam pela cidade. Um consistia em um local de segregação e silenciamento, o outro alocava os necessitados e desvalidos. Este texto tem como objetivo analisar a maneira como os residentes das duas instituições eram percebidos e destacar as diferenças nas observações feitas a seu respeito.

Um ponto que será abordado, de maneira resumida devido à estrutura deste trabalho, é a noção do processo eugênico e suas reverberações em território nacional. Quando a teoria foi formulada, no final do século XIX, tinha como objetivo a “melhoria” genética da

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, com bolsa CAPES (2023). Pós-graduada em "Estudos Literários e o Ensino de Literatura, ofertado pela Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Goiás. Membro do grupo de pesquisa "Saramago, Leitor de Karl Marx" da PUC-MINAS. Integrante do Coletivo Feminista GSEX - Grupo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Cultura em Gênero, Direitos e Sexualidade vinculado à UFG (desde 2022). Licenciada em História, na Escola de Formação de Professores e Humanidades, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2019). Interessada nas temáticas: memória; patrimônio; monumento; documento; identidade; poder; história; psicologia; e reforma psiquiátrica. E-mail: rafaelacavalcante15@gmail.com

população. Para isso possuía três vertentes: a *positiva*, que diz respeito à reprodução em massa de pessoas consideradas saudáveis, para que assim houvesse grupos aptos e fascinantes; a segunda é conhecida como *negativa*, pois o processo de exclusão perpassa a ideia da primeira, considerando que pessoas inferiores ou limitadas não deveriam reproduzir, para que dessa forma fossem extintas, sendo composta por doentes mentais, por pessoas com doenças infecciosas, contagiosas, hereditárias e por deficientes físicos; já a última delas, que será tratada com maior elaboração e, possivelmente, a mais amplamente conhecida, remete às atrocidades perpetradas pelo partido nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que para além da esterilização de grupos considerados insignificantes, promovia, principalmente, o extermínio de tais grupos, conhecida como *racial*.

O escritor russo Liev Tolstói, um dos principais nomes quanto ao realismo russo, traz em sua obra *Guerra e Paz*², publicada em 1867, importantes debates quanto a escrita histórica que muitas vezes se prendia aos grandes nomes e personalidades, em vez de se dedicar aos relatos dos homens e das massas. Trago essa questão, pois muitos internos foram silenciados em Barbacena, e nunca puderam contar com exatidão aquilo que vivenciaram, apenas décadas mais tarde seriam ouvidos e colocariam em evidência o que aconteceu. Para isso, para essa necessidade de dar voz e vez a grupos marginalizados, o escritor russo dirá que

para o estudo das leis da história temos de mudar completamente o objeto de observação, deixar em paz os reis, os ministros e os generais, e examinar os elementos infinitesimais, homogêneos, que dirigem as massas. [...] é evidente que por esse caminho se encontra a possibilidade de aprender as leis da história, e nesse caminho a mente humana ainda não aplicou a

² Utilizarei a edição publicada pela Companhia das Letras, em 2017.

milionésima parte dos esforços que os historiadores aplicaram na descrição das ações de diversos reis. (Tolstói, 2017, p. 992-993).

Serão expostas todas as implicações para a construção de um asilo na cidade de Goiás, como funcionavam as relações em seu interior, qual o papel da fé e da caridade no trato com os internos, como a comunidade local os viam fora dos muros do asilo e como os contemplavam em seu interior. Assim como quais são as relações de poder nessa instituição e quais as diferenças entre o asilo e o hospital.

Hospital Colônia de Barbacena

No final do século XIX, foi observado que a cidade de Ouro Preto não possuía mais as condições necessárias para se expandir urbanamente (devido ao relevo e às antigas construções). Com isso, decidiram eleger cinco regiões para disputar o posto de capital, dentre elas Belo Horizonte (Curral Del Rey) e Barbacena³. Devido à questão geográfica e hidrográfica esse arraial foi escolhido, e em troca foi dado à cidade de Barbacena um prêmio de consolação: a construção de um hospício⁴. Foi inaugurado, em 1903, sobre as terras de Joaquim Silvério dos Reis⁵, o Hospital de Assistência de Alienados de Barbacena. O Hospital Colônia de Barbacena, como ficou conhecido, pertencia a um complexo formado por sete instituições psiquiátricas, que integrava este local. A seleção desta cidade como local de implantação dessa instituição baseou-se na suposição de que o clima ameno poderia atenuar a agitação dos internos, tornando-os

³ Situada na serra da Mantiqueira, a 169 km da atual capital mineira. Segundo dados do Centro Cultural do Ministério da Saúde, de 2015, conta com aproximadamente 125 mil habitantes.

⁴ “O antigo Sanatório particular para tratamento de tuberculose e antigo leprosário, criado em 1903 faliu e foi desativado. Anos após, na década de 50 foi instalada nesse espaço as dependências do antigo Sanatório de Barbacena, o “hospício”, primeiro hospital psiquiátrico de Minas, para Assistência aos Alienados do Estado de Minas Gerais, segundo registros históricos” (Tolentino, 2013, p. 15).

⁵ Lembrado sempre como “delator”, este homem foi o responsável pela captura e morte do líder da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.

menos propensos à agressividade e, por conseguinte, mais suscetíveis a um controle efetivo.

O psiquiatra brasileiro, Roberto Machado, em seu livro *A danação da norma* (1978) traz um aspecto interessante sobre a construção de um outro hospital psiquiátrico, o Hospício de Pedro II. O autor elucida que,

construído nos limites da cidade, sua posição geográfica deve proporcionar as indispensáveis condições de ar puro, silêncio e tranquilidade, realizando o necessário projeto de isolamento. No entanto, esta localização é prejudicada pelas edificações que a administração permite fazer em seus terrenos vizinhos. Ao se povoar o local, diminui-se a área disponível do hospício, em grave prejuízo para o isolamento indispensável ao tratamento dos doentes mentais. Além disto, casas construídas na parte lateral do hospício, ao formarem corredores de vento, tornam o local insalubre. Também a construção de um pavilhão interno aumenta esta insalubridade, interceptando aos doentes o benefício dos raios solares e deixando-os entregues a uma nociva umidade. (Machado, 1978, p. 451).

Além deste relato o autor explica que essa denúncia, quanto à estrutura do local, foi feita no ano de 1886, e que não houve apenas uma, mas várias sobre as condições do hospital, cabendo ressaltar que “o Hospício não pode prestar serviços reais aos loucos por não ser uma verdadeira instituição hospitalar, mas um simples refúgio para estes doentes” (Machado, 1978, p. 451). A construção do complexo, em Barbacena, era oportuna para que as cadeias públicas e as Santas Casas de Misericórdia fossem desocupadas, recebendo apenas condenados e enfermos, respectivamente.

De acordo com avaliações médicas sobre a instituição, as internações frequentemente careciam de critérios bem definidos. Registros de reclamações sobre condições inadequadas de atendimento datam desde 1914. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha estabelecido a média de três internações para cada mil habitantes no país, em 1981, pesquisas realizadas por psiquiatras brasileiros

indicaram que aproximadamente sete internações ocorriam a cada grupo de mil pessoas. Esse cenário foi agravado pela escassez de médicos e profissionais clínicos até o final da década de cinquenta, o que minou a confiabilidade das internações.

Em 2013, foi lançado o livro reportagem escrito pela jornalista mineira Daniela Arbex⁶ que apresentou à população como funcionava o Hospital e como os internos eram tratados. A obra recebeu como título *Holocausto brasileiro – genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*⁷. O hospital passou a receber não só pacientes com transtornos mentais ou tuberculosos. Foi estimado que 70% dos internos não sofressem de nenhuma doença, tornando-se então o destino dos indesejados sociais: homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoólatras, mendigos, pessoas sem documentos, prostitutas, jovens rebeldes ou antissociais, meninas grávidas (vítimas de estupro⁸) ou que perderam a virgindade antes do casamento, alguns eram apenas imigrantes. Todos aqueles que incomodavam ou ameaçavam a ordem pública, eram enviados à instituição. Como se assim pudessem expurgar todos aqueles que iam contra um padrão, associado a uma ideia de regularidade.

Essa ideia está associada à teoria eugenista. O conceito passou a ser difundido por Francis Galton⁹, no final do século XIX, seguindo a noção

⁶ Formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, iniciou sua carreira no jornal *Tribuna de Minas*, do qual foi repórter por mais de vinte anos.

⁷ “As centenas de mortes, o tratamento desumano e degradante, as lesões apontadas no livro reportagem e ocorridas no Hospital Colônia, a priori, não configura o crime de genocídio, não tem amparo legal na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), falta lhes a objetividade jurídica. Embora os fatos tenham ocorrido em um espaço físico definido, onde dezenas de internos se encontravam, configurando a formação um grupo/internos, tal fato não caracteriza um grupo, no sentido de etnia, de grupo racial ou religioso.” (Tolentino, 2013, p. 18).

⁸ Nessa época o abuso sexual contra crianças e adolescentes era acobertado. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabeleceu pena para o crime apenas em julho de 1990.

⁹ Antropólogo e matemático, era também primo do evolucionista e cientista Charles Darwin. Em sua obra *Hereditary genius: um inquérito em suas leis e consequências*, publicado em 1869 refere-se à suposta ideia a uma herança genética da inteligência.

de que o fundamento darwinista de “seleção natural” estaria destinado, também, à raça humana. Tinha como objetivo melhorar a qualidade genética da população. Com o avanço industrial, camponeses e imigrantes passaram a ver nas cidades melhores condições de vida, em função a esse fato o aspecto social mudou. Seguiu a ideia de que uma raça superior (no caso os brancos europeus) se adaptava melhor a determinadas regiões e situações. O conceito proposto por Galton era em relação à manipulação genética para melhora das próximas gerações¹⁰, porém com o tempo assumiu outras vertentes e tomou outros caminhos. Talvez a mais conhecida seja a teoria eugenista nazista ou racial. Em oposição às outras, citadas na introdução, esta não defendia apenas a esterilização para o contingenciamento de tipos “vis”, pregava, sobretudo, o extermínio daqueles que não agradavam a ordem social. Essas ideias, no Brasil, foram adotadas por uma elite burguesa que enxergava como a solução para o progresso do país. Esses consideravam que os negros, os imigrantes não europeus e os deficientes de qualquer tipo, conduziram a um regresso evolutivo. Portanto, apenas brancos com descendência europeia seriam capazes de provocar o desenvolvimento político, social e científico¹¹. Essa ideia passou a estar presente nos discursos políticos.

Os relatos quanto aos “tratamentos” oferecidos pelo hospital são perturbadores. Quando os “deserdados sociais” chegavam à cidade de Barbacena tinham sua humanidade e identidade roubadas. Eram levados para a triagem e depois separados por sexo, idade e características físicas. Entregavam seus bens, como roupas, sapatos e

¹⁰ Ver também Karl Pearson (1857-1939). Também foi um entusiasta da ideia. Criou a biometria e potencializou os estudos que fundamentam essa teoria na biologia.

¹¹ O historiador Fábio Koifman, em 2012, escreveu *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil* (1941-1945), expõe que o Presidente Getúlio Vargas e parte das elites brasileiras estavam convencidos de que a composição étnica ‘não branca’ de boa parte dos brasileiros explicaria o atraso e as dificuldades do país”.

acessórios. Eram deixados nus, e prontos para um banho gelado coletivo. Após a sessão de desinfecção, o grupo recebia o famoso “azulão”, uniforme azul de brim, tecido incapaz de blindar as baixíssimas temperaturas da cidade. Assim, violado em sua intimidade, seguia cada um para o seu setor.

No livro *Manicômios, prisões e conventos* (1974), o escritor e sociólogo norte-americano Erving Goffman discorre sobre as estruturas das instituições e como devem ser compreendidas: sendo asilos e orfanatos; hospitais e hospitais psiquiátricos; cadeias públicas, penitenciárias e campos de concentração; quartéis e colônias; abadias e conventos¹². Sendo estes conhecidos universalmente como instituições totais. O autor explica que esses locais podem ser definidos como residenciais ou laborais, nos quais um grupo de indivíduos “levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974, p. 16). A sociedade moderna demanda uma estrutura que acomode e atenda a aspectos vitais, tais como descanso, trabalho e lazer. No entanto, em contraste com a vida em liberdade, esses elementos coexistem em um único espaço sob a autoridade singular de uma instituição. Adicionalmente, todas essas atividades são realizadas em conjunto com outros grupos, geralmente compreendendo pessoas em condições similares, e são rigorosamente agendadas de acordo com um sistema de regras. Ao serem aceitos em uma instituição total é provável que o internado seja

despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca a desfiguração pessoal [...] a perda de um sentido de segurança pessoal é comum [...] Pancadas, terapia de choque, ou,

¹² Respectivamente: instituições criadas para cuidar daqueles que não conseguem cuidar de si; instituições desenvolvidas para abrigar pessoas doentes e que, além disso, oferecem ameaça à sociedade, mas de maneira não intencional; aquelas que são criadas para organizar e proteger a população contra perigos intencionais ou que não sigam uma normalidade evidente; há também locais estabelecidos para a realização de trabalhos; instituições que servem como refúgio.

em hospitais para doentes mentais, cirurgia – qualquer que seja o objetivo da equipe diretora ao dar tais serviços para os internados – podem levar estes últimos a sentirem que estão num ambiente que não garante sua integridade física. (Goffman, 1974, p. 28-29).

O hospital era dividido em pavilhões, sendo eles Zoroastro Passos, Afonso Pena, Milton Santos, Antônio Carlos, Rodrigues Caldas e Júlio Moura. No livro a jornalista relata que os homens eram enviados a um local específico (Departamento B) e aqueles que podiam trabalhar iam diretamente para o pavilhão Milton Santos. As mulheres iam para o Departamento A (conhecido como Assistência). Muitos chegavam à instituição sem nenhum documento, passando a serem chamados por nomes aleatórios, dados pelos próprios funcionários. Os pacientes passavam boa parte do tempo medicados e recebiam terapias de choque¹³ com o intuito de serem mantidos sob controle. Antigos funcionários do hospital relataram à jornalista que os métodos citados acima não possuíam finalidades terapêuticas “mas de contenção e intimidação” (Arbex, 2013, p. 35).

Passar fome e morrer de sede, literalmente, eram questões permanentes. Os internos precisavam estar de pé às cinco horas da manhã, e seguiam para o pátio, independente do clima. Quando fazia muito frio, eles se agrupavam para que a proximidade os ajudasse a se aquecer. “Os de dentro da roda mais protegidos do vento trocavam de lugar com os de fora. Assim, todos conseguiam receber calor, pelo menos por algum tempo” (Arbex, 2013, p. 48). O café da manhã (café e pão com manteiga) era servido apenas às oito horas. Por dia a cozinha

¹³ A eletroconvulsoterapia existe desde 1938, mas seu uso foi controverso. Esse método se modernizou nos últimos vinte anos para fins terapêuticos com o propósito de tratar certos tipos de transtornos, como a depressão. Só passou a ter controle em 2002, quando o Conselho Nacional de Medicina estabeleceu regras específicas para a adoção da técnica, por exemplo, o uso de anestesia geral ou relaxante muscular.

gastava cento e vinte quilos de arroz e, aproximadamente, sessenta quilos de feijão, porém essa quantidade não era suficiente para alimentar as cinco mil pessoas que ali estavam na década de 1970. Não era permitida a utilização de garfos e facas, com isso deviam comer com as mãos sujas (suscitando a ocorrência de intoxicação). Muitos internos passavam os dias nus, já que na maioria das vezes as roupas eram compostas por peças únicas e quando precisavam ser lavadas, não tinham outras para substituir. Os que conseguiam qualquer caridade, por meio de doações, entregavam os trapos para acender fogueiras, no intuito de se manterem aquecidos. Boa parte do tempo eles ficavam ao relento e só voltavam para dentro quando desse a hora de dormir.

Assim, segundo Goffman (1974, p.24) descreve, em instituições totais mais antigas ocorria uma série de humilhações e profanações do eu, em que o eu é “sistematicamente [...] mortificado” (Goffman, 1974, p. 24). O autor expõe alguns fatores que levam a essa perda da individualidade. Colocando o primeiro como a barreira imposta entre o internado e o mundo externo, quando a admissão é feita de maneira voluntária o indivíduo afasta-se espontaneamente do mundo ao seu redor – em algumas instituições é terminantemente proibida, inicialmente, as visitas externas e as saídas dos internos.

Nos hospitais psiquiátricos os pacientes são obrigados a comer de colher (em Barbacena os internos utilizavam as próprias mãos para se alimentarem) para evitar que utilizassem materiais perfurocortantes, para que assim não machucassem a si nem aos demais. Essa ideia de não utilizar os talheres adequados nas refeições é algo tão usual que pensar que alguém poderia vir a se sentir mal por não os ter soa tolo. Uma situação que para a maioria da população pode parecer banal para o interno representa uma espécie de mortificação do ser como indivíduo (Goffman, 1974, p. 25-49, 143). A sensação que se tem, a partir do

momento em que aqueles que ali estão são afastados de aspectos rotineiros (e até mesmos pequenos), é como se o interno já não fosse parte de uma comunidade, como se a partir dali ele assumisse outro papel, uma posição de anormalidade.

A morte dos internos gerava lucro tanto para o hospital quanto para o Estado. Quase dois mil corpos foram vendidos pelo Colônia para grandes universidades de medicina de todo o país, entre os anos de 1969 e 1980¹⁴. A partir da década de 1960, sob subnutrição, péssimas qualidades de saneamento e higiene, as mortes passaram a aumentar, passando a fomentar uma sombria indústria que comercializava corpos. Os corpos valiam em torno de cinquenta cruzeiros cada um, sendo um proporcional a duzentos reais atuais. O comércio de ossos, órgãos e peças anatômicas dobrava no período de inverno. A autora traz como dado que em uma década, se convertido para a moeda atual, foi atingido o valor de R\$600 mil. Quando o número de corpos em excesso tornava-se substancial e as universidades já não demonstravam mais interesse, os cadáveres eram inseridos em barris e submetidos à decomposição por meio de ácido. Essa prática visava, pelo menos, a possibilitar a posterior comercialização dos esqueletos, e era realizada à vista de outros internos. Adicionalmente ao já imenso sofrimento experimentado no local, eles ainda tinham que encarar a incerteza quanto ao seu destino final.

No começo do século XX, nas proximidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, surgiu o Cemitério da Paz, destinado a

¹⁴ “– Rapaz, que luta! Essa madrugada uma camioneta de Barbacena chegou lotada de cadáveres. O responsável localizou o diretor da medicina e ofereceu cada corpo por 1 milhão (cerca de R\$ 364 nos dias atuais). Se a universidade não quisesse, já tinha comprador no Rio de Janeiro. Claro que o diretor não podia perder a oportunidade. Estávamos apenas com seis cadáveres, e o preço estava bom. Além disso, trinta corpos suprem as necessidades do ano inteiro.” (*apud* ARBEX, 2013, p. 74). Relato exposto pela escritora em relação a uma conversa entre o professor universitário Ivanzir Vieira e um funcionário da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora, referenciado como Salvador.

receber indivíduos falecidos, frequentemente sem identificação, que eram então sepultados em sepulturas pouco profundas. No entanto, esse cemitério encontra-se inativo desde 1980. Infelizmente, hoje em dia, tornou-se um local de encontro para aqueles que fazem uso de drogas. Entre os jazigos, é possível encontrar preservativos usados e detritos diversos, e a maioria dos túmulos sofreu atos de vandalismo. “Os doidos, assim como os negros, não eram enterrados junto com os normais” (apud Arbex, 2013, p. 66.) esta foi a análise feita por Jairo Toledo, ex-diretor do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena.

Goffman (1974, p. 25) cita como exemplo o conceito de “morte civil” na qual internos enfrentam dificuldades extremas, não só financeiras, mas, em sua maioria, social, além de terem também alguns direitos permanentemente negados. Marcas feitas por agressões e, às vezes, a perda de membros em decorrência destas, caracterizam outra forma de desfiguração/ deformação pessoal. Esses abusos em sua maioria estão vinculados a formas de humilhação. Há instituições onde o interno deve curvar-se ou ficar em posições indignas para receber o castigo, sendo degradante. Além dos castigos físicos, o internado passa por outro tipo de humilhação: a verba. Passando até mesmo a implorar para conseguir certas coisas. Essa questão não está intrinsecamente ligada apenas aos internos. A equipe de dirigentes dá aos pacientes nomes baixos/obscenos, oprimindo-os em razão de suas limitações ou até mesmo ficam cochichando pelos corredores sobre o que levou para que este interno em específico estivesse ali (há casos de funcionários que invadem as relações individuais e íntimas do internado e leem em voz alta, por exemplo, as correspondências endereçadas a este).

O psiquiatra italiano Franco Basaglia esteve no Brasil, no mesmo ano em que médicos apresentaram suas observações sobre o que ocorria no Colônia. Este foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica,

e quando esteve em Minas Gerais, garantiu que a situação ganhasse visibilidade. Após visitar o Hospital Psiquiátrico de Barbacena pediu para que a imprensa fosse mobilizada. Suas declarações foram tamanhas que o prestigiado jornal *The New York Times* se interessou pela tragédia. Basaglia declarou “Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo presenciei uma tragédia como esta”. Franco foi o grande responsável por inspirar o movimento antimanicomial no Brasil, e “os porões da loucura, finalmente, começaram a ser abertos” (Arbex, 2013, p. 210).

De nada adiantaria apenas conhecer e transparecer o que ocorria no interior da instituição, era necessário dar voz aos esquecidos. O porta-voz dos pacientes foi o jornalista Hiram Firmino. Nada impediu que ele adentrasse o local, nem mesmo a ditadura civil militar e o Ato Institucional nº 5. Assim foi com o estudante de psicologia Helvécio Ratton. Levou equipamentos necessários e reuniu uma equipe voluntária, para que por meio de filmagens fosse apresentado a todos a situação ali presenciada. Dirigiu o curta “Em Nome da Razão” (1979), conseguindo revelar e despertar o sentimento de indignação, e, por fim, derrubando os muros da indiferença. O autor apresenta que nem tudo cabe apenas ao hospital psiquiátrico, há camadas superiores que ditam a maioria das regras para o local. Cita, a título de exemplo, a necessidade que o Poder Público tem de tornar estes locais como instituições de aprisionamento¹⁵, seguindo a ideia de que devem mantê-los longe da sociedade já que representam um risco a ela.

¹⁵ Importante lembrar que é uma diretriz inclinada apenas para as instituições públicas. As privadas também seguem algumas determinações, porém possuem suas próprias características de gestão.

Asilo São Vicente de Paulo

O Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado no dia 25 de julho de 1909, na cidade de Goiás, no Estado de Goiás. Foi construído visando a abrigar os pobres e os indigentes que ocupavam as praças e ruas da primeira capital do Estado de Goiás. Para que essa população fosse atendida pela Sociedade São Vicente de Paulo¹⁶ – pela iniciativa desse grupo que o asilo fora construído – havia apenas um requisito: deviam ser católicos. Os investimentos vinham, muitas vezes, por meio de caridades feitas pela própria comunidade por meio de saraus, festas, leilões e espetáculos. Sua construção foi idealizada em 1886, entretanto, essa ideia saiu do papel apenas em 1899. A ajuda financeira para o asilo vinha, também, do Poder Público. A União chegou a destinar 12 contos de réis para a edificação da propriedade. Sua construção foi concluída em 1908, praticamente, vinte anos após a proposta. Mas por que investir tanto tempo e dinheiro em um local destinado aos pobres, aos indigentes, aos desvalidos e aos mendigos?

O historiador e professor goiano Rildo Bento de Souza¹⁷, em sua dissertação *Pobres, doentes e desvalidos: o Asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás (1909-1935)* apresenta toda uma cronologia de eventos, desde o processo de formação da antiga capital à construção da instituição. A pesquisa científica defendida por ele em 2010 foi de suma importância para a historiografia goiana, pois o professor debruçou-se

¹⁶ “A Sociedade São Vicente de Paulo, por sua vez, não tem suas raízes entre o século XVI e XVII, e sim, no início do XIX, quando foi fundada em Paris, nos idos de 1833, pelo jovem estudante Frederico Ozanam (1813-1853), beatificado em 22 de agosto de 1997, pelo Papa João Paulo II (1920-2005). [...] não foi a biografia de São Vicente de Paulo que inspirou Frederico Ozanam a fundar as Conferências, e que a própria sugestão do nome partiu de um amigo, que possivelmente conhecia a história do santo francês, vislumbrando, deste modo, o que havia de comum ao objetivo de ambos: a assistência aos pobres.” (Souza, 2010, p. 31).

¹⁷ É graduado em História, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), desde 2007. Além de mestre (2010) e doutor (2015), é professor na Faculdade de Ciências Sociais da UFG.

sobre inúmeros arquivos a fim de explorá-los e catalogá-los. Vale ressaltar que, até hoje, há poucas fontes e trabalhos relacionados ao tema, sendo a dissertação em questão indicação primária sobre tal história.

O autor traz um ponto importante em toda a escrita acerca da dificuldade de se encontrar relatos historiográficos sobre o tema proposto “[...] em um período em que a historiografia poucas luzes lançou. Relegada à *decadência*, ao *isolamento* e ao *atraso*, a cidade de Goiás se viu refém de sua própria história” (Souza, 2010, p. 14). Além disso, afirma que esse processo de enfraquecimento da cidade pode ser observado em duas fontes, sendo: relatórios de viajantes e dos capitães de capitania (durante o período colonial) e dos presidentes de província (Brasil Imperial).

Devido à *decadência*, Goiás se isolou; com o fim do ouro, muitos habitantes se debandaram para outros lugares, e os poucos que restaram ficaram reféns do marasmo sem nenhuma conexão com o mundo além das fronteiras goianas. Era essa a imagem que se tinha de Goiás no período. (Souza, 2010, p. 16).¹⁸

Esse trabalho é dividido em três capítulos de desenvolvimento: “Capítulo I – Os Vicentinos”, “Capítulo II – Os Desvalidos” e “Capítulo III – A Assistência”. Nesses o autor retrata a imagem e o papel de certos grupos tanto para a história da velha capital quanto para o asilo. Para a construção deste, é exibido três figuras importantes: São Vicente de Paulo¹⁹ (1581-1660), Frederico Ozanam (1813-1835) e Dom Cláudio. Os

¹⁸ O autor complementa antes dessa passagem dizendo que “[...] em Goiás, não houve decadência [...] o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período. [...] forjou-se na historiografia o conceito de isolamento [...] refere-se ao atraso [...] expressaria as relações de poder existentes na Primeira República, ou seja, o coronelismo” (Souza, 2010, p. 15-16).

¹⁹ “Filho de camponeses, Vicente de Paulo nasceu em Pouy, na França. Tinha um tio que administrava um hospício local que atendia os viajantes e peregrinos pobres. Foi ordenado diácono em 1598 e sacerdote em 1600. Terminou os estudos em Toulouse em 1604. Em 1605 fundou a Congregação da Missão [...] Portanto, a origem da Congregação da Missão remonta às missões realizadas por São Vicente

dois primeiros estão citados nas notas de rodapé e dessa forma discorro sobre esta última personagem. Nasceu na cidade de Salvador, em fevereiro de 1841. Fora estudar na Europa, mais precisamente em Paris, onde eventualmente passa a conhecer sobre a obra de Ozanam. O trabalho depreendido pelo soteropolitano propiciou o processo de romanização da Igreja Católica em Goiás.

É apresentado que a direção interna ficava sob comando das Irmãs Dominicanas²⁰ – vindas diretamente da França, fizeram exigências quanto a fundação, sendo que duas chamam a atenção: uma seria a modificação do nome do asilo que deveria receber o nome de São Vicente de Paulo, santo francês (1581-1660); e a outra seria quanto a “instalação de todos os parâmetros eclesiásticos” na intenção de propiciar as orações. Esse poder estava dividido entre elas e a Junta Administrativa – que era eleita anualmente, os integrantes não recebiam qualquer remuneração, sendo composta por: um presidente, um secretário e um tesoureiro.

De acordo com o Regulamento do Asilo, existia uma hierarquia, com os lugares e funções muito bem definidos pelos membros. Ao mesmo tempo, certa submissão da Junta em relação às Irmãs Dominicanas. No decorrer dos anos, pelas atas das reuniões essa relação de subserviência ficou mais evidente; as Irmãs eram atendidas de pronto em tudo que solicitavam. (Souza, 2010, p. 55)

Há inúmeros dados relevantes na pesquisa desenvolvida pelo professor Rildo Bento de Souza, sendo um deles o levantamento de quantos internos ali estiveram, suas idades e quais as doenças: entre

de Paulo e cinco outros padres, tendo como principal objetivo a evangelização dos pobres.” (Souza, 2010, p. 30).

²⁰ “A negociação para a contratação dessa Irmãs, com o intuito de realizarem o trabalho no asilo foi intensa; cartas eram trocadas a todo tempo entre os Vicentinos vilaboenses e o Conselho das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário em Monteils (Aveyron), que impuseram inúmeras condições para a vinda desta congregação.” (Souza, 2010, p. 26).

1909 até 1946 – ano com o último registro – o asilo contou com 442 pacientes, suas idades variavam entre 6 meses e 115 anos, sendo mais de 40 doenças catalogadas. Anteriormente fora dito que compunham o grupo pobres, desvalidos²¹ e mendigos, entretanto, a instituição recebia outros. O autor cita os *loucos* na cidade de Goiás e da dificuldade de colocá-los em locais apropriados para que fossem tratados por profissionais. Ele diz que essa discrepância entre as enfermidades faz com que seja difícil definir com exatidão com qual intenção o asilo foi construído e para quem ele foi construído.

Assim como no Hospital Colônia de Barbacena, aqui havia uma divisão, entretanto, bem controversa: levando em consideração a demora na construção do asilo, ele fora inaugurado às pressas, e, dessa forma, não houve uma separação bem estruturada; havendo apenas um alojamento que estava sendo ocupado pelos grupos mais variados, contava com homens, mulheres, crianças (eram enviadas à instituição por vários pretextos “[...] a pedido de um Juiz de Órfãos, a pedido de um pai que estava internado no hospital e não tinha como quem deixar os filhos, o abandono, entre outros” (Souza, 2010, p. 194.) doentes, velhos e loucos. Esse último grupo vivia em conjunto com os demais, sem receberem a devida atenção – não é de espantar que incidentes tenham acontecido ao longo do tempo.

Com a quantidade de internos na instituição, com o tempo a alimentação seria a maior despesa. Comiam duas vezes ao dia de acordo

²¹ “[...] no nosso entender, é todo indivíduo que num determinado momento de sua vida, internou-se ou deixou-se internar no Asilo São Vicente de Paulo por dois motivos, a saber: o material e o social [...] desvalido material aquele indivíduo que, sem condições de se manter [...] procurou o asilo para se internar objetivando a subsistência. [...] o desvalido social seria aquele indivíduo que por algum motivo, engendrou a repulsa social que foi o condicionamento de seu egresso na instituição. Nessa perspectiva, enquadraram-se: 1 – os desvalidos possuidores de doenças mentais; 2 – os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; 3 – os desvalidos oriundos ou transferidos para a cadeia. [...] Contudo, deve-se ressaltar que este conceito está inserido dentro da fronteira dos muros do referido asilo.” (Souza, 2010, p. 90).

com o horário determinado pelas Irmãs. O asilo recebia, frequentemente, doações que atenuavam os gastos com esse gênero. Além destas cultivavam hortaliças – o que não era lá essas coisas, dada a condição do solo – e criavam animais para o consumo. A alimentação dos internos consistia em “[...] arroz, feijão, farinha de milho e de mandioca, leite, pão, verduras, frutas, carne de porco, de frango e de gado, além do cuscuz” (Souza, 2010, p. 183)²². Muitas doações eram amplamente divulgadas e noticiadas nos jornais da cidade, dessa forma o ato se tornaria acontecimento

No tocante às esmolas, doadas tanto para a construção do asilo, como também para a sua manutenção, provavelmente alterou a maneira de distribuí-las na cidade de Goiás, pois agora não iriam mais diretamente para o pobre, mas para os confrades Vicentinos. (Souza, 2010, p. 69).

O autor fala também sobre as impressões daqueles que visitavam o Asilo São Vicente de Paulo. Na porta da instituição, ao lado do cofre para recolhimento de doações, havia um livro no qual quem passasse por lá poderia escrever mensagens e elogios. A grande motivação para visitá-lo estaria na caridade, dessa forma o asilo abria suas portas não só aos domingos – dia comum de visita, onde os internos eram preparados para serem vistos – mas nos demais dias da semana. A população que ansiava pelo isolamento de certos grupos era a mesma que se deslocava para vê-los.

Motivo de piada, de preconceito e, muitas vezes violentados por serem loucos, idiotas, imbecis e cretinos; uma vez no asilo, eram vistos com o olhar da piedade, da misericórdia, e principalmente, da caridade; a quem creditava a construção do próprio Asilo São Vicente de Paulo. (Souza, 2010, p. 164).

²² Nesta parte o autor disserta sobre o valor nutricional de cada um dos alimentos citados.

O louco em Barbacena e o pobre na cidade de Goiás

Antes de fazer comparativos entre o Asilo São Vicente de Paulo e o Hospital Colônia de Barbacena, é necessário que os termos *louco* e *pobre* sejam apresentados. No livro *História da loucura na idade clássica* (1972), do filósofo francês Michel Foucault desenvolve a concepção de loucura ao longo da história, indo além da mera dicotomia entre razão e loucura, e explorando outros elementos que a influenciam, principalmente aspectos de natureza social e determinantes. Em momento algum da obra o autor determina o que é loucura, mas dialoga quanto à exclusão dos corpos movido por um estado de racionalidade. O filósofo analisa essa temática a partir da Idade Média, período em que a Europa testemunhou um considerável aumento no número de pessoas sofrendo com a lepra e outras enfermidades. Como resultado desse surto, houve uma crescente necessidade de estabelecer leprosários em conformidade com as áreas afetadas.

Ele expõe que tais locais, durante o século XII, eram destinados exclusivamente para atender pessoas com a comorbidade e que durante o período estavam lotados, entretanto dois séculos mais tarde estes locais estariam vazios²³ e seriam utilizados por incuráveis e loucos “Pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’ assumiram o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem” (Foucault, 1972, p. 10). Nesta passagem Michel Foucault elucida a importância da segregação ou da exclusão do leproso, quanto a Igreja Católica, que ao transformá-los em seres excluídos relacionam a eles uma espécie de

²³ Este desaparecimento repentino de uma mazela que ao ver de muitos seria a responsável pela extinção de todos os povos europeus se deu devido à separação desses enfermos (demonstrando que apenas as práticas médicas não foram responsáveis pelo fim dessa cólera).

salvação divina. Esse processo de baixa no número de doentes em locais destinados a eles e no desaparecimento de certas enfermidades, se deu pelo regime de exclusão. No imaginário, a única forma de tratar tais, sejam eles leprosos ou aqueles que contraíram peste bubônica ou até mesmo aqueles que possuíam alguma doença venérea, seria colocá-los a par da comunidade²⁴.

Após abordar a Idade Média, Michel Foucault estabelece um diálogo em relação ao período da Renascença, especificamente no contexto da chamada "Nau de Loucos". Essa prática envolvia essencialmente viagens marítimas com o propósito de remover das cidades aqueles indivíduos que perturbavam o curso considerado "normal" da vida cotidiana, evitando, assim, que permanecessem errantes pelas áreas urbanas. Diz que o louco da Era Clássica era internado junto aos “doentes venéreos, os devassos, os libertinos, os homossexuais” (Foucault, 1972, p. 135). O filósofo apresenta uma descontinuidade histórica para detalhar como a loucura era vista em determinadas épocas (no caso, a Idade Média, a Renascença e a era clássica), sem defini-la de fato, indicando os métodos “racionais” quanto à exclusão.

Além de apresentar os dispositivos que causam a exclusão dos loucos, na obra Foucault investiga o saber médico (sobre o insano). A

²⁴ “Eles logo se tornam tão numerosos que é necessário pensar na construção de outros edifícios em certos lugares espaçosos de nossa cidade e arredores, sem vizinhança”. Nasceu uma nova lepra, que toma lugar da primeira. Aliás não sem dificuldades, ou mesmo conflitos. Pois os próprios leprosos sentem medo. Repugna-lhes acolher esses recém-chegados ao mundo do horror [...] Mas se os leprosos têm direitos mais antigos de se instalar nesses lugares “segregados”, são pouco numerosos para fazer valer; os atingidos pelas doenças venéreas, um pouco por toda a parte logo ocuparam-lhes o lugar [...] Apesar dessas primeiras medidas de exclusão, elas logo assumem seu lugar entre as doenças. De bom ou de mau grado são recebidos nos hospitais [...] várias vezes tenta-se escorraçá-los, mas em vão: eles lá ficam e se misturam aos outros doentes [...] de fato, a verdadeira herança da lepra, não é aí que deve ser buscada, mas sim num fenômeno bastante complexo, do qual a medicina demorará para se apropriar. Esse fenômeno é a loucura.” (Foucault, 1972, p. 11-12).

partir daqui seria interessante refletir além do dito “louco”, tendo espaço para o tido *pobre* (quanto ao Asilo São Vicente de Paulo). Esses profissionais consideravam-se detentores da razão e, por conta disso, conseguia persuadir os “anormais” para que aceitassem a internação como a única saída viável para a cura. É evidente a conexão entre o poder e a loucura, uma vez que o primeiro passou a ser concebido como uma ferramenta de reclusão e disciplina dos corpos. Esse poder se encontra intrinsecamente ligado às instituições e às normas. Michel Foucault empreendeu uma análise dos conceitos de vigilância e punição, como delineados em sua obra *Vigiar e punir* (1999), sob a perspectiva da docilização e do treinamento das pessoas para conformidade com as normas já estabelecidas nas instituições, neste caso, as disciplinas destinadas a manter a ordem social. Ele denominou essa forma de controle como “poder disciplinar”, caracterizando-os como micropoderes, uma vez que se originam a partir das mudanças na estrutura da sociedade soberana em relação ao corpo social. Esses micropoderes se manifestam através de sutis movimentos que têm o potencial de fortalecer-se, visando à submissão de um corpo dócil, passível de ser moldado e melhorado.

O historiador Éder Mendes de Paula, em sua dissertação de mestrado, “Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás” (2011), logo na introdução traz um questionamento válido quanto ao poder governamental questionando como tais locais de aprisionamento serviram como justificativas para exclusões que atenderiam ao interesse público. A disciplina descrita por Foucault se revelou capaz de segmentar os indivíduos em diferentes espaços, como, por exemplo, a institucionalização de pacientes com transtornos mentais, assim como daqueles que não se conformavam com as normas sociais vigentes. Essa segmentação ilustra as relações de poder que se estabelecem através das

normas sociais. Como mencionado, a vigilância desempenha um papel crucial nesse processo, e a punição é aplicada com o propósito de corrigir os indivíduos, com vistas a mantê-los sob controle, atendendo aos interesses da classe dominante. Essa classe necessita de corpos que sejam produtivos e obedientes, buscando assim incorporá-los a uma esfera passiva da sociedade. Para reforçar a disciplina, Foucault destaca outro método de domínio, que seriam as “sanções normalizadoras”, que funciona a partir de penalidades e castigos para o controle de comportamentos anormais. Desta maneira tem a função de minimizar os desacertos, sendo estritamente corretivo. Para o filósofo é a forma prática de vigiar e punir. “O sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 1999, p. 195).

É fundamental considerar a inclusão de autores nacionais na elaboração de trabalhos acadêmicos, como a renomada médica psiquiatra Nádia Maria Weber Santos. A autora esclarece que, no final do século XVIII, na Europa, a loucura passou a ser categorizada como uma doença, o que gerava apreensão nas pessoas, uma vez que essa condição não fazia distinção de classes sociais, gênero ou cor. “[...] podia manifestar-se tanto na realeza como numa pessoa comum do povo” (Santos, 2005, p. 27). No Brasil a criação dos hospitais²⁵ psiquiátricos deu-se durante o Segundo Império (1840-1889). Até o final do século XIX foram fundados 18 hospícios no total, sendo o primeiro o Hospício Pedro

²⁵ Michel Foucault exemplifica que a criação dos Hospitais Gerais se dá pela abertura das casas de correção “Os internados eram ‘devassos, pais dissipadores, os filhos pródigos, os blasfemadores, os homens que procuram se desfazer, os libertinos” (Foucault, 1972, p. 124). Já as prisões feitas em Paris, do fim do século XVII até meados do século XVIII, tinham em seu quadro de internos “insanos, homens em demência, pessoas de espírito alienado, pessoas que se tornaram inteiramente loucas” (Foucault, 1972, p. 124).

II, no Rio de Janeiro, no ano de 1852. A autora destaca que o imaginário criado ao redor dos manicômios trazia consigo uma ideia já preestabelecida do conceito de loucura, de como eram feitas as internações, além das experiências vividas no interior dos hospitais psiquiátricos.

Em relação a todo um processo de institucionalização trazendo questionamentos como “[...] em que momento histórico surge o problema de internação dos ‘loucos’? Quando sua internação junto aos demais torna-se problema?” (Santos, 2005, p. 29). Em outras palavras, no Brasil, a partir do século XIX, surgiu a imperativa necessidade de estabelecer um espaço institucional destinado a abrigar a população afetada por distúrbios mentais, a qual estava dispersa em diversos pontos da área urbana. [...] havendo assim um poder do Estado sobre a exclusão da loucura (Santos, 2005, p. 29). A autora reitera um argumento já examinado em relação à internação de pessoas que iam contra uma ordem social, que não seguiam a “normalidade” vigente. “Acabou sendo uma ‘verdade histórica’ em nosso país [...] que a construção de hospícios serviu para a reclusão de pessoas que, em sua inadaptação às condições ‘normais’ do mundo, deveriam ser retiradas do convívio social.” (Santos, 2005, p. 31). Nádia Weber, a partir da análise histórica utilizada para a leitura dos documentos resgatados, pode dar voz aos indivíduos esquecidos, segregados e, acima de tudo, excluídos da sociedade, sob um pretexto banal.

Quanto ao *pobre*, em sua dissertação Rildo Bento de Souza conceitua historicamente este indivíduo. Ele diz que o conceito deve ser compreendido como atemporal, a partir dos estudos de Michel Mollat – especificamente *Os Pobres na Idade Média* (1978). Reitera que a conceitualização comum não encontra espaço na versatilidade daqueles que compunham o grupo de internos do asilo. É importante lembrar que

inicialmente a instituição fora criada para abrigar os *pobres* que lotavam as praças públicas, desorganizavam o sistema e ameaçavam a população, entretanto, havia outros grupos alocados ali. Ao longo da leitura da dissertação é possível dialogar com o autor, pois este faz questionamentos para que o próprio leitor seja capaz de responder – Souza, apresenta respostas após as problemáticas, assim nenhuma dúvida fica em aberto). Uma delas é “Por trás do discurso da caridade a respeito da construção do asilo existem intenções puramente de autodefesa contra a proliferação das doenças que esses pobres atrairiam?” (Souza, 2010, p. 60). Quanto à questão da caridade, esse(s) grupo(s) não era(m) visto(s) de forma espirituosa, não teriam o acesso para a glória eterna.

Poder-se-ia até mesmo aventar que a insistência dos vicentinos em abrigá-los, alimentá-los, vesti-los, enterrá-los, perfeitamente embasado sob a égide da caridade, descortina um objetivo muito maior, prevenir as doenças, evitar o contágio, mudando os hábitos de higiene daqueles a quem foram creditadas a gênese das epidemias. (Souza, 2010, p. 84).

Partindo de análises feitas a partir da leitura, um dos motivos para a construção do asilo “[...] diz respeito à salubridade, ao medo do contágio e da proliferação de doenças, o asilo, seria, neste sentido, um lugar para se colocar os pobres, os doentes e os indigentes, impedindo assim a ocorrência de epidemias” (Souza, 2010, p. 56). Eram vistos como povos sujos²⁶ e desordeiros.

Há que ressaltar que até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias

²⁶ Uma discussão que o autor levanta é quanto a criação do asilo para abrigar os negros recém libertos da escravidão “Nesta perspectiva, os negros recém libertos representavam um perigo imediato quanto à propagação de doenças” (Souza, 2010, p. 60).

contribuía para o aparecimento de doenças. (Rosen, 1994, p. 211 *apud* Souza, 2010, p. 61).

Um dos intuitos para a construção do Hospital Colônia de Barbacena se deu devido às superlotações nas cadeias e nas Santas Casas de Misericórdia, assim como, em parte, aconteceria com o Asilo São Vicente de Paulo (no caso, em relação às praças, vielas e becos). O professor Rildo Bento nos mostra a partir do relatório, datado de 1887, de Firmino Simões quanto a essas duas instituições, que

Não são boas as condições da cadêa desta capital, sendo para lamentar que o estado da provincia não permitta que decreteis qualquer medida no sentido de melhoral-a, argumentando-a de maneira que possa comportar o número de presos, que ali se achão actualmente muito accumulados, pois que para ella são remetidos de toda a provincia, visto ser a única que offerece verdadeiramente segurança. (Souza, 2010, p. 42).²⁷

Aqui o autor faz um mesmo questionamento que pode ser levantado quanto à instituição psiquiátrica em Barbacena: por que havia tantos pobres na cadeia? A resposta se dá a uma questão estrutural e estruturante, retomada ao período Imperial brasileiro (1822-1889). Durante esse tempo a *mendicância* era repreendida legalmente e com condenações nas cadeias públicas. É interessante notar que as histórias se passam em épocas não distantes uma da outra. O historiador Éder de Paula (2011) afirma que a ideia de “eliminar ervas daninhas” para o progresso e desenvolvimento do Estado e da sociedade, aparentemente sempre esteve presente imaginário goiano.

Como havia mencionado, não só as cadeias chamaram a atenção do presidente da província Fulgêncio Simões, os hospitais também. Muitos,

²⁷ “Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas nº 14*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 170” (Souza, 2010, p. 42).

também durante o Império, tinham como objetivo abrigar os pobres doentes. As questões sanitárias eram problemáticas quanto a esses locais e como os vicentinos pregavam a caridade depreendiam tempo em visitá-los, para um processo de cura. Um ponto que chama bastante atenção e que resume essa situação é quanto ao processo eugênico. Da mesma forma que ocorrerá em Barbacena.

[...] do asilamento desses indivíduos, ou seja, retirá-los das ruas, praças, becos e vielas e alojá-los dentro de um lugar, onde o discurso da caridade, esconde uma questão mal resolvidas historicamente, qual seja, o problema dos mendigos, doentes, velhos, alienados mentais que punham em risco a salubridade da cidade de Goiás, assim como o seu status de capital da Província. (Souza, 2010, p. 49).

Considerações finais

É interessante analisar essas duas instituições, pois mesmo que suas construções tenham sido próximas, seu período de funcionamento se relacione e tenham sido contemporâneas, apresentam tantas distinções que aparentam estar há anos de distância. O Hospital Colônia de Barbacena, serviu como local de contenção e controle sobre uma população marginalizada, com o *slogan* de *hospital psiquiátrico*. Como já foi apontado, a instituição recebeu os mais variados grupos em seu quadro de internos, sendo que apenas 30% consistiam de pessoas com transtornos mentais. Mesmo que possuíssem a alcunha de nosocômio, estava muito longe disso. Aqueles que precisavam de tratamentos específicos e atendimentos de qualidade estavam à mercê de sofrerem abusos e violações de suas mentes e corpos, em seu cotidiano. Quanto ao Asilo São Vicente de Paulo, mesmo que fosse considerado local de caridade e amor fraterno, também demonstrava uma aceitação nesse processo de exclusão e enclausuramento daqueles que fossem contra a normatização vigente. A necessidade de construir esses locais de

aprisionamento não é recente e demonstra uma problemática necessária, quanto ao que seria o normal e o patológico.

Outro ponto importante seria a manutenção dessas memórias. É imprescindível que tais eventos sejam dialogados com a sociedade, desde a construção e a relevância do Asilo São Vicente de Paulo até a influência do Hospital Colônia de Barbacena para as lutas antimanicomiais e em consequência à Reforma Psiquiátrica. A história dos oprimidos muitas vezes se desenrola nas entrelinhas das narrativas históricas convencionais. Como referido, alguns escritores tendem a se concentrar nas palavras e ações de indivíduos notáveis, negligenciando as forças a margem que moldam a trajetória da humanidade. Retomando o escritor russo Liev Tolstói na obra *Guerra e Paz*, publicada em 1867, ele aborda uma questão que seria aprofundada décadas mais tarde quanto à necessidade de ouvir as massas:

toda essa contradição, agora estranha e incompreensível, entre os fatos e a descrição da história ocorre apenas porque os historiadores que escreveram sobre tal acontecimento redigiram a história dos lindos sentimentos e palavras de alguns generais, e não a história dos acontecimentos. [...] enquanto escrever a história de pessoas individuais [...] não existe nenhuma possibilidade de se descrever o movimento da humanidade sem a noção de força que obriga as pessoas a dirigir sua atividade para um objetivo. (Tolstói, 2017, p. 1.278/1.046-1.407).

No entanto, a história dos oprimidos é, em grande parte, a história dessas forças invisíveis, aquelas que forçam as pessoas a direcionar suas ações em direção a objetivos muitas vezes não escolhidos por elas próprias. Essa história também é frequentemente marcada por contradições entre a descrição oficial dos eventos e a experiência real das pessoas. Portanto, compreender a história dos oprimidos requer uma abordagem crítica que explore não apenas as ações de figuras proeminentes, mas também as condições sociais, econômicas e políticas

que moldam as vidas das pessoas comuns e suas lutas por justiça e igualdade.

Referências

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PAULA, Éder Mendes de. **Os sons do silêncio**: o louco e a loucura em Goiás. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2011.

SANTOS, Nádia Maria Weber. **Histórias de sensibilidades**: espaços e narrativas da loucura em três tempos (Brasil, 1905/1920/1937). Tese (doutorado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos**: o asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2010.

TOLENTINO, Zelma Tomaz. **Um trem de doido**: o holocausto brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos. Dissertação (mestrado em direitos humanos) – Programa de Mestrado em Direitos Humanos da UNIT, Tiradentes, Minas Gerais, 2013.

TOLSTÓI, Liev. **Guerra e paz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

6

UM CLUBE SOCIAL NOS PRIMÓRDIOS DE GOIÂNIA ¹

Natane Rincon Azevedo ²

O Jóquei Clube de Goiás foi o primeiro clube esportivo e social fundado em Goiânia. O clube localizava-se na Rua 8, do Setor Central. Atualmente, a sua sede social continua nessa localização, embora esta se encontre em estado de “abandono”, com a maioria das atividades ocorrendo em outro espaço pertencente ao clube, o Hipódromo da Lagoinha. Na década de 1970, o clube demoliu o prédio da sua primeira sede social e construiu outra no mesmo local. Essa nova sede foi baseada no projeto dos arquitetos Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e João Eduardo de Gennaro (1928-2013).

Em 2017, a diretoria do clube tentou vender esse local para a Igreja Universal. O prédio poderia ser demolido para a construção de uma igreja. Para salvar o prédio, um movimento social surgiu nas redes sociais para impedir a venda, liderado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO). Simultaneamente, o CAU-GO também entrou com o pedido de tombamento da sede do Jóquei Clube de Goiás no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Essa segunda sede não é o objeto deste capítulo. Entretanto, esses eventos receberam ampla cobertura dos jornais goianienses, como *O Popular* e *Jornal Opção*. *O Popular* foi fundado em abril de 1938, pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Vicente Rebouças Câmara e Jaime

¹ Este artigo foi baseado na dissertação de Mestrado da autora (Azevedo, 2023) e outra versão dele foi publicada nos Anais do XIV Encontro Regional de História Oral do Centro-Oeste, com o título “Jóquei Clube de Goiás: o aristocrático primeiro clube social e esportivo de Goiânia”.

² Jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG) e Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. E-mail: natyrincon@gmail.com

Câmara. Esse é um dos principais e mais influentes jornais de Goiás. O periódico pertence ao Grupo Jaime Câmara, um conglomerado de mídia formado por 24 veículos de comunicação em Goiás, no Tocantins e no Distrito Federal. O grupo também é dono da TV Anhanguera. Em 21 de dezembro de 1975, o jornal *Opção* foi fundado pelo jornalista Herbert de Moraes Ribeiro. O jornal começou com uma periodicidade semanária, mas acabou consolidando-se como um jornal diário graças à internet. O jornal tinha como proposta possuir espaços dedicados aos jornalismo especializados, como político, opinativo e cultural.

Esses jornais revisitaram a “história” do Jôquei Clube de Goiás e entrevistaram pessoas que guardavam o Jôquei Clube nas suas memórias. De acordo com Silva (2007), a mídia efetua um recorte sobre o presente, influenciando tanto no que é considerado fato como no que é considerado um acontecimento histórico. Assim, a narrativa midiática pode se tornar lugar da história ou lugar da memória, pois essa narrativa pode construir novos sentidos sobre o passado. Segundo Medina (1988), o tempo e o espaço são variáveis da informação jornalística. A matéria surge como uma pauta, que pode ser intencional, procurada ou imprevista. Dessa forma, a mensagem jornalística é o resultado da articulação: “Da realidade, atual e significativa para o homem de hoje, à representação que se faz dessa realidade num veículo de comunicação, a mensagem codificada pode ser analisada nas relações dos principais elos do processo” (Medina, 1988, p. 73).

Conforme Chartier (2002), a história cultural objetiva identificar o modo como em um determinado lugar e momento foi construída uma determinada realidade social. Portanto, a representação seria o “instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objecto ausente através de sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (Chartier, 2002,

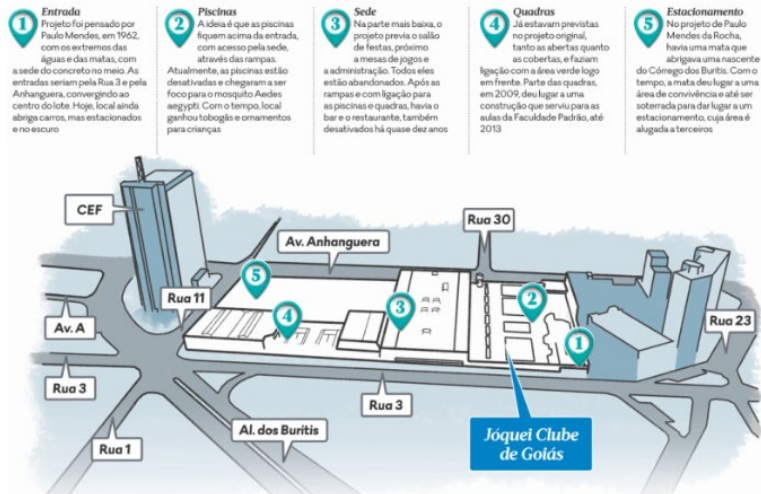
p. 20). As representações do mundo social seriam sempre determinadas pelos interesses dos grupos, sendo que foram estes que as forjaram. Elas se inseriam em um campo de concorrências e de competições “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 2002, p. 17), ou seja, em lutas de representações.

Traquina (2016) afirma que os jornalistas seriam participantes ativos nesse processo de construção da realidade. Isso porque “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 2016, p. 224). Logo, *O Popular*, por exemplo, representou o Jóquei como local dos “carnavais mais memoráveis de Goiânia nas décadas de 1940 a 1970 poderão dar lugar aos cultos evangélicos nos próximos anos” (Abreu, 2017, on-line). O periódico usou uma arte gráfica para resumir a história do clube:

Figura 1 – Gráfico “Fim de uma era” (O Popular, 29 de novembro de 2017). “Década de 1950 – Entre o final da década anterior e a de 1950, recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrados. Torna-se a grande referência dos bailes e da elite goiana, que já o frequentava desde seu início”

Fim de uma era

Sede histórica do Jôquei Clube, entre a Rua 3 e Avenida Anhangüera, no Centro de Goiânia, está à venda e deve ser demolida



HISTÓRICO

Tempo de ouro

Década de 1950 – Entre o final da década anterior e a de 1950, recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrados. Se torna a grande referência dos bailes e da elite goiana, que já o frequentava desde seu início.

Década de 1960 – Com a inauguração de novos clubes, o Jôquei se modernizou. Ocorre a demolição da antiga sede social do clube, chamada de casarão. Em 1962, a nova sede, o “casote”, de desenho do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, é iniciada.

O auge

Década de 1970 – A nova sede é inaugurada em 1975, com intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte. Se torna referência nas atividades esportivas e de lazer. Times formados pelo Jôquei começam a se destacar até fora do País.

Década de 1980 – Mesmo com a continuidade das vitórias esportivas, ainda há grande participação na vida da elite da capital. Clube também é referência nos bailes de carnaval na cidade.

Crise

Década de 2010 – O clube é praticamente fechado com a percepção de uma série de transformações não realizadas na estrutura.

Em 2010 – Jôquei Clube emite 2.200 títulos de votos que foram vendidos por R\$ 9,8 milhões para a empresa que administrava a Padrião.

Em 2014 – Luiz Fernando de Moraes é eleito com ajuda desses títulos, considerados ilegais pela Justiça no final do ano. Começa uma disputa judicial sobre quem administra o Jôquei e sobre o contrato de parceria, já repassado

da Padrião à Sociedade de Educação e Cultura de Goiás.

Em março de 2015 – Luiz Fernando afirma que a empresa deixou de dar recursos ao Jôquei.

Clube sobrevive com renda de aluguel de salas no fundo e espaço de estacionamento.

Dezembro de 2016 – Final de mandato de Luiz Fernando e novas eleições são chamadas para o próximo dia 21. Associação Amigos do Jôquei, que questiona administração atual na Justiça, inscreve chapa para concorrer ao pleito.

Tentativa

2017 – Chapa formada pela Associação Amigos do Jôquei vence as eleições, com a presidência de Manoel Mota. É feita uma auditoria da situação do clube, que chegou a conclusão da existência de R\$ 40 milhões em dívidas. Em setembro, é realizada uma assembleia com os sócios para mostrar a situação e propor soluções. Venda da sede social no Centro é vista como única maneira para salvar o Jôquei. Intenção é de que a negociação ocorra até o final deste ano.

Fonte: O Popular (2017, on-line).

Assim, para *O Popular*, o Jôquei Clube de Goiás na sua primeira sede social teria sido a grande referência dos bailes e da elite goiana. O jornal esclareceu que essa mesma elite já o frequentava desde a sua inauguração. A narrativa do jornal *Opção* trouxe informações similares ao *O Popular*. Possivelmente, houve uma influência do outro jornal, já que o gráfico do *O Popular* antecedeu o resumo do jornal *Opção*. Ambos

colocaram o início da “crise” do clube na década de 1990. Embora *O Popular* tenha corrigido essa informação posteriormente, pois Jane Sebba, ex-diretora da associação na década de 1990, afirmou para o periódico que essa década não representara a decadência do clube. Isso porque o time de basquete teria tido resultados positivos nesse período (Abreu, 2019, on-line). Enquanto *O Popular* destacou a década de 1950 como o “Tempo de ouro” do Jóquei e 1970-1980 como o “Auge”, em possível referência à historiografia sobre a história de Goiás, o jornal *Opção* enfatizou o auge do clube entre 1975 e 1980, já na sua segunda sede social:

O Jóquei Clube surgiu na época de Pedro Ludovico Teixeira, existente desde 1937, foi o primeiro clube a ser fundado na nova capital, o Jóquei Clube de Goiás, inauguração oficialmente apenas na década de 40, com a presença do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. **Entre a década de 1940 e 1950 recebeu doações do governo estadual, chegando a uma área de 22 mil metros quadrado, tornando-se a grande referência de eventos da elite goiana.** Com anos de uso, o local se modernizou e, em 1962, uma nova sede, o chamado “caixote”, de desenho do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, foi iniciada e inaugurada em 1975. **Entre estes anos de 1975 e os anos 80, o clube passou pelo auge e uma intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte, tornando-se referência nacional, já que times formados pelo Jóquei começam a se destacar até fora do País.** Nos anos 90 é que o local começa a ser deixado de lado. Com o fim das atividades esportivas profissionais e festas realizadas em outros locais maiores e mais modernos, o clube começa a cumular dívidas e questionamentos jurídicos. Daí em diante, a crise se instalou, transformando a construção em um grande fantasma no centro da cidade. (Sampaio, 2018, on-line, grifo meu).

Este capítulo pretende investigar a relação da primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano goianiense. Além disso, parte da premissa de que o Jóquei Clube de Goiás tinha um papel maior como clube social da elite que como um espaço esportivo. Dessa maneira, a ênfase do *O Popular* nesse aspecto ao rememorar a história

do Jôquei faria mais sentido que o “auge” esportivo enfatizado pelo jornal *Opção*. Com essa finalidade, examinaremos os depoimentos dos moradores pioneiros e a cobertura do *Jornal de Notícias* (GO) da primeira sede social do Jôquei Clube de Goiás.

O *Jornal de Notícias* (GO) era um jornal goiano da década de 1950, dirigido pelo jornalista, professor e servidor público Alfredo Nasser (1905-1965). Nasser fora duas vezes deputado estadual em Goiás e também duas vezes deputado federal por Goiás, além de senador também por Goiás. Ele participara da campanha da Aliança Liberal, que apoiara a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em 1935, fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Enquanto era diretor do jornal, também exercera cargos públicos, por exemplo, era membro do Conselho Nacional de Economia. Alfredo Nasser foi nomeado ministro da Justiça em 12 de outubro de 1961, o que pode explicar o fim das atividades do *Jornal de Notícias* (GO).

O “aristocrático”

De acordo com Arrais, Alencar Arrais e Oliveira (2016), embora os discursos ufanistas dos políticos e dos jornalistas buscassem identificar Goiânia com a modernização, os depoimentos dos moradores pioneiros revelavam outra imagem da cidade fundada na década de 1930. Uma cidade em que animais selvagens caminhavam pelas ruas, em que faltava infraestrutura básica, além de ocorrerem constantes quedas de energia, porque o sistema só se estabeleceria no final da década de 1950. Pedro Ludovico Teixeira fora interventor em Goiás na Era Vargas, sendo um dos idealizadores de Goiânia, e, posteriormente, fora eleito governador de Goiás. Conforme o depoimento do morador pioneiro

Acary de Passos Oliveira, Pedro Ludovico teria doado a área para a construção do Jóquei Clube de Goiás:

Para possibilitar as reuniões em família, foi fundado o Automóvel Clube, atual Jóquei Clube. Dr. Pedro doou a área, dr. Carlos de Freitas, que era o primeiro presidente, tinha uma cerâmica e ele trazia o material de construção, dirigindo ele mesmo o caminhão, e eu, deputado Oscar Campos, Irani Ferreira, engenheiro Oscar Niedemayer e outros, descarregávamos o caminhão, e assim fizemos o automóvel clube. Quando havia festas as nossas esposas é que iam para cozinha. (Teles, 1986, p. 14).

Isso também apareceu no depoimento de outro morador pioneiro, Paulo Fleury da Silva e Sousa, que também participou da construção do Jóquei Clube. O morador pioneiro afirmou que Pedro Ludovico teria acompanhado de perto a construção do clube. “Pedro Ludovico olhava a construção de Goiânia sob todos os aspectos, haja vista o seu entusiasmo na construção do Automóvel Clube, [...] Jóquei Clube de Goiás” (Teles, 1986, p. 116). No livro *Sete décadas de Goiânia*, o jornalista Hélio Rocha defende que Pedro Ludovico teria pedido donativos para a criação do Jóquei Clube para o governo federal.

Por que razão o Automóvel Clube tornou-se Jóquei Clube? A explicação exige um recuo até a origem do clube. Os estatutos haviam sido aprovados no dia 29 de agosto de 1935, antes, pois, da mudança definitiva da capital, pelos primeiros associados (cada ação custou o valor de um conto de réis), cujo procurador legal era Licardino de Oliveira Ney. Os sócios-pioneiros do Automóvel Clube outorgaram a Pedro Ludovico a condição de presidente de honra da primeira diretoria. Numa viagem ao Rio, na qual foi recebido pelo ministro da Fazenda, o gaúcho Oswaldo Aranha, Ludovico pediu também uma ajuda para o clube, mas quanto a isto não teve resposta imediata. Algumas semanas depois, o ministro lhe comunica que o governo federal poderia ajudar, sim, mas desde que o clube investisse em hipismo, pois havia verba disponível para apoiar projetos de criação de cavalos de raça e de corrida. Mudou-se a denominação e, como Jóquei Clube, a ajuda federal foi viabilizada. No governo Coimbra Bueno (1947-1950), o clube recebeu do Estado duas doações: a antiga piscina de sua primeira sede social, na

Avenida Anhanguera, e o terreno do Hipódromo da Lagoinha. (Rocha, 2003, p. 80).

Portanto, o Jockey Clube de Goiás possuía uma ligação intrínseca com o grupo político de Pedro Ludovico Teixeira. Oliveira (1999) defende que haveria três “imagens” conflitantes de Goiânia ao longo da sua história: a de uma cidade provinciana [1933-1960], a de uma cidade moderna ou uma metrópole [1960-1980] e de uma cidade pós-moderna [a partir de 1980]. Essas imagens partiriam de determinadas características culturais predominantes em períodos e discursos sobre a cidade. A relação entre a imagem e a cultura da cidade nem sempre se completava, ocasionando em colisões entre elas. A consequência dessa representação imagética múltipla no âmbito mental dos habitantes de Goiânia era a ambiguidade. O período de interesse deste trabalho é o da cidade provinciana [1933-1960]. Trabalhamos com a hipótese de que o Jockey Clube de Goiás oferecia um lazer provinciano.

Ao lado das relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas. Ao lado das casas e prédios em *Art déco*, havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade. **Enfim, havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60 [...] Enfim, as principais formas de lazer da Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, réveillions, footing, etc.). Estas últimas, apesar de terem uma aparência moderna, eram sempre deformadas pela mentalidade provinciana dominante.** Qualquer que fosse a situação, as formas de lazer em Goiânia eram assentadas no pressuposto do conhecimento mútuo. O conhecimento era o fator que possibilitava tanto a distinção entre ricos e pobres, como a distinção entre os de Goiânia e os de Campinas ou os do Bairro Operário. Distinção que, apesar de não ser absoluta, caracterizou também esse aspecto da vida cultural de Goiânia, nesse período. (Oliveira, 1999, p. 29-58, grifo meu).

Dessa maneira, Oliveira (1999) considera Goiânia uma cidade culturalmente provinciana até a década de 1960. Esse termo se liga aos conceitos de tradição, de comunidade e de cidade pequena. Assim, os valores dos habitantes são fundamentais para a análise do autor, pois, para Oliveira (1999), não bastava considerar os aspectos materiais e estruturais da cidade para compreendê-la. Similarmente, Michel de Certeau (1998) compreende o espaço urbano por meio das práticas organizadoras da cidade habitada. Assim, a cidade seria composta por “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra” (Certeau, 1998, p. 171).

Além disso, para o autor, as experiências individuais influenciariam na percepção de um determinado lugar. Especialmente se houverem memórias de infância relacionadas ao local. Essas memórias criariam no espaço urbano planejado uma cidade metafórica, “uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia os cálculos” (Certeau, 1998, p. 191). Na busca pela cidade habitada, Lima Filho (2007) investigou os mapas de memória individual dos moradores pioneiros da capital. O autor usa “moradores pioneiros” para definir os habitantes das primeiras três décadas de Goiânia.

Os “mapas de memórias” são produtos de atores e autores interessados em interpretar a cidade em que vivem, numa espécie de contraposição à cidade moderna, que é produto de um urbanismo fisicista e formalista, que, apesar toda a sua monumentalidade, tem sido um paradoxal mundo de transitoriedades, abrigando não muito mais do que a irrelevância. [...] o que se admite a seguir é que os “mapas de memórias” não necessariamente solucionam consensos, nem mesmo evocam “imagens públicas” como se elas devessem ser obrigatórias em estudos urbanos. [...] A essa criação de

imagens mentais intensamente presentes aos sentidos, nítidas, claramente identificadas, estruturadas e úteis ao ambiente denominamos de “mapas de memórias. (Medeiros, 2007, p. 217).

O Jóquei Clube de Goiás apareceu no mapa de memória da professora Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas (depoimento tomado em setembro de 2002). “7 – Jóquei Clube: festas, encontros com amigos, esporte” (Medeiros, 2007, p. 222). Nos mapas mentais dos moradores pioneiros, Medeiros (2007) verificou que as memórias individuais se misturavam com as memórias coletivas. No depoimento de Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas havia uma explicação para cada lugar de memória. Era o caso do Jóquei Clube, que para ela era um local de festas, de se encontrar com os amigos e de praticar esportes. A imagem da cidade, como argumenta Certeau (1998), estaria intimamente conectada com as suas vivências cotidianas na vida dos moradores.

Nesse contexto, o então Automóvel Clube de Goiás teve o lançamento da sua pedra fundamental em 28 de agosto de 1935. Em julho de 1943, mudara de nome para Jóquei Clube de Goiás (Medeiros, 2010). De acordo com Arrais *et al.* (2016), era um clube social da elite, com festas fechadas. O clube era frequentado por funcionários públicos mais graduados, políticos e alguns fazendeiros. Esses “formavam uma espécie de aristocracia fechada, com um divertimento próprio (como as festas no Automóvel Clube ou nas casas de famílias)” (Arrais *et al.*, 2016, p. 127). O lazer dos pobres, segundo os autores, era diferente. Lima Filho (2007) pontua que Goiânia já nascera elitizada, com divisões sociais claras, o que pode ser observado no depoimento de um dos moradores pioneiros da cidade:

Nos anos Dourados, nos anos 50 nós dizíamos assim: Goiânia está dividida, da Av. Paranaíba para cima, que é o Palácio, era a nata da sociedade que morava, da Av. Paranaíba, era a classe média baixa. Então, as pessoas tinham

essa rivalidade. Então você queria falar alguma coisa, negativa de alguém, Ah fulano é... não é do lado Sul. Ela mora além da Avenida Paranaíba. A Avenida Paranaíba era um divisor, um divisor entre as classes sociais e até hoje isso existe. Você mora onde? Ah no bairro do buraco? Sempre existiu. E Botafogo, ali eram invasores, eram lavradores, empregadas domésticas [...]. (Nize de Freitas, 19/9/2006). (Lima Filho, 2007, p. 252).

Segundo Oliveira (1999), essa rivalidade também transcorria no Jóquei Clube de Goiás: moradores de Campinas não poderiam participar dos bailes de carnaval do clube. Campinas antecede Goiânia e foi escolhida para abrigar a nova capital de Goiás na década de 1930, posteriormente, se tornou um bairro de Goiânia. Assim, é digno de nota que os seus moradores não pudessem entrar no clube. O Jóquei Clube de Goiás “foi o ponto de encontro da elite social de Goiânia. Ser sócio desse clube era uma marca distintiva de status social. Ele também servia para discriminar a população de Campinas, impedida de participar dos famosos bailes de carnavaís da época” (Oliveira, 1999, p. 45).

Victoi (2013) apresenta uma visão crítica da cidade planejada, pois defende que a cidade “não planejada” cresce sob os olhos atentos do planejamento urbanístico. A autora também é crítica de se analisar a cidade a partir da “legislação”, ou seja, do seu planejamento. Entretanto, observada essa crítica, pontuamos que o plano urbanístico desenvolvido pelo urbanista e arquiteto Attílio Corrêa Lima possuía princípios clássicos da concepção de uma cidade. O urbanista planejara um espaço urbano compatível com as atividades industriais, a civilização contemporânea e o mundo moderno. Assim, esse plano, que corresponde ao atual Setor Central, também era coerente com as propostas socioeconômicas da Era Vargas. Araújo (2008) demonstra os sinais da presença ideológica do Estado Novo na paisagem de Goiânia:

Pretendia-se integrar o país, conhecê-lo, ocupá-lo, preenchendo os vazios do território nacional, direcionando fluxos migratórios. A forma assumida

pela cidade também refletia o ideal de modernidade. Cidade planejada dentro dos moldes considerados ideais, a configuração do traçado e a arquitetura dos edifícios representavam o modelo utilizado por Getúlio Vargas na representação de seu governo. No panorama local, a implantação da cidade significou a consolidação da ideologia do moderno, do progresso, “a expressão de um novo tempo” e substituição de antigas oligarquias. Também promoveu mudanças culturais ao promover o contato da sociedade goiana, até então isolada na imensidão do sertão, com outros, vindos de todas as partes do país. No aspecto da materialidade das formas, introduziu uma nova linguagem arquitetônica, alterando as paisagens notadamente coloniais, e inovou as técnicas de construção pelo uso de novos materiais construtivos. (Araújo, 2008, p. 67-68).

Segundo Medeiros (2010), Getúlio Vargas visitou Goiânia em 1940. Após uma reunião no Palácio do Governo, Vargas teria conhecido a cidade e visitado inúmeros locais, incluindo o então Automóvel Clube de Goiás. O autor resgatou o que considera um aspecto apagado da história: os fundamentos da Marcha para o Oeste teriam sido lançados naquele mesmo dia, durante a visita do Presidente ao Automóvel Clube:

Coimbra Bueno lança a Cruzada Rumo ao Oeste em agosto de 1940, no dia em que o Presidente visitou Goiânia. Presente ao lançamento da Cruzada, Vargas disse: "A sociedade ora fundada tão oportunamente, em Goiânia, com o nome de "Cruzada Rumo a Oeste", é merecedora de nosso apoio e do nosso aplauso, porque pretende, pela propaganda, desenvolver o pensamento e a ação em torno desse tema que é um roteiro da nossa civilização (**apud** Bueno, 1961: 9) [...] Vale ressaltar que este é mais um caso de "apagamento da memória", já que o fato citado não é registrado na história oficial, muito menos a presença de Coimbra Bueno em Goiânia quando da visita de Getúlio Vargas. **A Cruzada Rumo ao Oeste teria sido lançada no Automóvel Clube.** Os irmãos Coimbra Bueno haviam se afastado das obras de Goiânia desde 1938, pois o Governo alegava que os engenheiros construtores deviam ao Estado a quantia de 961.953,20 cruzeiros, pendência que só veio a ser resolvida em 1946, um ano após Ludovico ter deixado o Governo. (Medeiros, 2010, p. 126, grifo meu).

Dessa maneira, a primeira sede social do Jóquei Clube de Goiás teria sido palco de um acontecimento importante não apenas para a história

da cidade, como também do país. Além disso, fora construída dentro de um dos estilos arquitetônicos predominantes nas primeiras três décadas da nova capital: o neocolonial. Por mais que o *Art Déco* fosse usado nos prédios públicos, de acordo com Mahler e Silva (2007) as construções privadas optavam por outros estilos, pois havia tanto liberdade para a escolha dos elementos como uma dificuldade em encontrar mão de obra especializada. Assim, o neocolonial era popular no início da década de 1930, sendo caracterizado por “soluções inspiradas no passado e repetidas exaustivamente até depurarem-se formalmente” (Mahler; Silva, 2007, p. 113). Em Goiânia, os autores afirmam que esse estilo representaria uma modernidade conservadora, da classe alta, funcionando assim como uma ponte entre o antigo e o novo.

Figura 2 – Primeira sede social do Jockey Clube de Goiás



Fonte: Parecer para o tombamento do Jockey Clube de Goiás (Jordano, 2017).

Segundo Santana, Bonett e Macêdo (2007), o Jockey Clube de Goiás era o espaço mais famoso para o carnaval goianiense e também para a festa de fim de ano nas três primeiras décadas de Goiânia. Os moradores pioneiros descreveram festas de “réveillon”, carnavais e bailes. Também era o local em que a elite organizava alguns eventos sociais de caridade. Por exemplo,

Gerciana Borges Teixeira, esposa do interventor Pedro Ludovico Teixeira, organizara uma campanha social no Jôquei Clube em 1941.

As campanhas organizadas pela primeira Dama, dona Gercina Borges Teixeira, além de realizadas no interior, aconteciam também em Goiânia. Uma delas foi o festival no Jôquei Clube em prol de grande parte da população do Rio Grande do Sul, quando lá aconteceu uma enchente calamitosa, em 1941. Esse episódio foi tão marcante que a musicista goiana Belkiss Spenzieri Carneiro de Mendonça, no dia 31 de outubro de 1998, relembrou o fato em coluna do jornal *O Popular*. Por ocasião das enchentes, as notícias e os pedidos de ajuda eram veiculados via rádio e jornal. O Jôquei Clube, então ainda denominado Automóvel Club de Goiaz, abriu seu salão de baile para receber aqueles que contribuiriam com a arrecadação. (Santana et al., 2007, p. 187).

Eventos com finalidade beneficente ocorriam com certa frequência no clube, como foi o caso da Noite Beneficente (anúncio na próxima página). As apresentações da musicista Belkiss Spenzieri no Jôquei Clube também apareceram nas páginas do *Jornal de Notícias* (GO). Em 5 de outubro de 1952, por exemplo, o jornalista Oscar Sabino Junior noticiou um recital de piano das alunas da “admirável pianista patricia e professora de grandes meritos” Belkiss Spenzieri (Sabino, 1952, p. 5).

Figura 3 – Anúncio na capa do jornal



Fonte: Jornal de Notícias (GO, 1956).

Nesse jornal, o clube apareceu principalmente na coluna “Gente bem”, de Cirano de Bergerac (pseudônimo de Jovecy Fleury de Amorim). O colunista chamava o Jôquei Clube pelo apelido de “O aristocrático”. Entre os principais eventos que geralmente eram divulgados nessa

coluna, havia apresentações musicais, os já mencionados bailes de caridade, concursos de miss, apresentações de moças para a sociedade, manhãs e “jantares-dançantes”, sendo estes últimos ocorrências diárias. Além disso, o clube realizava eventos em parceria com outras entidades, como a Festa dos Namorados com o Grêmio Carlos Gomes, e eventos beneficentes junto ao Clube Social Feminino e à Organização das Voluntárias.

Figura 4 – Esse evento apareceu em várias edições do jornal, incluindo um anúncio na capa da edição 00181, de 4 de agosto de 1957



Fonte: Jornal de Notícias (GO, 1956).

Assim como ocorreu com a *Noite Beneficente*, o Jôquei Clube também publicou anúncios no *Jornal de Notícias* (GO) para divulgar os detalhes do baile de carnaval. Em 31 de janeiro de 1958, o clube anunciou o início dos ensaios para a festa e o preço das mesas individuais: entre Cr\$1.500,00 e Cr\$2.000,00. Também aproveitou para informar que exigiria carteiras de identificação para a entrada no clube. Esse mesmo aviso aparece nas edições 00231, 00232, 00233 e 00234.

A moradora pioneira Moema de Castro e Silva Oliva rememorou que as “Festas de fim de ano eram no Jóquei” (Santana *et al.*, 2007, p. 187). Também mencionou uma ocasião em que o pai de uma amiga filmara o carnaval na cidade. “Meninos e meninas no Jóquei, a coisa mais bonitinha. E nós lá, 8 anos, 9 anos, no carnaval do Jóquei! É uma coisa interessante, porque reproduz o Jóquei como ele era” (Santana *et al.*, 2007, p. 185). Ou seja, o Jóquei Clube na sua primeira sede social marcara as memórias dessa moradora. Maria Lucy Veiga Teixeira descreveu os bailes de carnaval e réveillon do Jóquei Clube:

Em Goiânia eu fazia parte dos blocos. Um detalhe interessante que eu achava era quanto aos bailes do Jóquei. A gente voltava para casa ali pelas cinco, seis horas da manhã. E a gente vinha assim tão cansada, que tirava o sapato. Carregava os sapatos nos dedos e vinha descalça. Mas assim... Numa alegria aqui em Goiânia, no começo. Todo mundo se conhecia, era muito bom. Eu me lembro que nas festas de réveillon [sic] a gente ia de mesa em mesa cumprimentando as pessoas quando era meia-noite. E todo mundo se cumprimentava porque todo mundo se conhecia. Era muito bom. E a gente voltava para casa sem medo de assalto, sem medo de nada. Que hoje a gente não pode fazer nada. (Santana *et al.*, 2007, p. 185-186).

Portanto, como afirmara Oliveira (1999), a imagem inicial de Goiânia era de uma cidade provinciana, com valores tradicionais. Uma cidade em que todos se conheciam. Em que membros da elite levavam suas filhas para serem apresentadas para a “sociedade” no clube social mais frequentado. Esse sentimento de “todos se conhecem” foi reforçado no depoimento de outra moradora pioneira, Edith Amaral Ferreira:

Antes de me casar, até brinquei muito no Jóquei, no carnaval. Estava o Pedro Ludovico, aquela coisa toda, até brinquei com o Pedro ali. A gente conhecia todo mundo, sabe? Você podia ficar bem à vontade, você conhecia todo mundo. Hoje eu não conheço mais ninguém. Antigamente era gostoso, a gente saía cumprimentando todo mundo, a gente conhecia as festinhas no Jóquei, era o único lugar de festa que tinha era o Jóquei. (Santana *et al.*, 2007, p. 186).

Na Biblioteca Nacional há mais de uma centena de edições do *Jornal de Notícias* (GO) com menção ao Jóquei Clube. Entre essas, havia poucas menções às atividades esportivas ocorridas no clube. Na edição 00240, o jornal divulgou uma convocação para uma reunião da equipe de basquete do Jóquei Clube de Goiás, pelo Diretor Geral de Esportes, Dr. Aladio Teixeira, e por João Jardim Peclat, Diretor do Departamento de Basquetebol, para o planejamento do ano de 1958.

Nessa reunião, Giovane Peclat teria salientado que seria “exigida rigorosa disciplina dos atletas. Disse que irá fazer um corte dos elementos inscritos no quadro de atletas do Jóquei, elementos êstes [sic] que não aparecem nos treinos e não levam a sério os seus compromissos” (*Jornal de Notícias* (GO), 1958, p. 6). Já entre as referências ao Jóquei Clube presentes no trabalho de Santana *et al.* (2007), que realizaram entrevistas junto aos moradores pioneiros da capital, há uma única menção a uma atividade esportiva no local, no depoimento de Marilda de Godoi Carvalho, que considerava o Jóquei como um espaço de lazer:

Quando fundaram o Automóvel Club, que depois trocou para Jóquei, foi também uma maravilha! Eu mesma, em solteira, jogava basquete lá. A filha do Pedro, a Lívia, era uma pessoa muito modesta, ela... participava dos bandos. Nesse tempo, a gente já morava numa casa na Rua 7. Nós íamos em bando de noite jogar basquete lá. Todas já terminando o Curso Normal, já tendo outras atividades. E também... meu marido mesmo quando chegou aqui jogava tênis lá. (Santana *et al.*, 2007, p. 186).

Retomando o *Jornal de Notícias* (GO), embora elogiasse os eventos do clube, para os quais costumava ser convidado, o jornalista Cirano de Bergerac também criticou “o preço exorbitante” do clube social na edição 00284. “O Jóquei Clube de Goiás, apesar de toda a renda, só promove para seus associados, as seguintes festas: Carnaval (mesa com preço exorbitante), Festa Junina e o ‘Réveillon’” (Bergerac, 1958, p. 2). Na

edição 00413, de 30 de janeiro de 1959, o colunista informava o aumento da mensalidade dos sócios contribuintes para Cr\$200,00. Já as mesas para o Réveillon, conforme a edição 00651, custariam Cr 1.000,00 em 1959 (Bergerac, 1959, p. 3).

Por fim, tanto *O Popular* como o jornal *Opção* mencionaram a doação de uma área de 22 mil metros quadrados do governo estadual para o Jockey Clube de Goiás. Esses eventos também receberam cobertura do *Jornal de Notícias* (GO). A capa da edição 00127, de 1957, trazia a notícia da realização de um almoço tradicional nas dependências do clube. Na ocasião, o então governador do Estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, e o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno assinaram a doação das terras para o clube.

A reunião contou com a presença do Governador do Estado, sr. José Ludovico de Almeida [sic], autoridades, secretariado de estado, representantes da imprensa e senhoras da sociedade. Na ocasião procedeu a assinatura pelo senhor Governador e o engenheiro Abe'ardo Coimbra Bueno [sic] do terreno doado pelo Estado ao Jockey Clube de Goiás bem assim como da parte pertencente a firma Coimbra Bueno. (*Jornal de Notícias* (GO), 1957, p. 1).

O engenheiro Abelardo Coimbra Bueno aproveitou ainda a ocasião para ressaltar “a significação da doação à mais velha entidade social de Goiânia” (*Jornal de Notícias* (GO), 1957, p. 1). Um fator digno de nota é que a notícia também trazia outra informação: o então presidente do Jockey Clube de Goiás, Francisco Ludovico de Almeida, era filho do governador José Ludovico de Almeida. Além disso, o governador em questão era sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira, continuando a ligação do clube com esse grupo político. Essa informação não esteve presente nas representações desse acontecimento pelo *O Popular* (2017) e pelo jornal *Opção* (2018).

Considerações finais

A relação do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano de Goiânia nas primeiras três décadas era complexa. O clube aparece frequentemente nas memórias dos moradores pioneiros e em um jornal da década de 1950. Entretanto, não era qualquer morador da capital de Goiás que entrava no clube. A sua mensalidade e os seus famosos réveillons e carnavais custavam um valor “exorbitante” até mesmo para o colunista que cobria com elogios as festas do clube. As representações posteriores do *O Popular* e do jornal *Opção* enfatizaram que o público do Jóquei Clube era a elite. Além disso, o Jóquei Clube era ligado ao grupo político de Pedro Ludovico Teixeira.

A primeira sede social fora palco de um evento que pode ter sido importante para a Marcha para o Oeste. Na mesma medida, o clube abrigava concursos de *Miss Brotinho*. O basquete, que viria a se destacar internacionalmente, era o esporte mais presente nas notícias esportivas sobre o Jóquei Clube. Contudo, raramente eram essas que apareciam no *Jornal de Notícias (GO)* ou nas memórias dos moradores pioneiros. Mais frequentes eram as menções aos eventos sociais realizados nas dependências. Dessa maneira, na busca por compreender a relação do Jóquei Clube de Goiás com o espaço urbano goianiense, para então poder conectá-la com a história e a memória da cidade, o primeiro passo é considerá-lo mais como um clube social que como um clube esportivo nas suas primeiras décadas.

Referências

ABREU, Vandrê. Proposta para o Jóquei Clube em Goiânia é utilizar área ao lado da sede para gerar renda. **O Popular Online**, 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/proposta-para-o-j%C3%B3quei-clube-em-goi%C3%A2nia->

%C3%A9-utilizar-%C3%A1rea-ao-lado-da-sede-para-gerar-renda-1.1865873. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. Sede do Jôquei Clube está à venda. **O Popular Online**, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ARAÚJO, Márcia. **Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar; ARRAIS, Tadeu Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

AZEVEDO, Natane Rincon. **A representação do movimento para salvar o Jôquei Clube de Goiás pela imprensa goiana**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – GO, Goiânia, GO, 2023.

BERGERAC, Cirano de. Gente bem (coluna de Cirano de Bergerac na edição 00284). **Jornal de Notícias (GO)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Gente bem (coluna de Cirano de Bergerac na edição 00413). **Jornal de Notícias (GO)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Gente bem (coluna de Cirano de Bergerac na edição 00651). **Jornal de Notícias (GO)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Alégis: DIFEL, 2002.

JORDANO, Lucas. **Parecer para solicitação de tombamento do edifício sede do Jôquei Clube de Goiás**. Goiânia, 2017.

JORNAL DE NOTÍCIAS (GO). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Acesso em: 19 jan. 2022.

LIMA FILHO, Manuel F. Trilhas patrimoniais de Goiânia. In: LIMA FILHO, Manuel F. MACHADO, Laís A. (org.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MAHLER, Christine R.; SILVA, Ciro Augusto de O. Conceitos, estilos e formas arquitetônicas. In: LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, Laís A. (org.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MEDEIROS, Wilton de A. Goiânia de ontem nos mapas de memória. In: LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, Laís A. (org.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

_____. **Goiânia metrópole**: sonho, vigília e despertar (1933/1973). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, GO, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, GO, 1999.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2003.

SABINO JUNIOR, Oscar. (Música) Dois recitais de piano. **Jornal de Notícias (GO)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SAMPAIO, Nathan. Eleição da diretoria do Jockey Clube coloca em questão o futuro do local. **Jornal Opção**, 2018. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/eleicao-da-diretoria-do-jockey-clube-coloca-em-questao-o-futuro-do-local-155629/> Acesso em: 19 jan. 2021.

SANTANA, Francis; BONETT, Maria Cristina; MACÊDO, Maurides. Pioneiros: compondo o passado. In: LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, Laís A. (org.). **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cênone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Sônia M. Os historiadores e os “fazedores de história”: lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. **OP SIS**, Catalão (GO), v. 7, n. 9, p. 187-198, 2007.

TELES, José Mendonça (org.). **Memórias goianienses**. Goiânia: UCG/SUDECO, 1986.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016.

VICTOI, Raquel Simão. **Cidade polissêmica**: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, GO, 2013.

7

GOIÂNIA E O HIGIENISMO EUGÊNICO: DISCURSO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

*Carlos Rubens Ferreira*¹

Este capítulo é o resultado de um desafio que nos colocaram as acaloradas discussões que foram travadas durante o segundo semestre de 2021, em aulas ministradas virtualmente, em razão pandemia da Covid-19. Trata-se da disciplina “Os caminhos teórico-metodológicos da produção historiográfica sobre Goiás”, vinculada à linha de pesquisa “Poder, Sertão e Identidade”, do Programa de Pós-Graduação em História/UFG, ministrada pelo professor Rildo Bento de Souza.

Inicialmente, os discentes foram incitados a indicarem temas de sua afinidade e, a partir daí, em sintonia com o tema definido, foram definidas duas obras para cada discente, uma de escolha própria, outra definida pelo docente. Todas, dissertações e teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG, cujo objetivo consistira em suscitar reflexão quanto aos recortes teórico-metodológicos adotados pelas pesquisas, e dinamizar o debate entre os membros do grupo. Além da apresentação e análise crítica dos trabalhos pelos discentes, alguns autores nos deram a honra de dialogar conosco sobre o objeto de sua pesquisa, enriquecendo o debate.

Elencada a área jurídica para definição do tema afim, a mim coube a análise de duas dissertações de mestrado: “Nas teias de justiça: a justiça régia em Goiás no século XVIII”, defendida em 2019 pelo

¹ Licenciado em História (ICHL/UFG-1991); bacharel em Direito (FD/UFG-1998); especialista em Docência Universitária (UNIVERSO-2004); mestre em Direito Agrário (FD/UFG-2002); professor assistente do curso de Direito do Centro Universitário Universo Goiânia - UNIVERSO; advogado OAB/GO 18.129. E-mail: carlosrubensferreira@gmail.com

professor Jefferson Roberto Nascimento Acevedo, e “Terra ‘sem lei, nem rei’: Goiás (1822-1850)”, defendida pela professora Maria Aparecida Daniel da Silva. Duas excelentes investigações, que demarcam a historiografia em Goiás ao lançarem luz sobre a edificação das instituições jurídicas no Estado.

Apesar do interesse inicial, a *construção da justiça em Goiás*, os acalorados debates despertaram outros temas deveras relevantes do campo jurídico, que, ainda que não jurídico *stricto sensu*, impuseram uma discussão quanto à “normatização” da sociedade. É o caso da questão da apropriação e institucionalização do discurso higienista pelo Estado pós-Revolução de 1930, e a reverberação desse movimento em Goiás.

Direta ou indiretamente, este tema se constituiu como objeto de investigação dos seguintes trabalhos acadêmicos que foram objeto de análises das nossas discussões, e são eles que despertam a presente reflexão: *Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)* (2013), tese de doutoramento de Leicy Francisca da Silva; *Da dignificação dos filhos de lázaros: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950* (2014), dissertação de mestrado de Kalyna Ynanhiá Silva de Faria; *Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás* (2011) e *Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)* (2016), respectivamente, dissertação e tese de autoria de Éder Mendes de Paula.

Nesse sentido, para contextualizar o higienismo como uma vertente brasileira da eugenia, sua apropriação pelo Estado na consecução dos objetivos de construção da nacionalidade e, portanto, “normatização” de condutas, sua apropriação pela política regional e subsequente institucionalização, o trabalho foi dividido da seguinte forma: primeiro, uma exposição que procura, em apertada síntese, compreender e contextualizar o surgimento e a expansão da eugenia, sua recepção e

adaptação no Brasil, com suas várias vertentes. E, partir daí, procurar compreender como a espécie higienismo pode se destacar, mas não se desvincular do gênero *eugenia*, para então ser amplamente adotado como política pública nacional, na construção do projeto-nação, a partir dos anos 1930, e ganhar sua vertente regional com o *ludoviquismo*.

O passo seguinte se concentrou na imersão regional quanto à construção, apropriação e incorporação do higienismo no discurso político de Pedro Ludovico na década de 1930, para alçar-se e manter-se no poder frente ao Estado. E após a sedimentação do poder, a preocupação com a institucionalização do discurso, adotando-se um projeto arquitetônico para a nova capital em sintonia com as ideologias que aqui chamo de *eugênico-higienistas* (apenas para demarcar o caráter eugênico do higienismo).

Finalizamos com a análise dos trabalhos acadêmicos acima mencionados, que demarcam, a nosso ver, o estudo da sequencialização do processo de institucionalização da eugenia no Estado, entendido aqui como aplicação prática, via Poder Público, dos preceitos eugênico-higienistas. Os mesmos que inspiraram a tomada do poder por Pedro Ludovico e passaram a nortear a ação do Estado na consecução de suas políticas públicas. Assim, procurou-se demonstrar que as edificações do leprosário Colônia Santa Marta, do Preventório Afrânio de Azevedo e do Hospital Psiquiátrico Professor Adalto Botelho encontraram-se em perfeita sintonia com o projeto de poder pós-Revolução de 1930.

Higienismo: eugenia à brasileira?

Praticamente, quando se fala em eugenia, em geral somos levados a evocar em nossas lembranças imagens que nos remetem ao holocausto nazista contra os judeus, ciganos, homossexuais, *deficientes* físicos e

mentais, durante a Segunda Guerra Mundial (Agamben, 2008). E é natural que assim o seja em razão da grande repulsa que se nos desperta tamanha desgraça (Levi, 1990). Entretanto, o movimento eugênico se manifestou em concepções variadas e multifacetadas que foram se adaptando à diversidade dos contextos sociais, econômicos e políticos específicos, e às circunstâncias regionais². Desde o final do século XIX, já não se constituía em um debate restrito à ilha da Grã-Bretanha, onde se originou, conquistando rapidamente o continente europeu e se propagando por toda a América de colonização inglesa, espanhola e portuguesa (Stepan, 2005).

Nancy Leys Stepan em sua clássica obra *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*, faz um excepcional mergulho sobre o tema e nos conduz a uma apreciação minuciosa do movimento eugenista, apontando sua origem, propagação e evolução, com destaque especial para a América Latina e Brasil. Mais do que isso, procura demonstrar as várias vertentes que movimento adquiriu, inclusive sua versão higienista (sanitarista), que ganhou apreço entre a intelectualidade brasileira dos anos 1920-1930³.

Sob este aspecto, “difícilmente se poderia considerar a eugenia uma ideia nova em 1883, apesar de esse ter sido o ano em que o nome foi cunhado” pelo inglês Francis Galton. O primeiro a incursionar por esse campo, se impressionou, desde logo, com a leitura da obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin, e pode, a partir daí, estabelecer correlações

² No Brasil, “a variante da eugenia identificada com higiene pública e compatível com a miscigenação racial e o mito da democracia racial ganhou apoio; eugenias reprodutivas extremadas, ou higiene racial ao estilo nazista, não” (Stepan, 2005, p. 177).

³ Esse dado é importante, e assume especial relevância para o que se pretende discutir neste artigo quanto ao caráter eugênico da política sanitária em Goiás nos anos 1930, como parte de um movimento universal. O que permite compreender melhor a apropriação pragmática do discurso higienista pela política regional, que se legitimava em preceitos indiscutivelmente científicos naquele contexto.

entre hereditariedade humana e política social, publicando em 1869 a obra *Gênio hereditário* (*Hereditary genius*), “considerado o texto seminal da eugenia”. Nesta obra, procurou demonstrar, adotando métodos genealógicos e estatísticos, que a *aptidão humana* seria consequência da hereditariedade, não resultado da educação (Stepan, 2005, p. 29-30).

Entusiasmado com as novas ideias científicas, Galton fazia proselitismo da ascensão da raça, apregoando a possibilidade de se aprimorar a genética humana através da seleção deliberada de sujeitos *adequados* em detrimento dos *inadequados*, como possibilidade de se acelerar o processo que a própria seleção natural darwiniana já vinha realizando (Stepan, 2005, p. 32).

No final do século XIX, enquanto em países como os Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra a miscigenação entre *raças heterogêneas* era “frequentemente apontada como a principal responsável pela degeneração e desarmonia antropológica entre os povos não-europeus” (Souza, 2011, p. 207), no Brasil o debate em torno da *mistura de raças* alcançava diferentes significados. Parte da intelectualidade “condenava a miscigenação e a ela atribuíam a responsabilidade pelo suposto caráter indolente e pela falta de iniciativa e civilidade dos mestiços” (Souza, 2011, p. 207). Outro grupo cria na miscigenação como caminho para a redenção do povo brasileiro, porquanto viam nesse processo sinais de branqueamento da população.

Sobretudo na década de 1920 o movimento eugenista no Brasil ganhou forte conexão entre ciência e ideologia social. Impulsionado pelas características de uma sociedade abertamente hierarquizada e racialmente estratificada, a eugenia ganhou terreno fértil para florescer, às vezes ganhando contornos racistas, e em momentos de ufanismo nacionalista, apontando para a redenção da raça através da miscigenação.

Contra um pano de fundo de profunda ansiedade pelo fato de o Brasil ter deixado de obter um tipo nacional homogêneo e receio de que a degeneração racial ameaçasse a nação, começou a firmar-se a ideia de que a miscigenação racial no país deveria ser vista em termos positivos, em vez de negativos. (Stepan, 2005, p. 166).

Pensadores, como João Batista Lacerda⁴, defendiam corrente ideológica que apregoava a teoria do *branqueamento*. Acreditavam que negros e índios puros, com o tempo desapareceriam, pois a seleção natural e social trabalharia contra os *tipos inferiores* em razão das altas taxas de mortalidade e baixa reprodução, enquanto a imigração branca permitiria o rápido aumento da proporção de brancos. Ao final das contas, a superioridade biológica dos brancos, em eventuais cruzamentos com mulatos, resultaria em um branqueamento da população (Stepan, 2005, p. 166). Apesar da visão positiva da miscigenação, a postura era racista. E nesse campo não havia unanimidade.

Mesmo Roquette-Pinto, favorável à miscigenação e adepto da corrente eugenista mendeliana⁵, que se destacara como árduo crítico do *arianismo* defendido por Oliveira Viana, e se contrapunha às teses racistas dos autores estrangeiros, “acreditava que a miscigenação entre brancos e negros, ou brancos e mestiços, tenderia a um acentuado retorno às características dos primeiros” (Souza, 2011, p. 209). O fato é que quando se tratava da questão da miscigenação, mesmo dentre aqueles que a viam com simpatia, não havia unanimidade de posições.

⁴ Diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda fez defesa científica da tese do “branqueamento” em um documento preparado para o *First Universal Races Congress* (Primeiro Congresso Universal de Raças) em 1911. “Lacerda calculava, com base em dados do Censo brasileiro, que por volta do ano de 2012 a população negra estaria reduzida a zero e os mulatos não seriam mais que 3% do total” (Rossi *apud* Stepan, 2005, p. 166).

⁵ Roquette-Pinto era *mendeliano* e se colocava contra a corrente teórica *neolamarquista* que defendia que os fatores externos (ambientais) poderiam influenciar as gerações. Não acreditava na herança de caracteres forjados pelos fatores ambientais, como era defendido pelos *lamarckistas*. Estes foram importantes para formação dos teóricos sanitaristas, também chamados de *higienistas*.

Em campo oposto, e mais radical, se colocavam vozes como a de Renato Kehl⁶, autêntico mendeliano⁷, que defendia abertamente em suas publicações que “o Brasil tinha menos necessidade de exercício, educação e higiene geral do que da esterilização dos degenerados e criminosos, da imposição de exames pré-nupciais compulsórios e da legislação sobre controle de natalidade” (Kehl *apud* Stepan, 2005, p. 169). Via nos mulatos *elementos heterogêneos, instáveis*, que perturbavam a ordem nacional, e defendia que a miscigenação racial não poderia ser motivo de comemoração, mas motivo de tristeza.

Já o eugenista britânico Caleb Willian Saleeby teve papel importante ao dar maior notoriedade a uma discussão que já vinha se desenvolvendo entre os adeptos da corrente eugenista neolamarckiana, por apregoar a possibilidade de redirecionar a raça, atacando os *venenos raciais*. A este *fenômeno* Saleeby denominou de *eugenia preventiva*, e procurou distingui-la da *eugenia positiva*, que tinha como meta incentivar a reprodução dos *adequados*, e também da *eugenia negativa*, que propunha controlar a reprodução dos *inadequados* (Stepan, 2005, p. 94).

A proposta de contenção, ou erradicação destes *venenos* partia do pressuposto de que o acometimento de determinada doença ou vício por uma pessoa poderia saturar o organismo humano e levar à sua transmissão genética para as gerações seguintes. E o controle das

⁶ “Apoiado em argumentos racistas e biologicamente determinista, Renato Kehl explicava que não haveria solução para os problemas nacionais sem o desenvolvimento de uma ‘política biológica’ radical, inspirada nos ditames da eugenia. Em sua interpretação, como o grande mal do país era um ‘mal de raça’, o governo deveria impedir urgentemente a proliferação de indivíduos racialmente ‘indesejáveis’, mesmo que para isso tivesse que lançar mão de medidas extremas como a segregação racial, a esterilização eugênica e a eutanásia. Neste período, Renato Kehl chegou mesmo a fazer elogios ao recém-criado tribunal eugênico nazista, que havia instituído as leis de esterilização em todo o Reich.” (Souza, 2011, p. 307).

⁷ “Neste sentido, houve uma divisão dos intelectuais brasileiros entre as correntes que a eugenia propunha naquele momento: corrente neolamarckista e mendeliana. Enquanto o primeiro acreditava que o ambiente do país podia moldar genes da descendência (genes degenerados produzidos por pais alcoólatras, por exemplo), o segundo tinha o enfoque na reprodução, na fixidez da raça.” (Paula, 2016, p. 58).

condições ambientais, como a eliminação de condições insalubres de moradia, ao proporcionar uma vida saudável, permitiria, pela mesma lógica, a sua transmissão hereditária para as gerações futuras, pois essa ideia partia do pressuposto da *herança dos caracteres adquiridos* (Souza, 2011, p. 293-294), caracterizando bem o neolamarkismo.

Essa construção teórica implicava na possibilidade de aprimoramento hereditário da raça através de reformas das condições ambientais “e significava ou a fusão da eugenia com saneamento preventivo, ou a expansão do saneamento preventivo para incluir o saneamento da hereditariedade humana” (Stepan, 2005, p. 93). E assim, estavam postas as condições para o desenvolvimento teórico do movimento sanitaria ou higienista.

Nessa linha de pensamento, merecem especial destaque as obras *Minha terra, minha gente*, de 1916, e *Higiene*, de 1917, ambas publicadas por Afrânio Peixoto⁸, professor de higiene pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde “criticava os cientistas médicos europeus por difamarem o clima brasileiro e negarem a existência de doenças tropicais, operando um esforço para resistir às afirmações do exterior de uma degeneração inerentemente brasileira” (Stepan, 2005, p. 94-96).

Destaca-se também a publicação de Belisário Penna⁹, *O Exército e o saneamento*, de 1920, em que apresentava as ideias eugênicas como

⁸ É provável que Pedro Ludovico Teixeira tenha sido aluno do professor higienista na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, pois ingressou no curso em 1910 e sua formatura foi em 1915.

⁹ “Belisário Penna (1868-1939) doutorou-se em 1890, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação desta doença no Rio de Janeiro. A partir de então até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Por volta de 1914, através do jornal *Correio da Manhã* iniciou uma campanha “pelo saneamento físico e moral do Brasil”. Em 1918, publicou o livro *O Saneamento do Brasil*. Ainda nesse ano, foi nomeado para dirigir o recém-criado Serviço de Profilaxia Rural, assumindo o cargo de Delegado de Saúde. Entre 1920 e 1922, foi diretor de saneamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalado em 15 Estados

pertencentes ao mesmo campo científico do qual a higiene e o saneamento faziam parte. “A associação entre eugenia e higiene, ou saneamento, foi tão intensa no país que os primeiros trabalhos produzidos pelos eugenistas se confundiam com o próprio ideário propagado pelos reformadores da saúde pública” (Souza, 2011, p. 291).

A contextualização dessas ideias tem relevo aqui para a compreensão da propagação e institucionalização¹⁰ do discurso higienista em Goiás. Esses novos debates que ascenderam aos círculos intelectuais a partir da *Revolução* de 1930¹¹, e que foram apropriados por Pedro Ludovico, incluíam como estratégia de construção de uma nação a “preocupação com o esquadrinhamento e a higiene do espaço, interferência no corpo e na sociedade” (Silva, 2013, p. 225-226).

Acreditava-se que o desenvolvimento nacional dependeria do desenvolvimento do indivíduo, e que, portanto, para que transformações sociais houvesse, o Estado deveria intervir no corpo do cidadão. Mas, antes, teria o dever de identificar os males da população e atacá-los, e essa nova postura do Estado era considerada símbolo de modernidade – o Estado se modernizava. E modernidade era um dos temas principais do discurso de Ludovico, contrapondo a necessidade de construção da capital ao de atraso da Cidade de Goiás.

os serviços de profilaxia rural. Em 1928, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os Estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele Estado. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde” (Magalhães *apud* Souza, R., 2010, p. 141).

¹⁰ A institucionalização aqui deve ser entendida como a superação do mero discurso político, quando o Estado se apropria, legítima e executa, sob seus próprios auspícios, um projeto determinado, *in casu*, o projeto eugênico higienista, que fez parte integrante do discurso de Pedro Ludovico Teixeira para amparar e legitimar a transferência da capital e a construção de Goiânia.

¹¹ Ao evocar esta expressão, aparecerá em *itálico* apenas para demarcar a polêmica que há em torno do tema. Filio-me à corrente que entende que se tratou de um golpe político, posto não significar um rompimento mais profundo nas relações de produção, nas estruturas econômicas urbanas e rurais, entre capital trabalho, ou da relação de vínculo com a terra.

De acordo com Leicy Francisca da Silva, “em Goiás, o ataque aos males endêmicos, o controle do indivíduo pelo poder médico, a educação sanitária e a higienização do espaço público eram fundamentais” (Silva, 2013, p. 224-225), isto porque as ideias científicas da eugenia e do higienismo apregoavam que o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização dependeriam da “melhoria do corpo do trabalhador e consequente incentivo à produção” (Silva, 2013, p. 224-225). Para que o Estado de Goiás se desenvolvesse e urbanizasse teria que desenvolver políticas higienistas, através da intervenção do Estado.

A apropriação política do discurso eugênico-higienista

Ainda que não seja nosso o objeto de uma análise mais acurada do discurso eugênico-higienista na vasta historiografia regional que investiga a “construção de Goiânia e a transferência da capital”¹², vale a pena tecer algumas considerações sobre a apropriação regional desse discurso de forma pragmática a justificar e legitimar a mudança da capital na década de 1930.

Se voltarmos os olhos para a cidade de Goiás antes de ser despojada do título de capital do Estado, e até mesmo antes do arroubo sanitário engajar o discurso político, é possível verificar o *funcionamento regular* das instituições naquela cidade, sem oposição de um discurso que questionasse mais profundamente o seu *status quo* sanitário, ou a condenasse como inviável à saúde pública. Ressalva feita às manifestações esporádicas de viajantes ou insinuações como as dos Presidentes da Província de Goiás, Couto de Magalhães e Rodolfo Gusmão da Paixão em 1891, este, em mensagem à Assembleia Estadual

¹² Trata-se do título do clássico livro de Nars Fayad Chaul, resultado de suas pesquisas para a dissertação de mestrado que aqui me aproprio para nomear a diversidade dos trabalhos acadêmicos sobre a transferência e construção da capital.

onde condenava efusivamente o “estado sanitário” da cidade (Paixão *apud* Souza, 2021, p. 134-137).

Ainda que a antiga Vila Boa não se tivesse constituído como uma pólis planejada, nascida das necessidades de atender à corrida pela exploração do ouro, sua conformação urbanística se adequava perfeitamente aos desígnios arquitetônicos que dominavam os projetos de estruturação urbanística do século XVIII e inícios do XIX (Moraes *apud* Souza, R., 2021, p. 148). De inspiração moura, o espaço de construção das residências mostrava sintonia com os tempos em que o espaço público não definia o privado “mas sim esse último que, ao ser edificado, determina e delimita a via pública urbana, demonstrando uma clara relação com os modelos de organização espacial implantados pelos muçulmanos em território ibérico” (Coelho, 1997, p. 101).

Mais disso, o fato de a arquitetura das residências contar com quartos sem ventilação, já que alguns não possuíam janelas, estava em perfeita sintonia com as concepções arquitetônicas da época em que foram concebidas (Coelho, 1997, p. 115). Entretanto, no final do século XIX é possível verificar a presença na cidade de ideias que se aproximavam dos pressupostos higienistas que dominavam as discussões nos círculos intelectuais da capital federal. Ou seja, as ideias que pululavam nos acalorados debates na capital, de alguma forma reverberavam no distante sertão, mas talvez ainda sem uma apropriação institucional pelas políticas públicas, pois

o asilo da antiga capital goiana não fora criado para reprimir, ou seja, não pode ser visto como uma prisão, nem como um aparato do poder constituído. Pelo contrário, o asilo foi idealizado, elaborado e construído por leigos amparados na caridade cristã, apesar de contar algumas vezes com a ajuda do poder público, mas que nada influenciava na operacionalização da instituição. (Souza, 2010, p. 95).

De qualquer forma e, apesar dessa não apropriação institucional, no final do século de XIX na cidade de Goiás renunciavam-se as primeiras preocupações com a salubridade, presentes na própria idealização do projeto de construção do asilo São Vicente de Paulo em 1886 e o início da sua execução em 1889, ficando patente na manifestação das freiras a necessidade de se levar os libertos da escravidão para uma casa onde não houvesse “o risco de contaminar o ambiente e, por conseguinte, enfrentar as temidas epidemias, que nesta época grassava o território goiano” (Souza, 2010, p. 61), nesse sentido,

[...] até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias contribuía para o aparecimento de doenças. (Rosen *apud* Souza, 2010, p. 61).

Além disso, denotava-se preocupação, ainda que tímida, com qual destinação sanitária deveria ser dada àquela miríade de *alienados mentais* que circulava pelas ruas da cidade, sem ocupação. Não merecendo censura a *renca* de *bobos* que diligenciavam favores às famílias que, *mui* convenientemente, se *apropriavam* de tais *criaturas* a arrancar-lhes a prestação de serviços. Sendo que “muitos deles eram utilizados para carregar água da fonte da Carioca ou do Chafariz para as casas de família” (Oliveira *apud* Souza, 2010, p. 121) como alternativa à má qualidade da água extraída das cisternas de que dispunham as residências. A compensação pelo serviço prestado? “A troca dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais domésticos” (Teixeira *apud* Souza, 2010, p. 122).

Angústias vilaboenses como tais (*e.g.* o que fazer com os alienados mentais desocupados?) talvez pudessem apenas reverberar

timidamente os grandes debates sanitários que acometiam a capital federal, para nunca se perder o ar de civilidade.

Mas, muito provavelmente, talvez ideias sanitaristas mais radicais, como as grandes reformas urbanas pelas quais havia passado a capital francesa no final do século XIX (Victoi, 2013, p. 40), soassem como perturbadoras de uma ordem consagrada há muito pelos costumes ali convenientemente arraigados, dispensando quaisquer apropriações institucionais de um discurso sanitário mais radical, que, com certeza, esbarraria na própria constituição arquitetônica da cidade, sem solução de resultados eficazes.

No entanto, a quebra do pacto político das oligarquias que se representavam nos governos da República Velha com o advento da *Revolução* de 1930, saneou condições políticas favoráveis que permitiram a Pedro Ludovico finalmente alçar-se ao poder, após não conseguir se eleger deputado federal pela oposição através das eleições de 1º de março de 1930 (Souza, 2021, p. 113).

Médico e político, Pedro Ludovico soube fazer a leitura “correta” de seu tempo e colocar em prática ações que lhe possibilitassem alçar-se e perpetuar-se no poder. Grupos econômicos oligárquicos do sul e sudoeste goianos, que aguardavam por mudanças para expansão de seus negócios, e ansiavam por uma fatia de poder, viam com bons olhos a proposta apresentada pelo político quanto a mudança da capital do estado. Aliás, “a ideia da mudança não era apenas de Pedro Ludovico. Era um desejo de Vargas, era uma necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais à economia nacional” (Chaul, 1988, p. 76).

Apropriando-se de um discurso eugênico, que poderia ser considerado universal naqueles tempos, encontrou aí o lugar de fala legítimo na versão higienista do movimento para construir seu discurso

mudancista. “Grande parte da argumentação utilizada por Pedro Ludovico se calcava no seu saber médico e [...] ‘como médico, Pedro Ludovico mal chegara ao Executivo Estadual, tentou utilizar o saber médico como estratégia de poder’” (Campos *apud* Chaul, 1988, p. 76). Além de voltar o seu discurso contra a família Caiado, para legitimar-se como novo líder, “Pedro Ludovico não só examinou cuidadosamente a cidade de Goiás como a um doente como atestou a ela uma enfermidade incurável, quase que produzindo um atestado de óbito” (Souza, 2021, p. 131).

Portanto, aqueles arremedos de discurso eugênico-higienista que ensaiavam seu proselitismo numa *limpeza* da cidade dos *alienados mentais*, timidamente materializados na construção do Asilo de São Vicente de Paulo no final do século XIX, já mencionado, não se comparam a uma apropriação substancialmente orgânica¹³ (Gramsci, 2016) desse discurso que se encontrava *disponível* na elaboração teórica e intelectual europeia e tinha ganhado adeptos no Rio de Janeiro e São Paulo. Discurso que facilmente propagaria, bastando encontrar o terreno fértil para florescer e a pessoa certa para conduzi-lo¹⁴.

Pedro Ludovico, que se encontrava no lugar certo e na hora certa, cioso de sua condição de intelectual da medicina, soube muito bem

¹³ “O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político)” (Gramsci, Antonio. *Cadernos de Cárcere*: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v. 2. São Paulo: Civilização brasileira, 2016, p. 49).

¹⁴ Ainda que a tomada do poder por Getúlio Vargas em nível nacional, e de Pedro Ludovico em Goiás na década de 1930 não se tenha constituído em uma revolução, merecem acolhida as seguintes inferências de Marx: “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.” (Marx, 2005, p. 52).

articular seus anseios pessoais, as forças econômicas e políticas que se encontravam em jogo no Estado, todas ansiosas por mudanças, e arrebatá-las em conúbio com os ideais da *Revolução* de 30, podendo assim assumir o protagonismo desses movimentos em primeira pessoa.

Em 1933 Pedro Ludovico envia um relatório ao Governo Vargas com o objetivo de se consolidar politicamente (Souza, 2021, p. 104). No capítulo IX desse relatório ao tratar da mudança da capital expôs “uma sólida e apaixonada argumentação em defesa dessa ideia, embasada histórica e cientificamente”. Sobre a cidade de Goiás dizia que a sua doença chamava-se atraso, contrapondo a construção de Goiânia como o progresso. Para ele esse atraso seria “uma doença tão grave que contamina todo o restante do estado, que curá-la precisava-se atacar a raiz da doença ou do problema, condenando, desse modo, a antiga capital” (Souza, 2021, p. 131).

Para ilustrar suas argumentações, Pedro Ludovico evoca o testemunho apontado em 1893 no Relatório de Couto de Magalhães, então Presidente da Província, e de outro Presidente, Rodolfo Gustavo da Paixão, este referente a um documento anexo à mensagem enviada, em 1891, à Assembleia Estadual. Todos fortes nos argumentos quanto à inviabilidade sanitária da cidade de Goiás e, portanto, a engrossar e legitimar os argumentos eugênicos-higienistas do “doutor”.

De acordo com Rido Bento de Souza, “nesta perspectiva, o discurso urdido por Pedro Ludovico para justificar a urgência da mudança da capital, cujas obras na época do Relatório já haviam se iniciado, abarcaram sobremaneira o aspecto higiênico e sanitário” (2021, p. 138-139). Diria, portanto, também *eugênico*, posto que higiene e sanitarismo revelavam vertentes *adaptadas* da eugenia fundada na ideia de *herança dos caracteres adquiridos* de tendência neolamarckiana, como já exposto.

Entretanto, a propósito da construção dos argumentos, Pedro Ludovico olvidou mencionar em seu relatório o resultado das manifestações publicadas em 1916 sobre a Cidade de Goiás, que aparecem em outro relatório, chamado “Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás”, sob os cuidados dos médicos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Pena. O documento foi o resultado de uma expedição entre 18 de março a 28 de agosto de 1912, solicitada ao Instituto Oswaldo Cruz pelo órgão da Inspetoria de Obras contra as Secas, vinculado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Na sua incursão, os dois médicos chegaram à cidade de Goiás no dia 9 de setembro de 1912, onde permaneceram até 2 de outubro, e a descreveram da seguinte forma (Neiva; Pena, 1984, p. 222):

[...] Goiaz é uma cidade regular, de construções antigas, sem arquitetura, com o tipo das velhas casas das cidades do interior de Minas.

Em todo caso é uma cidade, onde já se pode viver sem muito sacrifício, tendo acomodações para tropas, sociedade bem constituída, biblioteca regular, clube recreativo e literário, alguma vida intelectual. A cidade é calçada, e as casas comerciais bem sortidas, algumas bem importantes com grandes depósitos de generos, fazendas, calçados, chapéos e objetos de armário. Há muitas casas de sirios. O transporte de mercadorias é feito em larga escala por tropas, e carros de bois até Anhangüera ou Araguaí, em boa estrada com o percurso de 80 leguas. Além de varias igrejas; conta com diversos edificios publicos, e o excelente asilo de S. Francisco de Paula, associação dominicana dirigido por irmãs dominicanas onde se acham recolhidos muitos infelizes, na sua maioria cretinos vitimados pela molestia de chagas.

A população da cidade propriamente dita, cujas habitações não se prestam ao *habitat do barbeiro*, por serem (*sic*) rebocadas, caiadas, forradas e assoalhadas, e além disso seus habitantes bem alimentados e adistrictos já ás exigencias dos preceitos de hijiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs. Nos arrabaldes, porém, onde habita a pobreza, e ainda se permitem as habitações apenas barreadas, ha muitos casos de bocio e das

manifestações graves da molestia de Chagas, sendo nelas encontrado o *barbeiro* (*megistus*).

Conforme o Rildo Bento de Souza (2021, p. 143-144) o trecho do relato:

[...] descortina uma cidade de Goiás que Pedro Ludovico fez questão de esconder. Ao ressaltar os seus aspectos positivos, que surpreendeu os visitantes, tais como o comércio, as boas estradas, a biblioteca, clubes literários (numa clara referência ao Gabinete Literário), os edifícios públicos, as casas rebocadas e caiadas, *forradas e assoalhadas*, a população bem alimentada, seguindo os preceitos higiênicos, Arthur Neiva e Belisário Pena forjaram um discurso que poderia colocar em xeque toda a argumentação de uma cidade doente urdida por Pedro Ludovico.

Não bastasse isso, “utilizou como parâmetro para condenar a cidade o Regulamento de Saúde Pública que ele mesmo instituiu”, argumentando no relatório “que a antiga Vila Boa não atendia aos preceitos do Regulamento dos Serviços de Saúde Pública do Estado de 1931, criado durante a sua gestão” (Souza, 2021, p. 144-145).

Conclui que Pedro Ludovico adotou um critério seletivo ao escolher quais opiniões se encaixariam em seus propósitos, excluindo o importante documento que colocava em xeque os seus argumentos quanto à inviabilidade sanitária da Cidade de Goiás, que fora bastante elogiada no Relatório de Manguinhos ao considerar que “seus habitantes bem alimentados e adistrictos já às exigências dos preceitos de higiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs” (Neiva *apud* Souza, 2021, p. 143). Por outro lado, o documento havia desferido severas críticas em relação ao restante do Estado. Considerá-lo abriria dúvidas quanto a pecha de insalubridade que procurava lançar sobre a cidade.

Esse fato revela quanto o político estava consciente quanto à construção planejada do discurso para atender aos seus propósitos

políticos regionais, e que o fato de ter se formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro¹⁵ em 1915, momento em que pululavam as discussões eugenistas na capital federal, o houvera permitido assimilar em primeira mão as ideias que seriam incorporadas pelo Estado como projeto de nação pós-1930.

O discurso se institucionaliza

Em processo de institucionalização, a arquitetura da cidade de Goiânia deveria significar a transposição do discurso eugênico-higienista que norteou as críticas do Governador à cidade de Goiás, para a edificação de um projeto arquitetônico da nova capital, idealizado sob o mesmo espírito. Uma cidade que “se construía discursivamente a partir das temporalidades próprias das cidades imaginadas”, pensada como projeto que se contrapunha à insalubridade da antiga capital do estado, deveria ser erigida “como um *locus* privilegiado da saúde” (Silva, 2013, p. 257).

O projeto arquitetônico ficou a cargo de Armando de Godói e Atílio Correia Lima, e se apegava “às bases científicas da bacteriologia, parasitologia e epidemiologia, reforçando nesse aspecto, um planejamento urbano que valorizasse a higiene”. E que, portanto, deveria tratar-se de um plano que seguisse “a orientação de apresentar uma cidade com condições ideais para a saúde física e psíquica de sua

¹⁵ [...] alguns eugenistas que interpretaram a genética de modo *soft*, não mendeliano, concluíram que havia lugar para as tradicionais abordagens ambientalistas na reforma hereditária humana. Outros, igualmente seguros de que a hereditariedade operava por herança de características adquiridas, concluíram que uma abordagem ambientalista seria por demais lenta para promover o melhoramento humano, e que apenas controles radicais da reprodução produziram os resultados desejados. As conclusões sociais são determinadas por uma variedade de fatores contingentes e locais, como a localização estratégica dos diferentes grupos na vida política, intelectual e institucional, sua capacidade de avocar-se competência em uma linguagem técnica (como a da genética), ou a legitimidade percebida de tal linguagem – vale dizer, pelas relações sociais e políticas dentro da sociedade” (Stepan, 2005, p. 40).

população, e cuja função fosse a de integradora de novos hábitos e costumes” (Silva, 2013, p. 259).

Daí esse caráter institucionalizante em que o Poder Público, arrebatado pelas forças políticas vitoriosas, passa a materializar em uma obra arquitetônica o projeto de cidade moderna ciosa dos preceitos médicos (higiênicos), confundindo a figura de político e médico na pessoa do líder. “Uma cidade pensada para se tornar centro de produção, trabalho e educação para todos, um local onde os homens poderiam se desenvolver plenamente física e espiritualmente” (Victoi, 2013, p. 136).

Nessa direção, os projetistas não se descuraram do caráter orgânico do projeto arquitetônico, em que uma cidade limpa, arborizada e com amplas avenidas é projetada para acolher indivíduos *adequados*. Onde, há 18 quilômetros da capital, fora da cidade, concomitantemente, é edificado um leprosário para segregação os *inadequados*. Para tanto, fizeram constar como parte constituinte do traçado da cidade a edificação de um “leprosário-modelo ou cidade-leprosário que seguia a perspectiva utópica de um espaço positivo para constituição do corpo social”. Portanto, a edificação e inauguração do leprosário Colônia Santa Marta (1943), um *microcosmo de Goiânia*, não coincidentemente executada pela firma de engenharia dos Irmãos Coimbra, a mesma que se encarregou da edificação dos prédios públicos da cidade (Silva, 2013, p. 259), se encontrava em plena sintonia com a institucionalização do projeto sanitarista, eugênico-higienista, agora, parte integrante das políticas públicas do estado.

De acordo com Kalyna Ynanhiá Silva de Faria (2014, p. 23):

O combate à lepra se escorava precariamente no tripé institucional composto por: *Dispensário*, com a função de descobrir, selecionar, internar os doentes, examinar os seus comunicantes e educar as massas; *Leprosário*,

que procurava isolar, assistir – material e moralmente – tratar e recuperar os doentes, devolvendo-os ao meio social; e *Preventório*, que recolhia os filhos sadios dos hansenianos, tanto os nascidos nos leprosários, como os oriundos dos lares de onde saíram os doentes [...].

Como instituição complementar ao leprosário foi inaugurada em 1943 o Preventório Educandário Afrânio de Azevedo. Com a criação do leprosário da Colônia Santa Marta, o preventório tinha o objetivo de acolher os filhos das pessoas acometidas de hanseníase e que se encontravam internadas na instituição. O Decreto 16.300, de 31 de dezembro de 1923 (artigo 445, inciso X, “j” e “m”), mandado publicar pelo Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, e “que expandia o quadro de doenças consideradas de notificação compulsória, determinava, dentre outras coisas, o seguinte: j) proibição da amamentação natural pelas mulheres leprosas; [...]; m) segregação imediata dos filhos nascidos de pais leprosos; [...]” (Silva, 2013, p. 190). Daí a necessidade dessa outra instituição higiênica complementar.

Para sacramentar a política da eugenia em Goiás, foi inaugurado em Goiânia em 1954 o Hospital Psiquiátrico Professor Adalto Botelho. De acordo com o professor Éder Mendes de Paula, para os ideais eugênicos presentes nos discursos nacionalistas no sentido de que era necessário “conhecer o Brasil através de si mesmo”, na mentalidade dos médicos sanitaristas, higienistas, “não bastava diagnosticar e curar a doença, mas evitar que ela surja” (2016, p. 61).

O controle do ambiente, como melhoramento eugênico da raça, que perpassava as ideias higienistas, não poderia ser compreendido apenas enquanto preocupação com o ambiente, “mas principalmente, a forma como o homem se vê e se comporta neste espaço que é compartilhado por muitos, mas que deveria ser o mais homogêneo possível” (Paula,

2016, p. 61)¹⁶. A instalação dos manicômios testemunharia a atuação e institucionalização da eugenia na modalidade “higiene mental”¹⁷, pois depois da expressão máxima – que foi a construção de Goiânia – era necessário ordenar, classificar, estabelecer os comportamentos adequados para o novo meio social que se inaugurava” (Paula, 2016, p. 64)¹⁸.

Considerações finais

Após a Revolução Francesa no século XVIII ter significado o rompimento das amarras políticas que dificultavam o avanço do capitalismo, e a contenção dos movimentos sociais radicais de

¹⁶ “Segundo Karl Lowenstein, o regime de Vargas foi marcado pelo desejo de criar uma ‘consciência homogênea de nacionalidade como base da vida política e social’. Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para criar tal consciência, mobilizar o patriotismo, gerar um sentido de unidade nacional e aplinar as ‘disparidades étnicas’.” (Stepan, 2005, p. 174).

¹⁷ “A higiene mental foi definida como uma forma preventiva de medicina psiquiátrica que necessariamente ampliava o escopo dos médicos para além dos muros dos asilos, invadindo a vida cotidiana nos lares, nas ruas, nas escolas.” [...] “Em 1922, o psiquiatra Gustavo Reidel fundou no Rio a nova liga de Higiene Mental que se propunha realizar um programa prático de profilaxia mental concentrado nos indivíduos mentalmente ‘deficientes’, perturbados e delinquentes que – acreditavam os médicos – seriam hereditariamente propensos a cometer crimes e, por conseguinte, precisavam ser identificados, diagnosticados e, se necessário, segregados do restante da população par fins de ‘restrições’ e tratamento.” (Stepan, 2005, p. 58).

¹⁸ Em sua dissertação de mestrado o autor procura demonstrar que os manicômios no Brasil foram utilizados pela ditadura militar instaurada a partir de 1964. Todavia, apresenta apenas dois casos: o do camponês Aparecido José Galdino que havia sido guarda-costas de Jofre Correia Neto, líder de uma Liga Camponesa organizada na cidade de Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo. Foi preso, torturado e internado no manicômio por mais de dez anos (Paula, 2011, p. 11); e o caso de Goiás do polonês Pawel Gotko que fora acusado de tramar contra a ditadura, tendo sido barbaramente torturado e internado como louco no Aduato Botelho. Em 2013, após a defesa da dissertação, foi publicada a obra *Requiem por Tatiana*, de autoria de Sylvia de Montarroyos, um livro de memórias, onde narra sua prisão, tortura e internação em um manicômio de Pernambuco na década de 1960 aos 17 anos de idade em razão de distribuir panfletos e dar aulas de alfabetização para camponeses. Recentemente a página @observatorio3setor, hospedada no Instagram informou que “Perseguidos pela Ditadura Militar no Brasil eram enviados para hospícios”, fazendo alusão a uma matéria publicada no site UOL. A matéria revela que “um levantamento inédito descobriu 24 casos de presos políticos internados pela Ditadura Militar em instituições psiquiátricas em nove unidades da Federação. Pelo menos 22 foram antes submetidos à tortura em prisões comuns.”. As pesquisas ainda são incipientes, mas parecem confirmar que os manicômios foram sistematicamente utilizados pela ditadura militar como forma de repressão e tortura. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXg4TB9pdml/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 15 dez. 2021.

operários, como o da *Comuna de Paris* (1871) (Marx, 2021), e o massacre dos movimentos camponeses pelas forças prussianas na Alemanha (Engels, 2021), terem afastado as principais ameaças ao desenvolvimento das forças produtivas, o século XIX passou a testemunhar um notável avanço das investigações científicas em todos os campos do saber.

Esses avanços passaram, inclusive, a ter como objeto científico a manipulação da genética. Não tardou para que surgissem ideologias que vissem nessa intervenção a possibilidade de sua aplicação prática na busca de um aprimoramento racial.

Correntes teóricas se formaram, umas convictas que tal aprimoramento somente lograria êxito através de intervenção que determinasse um controle direito sobre os genes *perversos* (corrente mendeliana), seja criando condições para a reprodução dos *adequados*, seja impedindo a reprodução dos *inadequados* ou o seu cruzamento com os *sãos*. Ou simplesmente o extermínio dos *inadequados*, como adotado pelo Nacional Socialismo na Alemanha. Outras, de fundamento lamarkiano, viam na alteração das condições ambientais uma possibilidade de intervenção genética indireta, acreditando que pessoas saudáveis transmitiriam essa condição para as gerações futuras.

Essas correntes teóricas ganharam adeptos nos Estados Unidos, América Latina e no Brasil. Aqui, a vertente eugenista ganhou força com o movimento higienista, que logo se consolidara como política de Estado nos governos pós-*Revolução* de 1930, e teve papel primordial na afirmação do sentimento de nação no Brasil.

Como pudemos perceber, o higienismo, ou se preferir, o sanitarismo, é vertente moderada da eugenia, adaptada à realidade brasileira, cuja constituição social, caracterizada pela multiplicidade racial, não recepcionou as correntes mais radicais, defensoras de

práticas como a esterilização dos *inadequados*, proibição dos casamentos inter-raciais, pois, apesar de participarem dos debates, sucumbiram, mostrando-se propostas inviáveis para a realidade brasileira.

Tenhamos em conta que a partir das leis raciais de esterilização e da política deliberada de extermínio de pessoas, adotadas pelo nazismo antes e durante a segunda-guerra mundial, a expressão *eugenia* ficou estigmatizada, e talvez, por isso, praticamente toda discussão travada em torno do higienismo tenha omitido qualquer vinculação deste com a eugenia.

A particularidade da sociedade brasileira, composta pela multiplicidade de raças em sua formação, permitira acolher uma tendência mais amena do movimento eugenista, ainda que ciosa do melhoramento racial, e rechaçar as tendências radicais do movimento. Nesse sentido, ganharam terreno aquelas teorias que apregoavam a evolução genética através da mudança do ambiente, acreditando que um ambiente saudável forneceria as condições necessárias para o aprimoramento racial (*herança dos caracteres adquiridos*), ainda que se acreditasse, como desejo profundo, que a miscigenação levaria ao *branqueamento da população* em razão da superioridade genética dos brancos.

Esses debates coincidem, na década de 1930, com um momento de busca de afirmação dos valores nacionais rumo à formação do Estado-nação. Nesse ambiente de ufanismo e exaltação, o Estado se apropriara do discurso da medicina e passara a colocar em prática políticas sociais de intervenções sanitárias e higiênicas que pudessem redimir o país dos males do atraso, das doenças e de todas as mazelas que, acreditavam, impediam alçar-se aos degraus do mundo civilizado. Em Goiás, o

ludoviquismo cumpriu o papel de interlocução entre as políticas eugênicas e a construção do projeto de nação.

Daí a importância historiográfica dos trabalhos acadêmicos que aqui foram referenciados, por demarcarem esse processo de apropriação do discurso higienista e o seu processo de institucionalização no projeto arquitetônico da cidade de Goiânia, na construção do Leprosário Colônia Santa Marta, na edificação do Preventório Afrânio de Azevedo e na construção do Hospital Psiquiátrico Professor Aduino Botelho.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

CHAUL, Nars N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Cegraf, 1988.

COELHO, Gustavo Neiva. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 1997.

ENGELS, Friedrich. **La guerra de los campesinos en Alemania**. Disponível em: <https://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/la-guerra-de-los-campesinos-en-alemania.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

EUGENIA E IDENTIDADE NACIONAL. **Live** (coord.): Éder Mendes de Paula. Palestrante: Vanderlei Sebastião de Souza. Transmissão pelo YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eQ3g2wGKZNE&t=290s>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FARIA, Kalyna Ynanhiá Silva de. **Da dignificação dos filhos de lázaros: um estudo sobre o preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016. v. 2.

LEVI, Primo. **Afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848-1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Prefácio à contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Nova cultural, 2005, p. 49-54 (Col. Os pensadores).

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984.

PAULA, Éder Mendes de. **Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2016.

_____. **Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2011.

PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL ERAM ENVIADOS PARA HOSPÍCIOS. Instagram: @observatorio3setor. Site: **observatorio3setor.org.br/**. Jornalismo focado em causas e projetos sociais, para promoção dos direitos humanos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXg4TB9pdml/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2013.

SOUZA, Rildo Bento de. **As raízes profundas do jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021.

_____. **Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

VICTOI, Raquel Simão. **Cidade polissêmica**: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO, 2013.

8

O ESTADO NOVO E O RÁDIO GOIANO: A DIFUSÃO DA PROPAGANDA OFICIAL PELAS ONDAS DA RÁDIO CLUBE (1937-1945)

*Juliete Alves de Oliveira Prado*¹

Por meio do pronunciamento à Nação², transmitido ao vivo pela Rádio Nacional, às 20 horas do dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas comunicou à população brasileira sobre a nova Constituição³ dos Estados Unidos do Brasil e o novo regime político ditatorial, o Estado Novo. O documento não foi submetido à análise da Assembleia Constituinte, pelo contrário, Câmara, Senado e as assembleias estaduais e municipais foram dissolvidas, as eleições previstas para 1938 foram canceladas, e a partir de então Estados e municípios passaram a ser administrados por interventores federais.

Em decorrência do novo regime, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado – pela segunda vez, como Interventor Federal no Estado. Ludovico já havia ocupado o cargo anos antes, tendo sido também membro da junta governativa provisória⁴ responsável por administrar o Estado logo após o movimento revolucionário de 1930, permaneceu no cargo de Interventor até ser eleito governador em 1935 pela assembleia constituinte do Estado de Goiás.

¹ Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisa em História de Goiás com ênfase em História do Rádio, História política. E-mail: julietep Prado2015@gmail.com

² VARGAS, Getúlio. "Proclamação ao Povo Brasileiro ('À Nação'). Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país na noite de 10 de novembro de 1937". In: **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. V.

³ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

⁴ Composta por Mario de Alencastro Caiado, Francisco Póvoa e Pedro Ludovico Teixeira. A junta governativa foi nomeada pelo interventor provisório Carlos Pinheiro chagas (Souza, 2021).

Um regime de governo autoritário, com poderes centralizados na figura do presidente e que limitava a autonomia dos Estados, não pareceu aborrecer o interventor goiano. A relação entre Pedro Ludovico e Getúlio Vargas seguiu em concordância durante os anos em que ambos estiveram simultaneamente no poder.

Os projetos desenvolvimentista⁵ de Vargas e o projeto mudancista⁶ de Pedro Ludovico dialogavam em harmonia. Contudo, apesar do apoio do governo federal o Interventor precisou lidar com a resistência de parte da população, sobretudo da oposição, para dar continuidade ao seu projeto de construção de uma nova capital. Fazia-se necessário comprovar o êxito desse projeto.

Vargas, por sua vez, buscou consolidar uma boa relação com os trabalhadores, a exposição de suas ações por meio da publicidade foi fundamental para construção de sua imagem de “Pai da nação”. O presidente que já em maio de 1931 publicou o Decreto 20.047⁷ que regulamentava os serviços de radiodifusão no país, demonstrou reconhecer o potencial desse meio de comunicação antes mesmo que a ferramenta tecnológica fosse conhecida pelos brasileiros. Enquanto o Interventor Federal de Goiás lutava para consolidar seu projeto em andamento, Vargas dava início a um novo modo de governo, torná-lo aceitável era obrigatório.

⁵ Sobre o projeto de governo de Getúlio Vargas, consultar: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalho**. São Paulo: Vértice/Iuperj, 1988.

⁶ O principal projeto idealizado por Pedro Ludovico foi a construção de Goiânia para ser a nova capital de Goiás. Para melhor compreensão do contexto histórico e desdobramentos, ver: SOUZA, Rildo Bento de. **As raízes profundas do jequitibá**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021. p 164-199.

⁷ BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula o funcionamento das estações de radioemissão no território nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-505580-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31 ago. 2022.

O presente capítulo propõe uma breve discussão sobre a utilização do rádio para a difusão da propaganda política exercida em nível nacional por Getúlio Vargas e em nível estadual por Pedro Ludovico Teixeira durante a ditadura do Estado Novo. Se em nível federal o programa “A Hora do Brasil”⁸ funcionava desde 1932 como o porta-voz das notícias estatais, na esfera estadual “A Hora do Estado” a exemplo do modelo nacional divulgava os assuntos oficiais relacionados à política estadual.

O objetivo é, por meio da comparação entre os programas, identificar a dinâmica de produção e a efetividade desses projetos, visando a contribuir com os estudos sobre história política regional e história do rádio em Goiás. A partir da investigação de jornais e publicações da época, ainda, analisando dados do censo do IBGE e Ibope, bem como dialogando com a historiografia existente, pretende-se identificar os interesses políticos em âmbito federal e estadual, envolvidos na difusão da propaganda política em Goiás.

O rádio e o Estado Novo

A utilização de meios midiáticos como difusores de propaganda política oficial em governos autoritários no Brasil e no mundo tem sido objeto de análise de alguns pesquisadores.

Na obra *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*, Maria Helena Capelato demonstra que durante os governos autoritários no Brasil e na Argentina, o uso dos meios de comunicação em massa (rádio, TV, cinema, jornais e periódicos...) era comum tanto pelo Governo quanto por seus opositores. De acordo com Capelato

⁸ No caso do rádio, uma iniciativa merece atenção especial. Desde 1934, Vargas criou um programa oficial – inicialmente a “Voz do Brasil” e em seguida, “Hora do Brasil”, no qual se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo (Gomes, 1999).

(2009), seguindo a inspiração no modelo nazifascista utilizado por Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha, ambos, Vargas e Perón tinham por objetivo influenciar a opinião pública despertando a unidade no pensamento coletivo para legitimar os seus governos alcançando a aceitação popular, a fim de evitar possíveis revoluções como no caso da Revolução Russa. É importante ressaltar que a autora não generaliza ou equipara as experiências latinas com o Fascismo e Nazismo, mas ressalta que os aspectos de controle e difusão dos meios de comunicação tiveram inspiração nos governos autoritários europeus. A autora ressalta ainda que o rádio fora utilizado mais como ferramenta de difusão dos ideais do Estado em busca de uma integração nacional, não sendo, por exemplo, tão controlado quanto a imprensa.

O rádio brasileiro nasceu sob o controle estatal, mas havia em torno dele projetos distintos. Houve forte polêmica, nos anos 30, entre a perspectiva político-cultural e a perspectiva empresarial voltada para o consumo. Os ideólogos nacionalistas, artífices do Estado Novo, defendiam o projeto de radiodifusão educativa com vistas a formação da consciência nacional considerada indispensável a integração da nacionalidade. (Capelato, 2009, p. 88).

Dóris Fagundes Haussen (2001), em *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*, demonstra o papel político desempenhado pelo rádio sob os governos de Getúlio Vargas e Juan Perón, a autora destaca que a consolidação da radiodifusão ocorreu na América Latina, a partir dos anos 1930, quase paralelamente ao início dos movimentos populistas, corroborando com a afirmativa de que o Rádio serviu aos propósitos da propaganda política oficial para esses governos.

Lucia Lippi Oliveira, no artigo “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”, fala sobre as mudanças sociais ocorridas durante a “era Vargas”, destacando a modernização empreendida pelo governo e o desenvolvimento das ideias por parte dos

intelectuais do Estado Novo: o Estado como Tutor, de uma sociedade imatura.

Diferentes instrumentos de educação coletiva foram criados e desenvolvidos visando educar o povo, a promover o ensino de bons Hábitos. O rádio, o cinema educativo, o esporte, a música popular participavam desse objetivo comum de integrar os indivíduos no novo Estado nacional. (OLIVEIRA, 2003, p. 330).

Lia Calabre (2002) em sua tese de doutoramento *No Tempo do Rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923-1960* demonstra o papel social do rádio, que, rapidamente se fixou no cotidiano do brasileiro, tendo participação direta e indireta nas mudanças e permanências vivenciadas pela sociedade no período abordado. Desconstrói a ideia de que os ouvintes fossem manipulados ou incentivados a absorver e reproduzir tudo o que era transmitido, afirmando que havia uma relação de cumplicidade entre rádio e sociedade, por meio da aceitação ou rejeição de determinada programação. Destaca que “o rádio construiu uma sólida relação de credibilidade com o público ouvinte. Ao conteúdo veiculado passou a ser atribuído um caráter de verdade” (AZEVEDO, 2002, p. 15). Esta afirmação, nos leva a considerar que ainda que existisse uma programação idealizada e produzida na intenção de “aproximar” governo e população, a aceitação ou rejeição desta programação seria crucial para a continuação do empreendimento. Mesmo que obrigatório na grade de programação, para que houvesse aceitação e audiência, os assuntos deveriam ser de alguma forma, interessantes ou relevantes aos ouvintes.

Programas como a Hora do Brasil, ou a Hora do Estado, mesmo estando vinculados ao governo que detinha o controle do rádio, não teriam se mantido no ar durante tantos anos se não fossem de alguma forma aceitos por parte da população.

Getúlio Vargas visita Goiânia

A reportagem de capa da edição publicada em 6 de agosto de 1940 do jornal *O Popular*, trouxe como título a frase atribuída a Getúlio Vargas, “Minha visita a Goiás é o início da Marcha para o Oeste”. Goiânia ainda não contava com uma emissora de rádio legalizada em 1940, por isso as notícias sobre a visita do presidente ficaram a cargo das amplificadoras⁹ distribuídas em pontos estratégicos da cidade.

Goiaz viveu ontem um dos seus maiores acontecimentos históricos. Pela primeira vez um Presidente da República atravessa nossas fronteiras para vir até a Capital goiana, a fim de conhecer, de visu, as grandes riquezas que pulsam latentes no colo da terra de Anhanguera. [...] Imediatamente, as amplificadoras da Capital começaram a irradiar notícias a respeito, pondo o povo de Goiânia, ao par de tudo que se relacionava com a viagem Presidencial. (*O Popular*, 1940, p. 01).

A Marcha para o Oeste¹⁰ foi um projeto amplo voltado para o desenvolvimento econômico e urbano da região central do país. Afirmar em seu discurso que a visita a Goiânia era o início da Marcha para o Oeste – seu projeto mais significativo, e reconhecer os esforços de Pedro Ludovico fortaleceu significativamente a popularidade do interventor no Estado, tornando legítimas suas ações diante dos que se puseram contra seu projeto de construção e mudança¹¹.

⁹ O sistema de alto-falantes era um sistema bem simplificado de comunicação composto por um microfone, um aparelho amplificador e os alto-falantes, e todos os aparelhos interligados com fios. Os alto-falantes são semelhantes aos equipamentos utilizados por anunciantes e vendedores ambulantes (Marques, 2009).

¹⁰ A política de “Marcha para o Oeste” visava à expansão brasileira dentro de suas fronteiras e recolocava o problema da mão-de-obra necessária à coordenada conquista do interior do país (Ângela de Castro Gomes, 1999, p. 69).

¹¹ No Relatório enviado ao governo federal em que defendia a necessidade de mudança da capital, Pedro Ludovico Teixeira em muitos momentos desqualificou a cidade de Goiás. “Defensores da antiga capital, principalmente entre os oposicionistas da Assembleia Estadual, condenaram a campanha difamatória que o governo de Pedro Ludovico urdiu contra a cidade de Goiás” (Souza, 2021, p. 151).

Por meio de sua visita a Goiânia, Vargas trouxe consigo os olhares do restante do país, não só para a jovem capital, mas para as possibilidades econômicas do Centro-oeste. Ao afirmar que continuaria a prestar auxílio *amplo* no desenvolvimento das comunicações e transporte fazia transparecer que existiria o investimento por parte do governo no desenvolvimento dessa região.

O governo Nacional, no propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado, continuará a prestar-vos amplo auxílio principalmente no que se refere ao desenvolvimento das comunicações e transportes ferroviários, fluviais e aéreos. Os benefícios resultantes dessa transformação em vossa existência econômica e política são videntes e não constituem, por certo, obra do acaso ou efeito de circunstâncias fortuitas. É preciso reconhecer, e, desejo fazê-lo aqui, que para alcançá-los foi necessário colocar a frente do governo um homem da inteligência realizadora do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, devotado, de 1.930, ao bem público e ao serviço do seu (Teixeira, p. 123).

Breve histórico do rádio em Goiás

O dia 5 de julho de 1942 ficou marcado para o Estado de Goiás devido às festividades do Batismo cultural de Goiânia – evento que marca transferência da Capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia –, foi também a data de lançamento da *Revista Oeste* que trouxe em sua primeira edição uma reportagem intitulada: *Nossos irmãos nos conhecem*, assinada pelo diretor da revista Zacchi Abrahão. Na reportagem o autor fala sobre a criação da Rádio Clube e deixa transparecer o que significou para os idealizadores e apoiadores do Governo este avanço.

Na hora maior de nossa realidade histórica, cria-se na Capital a Rádio-Clube de Goiânia, sociedade atribuída de divulgações sonoras. Contra a mudez habitual de nossos gestos comedidos, a iniciativa se cumula de felicidade. Se o organismo de Goiás se vê desmanietado em todos os seus movimentos; se o processo de sua evolução temos evocado toda reserva de energias étnicas;

se da estimulação de que se anima reflora politicamente todo um passado de sossegamento, diremos, a paralelo, que o mesmo organismo ganhou agora, com a Rádio-Clube de Goiânia, a voz de que necessitava. (OESTE, 1942, p. 18).

É importante destacar que a ZYG-3 – primeiro nome da Rádio Clube de Goiânia – não foi a primeira Emissora de rádio no Estado. Segundo Marques (2009), trata-se da primeira institucionalizada, com a concessão do Governo, as demais emissoras existentes no Estado no período como Amplificadora Cultural de Anápolis, durante muito tempo operaram de maneira não legalizada.

Muitas das Emissoras que surgiram em Goiás nas décadas seguintes foram originadas a partir dos sistemas de alto-falantes que antecederam a radiodifusão, as amplificadoras funcionavam em pontos estratégicos das cidades.

As primeiras veiculações realizadas através de sistemas de alto-falantes não se tratavam de transmissões que acontecia para aparelhos de rádio receptores. No início os programas eram veiculados para as mediações próximas onde o alto-falante estava instalado. Questão esta que mudou com o tempo, pois, posteriormente, as veiculações passaram a ocorrer para rádio receptores. Alguns proprietários de sistemas de alto-falantes desenvolviam, eles próprios, a técnica de transmissão sem fio. Assim aconteceu com a Amplificadora Cultural de Anápolis, ainda no início de 1942, aconteceu também com o serviço de alto-falantes Marisa em Goiânia, e com a PRB-1 Rádio Amplificadora de Ipameri. (Marques, 2009, p. 16).

Em 1946 é fundada a rádio Carajá de Anápolis, seguida pela rádio Xavante em Ipameri, de 1947, e finalmente em 1950 é inaugurada a Rádio Brasil Central em Goiânia. De acordo com Marques (2009) essas Emissoras teriam passado por duas fases durante a década de 1940, onde, de 1942 a 1945 eram controladas pelo Estado, e uma segunda fase que vai do início de 1946 ao fim do Estado Novo quando predomina o “capital comunicacional” – ou seja, a propaganda comercial.

A programação das amplificadoras era composta geralmente de músicas, anúncios comerciais e mensagens de utilidade pública. Contudo, podemos afirmar que conteúdos relacionados aos acontecimentos políticos, como pudemos notar no caso da primeira visita de Vargas a Goiânia eram irradiados por essas amplificadoras. O que buscamos identificar é a ação direta do governo em relação à radiodifusão, para isso vamos direcionar o olhar para o programa Hora do Estado, transmitido pela ZYG-3, produzido e controlado pelo DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, buscando identificar de que maneira o Governo poderia utilizar-se do rádio.

Uma emissora a serviço do Estado

Em 1942 foi legalmente fundada por Venerando de Freitas Borges a primeira Emissora de rádio legalizada em Goiás, inicialmente ZYG-3, mas que posteriormente viria a se chamar Rádio Clube de Goiânia (RCG), anos depois Rádio K do Brasil e, atualmente Rádio Sagres 730. Sua primeira transmissão ocorreu durante as festividades do Batismo cultural em 5 de julho daquele ano.

No Brasil, até o final da década de 1930 as emissoras de rádio eram controladas pelo Estado, “Foi a legislação de 1931 e 1932 que consolidou e profissionalizou o rádio brasileiro. Através dos Decretos 20.047, de 27.05.1931, e 21.111, de 1º.02.1932 foi regulamentado o funcionamento das emissoras, que foram colocadas à disposição do Estado” (Oliveira, 2003, p. 339).

Após a regulamentação as mensagens comerciais passam a ser a principal fonte de recursos para as emissoras, que contavam também com ativos do governo.

A Rádio Clube de Goiânia, esteve para Goiás, assim como a Rádio Nacional esteve para o Brasil. A emissora não foi a primeira rádio a operar no Estado, esse título pertence à Amplificadora Cultural de Anápolis, que iniciou como um sistema de alto-falantes em que eram transmitidos os anúncios do comércio local, músicas etc., tendo posteriormente se tornado estação de rádio e operado muito tempo na clandestinidade (, 2016, p. 29).

O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP também esteve presente desde a inauguração da ZYG-3, tendo como representante Francisco Pimenta Neto, que era também diretor da Rádio Clube, tinha como função controlar de dentro da emissora o conteúdo transmitido para assegurar os interesses do Estado.

Dentre os programas transmitidos pela Rádio Clube, estava o “Repórter Esso”¹², as telenovelas, que também ocupavam lugar de destaque na programação das principais emissoras do país, e “A Hora do Estado”, programa produzido pelo Departamento estadual de imprensa e propaganda – DEIP, para transmitir aos ouvintes os assuntos oficiais. Esse tipo de seguia o modelo do programa “A Hora do Brasil”.

A “Hora do Brasil” foi criada em 1935, a 22 de julho, pelo Departamento de Propaganda e Difusão cultural (antigo DOP), com o objetivo de divulgar as realizações do governo. Em 1937 a “Hora do Brasil” adquiriu caráter compulsório, devendo ser obrigatoriamente transmitida em rede nacional de rádio, todos os dias úteis, as 18h45 min, somente em ondas curtas. Era o horário nobre do rádio à época. (Haussen, 2001, p. 40).

A Hora do Estado: a propaganda e o progresso em Goiás

Em outubro de 1944 a *Revista Oeste* – Fundada e editada pela Imprensa Oficial do Estado – publica entrevista concedida por Gerson

¹² Programa jornalístico de abrangência nacional produzido pela empresa de publicidade McCann-Erickson.

de Castro Costa, Diretor do DEIP- Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado, com o título “A propaganda e o progresso de Goiaz”, o entrevistador inicia a matéria questionando ao Diretor do DEIP sobre como é a sua crença na propaganda oficial.

Acredito, sinceramente, no valor da propaganda. Segundo Herbert Hover, pode-se ter, a propósito da propaganda, o seguinte conceito, por certo expressivo: “As necessidades básicas do homem são incentivadas pela própria natureza, mas o desejo de coisas novas, melhora suas condições de vida, tem sido generalizado graças ao estímulo da propaganda”. Isto, com relação a todos os setores sociais. Sou tão convicto da arte de divulgar que subscrevo as impressionantes palavras de Benedito Mergulhão: “Se essa prodigiosa fonte criadora estancasse, haveria um colapso no progresso universal! Na realidade, tudo que se tem realizado no mundo, é fruto exclusivo da propaganda – pouco importando os meios, via de regra, os mais variados, como a tribuna, as informações orais, o jornal, o rádio. Ela forma e modifica a opinião pública, levando ao conhecimento do povo elementos muitas vezes novos que influem em seus hábitos e em seus próprios destinos”. (Costa, 1944, p. 867).

Assim, é possível supor, ainda que hipoteticamente, que a sociedade poderia ou não apresentar aceitação em relação aos programas produzidos por órgãos governamentais como o DEIP, mas esses programas foram idealizados por figuras que afirmavam essa crença, de que a propaganda teria o poder de modificar a opinião pública, seus hábitos e seus destinos como Gerson de Castro Costa informou.

Ainda nesta mesma entrevista, o diretor do Departamento de imprensa e propaganda fala sobre a relação entre o DEIP e a ZIG-3 (então futura Rádio Clube), única emissora legalizada do Estado.

– O DEIP vem mantendo assídua colaboração com a rádio-difusão. A única emissora goiana ZIG-3, mantém um programa diário, irradiado às expensas deste departamento, a “Hora do Estado”, que vem certamente prestando um excelente serviço no tocante a divulgação dos atos e dos assuntos oficiais

em geral. Com amplo noticiário, agora cuidadosamente redigido, a “Hora do Estado”, que se inicia as 10 horas da manhã dos dias úteis, será dentro em breve transmitida diretamente das instalações do Departamento há pouco adquiridas. (Costa, 1944, p. 868).

O programa a Hora do Estado foi uma iniciativa do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, o horário de transmissão era às 10:00 horas, em dias úteis, cuja função era divulgar as ações oficiais do governo do estado. Essa prática já era conhecida do governo Federal conforme afirma Ângela de Castro Gomes.

No caso do rádio, uma iniciativa merece atenção especial. Desde 1934, Vargas criara um programa oficial – inicialmente a “Voz do Brasil” e, em seguida, “Hora do Brasil” –, no qual se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo. Porém, a partir da posse do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, esse programa passou a irradiar, semanalmente, uma palestra do próprio ministro, na qual ele se dirigia coloquialmente aos trabalhadores. “Falando aos trabalhadores brasileiros” tinha como objetivo básico divulgar a grande obra trabalhista do presidente, explicando aos diretamente interessados seus novos direitos. Devia ser um canal de comunicação privilegiado, rápido e sem intermediários, entre o povo e o presidente/Estado. (Gomes, 1988, p. 230).

O alcance do rádio

Pensando o alcance do Rádio em Goiás em 1940, é importante compreender que na região Centro-Oeste, de acordo com o Censo do IBGE, apenas 27,7% dos domicílios urbanos contavam com iluminação elétrica, e no caso dos domicílios rurais 0,3% tinham fornecimento de eletricidade. Este fornecimento poderia ainda ser comprometido devido apagões em vários horários do dia, o que impactava na transmissão das emissoras de rádio, causando também a perda de anunciantes. Verifique na Tabela 1 o comparativo de domicílios rurais e urbanos que possuíam fornecimento de eletricidade entre os anos 1940 e 1950.

Tabela 1 – Fornecimento de eletricidade domiciliar 1940-1950

	1940		1950	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Habitantes	662.018	539.618		
Centro-Oeste	27,7 %	0,3 %	36,6 %	0,6 %
Total Brasil	47,3 %	2,5 %	60,0 %	3,6 %

Fonte: **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censos de 1940 e 1950. In: *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, jul. 1957.

Considerando o baixo índice no fornecimento de energia em Goiás no período, sugere grande dificuldade no alcance radiodifusão, porém, tratava-se de um mercado promissor, Lia Calabre (2002) aponta que logo em 1951, “um rádio receptor, em geral atendia uma família de cinco membros e, muitas vezes, aos vizinhos na hora da novela ou dos programas mais famosos, ou seja, a escuta familiar e/ ou compartilhada ampliava o alcance do aparelho de rádio” (, 2002)

Ainda de acordo com o censo do IBGE de setembro de 1940, cerca de 71,8% da população de Goiás era analfabeta, o que significa que acesso aos periódicos, jornais e demais meios impressos estaria tão comprometido quanto o acesso, por exemplo, ao aparelho de rádio de algum parente ou vizinho.

De um total estimado de 662.018 habitantes, 539.618 viviam na área rural do Estado, onde dificilmente esses meios impressos chegavam. Esses dados ajudam a compreender como um meio de comunicação que dispensa a leitura e o transporte caberia perfeitamente para os fins pretendidos pelo governo. “Muito se insistia no fato de que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade

nacional” (Capelato, 2009, p. 89). De fato, o rádio em muito possibilitou e possibilita esta integração.

Ainda que no período a implantação do sistema de rádio fosse um desafio, se consideramos a velocidade com que o rádio rompeu as fronteiras da comunicação podemos afirmar que a aposta de Getúlio Vargas foi assertiva, pelo menos em relação ao potencial da radiocomunicação.

Considerações finais

Assim, podemos afirmar que a relevância do rádio não serviu exclusivamente como indicador de “Progresso” e “superação do atraso” ou parte de um processo natural da época, mas foi uma ferramenta de longo alcance utilizada para fins capitalistas, mas, sobretudo, tudo fins políticos.

Sobre o processo de implantação e usos do rádio em Goiás ainda são poucas as contribuições historiográficas. Este tipo de pesquisa se faz necessário por se tratar de um meio midiático que mesmo em dias atuais permanece se reinventando e acompanhando as mudanças tecnológicas.

Em 1945 o Brasil passa por uma nova fase política, se Getúlio Vargas e Pedro Ludovico em suas respectivas categorias entraram para a História, o rádio permanece evoluindo tecnologicamente, trazendo em tempo real as informações sobre ascensão e queda de regimes e governos.

Referências

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; ARRAIS, Tadeu Alencar. **O século XX em Goiás: o advento da modernização**. Goiânia: Câne Editorial, 2016. v. 3.

AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do rádio**: radiodifusão e cotidiano no Brasil: 1923-1960.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos**, Mídia, n. 31, 2003.

_____. A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). **Ciência & Opinião**, Curitiba, v. 1, n. 2/4, jul. 2003/dez. 2004.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

COSTA, Gerson de Castro. A propaganda e o progresso de Goiaz. **Revista Oeste**, Goiânia, ano III, n. 21, outubro de 1944.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 201–236.

_____. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V, p. 195-215 (suplemento), julho 1998.

MARQUES, Edmilson. **A história do rádio em Goiás (1942-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2009.

MARQUES, Edmilson. **Tecnologia, política e cultura na história do rádio em Goiás (1950-1964)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

SOUZA, Rildo Bento de. **As raízes profundas do jequitibá**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021.

VARGAS, Getúlio. Proclamação ao Povo Brasileiro ('À Nação'). Lida no Palácio Guanabara e Irradiada para todo o País na Noite de 10 de novembro de 1937). In: **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. V.

Fontes

BRASIL. **A Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 1937. Disponível em: Constituição37 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula o funcionamento das estações de radioemissão no território nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-505580-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31 ago. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos de 1940 e 1950. In: **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, jul. 1957.

MINHA VISITA A GOIÁS É O INÍCIO DA MARCHA PARA O OESTE. **Jornal O Popular**, Goiânia, ano III, n. 224, 6 de agosto de 1940.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Editora da UFG, 1982.

REVISTA OESTE. (Fac-simile das vinte e três edições). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983, n. 1, p. 2.

PRÁTICAS MÉDICAS E SAÚDE NA REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE (1937-1946): APONTAMENTOS INICIAIS

*Maraísa Aparecida de Lima*¹

O interesse por esse tema se deu devido às produções acadêmicas que utilizam a mesma fonte, serem direcionadas para a área da educação, não dando enfoque para a abordagem acerca da saúde e da medicina. Além de não associar a sua produção e disseminação com a construção de Goiânia e a busca pela capital perfeita, moderna e limpa.

Como a Revista conseguiu ser um instrumento de inculcação social dos preceitos higienistas e veículo de propagação da modernidade e sanitarismo da nova capital?

Entre os anos de 1930 e 1945, o Brasil teve como chefe de Estado, o Presidente Getúlio Vargas. Que possuía uma política higienista e uma preocupação com a educação sanitária muito forte, assuntos que serão discutidos neste trabalho. Intenta-se propor uma discussão a respeito da influência das *Revistas de Educação* nas práticas médicas e de saúde dos goianos, no período que compreende a sua primeira fase, de 1937 até 1946, momento em que dá uma pausa em suas atividades².

A *Revista de Educação* se configura como um dos mecanismos de orientação pedagógico-social desenvolvidos pelo governo de Goiás, que esteve em circulação entre os anos de 1937 até 1962. Nesse ínterim, a

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (campus Goianésia) e especialista em Gestão de Pessoas com ênfase em Educação Corporativa pela UEG-Goianésia. Atualmente cursa Ciências Contábeis pela Faculdade Evangélica de Goiás. E-mail: profhistmaraisalima@gmail.com

² Quando de sua criação em 1933, o título era *Revista Goyana de Educação e Historia* (RGEH), mas quando passa a circular pelo território goiano em 1937, o nome passa a ser *Revista de Educação*. A partir de 1945, intitulou-se como *Revista de Educação e Saúde*, retornando ao título de *Revista de Educação*, em 1949.

Revista deixou de circular por três vezes, passível de reorganização por dois decretos³.

Segue-se o Decreto 3.482, de 12 de junho de 1933, que apresenta a supracitada revista para a sociedade e para a comunidade educacional:

O Interventor Federal, neste Estado, atendendo á representação que lhe fez a Directoria Geral do Interior, e considerando que se faz mistér em nosso Estado, a criação de um órgão official do ensino que ventile as questões pedagogicas contemporaneas e dê curso a todas as resoluções officiais que interessem á instrução primaria, secundaria e superior; considerando que é cada vez mais sensível a lacuna da inexistencia desse órgão; considerando que elle contribuirá, poderosamente, para o melhor aparelhamento do professorado, difundindo as theses pedagogicas palpitantes da actualidade, despertando o interesse pelas novas conquistas do ensino e permitindo o intercambio de idéas entre os nossos professores e os das demais unidades da federação; considerando ainda que muito lucrarão com a medida os corpos discentes do Estado, que terão o estímulo de ver divulgados os seus trabalhos dignos de menção; considerando que os actuais vencimentos dos professores não lhes permitem assignar outras revistas pedagogicas, que os coloquem a par dos progressos da pedagogia em nossos dias; considerando que, attendendo, patrioticamente, ao apelo da Directoria Geral de Interior, a grande maioria dos municipios goyanos se promptificou a manter um órgão official de ensino, concorrendo cada prefeitura com a mensalidade de dez mil réis (10\$000); e considerando que não dispõe o Estado de uma revista historica e que incumbe ao Governo cultivar a historia, despertando o interesse pelo seu estudo; considerando o alto alcance da medida, resolve:

Art. 1º - Fica creada, neste Estado, uma revista official de instrucção, nos moldes da revista congenera de Minas Geraes, e que se denominará *Revista Goyana de Educação e Historia*. [...] Palacio da Presidencia do Estado de Goyaz, 12 de junho de 1933, 45º da Republica. (Goiás, 1933)⁴.

Visando à inserção do Estado de Goiás nos moldes da modernidade, Ludovico nos apresenta tal revista, de modo que possam ser difundidas

³ Decreto-lei 186, de 24 de novembro de 1945; Decreto 490, de 2 de dezembro de 1958.

⁴ Apesar de sua clara ligação com os aspectos pedagógicos, tal fonte será utilizada neste estudo para embasar discussões acerca da saúde e das práticas de medicina popular e acadêmica no cotidiano dos goianos.

ideias pedagógicas mais recentes, além de reunir os maiores nomes da área da educação para serem apresentados aspectos necessários e preocupantes na realidade escolar goiana.

Em busca de bibliografia especializada que pudesse subsidiar a discussão acerca de saúde em Goiás, tem-se dois trabalhos. A tese de doutoramento de Leicy Francisca da Silva, com o título *Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*; a dissertação de mestrado de Kalyna Ynanhiá Silva de 7-Faria, com o título *Da dignificação dos filhos de Lázarus: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950*; como referencial teórico do trabalho, serão utilizados os autores Butler (2019), Boltanski (2004) e Foucault (2010).

Alimentação e a proliferação de doenças

Uma preocupação muito latente dos profissionais da *Revista de Educação* era com a alimentação das crianças e que não conseguissem suprir suas necessidades físicas, além de não conseguirem manter hábitos de higiene simples, que evitariam que doenças se espalhassem pelo território goiano. Então algumas soluções eram propostas, como veremos ao longo deste tópico.

Uma das medidas idealizadas pelo professor Celestino está a adoção na escola de um programa de acompanhamento para as crianças, em que médicos poderiam estar em parceria com o governo, sociedade e educação, a fim de alertar e instruir os cidadãos para conseguirem se cuidar e preservar a sua saúde. Algumas doenças são apresentadas neste tópico, as quais necessitavam de imunização e certo afastamento para que não se propagassem.

Insistimos em que se adote nas escolas a visita medica semanal ou quinzenal, custeada sua manutenção pela constituição de um centro de saude, mantido pela colaboração de elementos representativos, mormente os profissionais do ramo: boticarios, medicos e outros ramos de atividades, com o proposito de tornar eficiente a educação sanitaria, realizando palestras coletivas sobre assuntos de interesse geral: verminose, tuberculose, febre amarela, variola, imunização, como tambem os meios pelos quais se propagam as molestias, e o processo de evita-las. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 49).

Um dos locais destinados para dar atenção à saúde foi o Centro de Saúde, que seria um aliado para acolher e cuidar dos pobres. Foram feitas palestras, disseminação de bons hábitos de higiene, assistência dentária, além de prover apoio financeiro. Acompanhar as mães, de modo que consigam prover melhor o futuro das próximas gerações.

O Centro de Saude constituido de elementos, mormente, profissionais, concorrerá por certo para acolher as necessidades dos pobres, desde que obedeça á seguinte orientação:

- a) Os centros de saude terão o encargo de em palestras mensais explanar os males que afétam a humanidade, fiscalizando, esclarecendo os erros, coadjuvando na formação dos bons habitos higienicos, aperfeiçoando e embelezando a raça.
- b) Os centros de saude promoverão, enquanto os governos não tomarem a si a incumbencia, a assistencia dentaria nos estabelecimentos de ensino locais.
- c) Os centros de saude recorrerão a todos os meios a seu alcance para atingir a sua finalidade, intervindo junto aos respectivos poderes para lhes proporcionar auxilio, apoio moral e financeiro.
- d) Os centros de saude, por seus proficuos conselhos e ensinamentos ás mães e futuras mães, providenciarão no sentido de encaminhar a nova geração para um futuro melhor e mais belo.
- e) Os centros de saude, pelos serviços de alta valia, prestarão ás classes pobres de todas as camadas sociais todos os beneficios do que carecerem, mormente nas endemias que infelizmente assolam e enfraquecem o nosso paiz. (Revista de Educação, 1938, ano II, n. 3, p. 27-28).

O que se pode perceber é que as crianças pobres e, consequentemente, da zona rural, eram alvo de maior atenção das autoridades em saúde, porque estes sentiam haver uma carência de conhecimento acerca da alimentação e de conceitos básicos de higiene. Por isso, a pauta em discussão era levar orientação e direcionamento para essa área.

Em uma abordagem de cunho científico-social, o professor discutirá a respeito da alimentação e a manutenção da saúde da criança brasileira. Além de expor que, as crianças sofriam com o aprendizado, porque não tinham forças suficientes para se dedicar às atividades escolares.

A criança brasileira, filha de pais pobres, não tem uma ração de manutenção que satisfaça às suas trocas instintivas, as quais, entre os 8 e os 16 anos, período em que as atividades escolares são mais intensas e as exigências orgânicas maiores, havendo necessidade de fazer a ração do escolar de substâncias ricas de elementos nutrientes e vitaminas reguladoras das trocas metabólicas.

A criança representa o lastro da nacionalidade. O seu desenvolvimento ou se processa normalmente, obedecendo às exigências orgânicas, ou o físico e o mental ficam prejudicados.

As consequências do desequilíbrio orgânico, quando a alimentação é insuficiente, quer pela quantidade, quer pela qualidade, se manifestam depauperamento físico, predisposição ao raquitismo, diminuição da capacidade de trabalho. O problema da alimentação na escola é um problema de vida ou de morte. O mestre não pode mais deixar de transmitir aos seus alunos noções sobre o valor das substâncias alimentícias. O Estado, por sua vez, tem necessidade de reeducar as populações adultas, orientando-as sobre o problema da nutrição, traçando-lhes diretrizes para o regime alimentar das crianças, de acordo com as condições do meio em que vivem, até aos seis ou oito anos, quando o mestre, na escola primária, tomará sob sua responsabilidade o pequeno, até entregá-lo à sociedade. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 50-51).

Em uma evidente preocupação com a representação que as crianças trariam para a raça brasileira, o autor apresenta que elas deveriam ter um perfeito equilíbrio em sua globalidade. Desde o aspecto

mental, físico, até o orgânico. Assim o seu desenvolvimento e rendimento escolar seriam satisfatórios⁵.

Propõe-se no artigo da revista que a escola ofereça uma alimentação que consiga suprir as necessidades dos alunos, já que em sua casa havia carência de alimentos de qualidade, de modo que estes não conseguiriam manter a concentração necessária em suas atividades escolares.

Nesse ínterim, discute-se uma propagação pela sociedade da narrativa higienista, em que os mais velhos deveriam ser reeducados, de modo que comesçassem a internalizar a higiene como um hábito cotidiano.

Além da preocupação com as crianças que viviam nas cidades, havia ainda aquelas que residiam no campo, que possuíam um nível menor de instrução (na concepção do autor), deveriam ser discutidos com os mesmos outros aspectos de saúde e cuidado médico.

Nos centros rurais, além das verminoses, surge o impeludismo causando grande morilidade, resultante de águas estagnadas e proliferação dos mosquitos anofílinos. Medidas de profilaxia para evitar as molestias da primeira infância são aconselhadas pela higiene para atenuar a mortalidade infantil, infelizmente muito comum entre nós, principalmente entre as populações rurais. Instruções profusas devem ser dadas em todos os centros onde a população seja um pouco densa [...]. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 35).

O autor salienta que uma das preocupações de sua pesquisa eram as verminoses, que eram em sua maioria ocasionadas por andar descalços, não lavar bem os alimentos, as mãos, além da qualidade da água que por eles era ingerida. Atribuindo dessa forma a essas práticas a autoria de variadas mortes em crianças, em uma curva que se acentuava.

Enquanto se preocupa com a ausência de alimentação adequada, havia ainda o cuidado com o excesso de comida, que também causava

⁵ A salientar que essas recomendações partiam de um estudo feito pelo professor Celestino da Silva Filho, divulgado na revista supracitada, na edição de n. 2, em 1937.

prejuízos a saúde, além de retirar a premissa do corpo forte e esbelto, que se almejava padronizar. Por isso

ha graves inconvenientes em comer demasiadamente: embrutece o espírito e entorpece o corpo. Enquanto que a sobriedade no comer apura os sentidos, dá agilidade aos membros, viveza ao entediamento, perspicácia á imaginação, facilidade e tenacidade á memória, desembaraço aos movimentos, galhardia nas ações, e conserva a saúde e prolonga a vida. (Revista de Educação, 1938, ano II, n. V, p. 8).

Tem-se aqui uma representação da modelagem dos corpos que o governo propunha, pois, até se afirma que comer com cuidado faz com que a imaginação e a vida aumentem. Inclusive, salienta-se que comer muito embrutece o espírito. Considerando a vida escolar do estudante sendo construída em cada perspectiva de seu cotidiano, a alimentação é um fator primordial, no entanto, os exageros sempre são intolerados, incluindo todos os malefícios para a saúde, como descrito no seguinte fragmento:

REGRAS DE SAÚDE

1— Refreie seu apetite. Não fique na mesa até ter comido a última talhada que tenha podido forçar por sua garganta abaixo. Não é tudo que uma pessoa possa engolir que lhe dá forças, mas sim o que bem digere.

2— Mastigue bem os alimentos para o estômago, que não tem dentes, se poupe ao trabalho de ter que esmagá-los.

3— Evite, por muito deliciosos que sejam, os manjares que sabe lhe produzem indigestão. (Revista de Educação, 1938, ano II, n. V, p. 26).

A recomendação que se faz não é tanto referente a quantidade de comida especificamente, mas sim a respeito da digestibilidade daquilo que atravessa a garganta. De modo que mastigar bem facilita a absorção de nutrientes e, conseqüentemente, a digestão. E ainda, frisa que, caso lhe ofereçam boas comidas, mas que não façam bem, evite. Seguindo nessa premissa, tem-se o texto a seguir, que fará referência ao excesso de alimentos com pouco valor nutricional, consumidos no cotidiano.

Fato que poderá causar prejuízo à próxima geração, visto que no texto se questiona até a criação que essas pessoas desenvolvem em seu lar.

DECALOGO ALIMENTAR

Organizado pelo Prof. HÉLION PÓVOA, chefe do Serviço de Nutrição da Policlínica do Rio de Janeiro

I - Quem come mal, vive peor: morre cedo, cria filhos deveis, trabalha menos e adocece mais.

II - Comer bem não é comer muito. Às vezes, é mesmo comer pouco. Comerá melhor o que mais obedecer às boas normas dietéticas.

III - A mesa deve ser farta, simples e sempre variada. Não se deve comer ao jantar só alimentos iguais aos do almoço.

IV - Um dia sem fruta, um copo de leite ou um ovo é um dia descontado funestamente no precioso capital da existência.

V - O organismo humano precisa de alimentos frescos (carnes, legumes, verduras, frutas) como de ar para respirar e de água para beber.

VI - O momento das refeições, tres pelo menos ao dia, é sagrado. Como tal, deve ser de recolhimento calmo, sem preocupações de qualquer especie e todo êle nunca menos de meia hora — dedicado exclusivamente á nobre função alimentar.

VII - Uma refeição perfeita é aquela que fornece ao organismo todos os elementos nutritivos de que ele necessita em qualidades e quantidades. E' preciso atender ao apetite nos seus caprichos, impondo-lhe, porem, horario certo de alimentação e o uso das refeições variadas.

VIII - Durante a digestão que sucede ás refeições, mesma as mais simples ocupações devem ser realizadas com prudencia e moderação. Esta salutar medida deve ser extensiva também ás diversões e ao sono.

IX - As bebidas tomadas ás refeições são alimentares (leite, caldos, sucos de frutas) ou tóxicas (cachaça, vinho): aquelas beneficiam e estas são sempre maléficas.

X - Sendo a vida alimento transferido em energia, é sôbre a mesa que se decidem verdadeiramente os destinos não só dos povos, mas da Humanidade. Banir da mesa todo e qualquer abuso e corrigi-la em todos os defeitos dieteticos é um dever biológico, com imperativos morais e sociais tão categoricos quanto o de só se cometerem atos dignos. (Revista de Educação, 1940, ano V, n. XII, s/n).

Nesse texto podemos perceber que, as refeições devem ser pensadas e com alimentos variados, o que poderia ser uma realidade

distante para a maioria da população. Categoricamente, se diz que a partir da alimentação se cria uma nação forte. Uma forma de chamar a atenção das massas seria salientar que quem come mal não trabalha bem, nem cria seus filhos de modo satisfatório.

Dos tópicos VI até VIII, percebe-se que a realidade dos trabalhadores realmente era desconhecida pelos profissionais que redigiam a revista. Porque pressupor que haveria tempo para digerir com calma, comer devagar ou, ainda, com horários fixos, seria irreal. Dando ao impresso uma realidade elitista.

Soma-se a isso a responsabilidade atribuída às escolas acerca da alimentação de seus alunos, a fim de que o trabalho seja realizado em parceria com a comunidade. Além de pedir ajuda aos professores, para exporem as crianças à importância de se alimentar bem e com mais diversidade de nutrientes.

A ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR

O professor deve aconselhar os alunos em relação à boa escolha da alimentação, incentivando o uso de legumes, frutas e vegetais em grande quantidade, de vez que eles são a mais rica fonte de vitaminas da natureza, assim como também os ovos e leite, pelo seu rico teor em cálcio e vitaminas. Os escolares precisam de cálcio em proporções maiores do que as exigidas pelos adultos: 1 grama diária para aqueles, contra 75 centigramas exigidos por estes de acordo com a média exigida por Mac Lester (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, p. 34).

A preocupação passa para a responsabilidade dos professores para informarem os alunos das necessidades nutricionais sugeridas pelos profissionais, estimulando a inserção de hábitos alimentares adequados⁶.

⁶ Percebe-se que os profissionais não sabiam exatamente acerca da realidade de seus alunos, porque em muitos casos, devido à sua pobreza, não poderiam consumir leite e ovos de forma consistente.

Papo de saúde e medicina popular

Ao longo de sucessivas leituras, foi possível perceber como os artigos iam sendo direcionados aos assuntos da área da saúde e do sanitarismo ao longo dos anos, sendo mais presentes produções de médicos. Sendo que, inicialmente, os professores eram os escritores quase que unanimemente.

Como meio de aproximação com as fontes utilizadas, as mesmas serão apresentadas como anexo no fim do texto, sendo um mecanismo de acessibilidade e facilitação de contato com elas em pesquisas posteriores.

Na revista aparecem fragmentos que remetem ao vigor do corpo e à saúde dos membros, além de discutir práticas de cuidado com recém-nascidos, crianças, com a alimentação etc.

Butler (2019) descreve que a forma de se compreender o poder é perceber que ele é externo aos corpos. Não sendo aquilo que se deve opor, mas sim uma prática de que os indivíduos são dependentes para viver⁷. Pode-se perceber que as imposições estatais e escolares passaram a ser parte do cotidiano das crianças, de modo que era quase impossível dissociá-los de tal perspectiva.

Um dos exemplos que traduzem o pensamento que abarca o impresso, tem-se o texto do professor Pedro Celestino da Silva Filho, intitulado “A escola Nova sob triplice aspecto da educação: FISICA, SANITARIA E MORAL”, mas a parte que mais interessa ao trabalho centra-se na seguinte discussão:

“Chamalet diz: Antes de fazer-se do menino um ser inteligente e bom, é preciso torna-lo sadio e vigoroso.

⁷ “A sujeição consiste nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação.” (Butler, 2019, p. 10).

É a educação física o aperfeiçoamento de nossa natureza intelectual. Tem ela por fim tornar o corpo são, vigoroso, ágil, estético prepara-lo para servir às faculdades. É a educação física um complexo de influências colaterais, pelo que se ajuda a natureza no desenrolar das capacidades físicas, intelectuais e morais do homem, visando sempre a sua comodidade na vida. Tem por objetivo um completo desenvolvimento para a constituição orgânica, buscando a sua melhor adaptação nas circunstâncias da atividade que lhe competir. Ela se propõe a formar e desenvolver harmoniosamente o corpo, conservando o vigor, a flexibilidade dos órgãos e a saúde. A educação física, juntamente com a educação moral, sanitária e intelectual, constituem as colunas sobre que se ergue o soberbo edifício da integridade educacional, visada pela Escola Nova, mantendo, pois, um perfeito equilíbrio fisiológico e psicológico. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 46).

Um dos assuntos que mais são discutidos e reafirmados nas páginas da revista é a educação física, pois intenta-se transformar o corpo e a alma dos pequenos goianos, centra-se na problemática da alimentação e do cuidado com as moléstias mais recorrentes. Deve-se manter um pleno equilíbrio entre os músculos e o aprendizado escolar.

Os egípcios, quarenta séculos antes da nossa era, já praticavam em grau bem apreciável a cultura física por meio de lutas corporais e deusas sagradas. — Os índios, preconizando os movimentos, as massagens sob várias formas a melhor maneira de respirar como preceitos médicos e higiênicos e com adoção de medidas especiais na sua organização social, exigiam uma pureza física e moral; sendo finalidade dos exercícios de ordem fisiológica: higiene moral e guerreira. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 46).

Além de tudo isso, menciona-se a necessidade de realizar exercícios de respiração e massagens, para equilibrar o aspecto psicológico, equiparando-os com a higiene e a medicina. Por isso, “Os gregos tinham por efeito prevenir as molestias, criar a beleza estética, colocando a alma de um sábio no corpo de um atleta” (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 47). Essa frase resume bem o que a política ansiava ao modelar os corpos e a educação em seu benefício.

Soma-se a isso a educação sanitária, que ganhou uma discussão só para si ao longo da tese desenvolvida pelo professor Pedro Celestino da Silva Filho, a qual descreve como

— A EDUCAÇÃO SANITÁRIA —

Se a educação física constitue necessidade inadiável e as vantagens decorrentes de sua efetiva adoção são palpáveis, convem não nos esquecer de que antes de submeter o escolar ao exercício físico e outros exigidos pela correção, sob todos os prismas encarados, urge conheçamos as condições de saúde de nossos discípulos. —

Nesta parte destacarei os parágrafos:

- a) Assistência médica na escola
- b) Dentaria
- c) Alimentação insuficiente (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 48).

O autor descreve que, antes mesmo de atribuir exercícios físicos ao aluno, devem ser analisadas as suas condições físicas atuais. E, para isso, algumas considerações deveriam ser tomadas por meio da assistência acompanhada do alunado, analisando sua situação dentária e a alimentação, que são fatores essenciais.

Criação de corpos médicos especializados em Pedagogia destacando-se os tópicos seguintes:

- a) Que os médicos possuem títulos de especialização em Clínica infantil e Psiquiatria.
- b) Que tenham feito exames de Psicologia Experimental e Pedagogia afim de que possam exercer assistência médica nas escolas. — A nossa exigência está muito aquém da que tendes ouvido. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 48-9).

Sua principal recomendação era o acompanhamento especializado por profissionais de medicina que iriam orientar os indivíduos com palestras, que abarcariam o aluno e a sua família, de modo que o costume de toda a sociedade fosse moldado, focando em doenças de maior disseminação.

A assistencia medica se impõe em qualquer emergencia, quér quando se defronta com as enfermidades comuns, quér quando surgem as carater grave. —

Se facil é o combate ás enfermidades comuns, ou vindas das epedemias: sarampo coqueluche, ercarlatina, catapora, variola, gripe com suas consequencias e em quadro á parte a verminose, mal que padece a maior parte da nossa gente do campo, contra a qual se poderão tomar medidas profilaticas, tais como o uso de botina, asseio perfeito das mãos e o uso de fossas, como trindade profilatica, aconselhada pelos americanos, podendo o professor recorrer, em casa aos extremos, ao isolamento e suspensão das aulas: tal porem, não acontece quando o mal acusa sintomas de seria gravidade, como sejam os casos de tuberculose e lepra, onde a assistencia medica deve fazer sentir os seus beneficos efeitos sobre o paciente e a coletividade, mormente diante da ultima — a, lepra — problema que desafia a atenção do governo e que ainda não pôde ser resolvido no Brasil. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 49).

Uma atenção especial é dada para assuntos de doenças mais graves, porque havia moléstias que poderiam acometer gravemente seus portadores, tal como a lepra. Uma das preocupações de maior profundidade era a verminose, porque era reflexo do hábito de andar descalço, não lavar as mãos, os alimentos etc., cabendo aos professores as orientações mais específicas e contínuas. Salienta-se que

Os filhos dos leprosos, e aí está o mal maior — frequentam as escolas e são outros transportadores de germens que silenciosamente vão disseminando esta terrivel doença entre os incautos companheiros, sendo que o mal que se mostra, por mais de uma vez, perigoso, á vista do amplo periodo por que se manifesta, mormente o de incubação da molestia que é longo e não se mostra ao primeiro exame.

No Grupo Escolar de Morrinhos por exame mèdeico efetuado por inspetor de higiene verificaram-se 28 casos suspeitos dessa molestia, tendo-se positivado varios deles alem de 2 casos de tracoma, exame este procedido criteriosamente pelo Dr. José Xavier de Almeida, em 1931, como Inspetor de higiene de Morrinhos. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 49).

A orientação mais latente era relativa aos filhos dos leprosos, que frequentariam as escolas regulares, que, segundo ao mesmo, levariam a

moléstia aonde quer que fossem, disseminando germes ocultos, porque o período de incubação era longo e não era fácil saber quando se estava enfermo antes de apresentarem os sintomas.

Uma das propostas que o autor discute é o desenvolvimento de uma assistência dentária, crendo que a boca é porta de entrada de muitas enfermidades, além de que, poderia ser percebida a ausência de preceitos higiênicos na rotina do educando, o que denunciaria os hábitos de sua família.

A assistência médica resolve em parte a saúde escolar; urge, entretanto, que haja, ao seu lado, assistência dentária.

Ja disse alguém que a saúde está na boca. Aí se faz a primeira digestão.

E' a porta de entrada de serias infecções que repercutirão sobre o estado higido do individuo, levando-o, muitas vezes, á morte. Não bastassem as infecções focais entretidas nos dentes, nas gengivas, que, muitas vezes, anos e anos, entretêm molestias graves de órgãos distantes.

Pelos dentes pode-se perfeitamente verificar o estado de saúde das crianças, porque muitas vezes lesões dentárias que responsabilizam a precariedade de cuidados higienicos da boca, não passam de atestados de molestias do pulmão. — a fraquesa acusada pelos raquiticos. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 49-50).

Havia recomendações específicas para os professores, para que não deixassem as crianças representarem seus hábitos caseiros no ambiente escolar, mas que tivessem a correção de seus erros e a potencialização de boas maneiras.

Deve fiscalizar a maneira como os alunos se sentam nas carteiras, de modo a não tomarem posição viciosa; deve exigir dos alunos roupa decente e assejada e não consentir a entrada de alunos descalços.

Na hora destinada á escrita, deve fazer os alunos se exercitarem no ambidextismo, afim de evitar que algum deixe de escrever no caso de um acidente ou molestia em uma das mãos. Os alunos devem ao menos uma vez por semana praticar exercicios de ginastica, não importando que ao mesmo tempo seja ministrado o ensino aos meninos e ás meninas. (Revista de Educação, 1937, ano I, n. 2, p. 37).

Uma das principais palavras citadas nos artigos das revistas são “asseio” e “higiene”, mas tem-se uma atenção especial aos vícios de postura, além de se recomendar o estímulo de práticas no lado contrário ao da escrita, a fim de que, se houvessem acidentes ou doenças em uma das mesmas, poderia se usar a outra como a principal.

O cuidado com as mãos é imprescindível, porque é o elo de contato com o mundo, sendo um mecanismo de transmissão de moléstias, tendo-se a preocupação com os demais, não apenas consigo. Por isso, deve-se ter o hábito de higienizá-las com atenção.

Sendo as mãos os “órgãos da apreensão”, os membros que se acham em contacto mais direto e continuo com o mundo exterior, estão sujeitas a ser vehiculo transmissor de muitas impurezas, de muitos germens infecciosos. Dahi a necessidade constante estarem sempre limpas e expurgadas. Podem resumir-se nos seguintes, os preceitos relativos á higiene das mãos:

- a) lava-las constantemente com agua e sabão;
- b) não enxuga-las em toalhas servidas, pois as toalhas servidas contêm os germens do tifo, da pneumonia, do tétano, da tuberculose;
- c) lava-las com alcool no caso de terem tido contacto com alguém doente de molestia contagiosa;
- d) aparar as unhas duas vezes na semana;
- e) não meter os dedos na boca;
- f) não engravatar as fossas nasaes;
- g) não molhar de cuspo os dedos, no ato de contar dinheiro, virar as folhas de um livro. (Revista de Educação, 1938, ano II, n. 3, p. 24).

Intenta-se criar hábitos de higiene básicos a fim de que sejam internalizados e disseminados, lavar as mãos constantemente, enxugar as mesmas, em lugares reservados, utilizar álcool, principalmente se as pessoas estiverem doentes, cortar as unhas com regularidade e não colocar na boca, acabam sendo regras de saúde e etiqueta.

Ao longo das discussões do impresso e da época, tem-se uma evidente associação entre os interesses estatais e a relação dos indivíduos com o seu corpo. Por isso, Butler (2019) descreve que assim

as formas de sujeição ocorrem, um poder que era outrora externo, passa a fazer parte da identidade do sujeito, constituindo aquilo que ele é. Por exemplo, as crianças deveriam se exercitar e cuidar da alimentação como uma obrigação, com o passar do tempo esse comportamento se internaliza e passa a ser parte de sua rotina.

Adoecimento do corpo, maternidade e cuidados pré-natal

Boltanski (2004) abarca em sua obra um enunciado denominado “A confusão frente a doença”, em que discute algumas problemáticas que serão importantes para a conclusão do trabalho. Os sujeitos das classes populares se veem em uma situação de desvantagem frente as doenças, pois, anteriormente, se tratavam em casa, recorrendo aos preceitos dos antigos. Com a legitimação de um único saber medicinal, o do médico, perdem essa relação direta com a sua cura. Em contrapartida, o sujeito não teme a infinidade de enfermidades que podem lhe assolar o corpo, pois compreende que qualquer uma pode atingi-lo, seja por descuido médico ou pessoal.

O autor apresenta ainda em sua obra, um artigo referente aos cuidados maternos e infantis, que deveriam ser realizados pelas mães. A atenção à saúde dos pequenos é sempre maior que àquela dedicada aos adultos⁸. A doença nessa situação está intimamente ligada aos seus sintomas inicialmente, e, posteriormente, ao seu remédio.

Nesse sentido, é possível associar os dois autores, incluindo Foucault (2010), apesar de sua discussão se centrar na figura do sujeito louco infrator, pode-se perceber a relação de seus escritos com os conceitos de dominação, poder e anormalidade. Fatores percebidos ao

⁸ Por certo que a mãe sabe reconhecer se o seu filho está bem, por meio de sintomas, sendo assim, ela mesma pode tratá-lo em casa, não recorrendo ao médico enquanto não houver febre.

longo das páginas da revista, que tem em vista inculcar valores e padrões nos sujeitos sociais.

Os três teóricos apresentados até aqui estabelecem uma relação intrínseca de um saber dominante acima do conhecimento das massas populares. Além de reforçar como se obriga as massas a se adequarem a determinados padrões, para conseguirem partilhar dos valores da sociedade, não sendo considerados meros anormais⁹.

Uma das anormalidades propostas na revista são crianças preguiçosas, por essas seriam um empecilho para as atividades escolares de maneira satisfatória. O autor do artigo apresenta esses indivíduos como “deficientes”, deixando evidente o preconceito com crianças que fugiam à normalidade do padrão.

O que mais necessita de compreensão e de indispensável tratamento é que os alunos preguiçosos eles constituem a maioria, são doentes, se não deficientes. Toda professora que se presa não deve deixar em ignorância que a preguiça é proveniente de um defeito auditivo ou visual, das insuficiências tiroideana, e respiratória ou da irregularidade do intestino, além de outras cousas. (Revista de Educação, 1941, ano VI, n. 16 e 17, p 10).

Cabe aos professores perceber em que condição essa criança adentra a escola, tendo de verificar aspectos físicos, intelectuais e psicológicos. Assim, é possível perceber a influência da medicina moderna nas instituições escolares, a fim de que na base se verifique quais são os melhores e excluir os não adequados.

Em sequência o autor descreve algumas causas que podem levar à preguiça de uma criança, e quais sintomas devem ser observados em seu aspecto físico. Além de salientar que essas crianças não se adaptam ao

⁹ Termo utilizado por Foucault, em “Os anormais”, texto composto de 11 aulas ministradas semanalmente de janeiro a março de 1975.

ambiente escolar, o que impossibilita a sua permanência em tal ambiente. O autor descreve as seguintes reflexões:

Como dar luz à mente sem tratar da saúde do corpo? Impossível!

A preguiça causa danos imperdoáveis à educação do menino: dispersa a atenção, ponto básico para o desenvolvimento intelectual, diminui o poder da vontade, estiola o moral.

Volto aos doentes e deficientes.

Como doença, a esclerofalmia, que inflama com dor e avermelha os olhos, tem sido a causa mórbida da preguiça em seis ou sete alunos, como a observação me provou em uma de nossas escolas. Cai no terreno da impossibilidade do prosseguimento da educação e instrução de um aluno nessas condições. Os olhos são, com acerto, o espelho da alma.

Merecem todo o cuidado dos prelecionadores e dos pais. (Revista de Educação, 1941, ano V, n. 16 e 17, p. 10-1).

O autor utiliza uma linguagem de fácil compreensão em que apresenta os sintomas de algumas crianças que conseguiu observar no espaço da escola, direcionando as intenções e as reflexões acerca da saúde de educandos. Nessa discussão, o autor descreve a importância do cuidado com os olhos e a sua relação com a aprendizagem. Seguindo a mesma perspectiva, são apresentadas algumas características do sujeito adoecido.

Existem, ainda, outras causas mórbidas da preguiça: as insuficiências da tireoide e da respiração e a irregularidade intestinal.

O hipotiroideano tender a ser obeso; de sobrelhas não muito densas; tem a aparência de uma pessoa mal acordada, ainda estonteada com sono. Depois de um tratamento tiroideano, a criança sente-se emagrecer, passa por uma verdadeira metamorfose corporal e intelectual. Assimila as coisas mais facilmente. A inteligência aviva-se. (Revista de Educação, 1941, ano V, n. 16 e 17, p. 11).

O autor apresenta uma evidente relação entre o peso corporal, o desenvolvimento físico e a apreensão do conhecimento. Fatores em total relação com a educação sanitária, a educação física e o sucesso da

criança. Após os devidos cuidados com medicação e alimentação, a criança tem uma verdadeira transformação corpórea, em que passa a ter um desenvolvimento escolar satisfatório.

Algumas crianças respiram pela bôca e são visivelmente pálidas. Teem pouca capacidade respiratória. São mal alimentadas de oxigênio e deve-se-lhes fazer o necessário tratamento da garganta. Eis, aí, mais uma causa mórbida da preguiça. Quanto a irregularidade intestinal, é indispensavel, apenas, que a criança esvazie bem o intestino. (Revista de Educação, 1941, ano V, n. 16 e 17, p. 11).

Uma característica percebida pelo autor, se configura em uma mania padronizada, sendo a respiração pela boca uma das principais, de modo que poderia afetar a sua saúde de forma consistente. Além disso, descreve-se que as anomalias intestinais também têm relação direta com o conhecimento em sala de aula. Por conseguinte, o autor descreve que se torna indispensável que se esvazie o intestino e lhe prossiga o tratamento das demais peculiaridades.

Uma das preocupações que passaram a demarcar as páginas da revista era o cuidado pré-natal, em que se pese, a criação das crianças no ventre materno e quando de sua saída, continuando os cuidados básicos com sua alimentação e saúde. Descrevendo tal conceito como

por higiene prenatal entendemos a parte da higiene que, intervindo a favor do ser em gestação, preocupa-se com as condições propicias ao desenvolvimento dêle no seio materno. Ela faz a puericultura Intra uterina, ditando conselhos sem os quais haverá distúrbios da gravidez. Em 1880 em Paris o médico Caron resolveu pela primeira vez organizar um curso destinado a ensinar a sociedade a arte de criar crianças ou puericultura e só encontrou repulsa e resistência por parte da mesma. Pinard, médico e obstetra francês corajosamente afrontou a sociedade de então e proclamou: “há necessidade de cuidar da criança desde o ventre materno”, criando as bases da HIGIENE PRENATAL. A sua frase célebre: “cuidemos de nossos filhos antes mesmo do seu nascimento” (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, s/n).

O autor inicia a discussão apresentando o objeto de pesquisa da higiene pré-natal, que seria o favorecimento da situação do ser em gestação. Subsidiando o seu desenvolvimento de forma satisfatória, mapeando problemas uterinos e intervindo sobre eles. Apresenta-se, assim, uma teoria em que buscava-se ensinar os indivíduos a cuidar das crianças da melhor maneira possível, enquanto ainda estivessem no ventre materno. O autor ainda apresenta uma problemática, pois

antigamente a mulher grávida não tinha o necessário amparo, apenas contava com a proteção da natureza, que, no afan de assegurar a perpetuação da espécie, deixa de levar em consideração as condições físicas e mentais da futura mãe, e o mais nobre dos deveres da mulher corria riscos por falta de assistência médica prenatal. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, s/n).

Como não havia um atendimento especializado no cuidado às mulheres grávidas, elas ficavam desamparadas à própria sorte. A mulher corria riscos com a criança, não lhe eram considerados os aspectos psicológicos e físicos, dadas as condições para gerar um ser com tranquilidade. Além de proteger e zelar pela vida de ambas, o estado garantiria a perpetuação da espécie em sua melhor versão. Havia uma taxa de mortalidade infantil alta, em que doenças eram disseminadas e malcuidadas, provando a ineficiência do sistema de saúde em casos específicos. Por isso, salienta-se que

o que acabamos de ter conhecimento vem sômente provar o quanto é deficiente no Brasil o sistema de amparo à Maternidade e à infância, e qual seriam os coeficientes citados se não tivessemos serviços de assistência à Maternidade e à Infância embora deficientes? E' nos consultórios de higiene prenatal que numerosos casos de sífilis e outras moléstias são descobertas à espera do momento propício para atacarem o feto em gestação; o tratamento médico iniciado a tempo concorrerá para cercear a expansão dos males. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, p. 31).

O autor até questiona que se não houvesse um atendimento de saúde e cuidado materno a situação seria ainda pior. Uma problemática que preocupava os médicos era quanto às doenças sexualmente transmissíveis, que acabavam sendo descobertas tardiamente e acometiam o feto, comprometendo sua saúde, e, conseqüentemente, a sua vida. O serviço pensado funcionaria da seguinte forma:

A gestante que frequenta o serviço prenatal receberá periodicamente, visitas domiciliares feitas por enfermeiras visitadoras para êsse fim instruídas, que levarão ao lado do conforto moral conselhos higiênicos, cheios de coragem. E' dever de tôdas as mães a compreensão do problema e para isso além de, receberem conselhos das enfermeiras os recebem diretamente do médico do dispensário. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, p. 31).¹⁰

Em sua proposta, as enfermeiras iriam à casa da gestante e apresentariam instruções cuidados básicos à manutenção de sua saúde e da criança. Além disso, percebe-se que desta forma seriam disseminados preceitos higienistas referentes à política governamental. Pela descrição, as enfermeiras eram vistas como um elo entre o ambiente médico e o lar.

A seguir serão elencados alguns aspectos que o autor identifica no sistema de saúde na área de atendimento pré-natal. Sua principal ambição era a constituição de uma nação forte e poder se desenvolver da melhor maneira possível. Conferindo ao sistema sanitário a efetividade dos anseios governamentais¹¹.

¹⁰ No trecho supracitado, percebe-se uma alteração no atendimento das mulheres grávidas, visto que poderiam ser atendidas em domicílio, em que se pese, receberiam orientações de enfermeiras no cuidado de sua saúde e de seu bebê.

¹¹ "Obrigatório em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à infância, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão um por cento das respectivas rendas tributárias." (Art. 141 - Constituição Federal de 1934).

O serviço de Saúde Pública no Brasil mantendo os dispensários de Higiene Prenatal e amparando os de iniciativa particular concorrerá para que o Brasil de amanhã possua filhos físicos e mentalmente sadios e capazes de grandes realizações. Não basta que nasçam crianças aos montões é preciso que venham selecionadas, pois que elas constituem o “gênio em potencial da Nacionalidade”. A grandeza de uma Nação é proporcional ao estado de higidez de seus filhos, o futuro do Brasil repousa nas crianças sadias de hoje. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, p. 31).

Buscava-se aliar o sistema público e privado em uma mesma perspectiva, de modo que o sistema de saúde pudesse se tornar forte e efetivo. Seu principal objetivo era a definição de um padrão corporal e psíquico para as crianças brasileiras. Sendo a modelagem dos corpos uma premissa indispensável. Além disso, fica clara a referência higienista, pois o autor menciona que as crianças deveriam vir ao mundo selecionadas e com mais potencialidades. E que o fortalecimento da nação dependia do fortalecimento de suas crianças e o seu desenvolvimento saudável.

Uma das recomendações para as crianças era o contato aproximado com o ambiente físico, um lugar arejado, bem iluminado, ao ar livre, para poder realizar as suas atividades satisfatoriamente. Seguindo as seguintes recomendações

Tôda a criança deve passar uma parte do dia ao ar livre. Quando há chuva ou frio intenso, deixamo-la no quarto, com as janelas abertas, mas nunca retiremos dela, êsses elementos vitais preciosos que são o ar e o sol. Todos nós precisamos de sol, e a criança em particular. A luz solar permite que ela se desenvolva devidamente e que seu organismo utilize ao máximo os alimentos ingeridos.

Entretanto, é preciso cuidado com os excessos. Muita gente pensa que para aproveitar o banho de sol, precisa queimar-se. O sol é um remédio como outro qualquer, que se deve usar, mas não abusar. O banho de sól deve ser dosado, começando-se com exposições curtas e aumentando-as gradativamente em hora e tempo adequados. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, s/n).

Nesse ínterim, o mais interessante é que os aspectos da medicina adentraram o ambiente do lar tão rapidamente, ao passo que os médicos já direcionavam a forma de tratamento e divertimento das crianças. Afirmava assim que a necessidade de passar um tempo ao ar livre, em contato com a natureza, a luz solar era indispensável à boa saúde, salientando que não deveria ser demasiado e respeitando o limite de tempo. Ademais, descreve:

A necessidade de movimentar-se é imperiosa para o normal desenvolvimento da criança. Antes dos 6 meses, ela não necessita de brinquedos. Deitada em seu carrinho, brinca sòzinha com os pés e as mãos, olha tudo que a cerca e assim se diverte. Devemos deixá-la à vontade, com roupas folgadas e leves pare que se movimente com liberdade. (Revista de Educação e Saúde, 1946, ano IX, n. 23 e 24, s/n).

Por fim, entra-se em discussão até o comportamento com a criança frente as brincadeiras cotidianas. Reforçando-se a necessidade de brincar para o pleno desenvolvimento corpóreo e cognitivo do indivíduo. Ainda se descreve detalhadamente o comportamento adequado de um bebê frente ao mundo que o cerca.

De acordo com os textos discutidos nas edições, pode-se perceber que existiram determinadas preocupações que eram inerentes à sua época. Mas todas centradas no ideal de nacionalidade e de salvaguardar as crianças, bem como sua nutrição e desenvolvimento eram importantes para a edificação da pátria. Fatores que faziam parte de uma política governamental pautada na modelagem dos corpos e na imposição da política higienista.

Nas primeiras edições das revistas tem-se uma preocupação maior com as crianças que frequentam as escolas, posteriormente, as mulheres grávidas passam a ser foco de discussão, possivelmente devido ao índice de mortalidade infantil elevado. Em seguida, aparecem

doenças que afetam o aspecto corporal e físico, tais como lepra, tuberculose etc.

Uma alegoria de uma cidade higiênica e completamente saudável para a edificação de Goiânia, concedia os subsídios necessários para a intensificação da necessidade de uma política higienista e sanitária, ancoradas na corporeidade médica e na figura do governador do Estado que só efetivava esse discurso.

No fim do século XIX, adentram no cenário nacional os médicos higienistas, que se preocupavam com o controle da mortalidade infantil, atentavam-se aos cuidados com a saúde do corpo, com a devida orientação escolar, no direcionamento das mães e no controle e erradicação de determinadas doenças.

Referências

- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Tradução: Regina A. Machado. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- FARIA, Kalyna Ynanhiá Silva **Da dignificação dos filhos de Lázaro**: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Órgão da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiás. Imprensa Oficial, n. 23-24, ano XII, fev./mar./1946. 87p.
- _____. Goiânia: Órgão da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiás. Imprensa Oficial, n. 25-26, ano XII, abr./mai./1946. 115p.
- _____. Goiânia: Órgão da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiás. Imprensa Oficial, n. 27-28, ano XIV, jun./jul./1946. 66p.

_____. Goiânia: Órgão da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiaz. Imprensa Oficial, n. 29-30, ano XIV, ago./set./1946. 115p.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral de Educação. Tipografia Popular J. Câmara & Irmãos, n. 9, ano 3, nov./dez./1939. 36p.

_____. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral de Educação. Tipografia Popular, n. XII, ano V, set./out./1940. 26p.

_____. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 1, ano I, Set./Out./1937. 33p.

_____. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 2, ano I, nov./dez./1937. 29p.

_____. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior do Estado de Goyaz. Tipografia Popular, n. III, ano II, maio/jun./1938. 56p.

_____. Goiânia: Órgão Técnico da Diretoria Geral do Interior, n. IV, jul./ago./1938. 35p.

SILVA, Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde - medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

10

A GESTÃO MAURO BORGES E O PLANO MB: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DESENVOLVIMENTISMO EM GOIÁS (1961-1964)

Gabriel Cruz Queiroz ¹

Este capítulo tem duplo objetivo. O primeiro é o de identificar e conceituar o período do governo Mauro Borges dentro dos quadros do que sociologicamente ficou conhecido como modernização conservadora. O segundo objetivo é apresentar uma análise do Plano de Desenvolvimento para o Estado de Goiás, executado e projetado durante o seu governo, através de um estudo feito em 1964, apresentado na *Revista de Economia Brasileira*, sobre as metas alcançadas pelo Plano.

Mauro Borges Teixeira fez toda sua formação em colégios militares do Rio de Janeiro e chegou a se formar tenente-coronel na Escola Superior de Guerra. Assumiu o governo de Goiás em 1961, em razão da influência e articulação política de seu pai, Pedro Ludovico Teixeira, com a proposta de modernizar a economia e a administração estatal. Seu governo foi marcado nacionalmente, em um primeiro momento, pelo protagonismo na criação e defesa da Rede da Legalidade, que garantiu a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Em um segundo momento, há um rompimento com o presidente Goulart, e Mauro Borges acaba por conduzir uma política dúbia quanto a questão fundiária em Goiás. Com uma mão ele açoitava violentamente os movimentos camponeses do Estado e, com a outra, trazia para quadros de seu governo alguns líderes camponeses e membros do PCB.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Email: Gabriel.queiroz.cruz@gmail.com

Esta dubiedade acabou por municiar os seus opositores, que passaram a vincular a imagem do governador ao comunismo, algo que nunca fez parte do espectro ideológico do militar e declaradamente anticomunista Mauro Borges. Pelo contrário, através da maneira como conduziu os conflitos camponeses e de seu planejamento econômico do Estado, ele manteve intacta a estrutura agrária, promovendo uma verdadeira modernização conservadora, aliando interesses da iniciativa privada burguesa com os anseios latifundiários e combatendo os movimentos camponeses no Estado, seja através da repressão policial ou da condução de sua política de colonização.

Ao final, proponho uma revisão da análise feita por José Almeida, para a *Revista de Economia Brasileira*, sobre as metas alcançadas e o plano de desenvolvimento executado e planejado durante o governo Mauro Borges. O artigo é um importante documento para consultarmos os dados da economia goiana do período, uma vez que o artigo foi escrito em 1964, durante o período em que o governador ainda continuava em exercício. Nesta análise, procuro situar o autor e a revista dentro dos quadros da discussão econômica do período, evidenciando a ideologia liberal que permeava a publicação.

A trajetória política e institucional de Mauro Borges e os antecedentes de sua eleição

Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico Teixeira, teve sua formação militar toda feita no Rio de Janeiro, onde cursou a Escola Militar do Realengo e a Escola de Comando do Estado Maior, destacando-se como aluno na área de transportes militar, alcançando a patente de tenente-coronel. Tal formação legou a ele uma “capacidade de execução e de racionalidade administrativa, defensor da disciplina, da austeridade e da lisura no trato e gestão do dinheiro público” (Favaro, 2010, p. 9).

O recém-formado militar Mauro Borges inicia sua carreira política como deputado federal, eleito em 1958 pelo PSD, partido que seu pai controlava de “maneira caudilhesca” (Favaro, 2016, p. 176) no Estado de Goiás. É interessante perceber como Mauro estará ligado ao ludoviquismo em um primeiro momento de sua carreira, invocando sempre que possível um discurso baseado na ideia de progresso, marcada pela oposição ao atraso em que se referia aos velhos políticos goianos, consagrados pelo coronelismo em suas relações de poder.

Na eleição para governador, Mauro Borges recebeu apoio de alguns camponeses, com o compromisso de regularizar a posse de terras no Estado, articulando apoio também com alguns grupos de estudantes e operários. A eleição de 1960 marca também o início de um processo de “renovação dos partidos tradicionais – PSD/UDN – e por meio da articulação de diferentes forças políticas em torno de seu governo” (Favaro, 2011, p. 51). Essa ampla aliança formada para a sua eleição, custou ao governo uma enorme habilidade para costurar os diversos interesses de setores e classes que o apoiaram, em um quadro que reunia demandas bastante antagônicas: dos deputados em suas práticas clientelistas e defensora dos interesses dos setores agrários mais tradicionais, até camponeses que começavam a articular suas lutas nos movimentos por direito à posse de terras no interior do Estado de Goiás, principalmente no Norte do Estado (atual Estado do Tocantins).

As eleições para governador do Estado de Goiás ocorreram em 3 de outubro de 1960 e a candidatura de Mauro Borges venceu o pleito contando com 55,04% dos votos², em uma chapa composta por PSD/PTB. A participação de Pedro Ludovico na campanha de seu filho foi crucial para a sua eleição, uma vez que, além do apoio em sua campanha,

² Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1960>

articulou conjuntamente com a Assembleia a aprovação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás (que ficaria conhecido como Plano Mauro Borges) ainda durante os últimos meses da gestão de José Feliciano (1958-1960)³. O apoio de Feliciano à aprovação do Plano “passou pela negociação envolvendo sua indicação à Presidência do Banco do Estado de Goiás, assim que deixasse o governo” (Favaro, 2010, p. 4)⁴.

É devido a esse processo que conjugou um discurso modernizador, inovador e baseado na ideia de progresso, aliando práticas políticas conservadoras, que podemos definir a gestão Mauro Borges dentro dos quadros de uma “Modernização Conservadora” brasileira⁵, que possibilita uma aparente transformação social, simultânea à manutenção dos privilégios e riquezas das frações das classes dominantes já estabelecidas previamente.

O conceito de Modernização Conservadora foi criado por Barrington Moore Junior (1975), para retratar o processo de industrialização na Alemanha e Japão e o pacto político entre a burguesia e os oligarcas ligados aos ramos agrícolas na construção de uma sociedade capitalista e autocrática. No caso brasileiro, o conceito é de muita utilidade para explicação dos processos modernizantes conduzidos no país ao longo do século XX, em que pactos entre a burguesia e os proprietários de terra possibilitaram a industrialização do país conservando a sua estrutura agrária praticamente intacta.

³ O Plano foi aprovado em sete de novembro de 1960, através da Lei Ordinária 3.040/1960.

⁴ É interessante notar que com um discurso político baseado na superação do atraso, que seria a marca política dos coronéis, Mauro Borges e Pedro Ludovico nunca abandonaram as práticas clientelistas em suas coalisões de governo. Destaco aqui um trecho do artigo de Teresa Cristina Favaro no qual ela resume bem essa ideia: “Houve um esforço por parte de Mauro Borges em lançar mão de um perfil racional no modo de conduzir os negócios públicos estaduais, sem, contudo, alijar as práticas clientelistas e os interesses pessoais no cotidiano institucional” (2016, p. 176).

⁵ “Modernização conservadora no Brasil se define, portanto, não como um conceito explicativo apenas de nossa industrialização, mas como uma chave explicativa para o entendimento de diversos processos históricos de mudança em nossa sociedade.” (Oliveira; Fonseca, 2018, p. 3).

O Movimento da Legalidade e a Frente de Libertação Nacional: os dois primeiros anos da gestão Mauro Borges (1961-1962)

O ano de 1961 ficou marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em um governo marcado pela incoerência política de seu líder, no qual, apesar de eleito por uma coligação entre os setores mais liberais da política brasileira (representada na aliança entre os partidos PTN/PDC/UDN/PR/PL), acabou por comandar uma política diplomática que abriu espaço para diálogos com a URSS e condecorou o ministro cubano Ernesto Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Um governo desorientado quanto a política interna e externa, em um cenário internacional marcado por um acirramento nas tensões entre URSS e EUA, acabou por preocupar o governo norte-americano que, temendo as consequências da Revolução Cubana de 1959 na América Latina, decidiu apoiar o crescimento econômico da região através de financiamentos e empréstimos condicionados a um alinhamento às políticas econômicas estabelecidas pelo governo norte-americano.

Neste cenário internacional bastante desfavorável, setores militares alinhados aos interesses internacionais acabaram por orientar o afastamento do presidente Jânio Quadros, abrindo um período bastante instável na política brasileira: estava em xeque a posse de seu vice, João Goulart, eleito por uma coligação de centro-esquerda, reunindo PSD/PTB/PST/PSB/PRT. Esse período entre 25 de agosto de 1961 (data do afastamento de Jânio) e 7 de setembro de 1961 (data da posse de João Goulart), foi marcado pelo Movimento da Legalidade, uma rede de articulação política que exigia a execução da legalidade constitucional com o intuito de garantir a posse de João Goulart, em detrimento das ameaças de golpe por setores militares, alinhados aos interesses político-econômicos dos EUA na América Latina.

O primeiro ano do governo de Mauro Borges ficaria marcado pelo Movimento da Legalidade, protagonizado por Leonel Brizola (então governador do Rio Grande do Sul) em conjunto com o governador de Goiás e com o apoio de diversos segmentos da sociedade. Foi formada a então *Rede da Legalidade*⁶, que contou com a articulação de 104 emissoras de rádio de todo o país e alguns jornais de veiculação nacional, como o *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* e *Última Hora* (Favaro, 2011, p. 47). Este movimento gerou a reação de setores que se opunham à posse de João Goulart, liderados pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), que impôs a censura e a apreensão de jornais favoráveis à posse de Jango.

A atuação de Mauro Borges no Movimento pela Legalidade foi bastante destacada. O governador usou de sua experiência como militar na organização do Batalhão Tiradentes, reunindo 5 mil pessoas sob o comando da Polícia Militar de Goiás com o intuito de reagir a uma possível ação do Exército brasileiro contra a posse de João Goulart. Mauro passou a utilizar a Rádio Brasil Central (RBC) para veicular o seu apoio à Rede da Legalidade, o que acabou por promover a censura às transmissões da rádio. Essa restrição não impediu o governador de continuar a sua atuação junto à Rede, uma vez que Mauro levou para o Palácio das Esmeraldas (sede do governo estadual) os equipamentos da RBC e continuou a transmitir de dentro do Palácio os seus discursos em apoio à Rede (Favaro, 2011, p. 50).

⁶ Sobre os apoios recebidos pela Rede da Legalidade: "Paulatinamente, o movimento começou a ganhar forma e, para viabilizar esse processo, entrou em cena uma rede de apoio à luta, com adesão de diversos segmentos da sociedade, sindicatos, União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), artistas, intelectuais, empresários do comércio e da indústria, militares nacionalistas, lideranças políticas. Em diversas partes do país, houve adesão de movimentos sociais, inclusive de centenas de camponeses da região de Formoso (GO), sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se mostravam dispostos a intervir militarmente no movimento popular em favor da posse de Jango." (Favaro, 2011, p. 46).

Após a posse de Jango, instaurou-se um regime parlamentarista provisório, acirrando as disputas entre a esquerda e direita em nível nacional. Foi neste contexto que se articulou a *Frente de Libertação Nacional*, tendo como principais membros Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Aldo Arantes e Mauro Borges. O movimento tinha como objetivo garantir a eleição de quadros nacionalistas e progressistas nas eleições estaduais a serem realizadas em outubro de 1962. Entre as propostas da frente estavam a nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária e maior controle sobre a remessa de lucros para o exterior.

Findada a eleição de 1962, a Frente foi dissolvida, porém, a atuação de Mauro Borges junto ao movimento passou a causar a desconfiança de setores políticos em Goiás. Dom Fernando Gomes Santos (arcebispo de Goiânia) e Jaime Câmara (diretor municipal do PSD e dono do jornal *O Popular*) teceram severas críticas ao governador na tentativa de construir a imagem de Mauro Borges como um político de esquerda. A oposição de alguns setores do próprio partido de Mauro, insatisfeitos com a proposta de um governo de administração planejada, acentuaram os problemas políticos de sua gestão. Para piorar a situação, houve ainda uma aproximação do governador com quadros do PTB e PCB, que passaram a compor o governo. Por fim, em 1963, Mauro Borges romperia com o governo de João Goulart, dentro de um quadro de ruptura da aliança entre PSD e PTB. O governador esperava o apoio de Jango na questão da concessão da exploração das jazidas de Niquelândia, porém, o Presidente acabou concedendo a licença para o grupo Votorantim, de seu aliado, o senador José Ermírio de Moraes (PTB).

A questão agrária em Goiás e o Golpe de 1964: o período final do governo Mauro Borges

O processo de ocupação fundiária em território goiano remete ao período colonial e à política de sesmarias, que possibilitou a doação de grandes extensões de terra com a contrapartida do investimento de seus proprietários na exploração dos recursos. Abolidas as sesmarias, ainda durante o período colonial, permaneceu-se até 1850 sem um instrumento jurídico capaz de normalizar a propriedade de terras em território brasileiro. No período imperial houve a regulamentação da Lei de Terras (1850) que: “institucionalizou a propriedade da terra no país, legalizando as sesmarias e a posse de grandes extensões de terra como propriedade privada” (Favaro, 2016, p. 177).

A questão fundiária era de importância central na dinâmica das relações políticas e econômicas do Estado de Goiás. Latifundiários, representados no Legislativo goiano e na política dos coronéis⁷ e os camponeses, compostos pela grande parcela da população que ainda vivia, em sua maioria, de uma agricultura de subsistência⁸, eram os grandes atores das disputas pelo direito à terra em Goiás no início da década de 1960. Os conflitos de terras eram frequentes no norte de Goiás, “região repleta de terras devolutas, sendo fácil o acesso à terra,

⁷ Sobre a política dos coronéis e o coronelismo, destaco esta passagem do texto de Raymundo Faoro, que define como se dava esta prática: “O coronelismo se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal – coronel contra coronel –, há de ser governista no campo estadual e federal. O coronel Manuel Inácio, do sertão pernambucano, conhece a boa doutrina: ‘O governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo.’” (Faoro, 2012, p. 711).

⁸ Celso Furtado elaborou o seu modelo de explicação da economia brasileira com base na existência de uma “economia de subsistência” (sintoma da persistência em um modelo agrícola anacrônico), em paralelo a formas mais sofisticadas de produção capitalistas voltadas ao mercado externo. A permanência desse modelo era motivo de atenção, pois “a única possibilidade de revolução do tipo marxista-leninista decorre da persistência da estrutura agrária anacrônica” (Furtado, 1962, p. 30).

inclusive o próprio Estado fazia propaganda sobre a facilidade de se apossar de uma gleba nessa região...” (Borba, 2012, p. 6).

O programa de governo Mauro Borges foi marcado por um forte estatismo, trazendo para o Estado a responsabilidade de planejar e administrar os rumos da economia goiana, no qual a questão agrária tinha um peso decisivo, acentuando a disputa política com os proprietários rurais. As Ligas Camponesas começavam a se organizar na região de Trombas e Formoso, o que levou os agropecuaristas a se organizarem dentro dos quadros na nascente SGPA (Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura). Mauro propõe como saída, dentro do seu plano de governo, a colonização de três regiões (Arraias, Tocantinópolis e Araguacema), com assessoria de técnicos franceses para indicarem os melhores locais; técnicos israelenses no intuito de organizar as cooperativas; o Serviço Geográfico do Estado de Goiás com a incumbência de delimitar as áreas com apoio da FAB e, por fim, com a atuação do Departamento de Psicologia e Psicotécnica da Academia das Agulhas Negras na seleção dos colonos (Favaro, 2016, p. 178).

O governo contratou o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR) para a condução do projeto agropecuário do Plano MB, que definiu as diretrizes para o desenvolvimento agrícola: mecanização da agricultura; fomento à produção capitalista no Sul do Estado; uma política para a ocupação de terras no Norte goiano; a criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e a fundação dos Combinados Agrourbanos (CAUs). Os Combinados Agrourbanos seriam os responsáveis por estabelecerem as regras na política de colonização de cada uma das três áreas definidas para o projeto. Haveria a criação de uma pequena vila, conhecida como *Rurópolis*, que centralizaria as questões administrativas. O dia de trabalho não teria um limite predefinido de jornada, sendo a remuneração advinda da

produtividade de cada colono e, dentro da Rurópolis, era vedada a contratação de trabalho assalariado. A cooperativa se encarregava da compra e venda de insumos para a produção, assim como de alimentos, roupas e medicamentos para os colonos. A terra era de propriedade do IDAGO, arrendadas por 49 anos aos colonos, desta forma, o colono não poderia vender livremente a sua força de trabalho. Favaro (2016) define a situação do colono destas áreas no trecho abaixo:

[...] o modelo proposto deixava em evidência que o colono não dispunha do domínio da força de trabalho. Ele não é proprietário de sua própria força de trabalho, pois não podia vender livremente sua mão de obra. No disciplinamento da força de trabalho, o colono não possuía a liberdade de comercializar seu produto, nem tinha autonomia para o uso da terra para si, nem dispunha de tempo livre em face das inúmeras tarefas realizadas na lida diária. É de se lembrar, todavia, que o colono não era o dono, recebeu um pedaço de terra para plantar, ficando sob as amarras do Combinado e do IDAGO. Dando mostras que a proposta maurista não levava à emancipação do colono, apenas buscava modificar a forma de exploração, sem alterar as relações de produção. (Favaro, 2016, p. 180).

Os núcleos coloniais mantiveram sob controle as forças de trabalho e o acesso à terra, além de atenuarem os conflitos agrários. O Estado não via o latifúndio como a questão chave do problema fundiário e, sim, a ausência de técnicas para aumentar a produtividade do setor. As universidades goianas contribuíram na política de colonização com a confecção da “Cartilha do Bandeirante”, que pregava o bandeirantismo em um sentido patriótico e promovia o ensino de modernas técnicas de plantio e cultivo em detrimento do ensino das letras (Favaro, 2016, p. 181).

É importante ressaltar que Mauro Borges exerceu forte repressão aos movimentos de luta pela terra em Goiás, posicionando-se sempre a favor dos grandes proprietários de terras. Porém, a postura aparentemente dúbia de Mauro, que por vezes se aproximava de lideranças das Ligas Camponesas e, por outra, reprimia a luta pela posse

de terras, acabaria por marcar o seu governo como esquerdista, apoiado por comunistas⁹, fato este muito explorado por seus adversários. É neste cenário de conflitos de terra que a política de Mauro Borges irá se identificar dentro dos quadros do que podemos definir como uma modernização conservadora¹⁰. Afirma Favaro (2016) que

o latifúndio é sinônimo de poder. Em si, o Plano almejava a modernização do campo com incentivo à agropecuária empresarial, a fim de atender às demandas do mercado externo e interno. [...]. O cerne da questão era levar modernidade e prosperidade ao trabalhador do campo como resultado da modernização e do aumento da produção. Importava articular estratégia de modernização com a racionalização, na tentativa de superar o atraso, aumentar a produtividade sem colocar em risco os interesses dos latifundiários e, ao mesmo tempo, contrapor-se à organização camponesa na luta por um pedaço de terra e à presença comunista no campo. (Favaro, 2016, p. 177).

O projeto de colonização do governo Mauro Borges serviu como uma espécie de laboratório para as ideias que o IPES¹¹ viria a colocar em

⁹ “A luta dos posseiros não se orientava no sentido de realizar uma revolução socialista, mas de se manterem em suas terras que há tempos viviam, e que com o suor do seu rosto, viram nascer os primeiros frutos do seu trabalho. Com base nessas experiências resistiram à violência marcante do processo de expropriação de suas terras, através da luta armada. No entanto, essas lutas, como já foi falado, eram muitas vezes dissociadas do real problema: a questão agrária, a concentração de terras, a ambição de grupos econômicos que queria lucrar com o lucrativo mercado de terras no norte de Goiás, para um movimento que ameaçava a ordem e a propriedade privada e muitas vezes associado à ameaça iminente do comunismo no Brasil. A atuação das Ligas Camponesas em Goiás junto aos movimentos dos posseiros foi alvo também de uma intensa campanha dos periódicos de que o comunismo era algo a ser combatido. Nos primeiros rumores de que um emissário de Julião viria a Goiás contactar os camponeses desse Estado, criou-se uma forte campanha contra sua vinda.” (Borba, 2012, p. 6).

¹⁰ Para compreender melhor a articulação entre a estrutura fundiária e os processos de modernização conservadora no Brasil, Pires e Ramos (2009) fazem uma revisão do uso deste conceito entre os autores brasileiros e concluem: “mesmo utilizando um termo cunhado por Barrington Moore Junior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o fim da II Guerra Mundial, os autores nacionais destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de produção agrícola” (2009, p. 421).

¹¹ Instituto marcado pela sua postura anticomunista, que contava com quadros do empresariado nacional articulados com interesses capitalistas externos, principalmente dos EUA. Favaro (2011) explica as ligações do IPES com o governo Mauro Borges: “no programa de governo Mauro Borges, há convergências com as propostas do IPES, em especial no projeto de modernização do agro, com base na proposta de colonização agrícola, elaborada pelo Escritório Técnico Empresarial do engenheiro Paulo

prática através do Estatuto da Terra, aprovado após o golpe militar de 1964. O próprio Mauro Borges, em carta para o então ministro da Defesa, general Costa e Silva, vangloriava-se de “oferecer a Goiás e ao Brasil uma estrutura agrária promissora, com possibilidades de servir, como experiência piloto para um programa de colonização, de amplitude nacional” (Favaro, 2016, p. 182).

Mesmo mantendo uma política bastante autoritária com relação aos conflitos fundiários em Goiás e, privilegiando sempre o latifundiário, isso não foi suficiente para conter os anseios golpistas que acabaram por encerrar o governo de Mauro Borges em novembro de 1964. A vinculação de seu nome com políticos da esquerda vinha ocorrendo desde o Movimento pela Legalidade, em 1961: “o IBAD¹², de maneira mais efetiva em Goiás, aparece em 1962, financiando candidaturas de políticos do PSD e da UDN para além de manter o programa *A Semana em Revista*, na Rádio Difusora de Goiânia, dos padres redentoristas, com pregação anticomunista” (Favaro, 2011, p. 45).

Mauro Borges redigiu um documento chamado *Manifesto à Nação*¹³ (31/03/1964), em que declarava seu apoio ao Golpe Militar. Ele acabaria sendo indicado pelo Presidente Castelo Branco (seu professor na Escola Superior de Guerra) para a direção das forças revolucionárias em Goiás, o que causou a irritação dos quadros da UDN goiana. A articulação das elites agrárias, temerosas das associações camponesas, junto com a

de Assis Ribeiro, destacado membro do IPES/São Paulo e um dos formuladores do Estatuto da Terra, apresentado pelo presidente Marechal Castelo Branco” (2011, p. 45).

¹² O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma entidade anticomunista para financiamento de campanhas políticas com apoio de empresários ligados aos interesses capitalistas estrangeiros no Brasil.

¹³ Destaco aqui um trecho do manifesto: “É preciso que não se permita ao Presidente João Goulart o uso das ditas reformas para seu continuísmo [...], aspiramos e lutaremos por um governo social e economicamente justo, calcado em princípios cristãos. Queremos as reformas dentro da lei, queremos governo que ao lado da iniciativa privada, socialmente justa, e com um planejamento global [...]” (Favaro, 2016, p. 59).

linha dura do Exército, que se opunha ao Estatuto da Terra (1964), promoveram uma dura campanha contra Mauro, através da instauração de vários inquéritos na tentativa de forçar a sua renúncia, ou a demissão de todos os seus auxiliares supostamente vinculados ao comunismo. O próprio Carlos Lacerda veio a Goiânia mobilizar os quadros da UDN no Estado, que com o apoio dos militares acabaram articulando o afastamento do governador em 26/11/1964.

A trajetória para elaboração de um plano de desenvolvimento para Goiás

A década de 1930 marca o início das ideias de planejamento em nível nacional. Foi durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, que em 1934, criou-se o *Conselho Federal de Comércio Exterior*, um órgão pioneiro na ideia de planejamento estatal, presidido pelo próprio Presidente. É no período do Estado Novo que se inicia “um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente” (Bielschowsky, 2004, p. 248). O desenvolvimentismo se torna a ideologia do desenvolvimento¹⁴ enquanto “um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado” (Bielschowsky, 2004, p. 247). Na segunda metade da década de 1950, a “ideologia desenvolvimentista incorpora-se à retórica oficial do governo” (Bielschowsky, 2004, p. 401), com a condução do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Foi a primeira experiência de um planejamento econômico com efeitos decisivos sobre a economia. O sucesso do Plano de Metas inspirou a criação de outros planos de desenvolvimentos regionais, como o PAG-SP e o PLADEP-PR.

¹⁴ Sobre a ideologia do desenvolvimento, destaco aqui um trecho que elucida muito bem essa questão: “o ‘desenvolvimentismo’ se está configurando como ideologia do ‘desenvolvimento nacional’, no sentido de que exige um processo de diferenciação nacional no quadro da economia mundial. Para desenvolver-se é necessário individualizar-se concomitantemente. Em outras palavras, a individualização não é simples consequência do desenvolvimento. É fator autônomo.” (Furtado, 2009, p. 216).

As origens de um projeto de desenvolvimento para Goiás remetem ao ano de 1955, quando os empresários goianos perceberam que o Estado não estava entre as prioridades nacionais quanto às discussões regionais do subdesenvolvimento brasileiro (Almeida, 1964). Em uma iniciativa em conjunto com o Poder Público, os empresários goianos arcariam com metade dos custos para elaboração de um plano para o desenvolvimento de Goiás e, em troca, o Estado concederia favores fiscais para a instalação de indústrias e delimitaria a criação de um polo industrial na capital Goiânia.

Em 1956 criou-se o Conselho Superior de Planejamento e Coordenação durante a gestão do governador José Ludovico de Almeida (1955-1959), com a incumbência de elaborar planos quinquenais de desenvolvimento que pudessem abarcar os cinco anos de mandato do governador. O Conselho acabou tornando-se um órgão inoperante devido ao movimento prorrogacionista que, visando à eleição de um mandato tampão de dois anos em 1958, não permitiu o avanço das atividades do Conselho, com a posterior solicitação das classes produtoras para exoneração de seus membros em 1959, acusando o governo de fazer do Conselho apenas um órgão de propaganda política.

A segunda tentativa de colocar as questões econômicas acima das questões políticas em Goiás ocorre no ano de 1958, quando o diretor econômico da Federação das Indústrias de Goiás foi convidado a exercer as funções de assessor econômico do governador. Naquele ano, a transferência da capital federal para Brasília assombrava as classes produtoras goianas que temiam a transferência de capitais e mão de obra para o novo Distrito Federal e explicitavam a condição de dependência da economia goiana em relação ao centro-sul do país, principalmente ao Estado de São Paulo, que naquela década já era o principal centro dinâmico da indústria nacional.

Foi então que em 1959 foi criado dentro do Gabinete do Governador o Grupo de Estudos e Programação, com a responsabilidade de elaborar planos no intuito de aumentar a eficiência das atividades governamentais e, ao mesmo tempo, fomentar os investimentos da iniciativa privada em Goiás. Em 1960, ainda no governo de José Feliciano Ferreira, contratou-se uma equipe do IBE/FGV com o intuito de realizar um estudo da economia goiana inspirados na teoria da administração de Henri Fayol, conhecida como POPE (prever, organizar, planejar e executar). Em 07/11/1960 foi aprovado na Câmara Legislativa de Goiás o Plano de Desenvolvimento de Goiás, que ficaria conhecido como *Plano Mauro Borges*. O plano foi aprovado ainda durante o governo de José Feliciano e contou com uma forte articulação política de Pedro Ludovico para a sua aprovação (Favaro, 2010).

Os diagnósticos apontados pelo Plano e os seus objetivos e metas

O Plano de Desenvolvimento Mauro Borges foi dividido em três etapas quanto à sua confecção:

- a) Um estudo aprofundado dos principais problemas econômicos e sociais do Estado.
- b) Elaboração de um inventário das obras em andamento.
- c) Estabelecimento de um programa de investimentos dos recursos estaduais para o quinquênio 1961-1965.

Entre os anos de 1950-1958 a economia goiana cresceu a uma média de 6,3% ao ano (superior à média nacional do período, de 5,7%) devido principalmente ao crescimento extensivo das atividades agropecuárias, em função da expansão do mercado interno e influenciado pelo aumento da demanda de alimentos promovido pela industrialização no centro-sul do país. O estudo apontava que a tributação era inferior à

média brasileira, o que indicava a influência política no mecanismo de fiscalização tributária do Estado. Havia também se percebido um aumento das despesas do setor público motivada pelos investimentos da União no Estado de Goiás para a construção de Brasília. No diagnóstico feito pelo plano, ficam claros os déficits observados na economia goiana (Luz, 1987):

- a) atividade agropecuária: em sua maioria estava baseada no sistema de trabalho braçal e apoiada em práticas de agricultura extensiva. Goiás ainda exportava a maioria de seu gado em pé, devido à falta de um sistema de transportes adequado entre as zonas de produção e de consumo. O estudo indicava a falta de pesquisas veterinárias e a dificuldade de acesso dos produtores às linhas de crédito, além dos violentos conflitos de terra devido a atuação de grileiros e posseiros;
- b) energia: o estudo apontava um déficit de 16.324 KW de geração de energia;
- c) educação: o Estado possuía 65% de sua população analfabetizada, com 300.000 crianças fora da escola, sendo que apenas 5% das crianças concluíam todo o curso primário;
- d) saúde: dos 179 municípios do Estado, 115 não possuíam nenhum médico. No interior do Estado havia apenas 8 postos de saúde e na Capital apenas um possuía condições adequadas para tratamento;
- e) condições sanitárias: apenas os municípios de Anápolis e Goiânia tinham acesso ao serviço de esgotos sanitários. Na capital, somente 17% da população tinha acesso à água tratada e 15% ao serviço de esgoto.

O objetivo do plano passa a ser transformar o Estado em um centro agropecuário de alta produtividade e, a partir da criação de companhias de sociedade mista, focar no estabelecimento de indústrias que não gerassem uma desvantagem comparativa com os grandes centros industriais do país. O estudo indicava duas regiões como pontos de germinação econômica: o Mato Grosso goiano e a região da nova capital Goiânia. Em paralelo, o plano previa também dotar o Estado de serviços

de Administração Pública mais eficientes, o que ficaria conhecido como a Reforma Administrativa de Mauro Borges. Foi baseado nesse quadro de diagnósticos que o Plano MB estabeleceu metas, divididas por setor, para o período 1961-1965 (Luz, 1987):

- a) agricultura e pecuária: previa a aplicação de 15,4% do orçamento até o ano de 1963 com o intuito de melhorar a assistência técnica aos agricultores e pecuaristas para o aumento da produtividade destes setores. A proposta era diminuir o avanço da agricultura itinerante substituindo pela agricultura intensiva com o uso de máquinas agrícolas e fertilizantes, para isso o governo estimularia o desenvolvimento de colônias agrícolas construiria oito centros para pesquisas agrícolas através da coordenação entre o Ministério da Agricultura, Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado e da nascente SGPA. O Fundo de Desenvolvimento criado pelo Plano destinaria 70% dos recursos para esta área no intuito de construir e equipar uma rede de armazéns e silos;
- b) transportes e comunicação: esses dois setores receberiam 27% dos recursos do orçamento do Estado (o maior volume entre todos os setores) para pavimentarem 600 km de rodovias, construir 350 km de estradas de primeira classe, 5.000 km de estradas pioneiras e a construção de 95 pontes de concreto armado. Com isto, objetivava-se a integração do mercado regional através de um escoamento mais rápido entre as novas áreas de produção e os centros consumidores. No âmbito das comunicações estava prevista a instalação de 5.000 linhas telefônicas em Goiânia e mais 2.000 linhas em Anápolis, além de um plano de interligações telefônicas municipais, com prioridade para o Sudoeste e Mato Grosso goiano;
- c) energia elétrica: estavam previstos 22,4% dos recursos para este setor, com foco na conclusão da segunda etapa da Usina de Cachoeira Dourada, o que ampliaria em 98.000 kw a capacidade de geração de energia elétrica no Estado, chegando a um total de 160.000 kw;
- d) educação e cultura: o plano previa a construção de 6.000 salas de aula para o ensino primário com capacidade de atender 480.000 alunos e funcionando em dois turnos, além da construção de mais 400 salas para o ensino secundário e Normal. Estava prevista também a construção de cinco unidades de ensino

profissional e de escolas técnicas em cooperação com a União, além da criação da Universidade Federal de Goiás;

- e) saúde e assistência social: esta pasta tão essencial para a população receberia apenas 9,6% do orçamento com o objetivo de construir e equipar 135 unidades sanitárias; ampliar a rede hospitalar do Estado (Hospital do Pênfigo, Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, Sanatório Presidente JK, Hospital Geral e Hospital Osvaldo Cruz); ampliar o sistema de abastecimento de água em Goiânia para 200.000 habitantes; criação do Instituto de Medicina Tropical para combate à malária e Chagas e criar o órgão Estadual de Saneamento;
- f) fundo do desenvolvimento econômico: 9,1% do orçamento do Estado estaria destinados à criação do Fundo com a incumbência de coordenar e direcionar os recursos necessários para o aumento da produtividade agrícola e pecuária e, também, na instalação e ampliação da indústria local;
- g) turismo: esta pasta receberia apenas 0,4% dos recursos do orçamento com os seguintes objetivos: incluir Goiânia no circuito turístico de Brasília (através da criação do aeroporto de Goiânia); transformar Caldas Novas na maior estância hidromineral do Brasil; promover a Cidade de Goiás como um monumento histórico do Brasil Central, através da restauração e manutenção dos monumentos e edifícios antigos;
- h) aperfeiçoamento das atividades administrativas: o projeto de uma profunda reforma administrativa no Estado contaria com 2,8% dos recursos do orçamento e teria como objetivos construir seis unidades administrativas de 2.400 m²; reequipar a Polícia Civil com a instalação do Gabinete Médico Legal; ampliar o serviço radiotelegráfico do Estado e a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos.

O Plano Mauro Borges avaliado nas páginas da *Revista Brasileira de Economia* (FGV)

Antes de iniciarmos uma análise dos apontamentos feitos no artigo de José de Almeida, publicado em 1964 pela *Revista Brasileira de Economia*, é necessário abordar alguns aspectos relativos à origem e trajetória da revista nos quadros do pensamento econômico brasileiro do período. A inauguração da revista ocorreu em 1947, sendo o primeiro veículo

impresso de divulgação científica de pesquisas e discussões econômicas do Brasil, fundada dentro dos quadros institucionais da FGV. Em um primeiro momento, a revista chegou a publicar textos de Prebisch e Celso Furtado, representantes da CEPAL e da linha desenvolvimentista, porém, em 1954, após uma série de debates públicos na imprensa entre os cepalinos e os ortodoxos, houve o rompimento institucional com os economistas ligados à CEPAL e a *Revista Brasileira de Economia* passaria a publicar apenas artigos que corroborassem o seu ideal ortodoxo e liberal para o desenvolvimento econômico. Este fator é essencial para compreendermos as críticas e análise feitas por José de Almeida no seu artigo publicado em 1964¹⁵. O artigo de José Almeida resultou em uma contribuição ao documento intitulado *O Planejamento Estadual no Brasil* (1965), que foi apresentado durante os encontros do I Seminário de Planejamento Estadual realizado no Brasil, com patrocínio do BNDE/CEPAL, em 1965 (Vieira, 2012).

Em seu artigo, José Almeida indica as dificuldades para a confecção do Plano de Desenvolvimento Mauro Borges: falta de informações estatísticas; dificuldades das repartições administrativas de Goiás em fornecer os custos para as diversas obras e serviços e o modo como a influência político-partidária na burocracia estadual onerava os gastos com as verbas públicas. O autor também salienta as reações negativas que o Plano Mauro Borges sofreria para a sua aprovação na Assembleia Legislativa, uma vez que a questão das “cotas pessoais” do orçamento de cada deputado não pôde ser alterada como condição para a aprovação do Plano, dado que eram através destas cotas que os legisladores

¹⁵ “O que se percebe é que esse autor tinha um forte viés pela economia de mercado, não concebendo o Estado com seus instrumentos de política econômica e social como indutor do desenvolvimento de uma sociedade. As teses defendidas por Almeida eram contracorrente da ‘era desenvolvimentista’ defendida por economistas progressistas. No fundo, era um economista defensor da ortodoxia econômica.” (Vieira, 2012, p. 12).

conseguiam prestígio junto aos seus eleitores. Assim, para a aprovação do Plano, o governador se comprometia a prestigiar os deputados através da distribuição das obras segundo um critério político e não ligado ao viés técnico do Plano.

Segundo Almeida (1964, p. 59), “os dois primeiros anos de execução revelaram um verdadeiro abismo entre a estratégia de planejamento e a ação do governo”. O autor destacava uma reação agressiva do governo contra a livre iniciativa, que chegava a acusar Mauro Borges de promover um “governo sustentado por uma ditadura” (1964, p. 60). A principal crítica do autor era à Reforma Administrativa, que havia onerado ainda mais o governo, “além de agravar o mais sério problema administrativo do Estado que é a escassez de profissionais qualificados” (Almeida, 1964, p. 61). Fica claro nessas passagens o viés liberal do autor e o seu preconceito sudestino contra os profissionais goianos, que tentavam através do Plano modernizar a administração do Estado e a economia goiana.

Destarte o posicionamento liberal da análise de Almeida (1964), o seu artigo ainda é uma importante fonte para consultarmos os resultados do plano até o ano de 1962. O artigo publicado em 1964 se baseava em informações estatísticas coletadas até 1963, tendo em conta que os dados do balanço de 1963 ainda não haviam sido disponibilizados até o momento de confecção do artigo. Sendo assim, os indicadores de sua análise, em sua maioria, baseavam-se no biênio 1961-1962 e apontam que apenas 45% das metas para o período haviam sido concluídas. Os indicadores apontavam as seguintes melhorias concluídas em cada setor:

- a) **agricultura e pecuária** – apenas uma das oito estações experimentais havia sido concluída; uma estação zootécnica havia sido concluída em um total de

cinco previstas; dos dez pontos de semente previstos, apenas um foi concluído e dos 25 escritórios rurais de extensão previstos, apenas 7 haviam sido concluídos. Quanto aos armazéns e silos previstos, apenas 2.500 toneladas de silagem foram instaladas de um total de 130.000 toneladas previstas e 4.200 toneladas de armazenagem concluídas de um total 70.000 toneladas previstas. O autor destaca a instalação de 3 núcleos de colonização: o primeiro em Araguacema (em convênio com o INIC), Arraias (com consultoria israelense) e outro em Tocantinópolis com foco na exploração do Babaçu. O artigo (Almeida, 1964) destaca que no núcleo de Araguacema, 90% dos colonos foram vítimas da malária devido às inadequadas condições sanitárias do projeto;

- b) **transportes** – foi o setor que mais se destacou na entrega das metas estabelecidas. Dos 280 km de pavimentação programados, 80 km foram entregues, porém, dos 3.000 km de estradas pioneiras previstas, foram concluídos 3.640 km e dos 160 km de estradas de 1ª classe anunciados, foram concluídos 407 km;
- c) **energia elétrica** – o objetivo era a conclusão da segunda etapa da Usina de Cachoeira Dourada, o que não ocorreu devido às dificuldades financeiras da CELG em cumprir os seus pagamentos com os empreiteiros, que na época já acumulava uma dívida de três bilhões de cruzeiros;
- d) **educação e cultura**: das 6.400 salas previstas para os ensinos primário, secundário e profissional, apenas 968 haviam sido construídas;
- e) **saúde pública** – em junho de 1963, estavam em funcionamento 20 unidades sanitárias, todas construídas antes da confecção do Plano.

O artigo (Almeida, 1964) faz ainda um apontamento sobre as características da economia goiana no biênio 1961-1962, destacando:

1. aumento das atividades agropecuárias em consequência do crescimento da demanda por alimentos do eixo Rio-São Paulo, condicionando a permanência da economia goiana a uma demanda externa sem modificações nos padrões de consumo do mercado interno¹⁶, o que também impossibilitava a transferência para o Estado de seus centros de decisão político-econômicos;

¹⁶ Neste trecho explica-se a questão do mercado interno em Goiás: “o substancial e permanente saldo do balanço de comércio goiano comprova que a estrutura da economia do Estado está condicionada

2. redução na produção mineral, na indústria química e no setor de couros e peles;
3. aumento médio anual do produto real per capita foi de 6,4%, superando a média nacional do período que foi de 4%;
4. o estudo aponta uma queda no aumento do produto interno do Estado, que em 1960 foi de 5,2%, em 1961 de 3,3% e em 1962 foi -0,5%. O setor industrial acompanhava essa queda no seu crescimento, em 1961 o setor expandiu 10,5% contra apenas 4,5% no ano de 1962, números bastante inferiores à média do decênio anterior (1949/1959) que havia sido de 16,3%;
5. o autor aponta a persistência em um modelo agrícola extensivo como o principal causador da queda relativa nos índices econômicos do Estado, uma vez que este tipo de expansão agrícola não acompanhou um aumento na produtividade do setor.

Por outro ângulo, é importante ressaltar que a economia brasileira se encontrava em sérias dificuldades no início da década de 1960. O Plano de Metas do governo Juscelino havia expandido em muito a dívida externa do país, a inflação voltava a aterrorizar o orçamento das famílias brasileiras e o crescimento do PIB brasileiro apontava em direção a um cenário de estagnação. Este cenário nacional é desprezado na análise feita por Almeida (1964), o que leva a alguns historiadores como Rabelo (1978) e Vieira (2012) a discordarem do autor quanto à avaliação dos índices do Estado de Goiás no período, uma vez que José Almeida (1964) não coliga a análise do Plano de Desenvolvimento Mauro Borges com o cenário nacional.

Segundo Vieira (2012), “o Plano MB deve ser visto como uma busca de apoio político do governador Mauro Borges e o principal instrumento que o Estado detinha para manipular suas relações com a sociedade

muito mais pela necessidade de atendimento de uma procura externa do que pela sua própria procura interna, razão porque não se deve tomar o crescimento do produto como representativo de modificação nos padrões de consumo da comunidade” (Almeida, 1964, p. 67).

civil” (Vieira, 2012, p. 12). Em suma, o Plano MB não previa nenhuma mudança na estrutura de classes existente, por esta razão podemos perceber as intenções do Plano Mauro Borges dentre os quadros de uma Modernização Conservadora, que não modificou em nada os padrões de vida das classes sociais não ligadas ao poder.

Considerações finais

A prática política do governo Mauro Borges foi bastante confusa, marcando um verdadeiro vai e vem ideológico. Na defesa pela legalidade em 1961, Mauro se aproxima dos setores mais nacionalistas e progressistas da política nacional, conduzindo uma aproximação com os quadros mais à esquerda, como as Ligas Camponesas e o PCB. Contudo, essa aproximação não deixou que o governador combatesse os movimentos sociais do campo, seja através do uso da força repressiva do Estado, ou da coordenação de uma política de colonização que abafava os movimentos camponeses e agradava os quadros mais tradicionais dos proprietários de terra de Goiás.

Esse movimento, que hora se aproxima da esquerda e, por hora se liga à direita, foi percebido também em nível nacional, principalmente durante o período em que João Goulart esteve no poder. A ascensão de novos atores políticos na cena nacional, os movimentos camponeses e proletários exigindo reformas através de suas lutas, tudo isso trouxe um cenário de bastante instabilidade política para o início da década de 1960, que culminaria com o Golpe Militar de abril de 1964.

O Plano de Desenvolvimento proposto por Mauro Borges representou uma verdadeira modernização conservadora para Goiás. Se por um lado modernizou a economia, a indústria e o corpo

administrativo do Estado, por outro manteve intacta a velha estrutura fundiária, baseada no latifúndio e na exploração do trabalho camponês.

O projeto que Mauro Borges executou durante o seu governo sofreu as consequências da instabilidade econômica e social do período. Por isso, é preciso uma avaliação crítica dos resultados expostos por José Almeida (1964) em seu artigo. Não podemos abarcar o viés liberal do autor sem fazer uma crítica ao seu posicionamento. As metas não foram alcançadas em sua maioria, porém, é inegável que as reformas propostas modernizaram a economia e a administração estadual, mas, nem por isso representaram uma alteração nas classes sociais e econômicas de Goiás. Mauro Borges não foi nem o revolucionário e comunista que seus opositores tentavam definir, como também não foi um político reacionário e conservador somente. As incongruências de sua gestão são consequências de um difícil momento da história brasileira, o início da década de 1960, que ficaria marcado pela crise do desenvolvimentismo nacionalista, pelo avanço das lutas sociais e pelo pacto entre a burguesia industrial e a oligarquia latifundiária, que com apoio dos militares e do governo norte-americano conduziram ao Golpe Militar de 1964.

Referências

ALMEIDA, José. Uma experiência de Planejamento regional em Goiás. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 47-74, set. 1964.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. A Contra-revolução antes da revolução: o golpe de 1964 em Goiás. In: **VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil**, Uberlândia 2012.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FAVARO, Teresa Cristina Pires. Tecnocracia e planejamento no governo Mauro Borges (1961-1964). In: **Anais VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

_____. Movimento da Legalidade (1961): resgatando o protagonismo de Mauro Borges. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 41-65, jul. 2011.

_____. A experiência agrária em Goiás no governo Mauro Borges: sentido e desdobramentos. **Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 175-183, 17 nov. 2016.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

LUZ, Joselio Mendes. **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás**: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964). Dissertação (Mestrado) - História das Sociedades Agrárias, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1987.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de; FONSECA, Thiago Vinicius Martuano da. Apresentação: modernização conservadora. **Cantareira**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 1-5, dez. 2018.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul. 2009.

RABELO, Francisco Chagas Evangelista. **Governo Mauro Borges**: tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás. 1978. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política/UFGM, Belo Horizonte, MG, 1978.

VIEIRA, Jefferson de Castro. Planejamento em Goiás: uma reflexão do plano Mauro Borges. **Estudos**, Goiânia, v. 39, n. 1, p. 3-14, jan. 2012.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS (IPMS/GO) (1964-1985)

Manuela Cerqueira Martins ¹

O Golpe de 1964 foi instaurado e legitimou-se não somente por meio do uso sistemático da repressão, mas também por meio da utilização de um discurso ideológico fundamentado na defesa da ordem, no expurgo do comunismo e na valorização da moral. A elaboração desse discurso remonta ao período de criação da Escola Superior de Guerra², em 1949, fundada com o objetivo de elaborar estratégias militares e de desenvolvimento para o país. A ESG encarregou-se, então, de estudar a nação, compreender as suas especificidades e produzir a doutrina de Segurança Nacional, que teve como principal preocupação, após 1964, encontrar meios para a institucionalização da suposta revolução³.

Neste aspecto, o que nos interessa, é o discurso moral que sustentou o regime de exceção, especificamente a forma como esse discurso incidiu sobre as mulheres indicadas nos IPMs do Estado de Goiás. Para viabilizar esta análise, elaboramos um levantamento das

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). E-mail: manuelacerqueiraa@gmail.com

² A criação da Escola Superior de Guerra está profundamente atrelada às contingências internacionais. O período de guerras e a Guerra Fria fizeram necessário elaborar uma estratégia de Segurança Nacional eficaz aos novos parâmetros. A ESG foi inspirada nos moldes do *National War College*, todavia, diferente deste, possuía como função central pensar e encontrar soluções para os problemas da nação. Possuía orientação majoritariamente anticomunista e considerava segurança e desenvolvimento como sinônimos.

³ Em 1971, equipes de Estagiários e uma do Corpo Permanente receberam também a incumbência de desenvolver um Trabalho de Grupo sobre a "Institucionalização Política do Processo Revolucionário". [...] Iniciaram-se então os estudos do "Modelo Político Brasileiro" e da institucionalização do processo revolucionário, que extravasaram do âmbito da ESG, para inspirarem inúmeros artigos de imprensa, entrevistas e até alguns livros (Arruda, 1980, p. 233).

mulheres mencionadas nas quase 1.400 páginas do arquivo, evidenciando os dados pessoais, as causas do indiciamento, as organizações às quais elas supostamente pertenciam e as narrativas que embasavam o indiciamento.

Os inquéritos policiais militares do Estado de Goiás foram publicados em forma de livro em 2016, em dois volumes, a partir de uma iniciativa conjunta da Universidade Federal de Goiás com a Associação dos Anistiados Políticos de Goiás (ANIGO), e reúnem os inquéritos resultantes dos arbítrios do regime ditatorial no Estado durante todo o período de sua duração (1964-1985). É ressaltado pelos organizadores que, apesar da documentação ser extensa e fundamental para descortinar as violências e incongruências do regime, ela foi previamente submetida a triagem por órgãos do governo e por militares. A documentação está sistematizada em capítulos temáticos, em sua maioria com breves textos introdutórios e constantes notas salientando tratar-se do discurso do algoz que ostentava informações e confissões obtidas por meio de violências e que, portanto, não correspondem ao real, e sim evidenciam a forma como eram representados os opositores do regime e os contornos do discurso que justificava os indiciamentos.

A ditadura em Goiás

Em Goiás, a luta pela democracia e a resistência ao autoritarismo iniciou-se ainda antes da instauração do governo militar. A administração de Mauro Borges (1961-1964) corroborou para esse levante precoce. O governador posicionou-se favorável à posse da Presidência da República por João Goulart em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, causando grande mobilização popular.

O governo de Mauro Borges foi marcado por momentos radicalmente distintos. Pleiteou o cargo tendo apoio indireto do PTB e ao ser eleito, incorporou importantes nomes da esquerda goiana aos quadros institucionais. Seguiu, conforme já dito, integrando a Cadeia da Legalidade em prol da posse de João Goulart, mas distanciou-se das pautas da esquerda e fez parte, ainda em 1963, da conspiração que depôs o Presidente e instaurou o regime de exceção. Evidenciando o caráter singular da articulação golpista em Goiás, Mauro Borges foi vítima direta da intervenção militar, tendo sido afastado do cargo em novembro de 1964, por gerar desconfianças e descontamentos devido sua aproximação anterior com opositores do regime. A queda do governador foi vista com satisfação pelos membros da UDN e pela família Caiado, os mais antigos adversários políticos de Mauro Borges, que receberam o golpe com louvor, considerando-o uma revolução responsável por restabelecer a ordem no Estado⁴.

A despeito de sua posição favorável à instauração do regime, a iminência da deposição do governador Mauro Borges, em novembro de 1964, foi fator para a mobilização da militância contrária a intervenção Federal em Goiás. O PC do B articulou uma tentativa de resistência armada, por meio do assalto ao Tiro de Guerra em Anápolis⁵, de onde pretendia-se tomar as armas e evitar a derrocada do governador democraticamente eleito. O roubo das armas foi bem-sucedido, mas, devido a um erro de segurança, todos os integrantes da articulação foram presos e o plano liquidado. No dia 26 de novembro Mauro Borges foi deposto, tendo sido indiciado nas páginas dos IPMs considerado

⁴ “[...] a ditadura significou para a família Caiado uma “revolução”, a retomada de funções políticas no Estado [...]” (Prado, 2014, p. 101).

⁵ Para mais detalhes consultar: DELACORTE, Marcantônio. **47 anos do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis**. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id_noticia=171026&id_secao=70. Acesso em: 30 ago. 2022.

como não apenas responsável, mas conivente com a infiltração comunista nos quadros do governo do Estado.

- 1) Em face do que se viu em a exposição sintética anterior retirada do depoimento de várias testemunhas, e tendo em vista a constatação com o depoimento do Governador MAURO BORGES (ficam inteiramente) facilmente se conclui que os vários órgãos CERNE eram oficialmente ligados para propaganda subversiva e revolucionária.
- 2) Sem dúvida que toda a orientação tendenciosa de extrema esquerda, de que os órgãos de difusão do Estado tanto se impregnaram, quando mais não fosse, contava com a convivência, a tolerância e a complacência criminosa de MAURO BORGES, responsável maior em todo esse peso de subversão da ordem política e social.
- 3) Não há como dissociar a autoridade do Governador dos inúmeros e repetidos atos criminosos de pregação comunista e esquerdizante da imprensa oficial do Estado.⁶

Ao governador é imputada também a responsabilidade por uma suposta articulação com o comunismo internacional. O documento menciona a visita de Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia socialista, a Goiânia⁷, em setembro de 1963, como uma das principais provas da subversão de Mauro Borges. O relatório menciona ainda que o governador possuía ciência e acobertava a ação de militantes financiados pela Polônia⁸ e por Cuba.

- 4) Daí conclui-se que altos funcionários do Governado de Goiás, alguns dos quais auxiliares ditados do Governador, atuavam, sob suas vistas complacentes, senão sob sua própria cumplicidade em organizações de

⁶ **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMS, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 48.

⁷ BITTENCOURT, Edmundo; BITTENCOURT, Paulo. Tito não foi visitar Minas porque segurança era pouca. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21.617, 22 set. 1963.

⁸ “2) Relativamente ao caso de ligação com elementos pertencentes a uma rede de agentes financiados pela POLÔNIA comunista, ressalta a culpabilidade do Governador MAURO BORGES da prova testemunhal de auxiliares de sua mais absoluta confiança, funcional e particular, todos os seus comparsas na obra de comunicação do Estado, a que se vinha entregando intensamente” (p. 63).

cunho nitidamente subversivo, e ligados ao Governo de Cuba e por ele financiados⁹

O episódio de deposição do governador foi decisivo para a articulação dos movimentos de esquerda em prol da legalidade no Estado, sobretudo, do movimento estudantil que possuiu grande destaque nas lutas.

O movimento estudantil em Goiás: mulheres e resistência

No primeiro volume da reunião dos IPMs estão disponibilizados os relatórios produzidos pela Comissão de Investigação contra os estudantes em Goiás. São pouco mais de 100 páginas contendo detalhes das incursões do regime contra a mobilização estudantil. Conforme anteriormente exposto, o movimento estudantil foi o grande responsável pela articulação contra o regime. Os principais pontos de reunião dos jovens eram os colégios Pedro Gomes e o Lyceu de Goiás. O destaque era dos secundaristas, mas participavam também os alunos da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Católica (UCG). Cruz (2013) evidencia ainda as trocas existentes entre as instituições de ensino, apontando, principalmente, o forte envolvimento das jovens estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG)¹⁰ na mobilização. Neste ponto, o movimento estudantil nos interessa por representar o principal meio de ingresso das mulheres na política e na vida pública. Abordaremos esse aspecto nos parágrafos que se seguem.

⁹ **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 63.

¹⁰ “[...] as estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG) começaram um movimento contra um projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa, no final de 1967, que mudava o nome do Instituto de Educação para Escola de Educação Antônio Caiado (nome do avô de Ronaldo Caiado, da UDR).” (Duarte, 1998, p. 131).

O protagonismo do movimento estudantil contra o regime pode ser constatado por meio da observação dos dados apresentados pela pesquisadora Teresinha Duarte (1998). O movimento estudantil secundarista foi responsável por compor 90% do quadro presente nas mobilizações das ruas (MARTINS FILHO, 1998, p. 130). Além de seu forte caráter mobilizador, o movimento se constituiu como importante local de formação para os militantes, oferecendo base teórica para a organização e fornecendo quadro de pessoas para os partidos da esquerda. O destaque obtido pelos estudantes frente à resistência ao regime militar corresponde à incipiência e ao vazio dos movimentos sociais no Estado. Além disso, a força dos estudantes também deve ser analisada como produto da intensa circulação de ideias “revolucionárias” que moveu a juventude internacional dos anos 1960.

A articulação estabelecida entre o movimento estudantil goiano com os grupos militantes de outras cidades do país, é frequentemente reiterada nas páginas dos IPMs. Ao desenvolver as causas do indiciamento da estudante Alda Maria Borges¹¹, os redatores do documento atentam para o fato de a jovem ter participado do curso sobre o método de alfabetização Paulo Freire, em Recife; e referem-se a Goiás e a Pernambuco como os dois Estados mais “comunizados” do país¹². Embora trate-se do discurso militar sobre os estudantes, a passagem é fundamental para elucidar a força e o alinhamento estudantil goiano à uma agenda de luta nacional, e, principalmente, evidenciar o impacto que a atuação causava sobre o regime. Uma

¹¹ Estudante de Filosofia/UFG. 24 anos. (Codinome Anita). Foi indiciada por pertencer ao movimento estudantil e ser uma das dirigentes do MEB (Movimento de Educação de Base). **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 88.

¹² Idem.

segunda constatação a ser pontuada, em vias de confirmação do argumento anteriormente assinalado, consiste na observação da articulação pública e política obtida pela estudante por meio da atuação no movimento estudantil.

O espaço público e a política correspondem ao exato oposto daquilo que se era desejado e imputado às mulheres. A mulher considerada objeto de cama e mesa¹³, não possuía os atributos necessários para ocupar esse lugar. Essa desqualificação do feminino é dotada de historicidade, e é oriunda diretamente da distribuição de papéis de gênero que delegou às mulheres a atuação estritamente privada, doméstica; e aos homens, o domínio do espaço e das tarefas públicas (Perrot, 2005).

Consideramos gênero como o discurso que fundamenta as diferenças dos sexos. Todavia, essa diferenciação não parte da biologia, o contrário, ela a consolida. Esse discurso baliza as relações sociais e incide diretamente sobre as estruturas políticas e culturais. É uma categoria de análise dinâmica, dotada de historicidade. Deste modo, objetivamos evidenciar, por meio da análise dos inquéritos policiais de Goiás, que a categoria gênero incidiu sobre o indiciamento das mulheres apontadas em suas páginas e, ainda, que integrava o discurso ideológico do regime (Scott, 1990).

O discurso ideológico elaborado pelo regime civil-militar estava alinhado às demandas da cultura política nacional. O conceito de cultura política foi haurido dos estudos de Motta (2013) e é concebido como um conjunto de práticas e representações, valores e tradições, responsáveis por formar a identidade coletiva por meio de interpretações partilhadas

¹³ Ver: STUDART, 1974. Livro escrito em 1969 pela jornalista Heloneida Studart com o intuito de denunciar práticas machistas e patriarcais.

do passado. Em linhas gerais, considera-se a existência de um imaginário social responsável por elaborar representações que formam a comunidade política. As características da cultura política nacional¹⁴ que mais nos interessam são o autoritarismo e o personalismo, que consideramos serem fundamentais para a manutenção e legitimação do discurso golpista ancorado pela moral, e, também, em decorrência de sua importância para perpetuação da ausência de uma tradição democrática no país.

Uma das estratégias militares para desarticular publicamente a oposição residia na desqualificação moral dos militantes. Todos os militantes eram vitimados por essa ação, todavia, as mulheres militantes eram duplamente culpadas: primeiro por serem mulheres e ousarem sair do âmbito privado e se envolverem com a política concebida como área exclusiva de atuação masculina; e, segundo, por se oporem ao regime militar.

Como dito, o regime legitimou-se por meio de práticas discursivas, mas efetivamente se manteve através do uso sistemático da violência. Ressaltamos que em Goiás, a intensa violência da repressão mobilizou setores da Igreja Católica em defesa dos jovens militantes vitimados pela ação policial. Duarte (1998, p. 9) sinaliza que em 1968, ano de acirramento da mobilização estudantil contra o regime país afora, os confrontos entre os estudantes goianos e a polícia foram marcados pelo recrudescimento da violência a ponto de destoar do que era observado nos outros Estados.

¹⁴ As características formadoras da cultura política apresentadas pelo historiador, são: a) patrimonialismo – considerado uma herança ibérica responsável pela constante confusão entre os bens públicos e privados; b) personalismo – escolhas políticas baseadas na identificação com o indivíduo e não com um projeto político; c) elitismo – exclusão popular dos espaços públicos de decisão; d) ausência de identificação com os partidos políticos e abstenção eleitoral; e) flexibilidade/conciliação – tendência a negar/escamotear os conflitos e as diferenças sociais; e o f) autoritarismo – identificação com valores ambíguos que conciliam democracia e autoritarismo.

O esfacelamento do movimento estudantil em Goiás, corresponde diretamente ao período de acirramento da repressão, por meio da instauração do Ato Institucional 5, de 13 dezembro de 1968, e do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969¹⁵, que imputaram a mobilização à clandestinidade, impossibilitando a articulação do movimento em seu principal espaço de atuação – os colégios.

As mulheres e a ditadura civil-militar

Conforme já sinalizado, consideramos que a repressão possuía um aparato amplo e complexo, que se fundamentava não somente por meio de um ideário político, mas, principalmente, através de um arcabouço ideológico que instituíra padrões de comportamento pessoal. Sendo assim, compreendemos que dentro da ideologia militar existia um modelo de mulher ideal, que dialogava diretamente com as perspectivas em voga e que valorizava a mulher doméstica, dócil e obediente, evidenciando-se desta forma que o discurso repressivo não se construiu isolado da sociedade, mas foi produto direto da cultura política em que estava inserido.

¹⁵ O novo decreto institui que: Art. 1º- Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou em pregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I- Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; por finalidade a paralisação de atividades escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qual quer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V-Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 2. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 1.279-1.280.

Os anos 1960 inauguraram o ingresso das mulheres a vida pública no Brasil, reflexo direto da Revolução Sexual e do feminismo internacional. É fundamental salientar que, embora esses movimentos tenham reverberado no país e levado as mulheres a gradualmente ocupar espaços, houve durante muitos anos a negação veemente do termo e das causas feministas, sobretudo, dentro das esquerdas, onde a causa revolucionária e as questões de classe eram consideradas o centro de todos os debates e ações.

Evidente que a crescente atuação pública feminina não se restringiu somente à luta revolucionária. Em 19 de março de 1964, ocorreu em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela liberdade, evento que reuniu mais de 500 mil pessoas na praça da República e que se alastrou pelo país nos dias subsequentes, evocando o salvamento contra o comunismo, ou, já nos dias iniciais de abril, prestando salvas à suposta revolução instaurada pelos militares. À frente da organização das marchas que mobilizaram o país em 1964, estiveram inúmeros grupos conservadores femininos que contaram com o imaginário social e o repertório simbólico e discursivo do período para convocar as mulheres para as ruas para lutarem pelos valores cristãos, democráticos, anticomunistas e pela família, instituição da qual deveria ser devota.

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos. Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China. Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às Igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos. [...] Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem às nossas Igrejas! Compareça à

“Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que será realizada dia 19, partindo Às 16 horas da Praça da República para a Praça da Sé.¹⁶

O chamamento publicado nas páginas da *Folha de São Paulo* permite observar qual a conduta pública era esperada das mulheres pela direita em ascensão. A valorização da mulher-mãe, irmã, responsável pelo lar, sinônimo de docilidade e cuidado.

A imagem construída sobre as mulheres envolvidas com a militância política assume contornos distintos e ambíguos. O general Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do Rio de Janeiro, concedeu uma entrevista publicada no livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão* (1994), onde, ao ser questionado se ao longo de sua trajetória admirou algum inimigo, responde que não, mas que se deparou com casos notáveis de valentia, dentre eles, o da militante Aurora Maria do Nascimento Furtado, da Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi abordada por policiais enquanto cobria um “ponto” junto com um companheiro, por serem confundidos com traficantes. O general relata que a militante não hesitou em tirar uma arma da bolsa e atirar contra o rosto de um policial para que seu companheiro pudesse fugir. Ele segue dando detalhes da ação que culminou no assassinato sob intensa tortura da jovem, e pontua:

eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia – pode perguntar a eles –, porque se excediam. (D'Araújo; Soares; Castro, 1994, p. 77).

A fala do general permite observar duas constantes na descrição das militantes – a primeira refere-se à desumanização, à categorização

¹⁶ “Mulher paulista, mãe paulista, esposa paulista, irmã paulista”. *Folha de São Paulo*, 18/03/1964, p. 25.

dessas mulheres como irracionais, ferozes, raivosas, e a segunda mantém a ideia da subserviência feminina, aludindo a necessidade de tutela e castigo, aplicados, obviamente, por homens.

As diferenças de gênero norteavam não somente as práticas discursivas, mas também as torturas que eram destinadas às mulheres. Mariana Joffily (2011) aponta, por meio da análise comparativa dos regimes de exceção que atingiram os países do Cone Sul a partir da década de 1950, que a incidência de violência sexual era maior entre as mulheres militantes que entre os homens militantes. Não objetivamos, com essa afirmação, atenuar a brutalidade das torturas infringidas contra os homens militantes, tampouco vitimizar as mulheres, objetiva-se exclusivamente evidenciar como a desigualdade de gênero existiu durante a ditadura militar e orientou o seu aparato repressivo.

As mulheres militantes também experimentavam as desigualdades de gênero dentro das organizações de esquerda. Em *O gênero da esquerda em tempos de ditadura*, de Cristina Scheibe Wolff (2010, p. 150), trabalha com testemunhos de diversas militantes que esclarecem que, apesar de serem bem-vindas no movimento, eram tratadas como inferiores e postas em cargos de subserviência. Um dos depoimentos que a historiadora utiliza para embasar tal afirmação é o de Crimeia Alice, que foi guerrilheira no Araguaia e explica que sua ida para o campo causou certa instabilidade entre os membros da organização, visto que não sabiam como incorporar uma mulher à luta armada, tendo ainda aqueles que se posicionavam contra a sua ida, e os muitos que agiam com indiferença. A militante diz ainda que foi muito pressionada, pois foi a primeira mulher a ir para o campo e afirmaram que o sucesso de sua participação é que determinaria a incorporação de outras mulheres à guerrilha armada.

A representação feminina nos IPMs de Goiás

Construímos a análise da representação feminina nos IPMs a partir da elaboração de um levantamento de dados de todas as mulheres indiciadas nas páginas do arquivo¹⁷. Localizamos um total de 137 mulheres. É necessário ressaltar que não é possível afirmar categoricamente que essa é de fato a quantidade de mulheres que foram indiciadas nos relatórios, visto que há inconsistências nas informações, sendo que muitos nomes foram indiciados mais de uma vez, portando apenas algumas alterações na grafia. Outros casos são os das militantes de que sequer se conseguiu o nome completo para o indiciamento, sendo várias com o sobrenome “Tal” e nenhuma informação pessoal. Outra ressalva advém do uso dos codinomes. Após coletarmos e cruzarmos os dados, observamos que vários codinomes são utilizados, mas que se referem à uma mesma pessoa.

A maior parte dos indiciamentos possui relação direta com o pertencimento ao movimento estudantil, sendo que um dos aspectos mais repetidos nos relatórios diz respeito à participação das mulheres, professoras e estudantes, no curso do método de alfabetização Paulo Freire¹⁸ e no curso sobre marxismo ministrado pelo professor Jacob Goreneder.

- Como funcionária do ICP a indiciada participou de um curso sobre o método de aprendizagem para adultos do Prof. Paulo Freire, realizado em Recife idealizado pelo CERNE e custeado consequentemente pelo governo do Estado, o grande interessado no aperfeiçoamento de seu contingente encarregado de transmitir sua mensagem ideológica subversiva.¹⁹

¹⁷ Foi possível integrar a esta análise apenas as mulheres que tinham informações pessoais e que contavam com alguma forma de descrição.

¹⁸ O método Paulo Freire foi desenvolvido pelo educador no início dos anos 1960, enquanto ele foi Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife (cf. Brandão, 1981).

¹⁹ **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 155.

- É comunista. É agitadora. É subversiva. Frequentou, sob às custas do governo MAURO BORGES o curso de alfabetização do Prof. Paulo Freire, seu método e sistema, realizado em Recife.

- Sua admiração por esse método de alfabetização, seu pensamento político não deixa dúvida. Ela é realmente comunista.²⁰

- Participou, juntamente com outras suas colegas de função, visto que trabalhava no Instituto de Cultura Popular, órgão componente do CERNE, do curso realizado em Recife, sobre o Método de "Alfabetização do Prof. Paulo Freire, cuja finalidade precípua era o aperfeiçoamento dos conhecimentos bases e rudimentos da técnica de difusão do comunismo sob o manto protetor do ensino.²¹

Frequenta constantemente todas as reuniões de todas as células comunistas existentes em Goiânia, onde costuma fazer suas pregações sempre em companhia de destacados próceres marxistas como Hélio de Brito, Maria Sallas e outros. [...] Frequentou o curso do professor Jacob Gorender, em companhia de outros defensores e pregadores da doutrina leninista.²²

- Pessoa altamente instruída, sócia da Associação Cultural Feminina de Goiás. Disse que se a Constituição permitir a legalização do Partido Comunista do Brasil julga que deve funcionar como outro qualquer. Tem lido muito Marxismo-Leninismo e fez o curso de Marxismo-Leninismo do Prof. JACOB GORENDER e participado de seu encerramento.²³

A transcrição dos trechos do documento permite também observar como a construção do argumento da prova de subversão é frágil, e depreende completamente dos interesses militares. Um exemplo que ilustra a inconsistência da narrativa elaborada pelo regime, pode ser observada no texto utilizado para fundamentar o indiciamento da jovem Elizabeth Hermano, acusada de subversão. O relatório traz a

²⁰ Ibidem, p. 104.

²¹ Ibidem, p. 88.

²² Ibidem, p. 104.

²³ Ibidem, p. 117.

seguinte descrição: “A evidência para considerá-la comunista é cristalina, parece não só pelos atos bastantes comprovados como também traz na hemoglobina do sangue o vírus da subversão que corrompeu toda a família”.

Na sequência, são apresentados alguns argumentos factíveis para comprovar a subversão de Elizabeth, mas interessa-nos, evidentemente, mostrar como não havia preocupação em fundamentar um indiciamento policial partindo-se de um apelo leviano e sem validade jurídica. Ressaltamos, porém, que esse discurso está diretamente alinhado com a ideia que justifica a ação militar – a crise moral – que permeava o país e já se encontrava no seio das famílias.

Além do caso de Elizabeth Hermano, vários outros indiciamentos são construídos de forma frágil, fundamentalmente, em decorrência da ausência de informações sobre as militantes. Muitas mulheres foram indiciadas como comunistas ou subversivas apenas por terem proximidade com algum militante, não se podendo comprovar que partilhavam as ideias subversivas. Esse aspecto é, por vezes, assumido pelos próprios redatores dos relatórios. Nas páginas 829 e 830 dos arrolamentos, constam duas listas de militantes, homens e mulheres, de que não se pôde concluir pertencimento ou atuação partidária por ausência de informações.

A pluralidade de fatores que eram considerados ofensivos à Segurança Nacional e figuravam como motivos para indiciamentos, é evidente no texto que indicia a estudante Valéria Gomides Netto Salles:

- "No ano de 1967 a mesma escreveu um artigo para o jornal estudantil da Escola de Comércio Wagner Estelita Campos, intitulado: "Uma Análise ao Capitalismo", trabalho este solicitado por um professor como trabalho escolar e, com a instalação do IPM, esse artigo serviu de base para que fosse

pedida a sua prisão, por ser considerado, à época, como ofensivo à Segurança Nacional".²⁴

A despeito das grandes lacunas de informações pessoais e de justificativas inconsistentes²⁵ para sustentar os indiciamentos, é possível identificar marcas de gênero conduzindo as narrativas. A priori, identifica-se uma narrativa que infantiliza, vitimiza e dociliza as militantes, que justifica o seu envolvimento com as organizações de esquerda por ingenuidade.

- "Com 22 anos de idade, natural de Goiânia, estudante e professora, residente nesta Capital.

- É a presente, indiciada MARIA JOSÉ JAIME, talvez uma vítima da imposição desenfreada do idealismo comunista, que esparramou o governo deposto e seus auxiliares por todo o território nacional, absorvendo consciências e estigmatizando o comportamento das massas com os entorpecentes de suas tiradas demagógicas.

- Pouca culpa lhe cabe diretamente, o próprio governo goiano seguindo de perto a linha do governo deposto deu-nos como exemplo o quanto já ia corrompido o sistema democrático brasileiro. [...] Assim sendo MARIA JOSE JAIME estudiosa e inteligente, foi apanhada pelo laço urdido pelo próprio Estado [...].

Como acima dissemos MARIA JOSÉ JAIME foi mesmo contaminada pelo vírus comunista do governo MAURO BORGES, que encontrou na sua incompleta formação de adolescente um terreno com humus propício a seu desenvolvimento. Sua culpa, reafirmo, é do próprio governo. Mas, sua capacidade de entendimento é a promotora de sua acusação. É comunista".²⁶

Observa-se que o discurso moral da repressão parte primordialmente de um lugar onde a militante não é considerada

²⁴ Ibidem, p. 382.

²⁵ Ressalto que apesar das brechas encontradas em alguns relatórios militares, o aparato da repressão contava com uma enorme rede de informações sobre os militantes, visto que contavam com diversas táticas de espionagem e infiltração (cf. Fico, 2001).

²⁶ *A ditadura militar em Goiás* – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. – v. 1. – Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 153-155.

exclusivamente subversiva, mas sim aliciada por algo ou alguém, vítima das circunstâncias, como se não fosse capaz de tomar suas próprias decisões sem ser tutelada. A necessidade constante de tutela é reforçada quando identificado que nos relatórios, o estado civil e a filiação são sempre apontados. A condição de solteira, viúva, amásia, divorciada judicialmente, é sempre posta nos textos dos indiciamentos.

Em extremo oposto, mas também alinhado ao discurso ideológico que conduzia os indiciamentos, há as militantes que são representadas como elementos de alto grau de periculosidade, tendo características como agressividade e raiva ressaltadas nas descrições.

- "Funcionária pública estadual lotada na OSEGO. De todos os elementos do partido comunista em Goiás, Eleuse Machado, talvez por sua condição de mulher, vem a ser um dos mais perigosos por se tratar de pessoa técnica e intelectualmente para o processo de bolchevizar o Estado de Goiás. Comunista confessa, subversiva notória e agitadora respeitada até mesmo por seus companheiros de pregações ideológicas.²⁷

- Dentro dos elementos vinculados ao CERNE, JERUSIA FRANCO DE OLIVEIRA, aparece com destaque especial, vez que embora seja a regra geral adotada pelos seguidores do Partido Comunista a demonstração de indiferença total ou disfarce completo, esta indiciada com arroubos de coragem e segurança de convicção se apresenta como comunista praticante. E o atesta em qualquer solicitação; agitadora e subversiva não escondendo de maneira alguma seu propósito ideológico.

[...]

- Sua coragem é um eloquente atestado da bravura com que prega as suas ideias, sua formação política a par de outra educacional deixa ver bem claro tratar-se de alguém cuja periculosidade no sentido da subversão nos faz compreender que o comunismo deseja ter mártires, pessoas que desinibidamente possam demonstrar por sacrifício, sem temor e rodeiros [...].

- Sua agressividade é tamanha que torna-se impossível relatar, melhor será ir aos autos, para ver até que ponto chega a sua ousadia, é mais um caso de

²⁷ Ibidem, p. 103.

Polícia que propriamente para se apurar seu espírito agitador. [...] Finalmente, a indiciada cujo comportamento inspira temor [...].²⁸

Nota-se novamente, que mesmo aquelas que possuíam destacada posição na militância, e que atuavam ativamente nos movimentos, tem atribuída à essa articulação uma suposta irracionalidade que fica evidente com a ênfase que é dada ao seu comportamento agressivo e amedrontador.

A análise dos indiciamentos trouxe um outro aspecto do discurso ideológico que, embora não seja o foco central deste trabalho, deve ser mencionado. No indiciamento da militante Raimunda Luzia de Brito, integrante do movimento estudantil universitário, a sua representação perpassa por questões de gênero e de raça.

- "Com 25 anos de idade, Assistente Social (contratada pelo IDAGO), residente e domiciliada nesta Capital. Mulata - que quer ser branca. [...]

Conclui-se que a indiciada esteve em todas as partes e em todos os meios, junto com comunistas e subversivos, irradiando a sua simpatia feminina e o seu saber vermelho".²⁹

Os militares imbuíram ao seu projeto de governo, a promoção de um país que vivia não somente uma democracia social, mas também racial. O racismo foi institucionalizado e a ditadura estabeleceu uma perseguição velada ao ainda incipiente movimento negro. As pautas raciais faziam parte da política progressista que foi desarticulada com a derrubada do Presidente civil João Goulart e com a instauração do golpe³⁰.

A despeito do tom jocoso e racista utilizado para descrever a militante, a expressão “simpatia feminina” nos é cara por evidenciar

²⁸ Ibidem, p. 127-129.

²⁹ Ibidem, p. 169.

³⁰ Cf. Abreu (2021).

que a descrição das mulheres militantes era permeada pela observação das suas características físicas e subjetivas, e, neste caso, podemos inferir que o uso do termo nada tem a ver com uma visão positiva sobre a jovem, o contrário, quando atrelada ao “saber vermelho” é considerado um elemento que a torna mais perigosa.

Uma breve passagem localizada no indiciamento de Wanda Cozetti Marinho, professora de História do Lyceu de Goiânia e vinculada a AP³¹, permite observar uma outra categoria de mulheres militantes, que difere do foco para o qual este trabalho se enveredou, considerando-se o pertencimento quase majoritário das indiciadas ao movimento estudantil. Consta que a professora optou por sair do partido por não se sentir segura e “ser uma mulher viúva e com filhos”³². A maternidade impunha às militantes questões de difícil resolução. A historiadora Cristina Wolff (2010) dialoga com os estatutos de conduta interna de algumas organizações de esquerda que se articularam contra os governos militares no Cone Sul, e evidencia que a questão da maternidade era pensada pelos militantes desde o planejamento de uma criação destituída de valores burgueses, até a ordenação de uma rede de apoio para amparar possíveis órfãos de pais guerrilheiros. A militância, assim, implicava ausência materna. Além disso, os filhos das militantes poderiam ser utilizados (e foram) como instrumentos de barganha e punição para as ações empreendidas contra o regime. Por último, podemos inferir, que a utilização do relato da militante no texto do

³¹ A AP (Ação Popular) surgiu em 1962, sendo uma organização política quase preponderante no movimento estudantil, composta por pessoas ligadas à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Teologia da Libertação. Após o acirramento do regime, com o AI-5 passaram a considerar a luta armada como uma estratégia política.

³² **A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016, p. 529.

relatório corresponde a mais uma das estratégias narrativas do regime de repressão para desmoralizar os grupos militantes. Subentende-se através da leitura do trecho, que o perigo residia na organização de esquerda e não na repressão que contra ela era efetivada.

A repressão construiu uma imagem das mulheres militantes pautada na utilização de adjetivos pejorativos, com conotação sexista e sexual, transitando entre o completo desprezo pela mulher imoral, desvirtuada pelo comunismo, até o pesar pela condição da mulher ingenuamente aliciada pelo vírus implacável da subversão. A elaboração dessa imagem conta com a mobilização de um discurso que já existia socialmente, ocorrendo agora a sua institucionalização por meio de práticas de Estado.

Considerações finais

Embora extensos, os estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil priorizam as análises dos grandes centros urbanos corroborando para a existência de uma lacuna historiográfica nos trabalhos sobre as cidades que não integram este eixo. Nesta perspectiva, fomos impelidos pelo desejo de trazer à cena principal objetos de análise costumeiramente preteridos pela historiografia.

Partimos das tensões políticas vivenciadas em Goiás antes e depois da instauração do regime de exceção, que contribuíram para que o Estado assumisse posição pioneira na resistência à repressão. Elucidamos que essa resistência foi protagonizada pela juventude goiana pertencente ao movimento estudantil. O lema “Sejamos realistas, exijamos o impossível”³³ ilustra o ideário revolucionário de que os estudantes estavam imbuídos. Os exemplos vistos em Cuba e na URSS justificavam a luta incansável e a

³³ DUARTE, Teresinha. Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **1968 faz 30 Anos**. São Paulo: Editora da UFSCar, 1998, p. 137.

crença irremediável na possibilidade de mudar o mundo através da revolução proletária. O movimento estudantil esteve à frente não somente da resistência, mas foi representante ímpar do crescente envolvimento das mulheres com a vida pública, sendo considerado um dos principais meios de ingresso de jovens mulheres à política.

A análise da representação feminina nos IPMs confirmou a hipótese que apresentamos inicialmente, mostrando que o gênero incidiu e foi fator de diferenciação nos indiciamentos das mulheres militantes. Havia um discurso sexista responsável por ordenar a sociedade, e este foi incorporado pelos militares e institucionalizado, tornando-se um dos pilares do regime.

Referências

- A ditadura militar em Goiás** – arquivos revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPMs, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1-2. Goiânia: Anigo/Gráfica UFG, 2016.
- ABREU, Gabrielle Oliveira de. **O negro na ditadura**: um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.
- ARRUDA, Antônio. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1980.
- BITTENCOURT, Edmundo; BITTENCOURT, Paulo. Tito não foi visitar Minas porque segurança era pouca. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21.617, 22 set. 1963.
- BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CRUZ, Fábíola Peres da. **Jovens Estudantes do IEG**: memórias do movimento estudantil (1964 A 1968). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DELACORTE, Marcantônio. **47 anos do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis**. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id_noticia=171026&id_secao=70. Acesso em: 30 ago. 2022.

DUARTE, Teresinha. Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **1968 faz 30 anos**. São Paulo: Editora da UFSCar, 1998.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JOFFILY, Mariana. Os nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). In: VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Resistências, gênero e feminismos contra a ditadura**. Santa Catarina: Mulheres, 2011. p. 213-231.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 faz 30 Anos**. São Paulo: Editora da UFSCar, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, L. A. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: EDIPUCRS e FGV, 2013. v. 1.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PRADO, Paulo Brito do. **“Goiás que a história guardou”: mulheres, ditadura e cultura dos anos 1960**. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil da análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. XII, n. 2, jul.-dez. 1990.

STUDART, Heloneida. **Mulher, objeto de cama e mesa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

12

CINEMA GOIANO: APONTAMENTOS SOBRE UMA HISTÓRIA

*Lara Damiane de Oliveira Estevão*¹

No dia 8 de julho de 1896, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, às 14 horas, um equipamento chamado *Omnigrapho* projetou, pela primeira vez no Brasil, uma sequência de fotografias, que, quando postas em sequência, geram a ilusão de movimento. No dia seguinte, no *Jornal do Commercio*, lia-se a seguinte descrição:

Talvez por defeito das fotografias que se sucedem rapidamente, ou por inexperiência de quem trabalha com o aparelho, algumas cenas moviam-se indistintamente em vibrações confusas; outras, porém, ressaltavam nítidas, firmes, acusando-se em um relevo extraordinário, dando magnífica impressão da vida real. Entre estas citaremos: a cena emocionante de um incidente de incêndio, quando os bombeiros salvam das chamas algumas pessoas; a da dança serpentina; a da dança do ventre, etc. Vimos também uma briga de gatos; uma outra de galos; uma banda de música militar; um trecho de boulevard parisiense; a chegada do trem; a oficina de ferreiro; uma praia de mar; uma evolução espetáculos de teatro; um acrobata no trapézio e uma cena íntima. (*Jornal do Commercio*, 1896, p. 3).

O cinema havia chegado ao Brasil, causando estranhamento e encanto, com imagens do cotidiano europeu. Poucos anos depois, no dia de 13 de maio de 1909, na cidade de Goiás, no Beco da Lapa, um *Cinematographo* projeta, às 20 horas, fitas de comédia, dramáticas e fantásticas (Leão; Benfica, 1995).

Ao encanto gerado pela exibição das filmagens sucedeu-se o início da atividade de produção cinematográfica no Brasil. Primeiro vieram os

¹ Bacharela em Cinema e Audiovisual pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás. E-mail: laridamyane@gmail.com

filmes silenciosos; depois a atividade documentária e os filmes de cavação; Humberto Mauro e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); as chanchadas e comédias carnavalescas; o cinema industrial da Companhia Cinematográfica Vera Cruz; o cinema brasileiro moderno e seus desdobramentos – o Cinema Novo e o Cinema Marginal; o cinema da boca lixo e a pornochanchada; a Embrafilmes; o Super 8 e a experimentação; a “retomada” da década de 1990; os cinemas contemporâneos. É uma prática cultural inaugurada recentemente – há um pouco mais de meio século –, que se entranha nos mais diversos aspectos da vida social.

Se o cinema é uma arte recente, a história do cinema é mais ainda. Considerado um entretenimento popular barato, o filme demorou a tornar-se objeto da História. Com isso, a historiografia do cinema ficou a cargo de agentes do próprio meio cinematográfico – críticos e cineastas –, acarretando problemas metodológicos, gerando uma “história santa” (Sorlin, 1996). Com a história cultural e a nova história francesa, os historiadores voltam-se para o filme enquanto documento, a exemplo de Marc Ferro, Pierre Sorlin e Roger Chartier. Aos pesquisadores de cinema, essas proposições reverberam em novas formas de se pensar a história do cinema, em autores como Michele Lagny e Jean Claude-Bernardet. Este capítulo parte da historiografia do cinema brasileiro e de seu processo de revisão, para entender a relação Cinema e História e suas possíveis contribuições para uma história do cinema realizado no Estado de Goiás.

A partir da década de 1990, e com mais intensidade a partir de 2010, surgem as primeiras pesquisas sobre o cinema goiano buscando seus primórdios e precursores. Revisitaremos a história panorama da atividade cinematográfica em Goiás, presente em autores como Beto Leão e nas dissertações produzidas nos últimos anos, para fazer uma

revisão crítica da história e da historiografia do cinema goiano, a fim de entender as problemáticas e possibilidades para a escrita da história de um cinema goiano.

O historiador... vai ao cinema?

Um pouco mais de meio século é o período que separa o nascimento do cinema brasileiro das primeiras obras historiográficas sobre esse cinema. A partir da década de 1940, e com mais intensidade a partir dos anos 1950, com o surgimento da prática cineclubista, a implantação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) no governo de Getúlio Vargas, o surgimento dos Congressos de Cinema, o desenvolvimento do setor de Cinema do Museu de Arte Moderna, constituindo um acervo cinematográfico e o surgimento da Cinemateca Brasileira, criam-se as condições para uma prática de reflexão acerca do cinema brasileiro, partindo dos próprios realizadores e críticos cinematográficos em atividade no país.

Alex Viany (1959), jornalista e cineasta que em 1953 dirigiu *Agulha no palheiro*, publica em 1957 a *Introdução ao cinema brasileiro*, seguindo a tradição historiográfica estadunidense², construindo uma narrativa onde a atividade cinematográfica é resultado direto da ação de pioneiros – produtores, diretores e atores. Viany constrói ainda uma metáfora que guia sua escrita: a história do cinema brasileiro é tal qual o desenvolvimento de um ser humano, com infância, crescimento e maturidade. Apesar de o nascimento não aparecer no texto de Viany, como ele próprio declara por sua “ignorância quanto aos primórdios do

² Segundo Gomery e Allen (1993), em *Film history: theory and practice*, a historiografia clássica do cinema estadunidense se baseia em um discurso otimista, que narra os sucessos crescentes da atividade cinematográfica, onde os agentes dessa história – produtores, diretores, atores e técnicos – são heróis pioneiros.

nosso cinema”, é ele quem prepara terreno para a certidão de nascimento que em 1966 apareceria na obra de Paulo Emílio Sales Gomes (1966) – crítico, pesquisador e professor de cinema.

Paulo Emílio e Adhemar Gonzaga, jornalista que foi editor-chefe da revista *Cinearte*³, lançam em 1966, *70 anos de cinema brasileiro*, transpondo para a escrita da história do cinema o modelo dos ciclos econômicos do Caio Prado Jr. em *História econômica do Brasil* (Schwarzman, 2007), com recortes temporais precisos dentro dos quais a atividade cinematográfica tem início, apogeu e fim. No panorama que fazem sobre o cinema brasileiro, aparecem cinco épocas, sendo a primeira entre os anos de 1896 (data da primeira exibição) a 1912. Esse é o meio tempo no qual acontece o nascimento do cinema nacional: “em 1898, voltando ele [Pascoal Segreto] de uma das suas viagens, tirou algumas vistas da baía de Guanabara com a câmera de filmar que comprara em Paris. Nesse dia – domingo, 19 de junho – a bordo do paquete francês *Brésil*, nasceu o cinema brasileiro” (Gomes, 2016, p. 120).

Glauber Rocha (2005), cineasta responsável por organizar a geração do Cinema Novo – movimento cinematográfico com forte repercussão nacional e internacional na década de 1960 –, em 1963, publica sua *Revisão crítica do cinema brasileiro*, onde faz “uma avaliação do passado para legitimar o Cinema Novo no presente” (Xavier, 2001, p. 9), colocando o Cinema Novo como herdeiro direto de certa tradição cinematográfica existente no país, representada por Humberto Mauro e Nelson Pereira dos Santos. Junto de Paulo Emílio, Glauber Rocha reforça a perspectiva de que o cinema brasileiro é um cinema de resistência frente à ocupação imperialista do mercado cinematográfico.

3 Revista publicada na cidade do Rio de Janeiro entre março de 1926 e julho de 1942, aglutinando intelectuais e artistas no debate sobre o desenvolvimento de uma indústria cinematográfica brasileira.

Entremeio essas publicações, vários outros esforços para dar uma história ao cinema nacional são feitos, dentro da mesma lógica narrativa, que instaura um nascimento, uma evolução e recortes temporais cíclicos. Em 1979, Jean-Claude Bernardet, convidado a escrever sobre a história do cinema brasileiro para uma coletânea a ser editada na França e na Espanha sobre o cinema latino-americano, lança novas proposições para a historiografia do cinema nacional afirmando que, até então, “o conceito de história do cinema que se usou no Brasil está mais vinculado à vontade dos cineastas e dos historiadores que à realidade concreta” (2009, p. 44). Jean-Claude inicia um movimento de um olhar crítico sobre a historiografia do cinema brasileiro, conduzindo uma reavaliação do discurso historiográfico.

A historiografia clássica do cinema brasileiro caracteriza-se por uma direção ideológica do discurso (Bernardet, 2009), voltada para a necessidade de legitimar a atividade do presente pelo passado, atestando que no Brasil existe uma tradição cinematográfica – da qual os cineastas e críticos em atividade são herdeiros. Esse discurso é organizado pelos fatos fílmicos com recortes temporais cíclicos, privilegiando o ato das filmagens em detrimento dos outros aspectos da atividade cinematográfica. Essa orientação é observável na certidão de nascimento do cinema brasileiro: enquanto o nascimento do cinema mundial é a projeção dos irmãos Lumière em um café em Paris, no Brasil as filmagens dos irmãos Segreto bastam para certificar a existência do cinema nacional. Além disso, há um recorte não anunciado que se apresenta como uma totalidade: é uma história globalizante constituída por panoramas, focada na produção do eixo geográfico Rio-São Paulo, colocando à margem da história a cinematografia dos outros Estados e suas especificidades.

Escrever a história do cinema, por muito tempo, ficou a cargo de agentes do meio cinematográfico (Schvarzman, 2007), pelo status de documento indesejável que possuía para o historiador.

O filme é considerado como uma espécie de atração de feira [...]. Sem vez nem lei, órfã, prostituindo-se para o povo, a imagem não poderia ser uma companhia para esses grandes personagens que constituem a sociedade do historiador: artigos de leis, tratados de comércio, declarações ministeriais, ordens operacionais, discursos. (Ferro, 1976, p. 201).

A partir da década de 1970, o cinema começa a estabelecer-se enquanto objeto de pesquisa no campo da História. Surgem novos problemas, métodos e abordagens para o tratamento dos filmes. Marc Ferro, no texto seminal da relação entre cinema e história, *O filme uma contra-análise da sociedade*, indica que para o historiador,

resta estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História. (Ferro, 1976, p. 203).

Enquanto metodologia, cabe “analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é o filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime” (Ferro, 1974, p. 203). Outro marco na relação cinema e história, é com a História Cultural. Roger Chartier introduz nos estudos históricos a noção do mundo como representação. Para Chartier, a História Cultural é a história da maneira como os indivíduos concebem a realidade e de como essa concepção orienta suas práticas sociais (1989). Chartier possibilita o entendimento do cinema enquanto uma prática cultural, produtora e produto de determinada representação do mundo.

Essa virada fez com que não só na História o filme fosse apropriado como objeto de interesse, mas também com que nas pesquisas cinematográficas começasse a crescer a busca pela sistematização de uma metodologia de pesquisa da história do cinema. Os historiadores, contudo, permaneceram em um lugar oposto aos estudos de cinema. A aproximação entre cinema e história não se tratava de fazer uma história do cinema, mas do cinema enquanto objeto historiográfico, do filme enquanto agente histórico, documento ou representação da história. Pierre Sorlin (1977), que faz uma aproximação das disciplinas ao propor que o filme deve ser analisado segundo sua própria lógica, ainda acusa a história do cinema de ser uma “história santa”, uma vez que não havia um problema que orientasse a pesquisa, o que acarretava em erros metodológicos.

Repercutindo no Brasil, a Nova História e a História Cultural, criam nas pesquisas de cinema uma necessidade de alargar o escopo das investigações sobre a atividade cinematográfica. Gerando certas implicações, uma vez que a “proposta de alteração do sistema de recorte ou de construção do objeto de estudo traz consequências práticas certas: exige do historiador voltado para as questões cinematográficas um cabedal de informações maior que aquelas referentes à estrita produção cinematográfica” (Bernardet, 2003, p. 114). Ao historiador do cinema – que raramente possui uma formação como historiador – é proposto o desafio de compreender mais que o cinema. Como uma nova possibilidade para entender os filmes, é necessário analisar a cultura, a política, a economia etc. Esse tratamento supõe o abandono da história totalizadora enquanto tradição historiográfica e a adesão a novos recortes que rompem com o isolamento, a pureza e o caráter santo que os pesquisadores construíram para a prática cinematográfica.

Desde a década de 1990, dentro das universidades brasileiras tem sido grande o interesse pelo cinema enquanto objeto de estudo, partindo das mais diversas áreas de conhecimento. Enquanto crescem os trabalhos no âmbito da economia, arquitetura, música, sociologia e antropologia, com forte caráter interdisciplinar, aos estudos de cinema ainda mais interessam as questões voltadas ao filme:

os profissionais de cinema e comunicação estão mais interessados pelos fenômenos contemporâneos e em sua maioria ligados ao universo propriamente fílmico, ao fato fílmico, preocupando-se com as questões narrativas, de gênero, de uso do espaço e de todo o arcabouço técnico, poético e narrativo que compõe o cinema. (Schwarzman, 2007, p. 36).

Por um lado os historiadores, sociólogos e antropólogos se utilizam do cinema para entender as práticas culturais, o imaginário, as representações, a política, a organização social, dentre outros aspectos do mundo onde o filme se insere, enquanto para os pesquisadores de cinema no Brasil, o filme, de forma recorrente, ainda possui fim em si mesmo.

Se até 1970 os historiadores não foram até o cinema, a partir dos anos 1990, os pesquisadores de cinema vão até a história. Michele Lagny (1992) defende a incorporação da história do cinema na perspectiva da história cultural como fundamental ao trabalho historiográfico. A relação entre as disciplinas tem se aprofundado, superando a aversão inicial à história do cinema. No Brasil, essa aproximação gerou um movimento permanente de crítica e revisão da historiografia do cinema do brasileiro. Nas últimas décadas os estudos detêm-se cada vez menos nas periodizações clássicas, em ciclos, movimentos cinematográficos ou estágios de desenvolvimento, abrindo horizontes para novas abordagens da atividade cinematográfica, com a interdisciplinaridade como ponto de partida. A história do cinema goiano, contudo, ainda não seguiu esse caminho.

Sobre a história do cinema goiano, por enquanto

Se existe uma certidão de nascimento para o cinema mundial e para o cinema nacional, talvez seja mais correto afirmar que o cinema goiano permanece sem cidadania. Os pesquisadores, até o momento, tentam atribuir o nascimento do cinema goiano à data de 1912, com as filmagens de uma das expedições de Marechal Rondon. No livro *Goiás no século do cinema*, Beto Leão e Eduardo Benfica afirmam que “em Goiás, o cinema surgiu também em forma de documentário. Em 1912, o major Luiz Thomaz Reis, cinegrafista do Marechal Rondon, registrou as primeiras imagens dos índios Nambiquara” (Leão; Benfica, 1995, p. 95). Em outro livro de Beto Leão, *Centenário do Cinema em Goiás*, de conteúdo quase idêntico ao primeiro, o autor afirma que “nascia assim o cinema antropológico em Goiás, que, mais tarde, na década de 1940, seria retomado pelo engenheiro e fotógrafo Wolf Jesco von Puttkamer (1919-1994)” (Leão, 2010, p. 10).

Betão Leão e Eduardo Benfica presumem não só que o Major Luiz Thomaz Reis filmou em Goiás, mas também que as filmagens bastam para declarar o nascimento do cinema e inaugurar uma certa tradição cinematográfica no Estado. Contudo, ao que indicam os documentos e fontes sobre a companhia de cinematografia do Marechal Rondon, a certidão de nascimento do cinema goiano é falsa. Existe de fato uma datação relativa à catalogação em acervos do filme *Os sertões de Mato Grosso* – que mostra imagens do povo Nambiquara –, de que este teria sido produzido entre os anos de 1912 e 1913. Segundo a sinopse contida na base de dados da Cinemateca Brasileira, o filme acompanha o percurso de Rondon entre o Mato Grosso e o Amazonas. Não é possível afirmar que as filmagens ocorreram em Goiás e, caso tenham ocorrido,

elas provavelmente compõem apenas uma pequena fração do filme, uma vez que o Estado não estava no percurso retratado.

É apenas ao final do ano de 1915 e início 1916 que *Os sertões de Mato Grosso* é exibido nas salas de cinema. A datação de que o filme teria sido produzido entre os anos de 1912 e 1913 contida no catálogo da Cinemateca pode não ser precisa, uma vez que, segundo Fernando de Tacca (2006), 1912 é o ano de criação da Secção de Cinematographia e Photographia, que acompanhou as expedições de Marechal Rondon. Após a compra de equipamentos, os primeiros registros só foram realizados em 1914. Levando em conta a data de exibição de *Os sertões de Mato Grosso* e o início das atividades da Secção de Cinematographia, é mais provável que o filme tenha sido gravado entre os anos de 1914 e 1915.

Afirmar que filmagens feitas dentro do território goiano, que mal constituíram uma parte considerável de um filme, determinam o surgimento do cinema no Estado e inauguram certa tradição de filmes goianos antropológicos, é parte de um projeto ambicioso. Se em 1912 nenhuma das duas coisas surgiram, o continuador da tradição, Jesco Von Puttkamer, apesar de responsável por um acervo fotográfico e audiovisual de mais de 60 etnias, apenas mudou-se para Goiânia em 1948. Benfica e Leão afirmam que “foi na figura de Jesco Von Puttkamer que o cinema ambiental goiano encontrou seu precursor” (1995, p. 95), contudo, Jesco não possui uma filmografia específica decorrente dos registros que realizou em Goiás. O fotógrafo acompanhava as expedições dos irmãos Villas Boas e os documentários que resultaram dos registros de Jesco eram produzidos pela BBC de Londres, com o objetivo de circular no canal de televisão estrangeiro. A afirmação de que Jesco seria um precursor do cinema ambiental goiano não encontra nenhum respaldo na cinematografia do Estado nos anos seguintes, que caminha

para o cinema de ficção, cinejornais e documentários em sua maioria institucionais. Como reconhece Gustavo Vale, “não é possível afirmar que seu trabalho repercutiu imediatamente, formando escola” (Vale, 2013, p. 30).

Ainda considerando a atividade da Secção de Cinematographia e Photographia, o filme *Os carajás*, de 1932, lançado como parte do programa cinematográfico *Ao Redor do Brasil – Aspectos do Interior e das Fronteiras Brasileiras* foi filmado no estado de Goiás. O filme explora a imagem do indígena integrado/aculturado (Tacca, 2006), com os Carajás reconhecendo símbolos nacionais como o hino, a bandeira nacional, vestindo trajes militares e utilizando talheres. É um filme característico das produções do Major Luiz Tomaz Reis, com a criação de imagens dos povos indígenas que serviam ao projeto indigenista de Marechal Rondon. Pela dinâmica das expedições, é difícil precisar onde o filme foi finalizado. Além disso, não há registros de que o filme tenha passado nas salas de cinema goianas. Se o ato da filmagem, independente de quem filma e dos outros processos que envolvem a atividade cinematográfica – a pré-produção, a produção, a finalização e a exibição – basta para atestar o nascimento, talvez *Os Carajás* seja o primeiro filme goiano.

Existe, em Beto Leão, uma clara preocupação em atestar uma tradição cinematográfica em Goiás: a do cinema antropológico e ambiental. Apesar da importância dos autores em um esforço pioneiro de escrever sobre o cinema goiano, em *Goiás no século do cinema* e *Centenário do cinema em Goiás*, antes de uma pesquisa mais apurada sobre a atividade cinematográfica, existe a estruturação de um discurso que reflete a organização artístico-cultural goiana na década de 1990 e que vai despontar na criação do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental em 1999, na cidade de Goiás.

Enquanto os irmãos Segretto, após filmarem o nascimento do cinema brasileiro, também o exibiram e continuaram em atividade com uma produção cinematográfica, as experiências do Major Luiz Thomas Reis e de Jesco Von Puttkamer foram apenas filmagens isoladas. Os registros de ambos, feitos dentro do território goiano, não foram parte de uma forma de produção local à época, mas estavam ligados às expedições indigenistas e não repercutiram com uma expressividade considerável nas atividades de produção e exibição cinematográfica do Estado.

A partir de 2011, surgem produções acadêmicas sobre o cinema goiano que vão reproduzir as informações de Beto Leão e Eduardo Benfica, dando maior ou menor credibilidade ao mito do nascimento regional, ao mesmo tempo que buscam os primórdios a atividade cinematográfica em Goiás, privilegiando sempre o aspecto das filmagens. Se por mais de vinte anos informações imprecisas ainda são amplamente reproduzidas em uma história panorama do cinema goiano, há um problema metodológico persistente, marcado pelo afastamento entre os estudos de cinema e os estudos históricos.

Gustavo Vale, na dissertação *Entre a heresia e a reprodução – em busca do cinema goiano*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, afirma que é a partir de 1950 que a atividade cinematográfica aparece no Estado, com o surgimento dos cinejornais. Essa parece ser a origem mais precisa do cinema goiano até o momento. Em 1956 é fundada em Goiânia a produtora Karajá Filmes, por Jamil Merjane, que já havia iniciado no cinejornalismo no Espírito Santo, com o cinegrafista Geraldo Alves. Entre os anos 1956 e 1976, Merjane produz em Goiás o cinejornal *Atualidades do Planalto*. São vinte anos do que Túlio Silva, na dissertação *Cinema em Goiás: quando tudo começou...* (1960-1970), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

História da UFG, chama de breve experiência, fazendo coro com Beto Leão e Benfica, que afirmam que “Jamil Merjane torna-se o precursor dos cinejornais. [...] A experiência não dura muito tempo, mas teve o mérito de abrir caminho para futuras produções de documentários e filmes de ficção na década de 60” (1995, p. 96).

Parte da filmografia de Merjane está catalogada no levantamento da Filmografia Brasileira, realizado pela Cinemateca Brasileira⁴. São os curtas-metragens *Congresso rodoviário internacional* (1959), *Inauguração da nova capital brasileira* (1960), *Meta Bananal* (1960), *Cachoeira dourada abre as comportas do novo Goiás* (1968) e *Autódromo internacional de Goiânia* (1974), sendo que os dois últimos possivelmente encontram-se no acervo da Cinemateca Brasileira. Mapear toda a produção do *Atualidades do Planalto* talvez seja um esforço impossível. Apesar da taxação de breve experiência, vinte anos de produção contínua é uma das experiências mais longínquas na cinematografia goiana e certamente é um desafio levantar a filmografia completa do cinejornal, pois muitos dos filmes, a considerar que não existia ainda no período um esforço para a preservação adequada das películas, devem estar perdidos.

A Karajá Filmes é a primeira produtora goiana a filmar dentro do território de Goiás. Os cinejornais já faziam sucesso nas salas de cinema do país desde o início do século XX, com “uma série de assuntos que era do interesse das plateias locais” (Bernardet, 2009, p. 37). Os documentários e cinejornais são as atividades que sustentaram a produção cinematográfica brasileira das primeiras décadas do século XX. Com Jamil Merjane, temas e cenários goianos, como o rio Araguaia, as festas religiosas locais, a construção da rodovia Belém-Brasília, a queda de

4 Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br>. Acesso em: 9 mar. 2021.

Mauro Borges em 1964, o aniversário de Goiânia, dentre outros, começam a circular pelas salas de cinema de diversos Estados do Brasil.

Túlio Henrique Queiroz e Silva, fazendo da história do cinema goiano a história do cinema de ficção, desloca a gênese da atividade cinematográfica em Goiás para a década de 1960. É Cici Pinheiro, teatróloga que em 1966 tenta filmar *O Ermitão de Muquém*, a grande pioneira da ficção goiana. Segundo Benfica e Leão, “a teatróloga realmente abre as portas para a exploração da realidade goiana por produtores e cineastas de outros estados que vieram para Goiás” (1995, p. 97). Marla Cunha também afirma que “o cinema de ficção em Goiás resultou da iniciativa da teatróloga Cici Pinheiro” (2011, p. 39). Apesar do experimento de Cici ter sido um empreendimento sem precedentes, ainda é muito difícil estabelecer uma relação direta entre a tentativa de filmagem do *O Ermitão de Muquém* e a atividade cinematográfica que se estabelece em Goiás nos anos seguintes.

Sendo o pontapé inicial de um primeiro ciclo regional de produção, segundo Túlio Silva, *O Ermitão de Muquém* teria aberto as portas para a realização de *O diabo mora no sangue* (1968), dirigido por Cecil Thiré, *Tempo de violência* (1969), dirigido por Hugo Kusnet, *Simeão, o boêmio* (1970), *O azarento, um homem de sorte* (1973), ambos dirigidos por João Bennio e *A fraude* (1968), dirigido por Jocelan Melquíades de Jesus. Esse recorte dá início, meio e fim para um primeiro surto local de produção de filmes de ficção em Goiás.

O Ermitão de Muquém, contudo, nunca chegou a ser um filme, permanecendo apenas uma vontade da Cici Pinheiro. Gerando certa mobilização durante sua produção,

O empreendimento de Pinheiro contava com o apoio dos comerciantes locais para a produção dos figurinos e locações. [...] A Madeireira São Jorge iria colaborar com a elaboração das locações. Com o figurino contaria

também com o apoio das empresas Lojas Riachuelo, Decorama, Jaqueline Modas e Relojoaria Carvalho. As filmagens aconteceriam no Teatro da Universidade Católica – locação interna –; em Vila Boa (antiga capital/Cidade de Goiás); Rio Araguaia; Niquelândia e Muquém – locações externas. (Silva, 2018, p. 38).

Foram filmados 45 minutos de um filme que pretendia-se ter 2 horas de duração para “mostrar a origem da história da Romaria de Muquém para todo o Brasil” (Benfica; Leão, 1995, p. 149). As filmagens foram interrompidas por falta de recursos financeiros e o material filmado foi perdido após ser entregue para a TV Anhanguera. A própria Cici chega a afirmar que foi “a primeira a mexer com cinema em Goiás” (Leão; Benfica, 1995, p. 150), desconsiderando a atividade dos filmes não-ficcionais que a precederam.

O que Cici Pinheiro inaugura é uma circulação em Goiás de técnicos já atuantes no mercado cinematográfico nacional, como Alberto D’Aversa. Em entrevista, a teatróloga ressalta que o fotógrafo de *O Ermitão de Muquém* era um goiano, Goiany Prates. Além dele, todo o elenco era de Goiás. Não é possível ter certeza quanto ao resto da equipe, mas se não mencionados enquanto a vontade de Cici de “aproveitar o pessoal de Goiás” (Benfica; Leão, 1995, p. 150), é possível que para as filmagens de *O Ermitão* mais técnicos de São Paulo tivessem vindo para o Estado. Cici e Bennio atuaram em filmes da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e mantiveram-se próximos de Abílio Pereira, que comandava a companhia, dentre outros diretores, produtores e fotógrafos. Esse cenário cultural do qual ambos os atores participaram, somados às condições de financiamento, podem ter sido a verdadeira abertura de portas para a realização dos primeiros filmes de ficção de longa-metragem no estado de Goiás.

João Bennio, que se tornou uma figura central na historiografia do cinema goiano, é natural do Estado de Minas Gerais e iniciou sua trajetória como ator de cinema no filme *Candinho* (1954), dirigido por Abílio Pereira e estrelado por Amácio Mazzaropi. Em 1966, Bennio comenta sobre sua vontade de fazer um filme com João Nascimento Pires, acionista majoritário do Banco Mineiro do Oeste:

Bennio teria lhe falado sobre a sua vontade de trabalhar com cinema. Pires, então, teria lhe oferecido recursos para financiar seu primeiro filme. Empolgado, ele começou a planejar qual seria seu primeiro projeto. E, assim, nasceu a história do filme de estreia da Bennio Produções Cinematográficas, *O Diabo mora no sangue*, que originalmente se chamaria *Canção do Araguaia*. O argumento teria surgido em uma de suas pescarias no Rio Araguaia. (Silva, 2018, p. 62).

Com a descrição de Túlio do encontro e considerando o depoimento de Bennio sobre como a ideia de *O diabo mora no sangue* originou-se, é difícil afirmar com precisão o que nasceu primeiro: a ideia do filme ou a proposta de financiamento. Com direção de Cecil Thiré, carioca, filho do diretor Carlos Arthur Thiré e da atriz Tonia Carrero, o filme que estreou em 1968 conta a história de um relacionamento incestuoso entre dois irmãos às margens do Rio Araguaia.

O filme foi escolhido pelo Instituto Nacional de Cinema para participar dos festivais internacionais de San Sebastian e Karlovy Vary. Segundo Benfica e Leão, *O Diabo mora no sangue* “representou o Brasil em 39 países” (1995, p. 98), o que indica que o filme certamente agradou a censura da ditadura civil-militar brasileira. É interessante que os pesquisadores do cinema goiano, ao tratarem de *O diabo mora no sangue*, o afirmam como um filme de João Bennio. A Bennio Produções é de fato a produtora responsável pelo filme, mas ele não dirigiu a película e a direção de produção é de Raimundo Higino. Bennio escreveu o argumento e atuou como um dos protagonistas – o irmão incestuoso da

trama – o que na convenção de atribuir a autoria do filme ao diretor, não torna o filme do Bennio.

No mesmo ano de estreia de *O diabo mora no sangue*, dois filmes amadores são gravados em Goiânia para concorrer ao IV Festival de Cinema Amador do Jornal do Brasil, que acontecia no Rio de Janeiro e que mobilizou uma geração de jovens cineastas entorno do Cinema Novo e do Cinema Marginal. Jocelan Melquíades de Jesus, diretor de *A fraude*, um dos concorrentes goianos do festival, estudava na Escola Superior de Cinema de São Luís:

acho que o embrião do Cinema Marginal surgiu nos corredores da Escola Superior de Cinema São Luiz e nas mesas do vizinho Bar Riviera. Jairo Ferreira, Sganzerla (conterrâneo e amigo de infância de Callegaro), Candeias, Tonacci (que chegou a dar aulas na ESC), e tantos outros, que não eram alunos, frequentavam habitualmente os dois endereços. Foi num desses encontros que eu ouvi, pela primeira vez, que o país daquele jeito (65/66) só merecia filmes péssimos e malcomportados. (Reichenbach apud Gamo; Rocha Melo, 2018, p. 325).

No funeral de um amigo em Goiânia, Jocelan conhece Jesus de Aquino Jayme, com quem decide fazer um filme sobre o caso de fraude no vestibular de medicina da Universidade de Goiás. Aquino escreve o roteiro e Jocelan volta para Goiânia para filmar com Carlos Reichenbach, que assina a fotografia. *A fraude* enfoca a questão do subdesenvolvimento, retratando a luta estudantil, com características estéticas e narrativas do Cinema Novo e do Cinema Marginal.

Benfica e Leão já haviam chegado a essa conclusão ao afirmarem que “o filme está perfeitamente afinado com a estética e a ideologia do Cinema Novo brasileiro” (1995, p. 100). Túlio Silva também analisa o filme concluindo que ele “se assemelha à proposta estética das obras do Cinema Novo ao mesmo tempo em que, tematicamente, se aproxima também dos filmes do Cinema Marginal, através da representação da

classe média urbana” (Silva, 2018, p. 90). Apesar dessa análise, o filme possibilita uma análise contrária, com o protagonista típico da segunda fase do Cinema Novo maduro, atravessando uma crise de consciência, e uma estética que varia entre o estilo do cinema direto e a experimentação. Ainda na quarta edição do Festival de Cinema Amador foi exibido o filme *Antolhos*, ainda desconhecido pela historiografia do cinema goiano, dirigido por Silas Metran Curado, um jovem estudante de arquitetura. O filme retratava um romance entre jovens de uma cidade do interior, que enfrentavam preconceitos morais e religiosos para seguir com seu amor.

Tempo de Violência, o segundo filme da Bennio Produções Cinematográficas, no qual João Bennio assina a produção, foi dirigido por Hugo Kusnet e filmado no Rio de Janeiro. O filme possui uma atmosfera *noir* (Silva, 2018, p. 71), narrando a perseguição que um bancário sofre após testemunhar o assassinato de um jornalista. Em depoimento, Bennio relata que:

fiz o filme mais por vaidade pessoal, já que, na trama, eu seria o marido da Tonia Carrero, com quem sempre quis contracenar. Aliás, entrei nesse projeto mais por acidente: o diretor Hugo Kusnet já tinha tudo praticamente pronto e me fez uma proposta comercial: eu entraria com os negativos e teria o papel principal. Foi um filme meio cinema novo, filmado em preto-e-branco e tratando um tema bem brasileiro, mas um cinema novo rico. (Bennio *apud* Leão; Benfica, 1999, p. 36).

Produzido inteiramente no Rio de Janeiro em conjunto com a Grupo Filmes, categorizar *Tempo de Violência* como um filme goiano não parece correto⁵. Se, como o próprio Túlio justifica seu recorte, os filmes goianos são “filmes realizados em Goiás por pessoas ou grupos que possuíam vínculos pessoais e afetivos com o Estado” (2018, p. 43), há uma

5 Na Filmografia Brasileira o filme é catalogado como do Estado do Rio de Janeiro.

contradição na escolha dos filmes que compõem o ciclo inicial de produção cinematográfica em Goiás. Priorizando alguns filmes e realizadores, parece haver um esforço na história do cinema goiano até o momento em legitimar algumas experiências em detrimento de outras.

O recorte de Túlio ignora, além de *Antolhos*, os filmes da Truca, produtora fundada em Goiânia em 1966 por José Petrillo, Dalel Achkar Petrillo e Geraldo Moraes, que em 1970 funde-se com a produtora Telecine, de Euclydes Néry, tornando-se a Makro. Apesar de a produtora ter se dedicado também à atividade documentária, dois longas-metragens de ficção foram produzidos no recorte de Túlio: *O dia marcado* (1970), dirigido por Iberê Cavalcanti e *O leão do norte* (1974), dirigido por Carlos del Pino. Ambos foram filmados em Goiás e contam com a produção ou coprodução de José Petrillo, adequando-se à regra estabelecida por Túlio do que é um filme goiano. Além disso, a atividade cinematográfica do estado estende-se de forma ininterrupta por mais de uma década, com Petrillo dirigindo os filmes *Cavalcadas de Pirenópolis* (1978), *A primitiva arte de Tecer* (1984) e *Areia cajazinho e alfenim* (1984).

Se Bennio e Cici vinham de uma relação com a Companhia Vera Cruz, e Jocelan de uma relação com a geração marginalista, José Petrillo, natural de Minas Gerais, antes de mudar-se para Goiânia, havia trabalhado nas chanchadas da Atlântida, fazendo figurações. Dalel Achkar Petrillo, com quem ele se casou em 1954, trabalhou na TV Tupi e passou por várias empresas da área de animação, no Rio de Janeiro, antes da mudança para a capital goiana.

Se rompermos com a distinção entre ficção e documentário e considerarmos, junto ao recorte de Túlio, os filmes de Jamil Merjane e da Truca/Makro, existe uma continuidade na atividade cinematográfica em Goiás. A noção de que existiu um primeiro ciclo de produção omite a existência de um processo contínuo de instalação de produtoras no

estado a partir de meados da década de 1950. Os filmes de ficção são possíveis pela circulação de quadros que já atuavam no cinema nacional por Goiás, partindo de uma iniciativa de produtores e diretores que haviam tecido relações com a atividade cinematográfica de São Paulo e do Rio de Janeiro e que conseguiram viabilizar as condições para que os filmes fossem filmados em Goiás.

Na década de 1960, o Brasil vivia um momento de efervescência cultural, com os Centros Populares de Cultura, o Cinema Novo, o Teatro Arena, dentre outras manifestações, que só foi desarticulado a partir do Ato Institucional 5, em 1968. Os filmes gravados em Goiás neste ano parecem particulares do contexto: de um lado *O diabo mora no sangue*, com suas relações com uma proposta estética de um cinema industrial, que acaba agradando o aparelho cultural da ditadura militar e *A fraude e Antolhos*, parte de uma movimentação cultural ligada ao cinema amador, o Cinema Novo e o Cinema Marginal. Os filmes de ficção goianos não surgem alienados do cenário político e cultural do Brasil dos anos 1960, mas são expressivos do mesmo e imprimem nas imagens as contradições políticas, culturais e sociais que se atestavam no Estado.

Em 1970, dando continuidade à atividade cinematográfica do estado, Bennio dirige *Simeão, o boêmio*. Rodado na cidade de Pirenópolis, o filme é uma sátira aos costumes do interior do Estado. Apenas sobre esse filme, há a dissertação “*Vou te contar uma história*” – *Estudo a partir do filme Simeão, o boêmio*, apresentada por Marla Cardoso Oliveira Cunha, ao programa de Pós-graduação em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da UFG. O trabalho registrou debates de exibições do filme para um pequeno grupo de professores e estudantes em Goiânia. Alguns dos participantes chegaram a declarar não gostar do filme, destacando a má atuação de Bennio. Na época da estreia, contudo, o filme foi sucesso de

bilheteria, chegando a ficar 40 dias em cartaz na cidade de Goiânia (Leão, 1999).

Sobre o filme *O dia marcado*, é possível encontrar três datas de estreia em diferentes fontes: nos anos de 1970, 1971 e 1977. O filme narra a história de uma policial, que se disfarça de enfermeira em um hospital onde um ladrão que roubou estatuetas de uma igreja na cidade de Goiás, está internado. As gravações aconteceram em Goiânia, Anápolis, na cidade de Goiás e em Brasília. Em 1971, ele foi exibido no Festival de Brasília em uma homenagem póstuma à Glauce Rocha, que interpreta a policial.

O azarento, um homem de sorte foi o último filme da Bennio Produções. Dirigido por Bennio e filmado em Piracanjuba e em Goiânia, o filme narra a história de um rapaz do interior nascido em uma sexta-feira 13, que é capaz de desencadear eventos de má sorte por onde passa. O segundo filme de Bennio enquanto diretor foi o maior fracasso de bilheteria da Bennio Produções (Leão; Benfica, 1995, p. 99).

Após o último filme de Bennio, a atividade cinematográfica não se encerra. *O leão do norte*, filmado no ano de 1974 em Pirenópolis, conta a história de um jovem que entra para o cangaço após ter seu pai assassinado por jagunços. José Petrillo assina a direção de produção, e o filme só estreou no circuito exibidor em 1977. Nos anos seguintes, a Makro Filmes continua em atividade, concomitantemente à Karajá Filmes, produzindo documentários.

Na ficha técnica dos filmes levantados neste capítulo, predominam nomes de fora do Estado de Goiás, que já atuavam na produção cinematográfica no Rio de Janeiro e em São Paulo, na Companhia Vera Cruz, na Atlântida Filmes, e nos movimentos do Cinema Novo e do Cinema Marginal. Alguns exemplos são Carlos Reichenbach, Jorge Bodanzky, Dib Lutfi, Orzen Sermet, Ricardo Aronovich, Glauce Rocha e

Hugo Kusnet. A história do cinema goiano não acontece isolada, com regras próprias de invenção de um fazer cinematográfico, mas é parte da própria história do cinema brasileiro, fortemente influenciada e participante das movimentações culturais que acontecem em todo o território nacional. Não é possível descartar também a existência de mais produções cinematográficas no Estado entre o período de surgimento do cinema goiano – filmes amadores, de família, dentre outros – que permanecem ainda longe dos historiadores do cinema. A ausência deveria antes ser uma dúvida para os pesquisadores em vez de um atestado de inexistência.

Em 1977, entra em atividade em Goiânia o Cineclube Antônio das Mortes. O cineclube vai ser responsável tanto por exibições e debates sobre cinema, dando preferência a filmes da Nouvelle Vague, do Cinema Novo e do Cinema Marginal, quanto pela realização fílmica. A atividade do cineclube foi mapeada na dissertação de Marina da Costa Campos (2014), “O Cineclube Antônio das Mortes: Trajetória, exibição e produção (1977-1987)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos. Entre as décadas de 1970 e 1980, o cineclube produz diversos filmes⁶ no Estado de Goiás, sendo eles ficções, documentários e filmes experimentais, em 16 mm e em Super-8, que refletem sobre temas como o trabalho, a loucura e o próprio cinema.

Com a chegada do suporte de Super-8 no Brasil, se “inaugura um novo regime de visualidade por meio de um olhar devorador do real, que

6 Na dissertação de Marina da Costa aparecem listados os filmes: A imagem do trabalhador, 1º de maio, Sima: Sistema de Informação do Mercado Agrícola (Lourival Belém Jr e Noemi Araújo, 1981), Dois nove cinco ponto cinco (Lourival Belém Jr., 1981), A ilusão, uma verdade 24 vezes por segundo (Lourival Belém Jr, 1981), Nosso cinema, aspectos e sua gente (Eudaldo Guimarães, 1981), Lúcidos ou neuróticos? (Divino Conceição, 1981), Quinta essência (Lourival Belém Jr e Ronaldo Araújo, 1982), Sonhos e fantasias (Eudaldo Guimarães, 1982), O grande circo Vera Cruz (Hélio de Brito, 1983), Conceição my love (Hélio de Brito, 1984), Cinzas da quarta-feira (Hélio de Brito, 1984), Ventos de Lizarda (Pedro Augusto de Brito, 1982), João Bennio, Glauber Rocha e o cinema goiano (Ricardo Musse, 1984) e Dedo de Deus (Lourival Belém Jr e Márcio Belém, 1987).

engole a cidade e devolve corpos em transe” (Monteiro, 2015, p. 95). A facilidade do acesso ao suporte, fez emergir novos realizadores e cinematografias por todo o país. Goiás não ficou de fora desse processo, expandindo significativamente sua filmografia a partir do final dos anos 1970.

Considerações finais

Enquanto novas metodologias e abordagens aparecem na história do cinema brasileiro, a historiografia do cinema goiano ainda se detém em uma história panteão, com seus heróis precursores, dentro de recortes de ciclos temporais, isolada dos processos específicos do cinema dos outros Estados brasileiros, das movimentações culturais de Goiás e do Brasil, ou outros fatores que envolvem o contexto no qual os filmes são produzidos. Há um descompasso entre os rumos que os estudos encontram a nível nacional e a produção do Estado.

Há também dificuldades postas à pesquisa de cinema em Goiás. Enquanto houve, nos últimos anos, uma expansão das pesquisas sobre cinema partindo das mais diversas disciplinas em todo o território nacional, as políticas de acervo e preservação não seguiram o mesmo movimento. A dificuldade de acesso aos filmes goianos, que quando disponíveis em acervos encontram-se nas cinematecas do Rio de Janeiro e São Paulo, faz com que o filme raramente se constitua como fonte e documento, apesar de ser o objeto. Essa perspectiva impõe uma série de limitações aos pesquisadores.

Quando os trabalhos privilegiam, por exemplo, os filmes de João Bennio, talvez seja por uma escolha não enunciada de priorizar estudar o que é de fácil acesso, já que Bennio era uma personalidade que se colocava à disposição dos pesquisadores e os filmes da Bennio Produções

encontram-se disponíveis na plataforma YouTube. Contudo, essas motivações e limitações deveriam ser expostas nas pesquisas, pois implicam em um recorte que constantemente é omitido, fazendo emergir uma historiografia totalizante que pouco representa de fato o todo. Fazer história é construir uma memória destinada a criar uma identidade coletiva. A busca pelo cinema goiano e suas origens que atestem que existe uma tradição cinematográfica parece ser o interesse central dos pesquisadores, mas a construção do discurso histórico ainda apresenta alguns problemas metodológicos, derivados do isolamento das pesquisas de cinema em relação às outras disciplinas e do eco que a historiografia clássica ainda faz ressoar dentro da academia.

Referências

BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia clássica do cinema brasileiro**: metodologia e pedagogia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMPOS, Marina da Costa. **O cineclube Antônio das Mortes** – trajetória, exibição e produção (1977-1987). Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.

CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. **Annales**, v. 44, n. 6, p. 1505-1520, 1989.

CUNHA, Marla Cardoso Oliveira. **“Vou te contar uma história” – Estudo a partir do filme Simeão, o Boêmio, de João Bennio**. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2011.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 199-215.

- GAMO, Alessandro; MELO, Luís Alberto Rocha. Histórias da Boca e do Beco. In: RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (org.). **Nova história do cinema brasileiro**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.
- GOMERY, Douglas; ALLEN, Richard. **Film history: theory and practice**. Boston: McGraw-Hill, 1993.
- GOMES, Paulo Emílio S.; GONZAGA, Adhemar. **70 anos de cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1966.
- GOMES, Paulo Emílio S. Panorama do cinema brasileiro: 1896-1966. In: CALIL, Carlos Augusto (org.). **Uma situação colonial?** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 119-166.
- LAGNY, Michelle. **De l'histoire du cinema: méthodes historique et histoire du cinema**. [s/l]:[s/e], 1992.
- LEÃO, Beto; BENFICA, Eduardo. **Goiás no século do cinema**. Goiânia: Kelpes, 1995.
- LEÃO, Beto. **Da cozinha para a sala escura**. Goiânia: Fundação Pedro Ludovico Teixeira, 1999.
- _____. **Centenário do cinema em Goiás**. Goiânia: Kelpes, 2010.
- MONTEIRO, J. H. **Arte como experiência: cinema, intertextualidade e produção de sentidos**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- OMNIOGRAPHO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 75, n. 191, 9 de julho de 1896. Theatros e musica, p. 3.
- ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac&Naif, 2005.
- SCHVARZMAN, S. História e historiografia do cinema brasileiro: objetos do historiador. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, Santa Cruz, v. 10, n. 17, 2007.
- SILVA, Túlio Henrique Queiroz e. **Cinema em Goiás: quando tudo começou... (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2018.
- SORLIN, Pierre. **Sociologie du cinéma**. Paris: Aubier Montaigne, 1977.

_____. **Cines europeus, sociedades europeas 1939-1990**. Barcelona: Paidós, 1996.

TACCA, Fernando de. A imagem do índio integrado/civilizado na filmografia de Luiz Thomas Reis. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 19-44, 2006.

VALE, Gustavo Henrique dos Santos. **Entre a heresia e a reprodução – em busca do cinema goiano**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

XAVIER, Ismail. **Cinema moderno brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MODERNISMO E TRANSITORIEDADE EM *PRIMEIRA CHUVA*, DE BERNARDO ÉLIS ¹

Júlio César Kohler Damasceno Baron ²

Menos conhecido que sua obra narrativa, *Primeira Chuva*³ é o único volume de poesia do escritor nascido em Corumbá de Goiás, Bernardo Élis. Longe de comparar o valor estético das configurações literárias que o consagraram, como conto ou romance, em relação a uma terceira, lírica, a intenção deste trabalho é buscar pistas para a seguinte inquietação: de que modo o autor fez da produção poética uma representação oposta à sua posição de alicerce intelectual a par do projeto de modernização mediado por Pedro Ludovico Teixeira a partir de 1930?

No momento que a configuração política do Estado alavanca um projeto de poder através da transferência de capital e construção de Goiânia, Élis coexiste uma produção literária que critica a noção de progresso ao mesmo tempo que... a integra. Figura ativa na composição da vida cultural da então nova capital, há uma duplicidade, considerando-se o momento histórico em questão. Nesse sentido, cabe entender como alguns de seus poemas se deslocam do *moderno*

¹ Parte deste texto foi submetido e aceito para publicação no dossiê temático "Realismo e sua atualidade: 25 anos de crítica literária dialética na UnB" sob o título "A Lírica realista de Bernardo Élis em *Primeira Chuva*".

² Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo (2014, PUC Goiás), Letras – Licenciatura em Português (2024, UFG), especialista em Estudos literários e ensino de literatura (2021, UFG) e mestre em Letras e Linguística, área de estudos literários (UFG, 2025). Professor substituto do departamento de Língua Portuguesa no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE-UFG). E-mail: juliobaron@ufg.br

³ "*Primeira Chuva* foi o único livro de poesia de Bernardo Élis, produzido desde os primeiros anos da década de 1930 e publicado, pela primeira vez, em 1955, pela Editora Oriente. Essa obra pode ser considerada, portanto, o laboratório inicial do projeto estético de Bernardo Élis." (Canedo, 2018, p. 194).

enquanto ideal do momento, até o *tradicional* que, por sua vez, remonta hábitos de Goiás, cidade, tão rechaçados pelos pretensos “novos tempos” de então.

Percebe-se que o autor condiz com um recurso estético que assimila a liberdade da forma literária, orientadora das letras do país após a concepção do modernismo nas artes⁴, em oposição à condição parnasiana⁵, que, por sua vez, manifestava “uma atividade conformista em relação à república ruralista instalada no país” (Buarque, 2017, p. 136). História e literatura, portanto, se entrecruzam na constituição do projeto artístico de Bernardo Élis, inclusive em sua tímida produção poética. Outra proposta de análise partirá da adaptação do conceito de Carvalho (2002) em relação a um “sentimento de transitoriedade”, o qual permeia certa historiografia feita sobre o Estado de Goiás e que, em sentido reverso ao convencionalmente aplicado, permite entender como o autor condensa passado e presente em alguns de seus poemas.

Para trilhar esse percurso, pensaremos com Machado (1990) e Chaul (1988, 2018) sobre o modo como se deu a aproximação intrínseca entre *modernidade* enquanto requisito para o *progresso*, e em como essa associação ocorreu localmente através, primeiro, da ascensão econômica fora dos limites da cidade de Goiás, até as turbulências de 1930 em contexto nacional, bem como a concepção do novo poder local em relação ao projeto de transferência de capital e construção de

⁴ Tomando a Semana de Arte Moderna de 1922 como ponto de partida, o modernismo no Brasil foi pautado pelos seguintes princípios: “o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira, e a estabilização de uma consciência criadora nacional. Nada disto representa exatamente uma inovação e de tudo encontramos exemplos na história artística do país. A novidade fundamental, imposta pelo movimento, foi a conjugação dessas três normas num todo orgânico da consciência coletiva.” (Andrade, 1974, p. 243).

⁵ Exacerbação da forma, “gosto da descrição nítida (a mimese pela mimese), concepções tradicionalistas sobre metro, ritmo e rima” (Bosi, 2006, p. 219-220) orientam a estética que marca o Parnasianismo. Essa corrente encontrou vários representantes na literatura feita em Goiás, como veremos.

Goiânia. Já pela via da historiografia literária, recorreremos a Teles (2019) visando a entender como a estética modernista se estabeleceu como visão majoritária da intelectualidade local, uma vez que é nela que Bernardo Élis se inscreve. Isso também motivou uma retomada historiográfica sobre produção literária em Goiás a partir do século XIX até o início do XX, transitando entre as correntes simbolista, parnasiana e romântica, visando ao contraponto. Recorreremos, ainda, a Almeida (1970), Paula (2017) e Santos (2017) quanto aos aspectos biográficos em busca da formação política e intelectual do autor em relação ao momento que se insere para, finalmente, chegarmos até os poemas.

Sobre as especificidades que envolvem a materialidade textual do poema, bem como sua leitura e assimilação, concordamos que há uma disposição dupla e que diz respeito não só ao contexto a que se refere, mas aos arranjos da linguagem que dão característica de obra de arte a esse tipo de produção. Essa visão recíproca entre texto e contexto, ou entre *forma* e *sociedade*, também defende que:

[...] sua natureza é, pois, dialeticamente particular e universal, interna e externa, no sentido de que um dado poema é uma construção única que carrega em si uma tradição de diálogos historicamente construída. Respeitar a natureza do poema, nesse sentido, é ora ater-se à matéria ostensiva que nos fornece o texto enquanto material verbal único, ora entregar-se às possibilidades de conexões e diálogos com o plano da universalidade histórica a que o poema pertence. Vale olhar para fora dele, vale olhar para outros poemas, vale perceber movimentos e diálogos que partem do arranjo relativamente autônomo que é o poema. (Pilati, 2017, p. 80).

Acreditamos que esse olhar dual é indispensável para a apreensão da proposta estética apresentada por Bernardo Élis em *Primeira Chuva*.

Política e hegemonia entre a cidade de Goiás e a construção de Goiânia: um breve panorama

Tendo em vista a matéria que deu base para a escrita de Bernardo Élis em *Primeira Chuva*, interessa um olhar breve sobre alguns acontecimentos pontuais acerca do Estado de Goiás, sobretudo a partir da segunda década do século XX.

A ideia de *modernidade* como antessala do *progresso* foi a tônica de um momento de pretensa transição política e econômica, sendo os efeitos locais da chamada Revolução de 1930 – deposição da hegemonia caiadista; nomeação de Pedro Ludovico Teixeira a interventor; transferência de capital baseada na atualização das noções de *isolamento* e *atraso* atribuída à cidade de Goiás, bem como a construção de Goiânia –, os norteadores principais dessa assimilação, uma vez que derivam de tendência maior, que era nacional. Sem pretender um percurso minucioso, a intenção é mesmo um olhar panorâmico sobre o momento.

A reciprocidade entre *progresso* e *modernização* em Goiás foi oportunamente estudada por Maria Cristina Pereira Machado em seu livro de título *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Ao analisar a dinamização econômica de cidades como Rio Verde, Jataí e Catalão, a autora avalia o crescente desenvolvimento como princípio de um foco de tensão, justamente pela reivindicação que as lideranças dessas localidades passaram a promover frente ao domínio político que era centralizado na então capital. Prova disso é o deslocamento da subsistência para a exportação, apesar da pouca comunicação com centros receptores do que era produzido naquelas regiões. Essa questão, no entanto, vai sendo gradativamente alterada pela chegada da estrada de ferro até o Triângulo Mineiro (região fronteira a Goiás, portanto) no final do século XIX, contribuindo para a eficiência na entrega e

evitando a depreciação de bens de consumo, como o gado, que sofria com as parcas condições das vias de escoamento.

Era, a grossas vistas, o pretenso princípio do fim dos estigmas de *decadência e isolamento*⁶, que desde a baixa do período da mineração habitaram o imaginário construído sobre Goiás, sobretudo pelos relatos de viajantes europeus que tanto embasaram a historiografia local⁷. Além disso, a localização geográfica daquela região contribuiu para uma ligação que não só promoveria relações econômicas mais íntimas com Minas Gerais – portanto, integrando-se ao cenário nacional –, como reforçaria os laços políticos que seriam fundamentais para a movimentação “revolucionária” do final dos anos 1920⁸.

Passando a produzir para o abastecimento do mercado nacional e em consonância com um gradativo aumento populacional,

desenvolve-se aí uma mentalidade que chamaria **progressista/modernizadora, onde progredir ou evoluir significaria modernizar-se.** [...]

⁶ Dizemos “pretensso princípio do fim” porque esse estigma foi, antes, construído por uma visão europeizante e depreciativa sobre os hábitos culturais e econômicos de um estado interiorano. Concordamos, assim, que o deslocamento das antigas atividades econômicas – extração aurífera – para as “novas” – pecuária e agricultura de subsistência – consolidou, antes, “um universo cultural do homem do sertão, do roceiro, do camponês e do índio, um mundo distante dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do velho mundo” (Chaul, 2018, p. 33). No entanto, aquele mesmo discurso foi utilizado pelos oposicionistas locais a partir da chamada *Revolução* de 1930, os quais justificaram a necessidade da construção de uma nova capital baseando-se na depreciação de Goiás, cidade. No âmbito do discurso, são retomados estigmas de viajantes, além da inserção de uma visão médica de sanitização de uma cidade insalubre por parte do “doutor” Pedro Ludovico Teixeira.

⁷ Para um estudo mais minucioso sobre o que disseram os mais celebrados viajantes europeus que passaram por Goiás ao longo do século XIX, ver o capítulo “O conceito de decadência e a decadência do conceito”, sobretudo o que é apresentado no subtópico “O caminho dos viajantes” em Chaul (2018, p. 48-80).

⁸ Podemos dizer que essa aliança econômica entre as regiões sul e sudoeste de Goiás com Minas resultou em um fortalecimento político entre as partes, e que atinge ápice na entrada de tropas mineiras no estado de Goiás durante os conflitos do movimento armado de 1930. Concordamos, portanto, “que a eclosão do movimento de Trinta em Goiás teve a relevante e, porque não dizer, básica participação da coluna mineira [...]”. Por um lado, Pedro Ludovico – líder político, ligado ao sudoeste e partidário da Aliança Liberal – tinha sido derrotado pelos comandos dos Caiados, oligarquia dominante, nas proximidades de Rio Verde, tendo sido trazido preso em direção à cidade de Goiás, o que atesta a fragilidade dos opositores à velha ordem ainda vigente. A situação ganhou novos contornos apenas com a intervenção das tropas mineiras lideradas por Quintino Vargas” (Chaul, 1988, p. 49).

O desenvolvimento de uma mentalidade progressista/modernizadora no sul, articulado a uma elite que ali se formou, configurou a região como área pioneira, no estado, no avanço das fronteiras do capitalismo nacional [...]. Daí porque foi no sul do estado que se desenvolveu a prática da luta oposicionista, uma vez que, aí, a necessidade de se derrubar os entraves oficiais ao avanço do capital se fez de modo mais contundente. Os ideais progressistas/ modernizadores não coexistiram com a ordem oligárquico/familiocrática de então. Era necessário mudar e para tal, necessitava-se do poder. (Machado, 1990, p. 80, grifos meus).

Tradição e manutenção de privilégios, de um lado, polo regional representando uma configuração econômica sintonizada com a ascensão do capitalismo em âmbito nacional, de outro, trouxeram à tona outra dicotomia construída sobre Goiás, cidade: a do *atraso*, simbolizado pela estagnação política de um local fadado aos ditames das velhas oligarquias. Reconstruir esses ermos e integrá-los às demandas nacionais do desenvolvimentismo – ou dos ideais *progressistas/modernizadores*, como pensa Machado (1990) –, é a “bandeira” dessa articulação política entre sul e sudoeste, e terá na figura de Pedro Ludovico Teixeira seu mais emblemático representante.

Procurando vias de pressionar a centralização política de Goiás pelas também oligarquias da capital – sobretudo a da família Caiado –, o estopim para o conflito chega com as eleições de março de 1930 em âmbito nacional, quando Getúlio Vargas, do partido oposicionista Aliança Liberal, é derrotado através de uma eleição fraudulenta. Com a ação das oligarquias dissidentes baseadas na aliança entre Estados contrários à hegemonia de São Paulo, o conflito armado em um Estado localmente dividido entre oposicionistas (sul e sudoeste) e conservadores (capital, Goiás) resulta em vitória para a oposição, não pelas forças locais, uma vez que cedem ao conflito com os representantes do poder instituído, mas pelas alianças traçadas e pela chegada da coluna mineira, conforme citado em nota. Essa nova

configuração pavimenta a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira⁹ ao alto escalão do poder em nível local.

Uma soma de fatores, portanto, determina a ascensão. Do crescimento econômico do sudoeste do Estado, passando pela popularidade dada a sua formação como médico “recém-chegado de um centro mais desenvolvido, o homem de formação profissional e intelectual mais aberta, mais avançada, que veio de encontro às necessidades da elite progressista/ modernizadora” (Machado, 1990, p. 101), até a condição de genro de um figurão político tradicional no Estado como Martins Borges¹⁰, o fato é que a configuração do poder do Estado, agora, caminhava em direção a um processo de expansão baseado num ideal de urbanização como requisito para o alinhamento com a política nacional de *progresso* e *modernização*. Toda essa construção, feita primeiro no campo do discurso, sobretudo na

⁹ Médico em Rio Verde, Pedro Ludovico Teixeira compôs o movimento dissidente do sudoeste do Estado fundando, “principalmente, o jornal *O Sertão*, mais tarde transformado em *O Sudoeste*” (Chaul, 1988, p. 31-32), além de denunciar práticas de violência “supostamente vindas dos Caiado no jornal *Voz do Povo*” (Machado, 1990, p. 89). Após a revolta armada no Brasil e em Goiás, após a qual foi preso em Rio Verde e solto 14 dias depois, chega ao poder. No entanto, “não tinha nenhum projeto de governo estabelecido, nenhuma orientação ideológica capaz de dar sustentação à sua carreira pública” (Chaul, 2018, p. 220). É pela fusão entre os saberes médico e político que Ludovico promove um discurso de sanitização da antiga capital, dificultado pelas condições econômicas e estruturais da cidade de Goiás (insalubridade, baixo crescimento demográfico, suposta impossibilidade de urbanização). Aqui, portanto, a justificativa para levar adiante o projeto de uma nova capital, baseada, sobretudo, numa ideia de *modernidade* atrelada ao *progresso*.

¹⁰ Aqui uma relação interessante. Martins Borges, pai de Gercina, esposa de Ludovico, contribui para a formação do capital político de Ludovico não só porque Borges era “homem de passado político significativo, **mas, principalmente, porque foi um dos grandes proprietários da região**” (Machado, 1990, p. 102, grifo nosso). Apoiador da oligarquia Caiado antes da movimentação armada de 1930, e tendo em vista que “em Goiás os grupos oligárquicos eram hegemônicos” (Chaul, 1988, p. 40) e “tal hegemonia tinha como base o domínio da propriedade da terra, possibilitando aos coronéis estenderem seus mandos aos centros urbanos” (Chaul, 1988, p. 40), pode-se dizer que a alternância de poder, em alguma medida, também se faz entre uma oligarquia e outra, contrariando o discurso da época. A diferença da que assume em 1930 é justamente a “ideologia do progresso, na mentalidade dita progressista e modernizante que encontrava respaldo nos projetos políticos e econômicos dos grupos referidos” (Chaul, 2018, p. 211). A confirmação desse “diferencial” viria justamente pela extrema oposição às oligarquias tradicionais, e os meios encontrados para isso foram transferir o centro do poder para um lugar que representasse efetivamente essa “novidade” para justificar a “revolução”.

contraposição entre *progresso* pela construção de Goiânia, e *atraso*, atribuído a Goiás, e, depois, na efetivação de um projeto que percorre a década de 1930 e tem a inauguração fincada em 1942 através do Batismo Cultural, é minuciosa, não nos interessando detalhá-la para os fins deste trabalho¹¹.

Pretendemos, agora, pensar de que modo a poética de Bernardo Élis dá conta desse momento histórico através de uma contraposição: à medida que tematiza os aspectos bucólicos da antiga capital na obra *Primeira Chuva*, lançada em 1955, o autor usa do verso livre para falar da “ingenuidade macia das tardes de novena”¹² ou do “ventinho trêfego” que “refresca a tarde”¹³ de quem caminha até o Morro São Francisco.

Essa escolha instiga, pois chega quase simultaneamente ao momento que o autor representa a linha de frente da intelectualidade da nova cidade, tão orientada pelas noções de *progresso*, *desenvolvimento*, *urbanização*, *modernidade*. Desse modo, concordamos que:

nessa poesia, é possível também detectar a obstinação do autor na busca pela amostragem do que seria seu principal mote, a velha Vila Boa. No prefácio à edição de 1971, José Godoy Garcia lembra que **essa poesia não é apenas a poesia da cidade velha, mas da alma velha, de um mundo velho, elaborado sob forma nova**. (Canedo, 2018, p. 197, grifo nosso).

Nome em consolidação entre a intelectualidade local, o corumbaense tem um dos seus textos mais emblemáticos¹⁴ publicado já na primeira edição da *Revista Oeste*, lançada durante as festividades do Batismo Cultural de Goiânia, o que também reflete essa instigante

¹¹ Decretos marcando a data de autorização da transferência, bem como relatórios de técnicos e engenheiros sobre o terreno destinado à nova capital e toda a ordenação legal que pavimentou esse processo podem ser consultados em Teixeira (1973).

¹² Trecho retirado do poema “Tardes de novena”, presente em Élis (2021, p. 37).

¹³ Trechos retirados do poema “Santa Bárbara”, presente em Élis (2021, p. 39).

¹⁴ Trata-se do consagrado conto “Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá”, posteriormente publicado em Ermos e Geraís (1944).

dualidade. Assim, faremos uma exposição historiográfica breve sobre a trajetória da literatura feita em Goiás em diálogo com aspectos biográficos do autor para, em seguida, relacioná-los com o contexto histórico em que se insere, bem como compreender a representação desse mesmo momento em sua produção poética em relação à conjuntura da nova capital, Goiânia.

Aspectos sobre a formação da literatura em Goiás

Descoberto por homens de ideas completamente praticas, a antiga Provincia não passava de uma especie de despensa, onde Portugal vinha buscar o produto da mineração, tirando o maior proveito das nossas riquezas naturaes, sem no emtanto cuidar da instrução que sómente principiou a ser pallidamente diffundida nos últimos quarteis do século XVIII. Não queremos dizer com isso que não apparecesse de vez em quando, enfrentando a suprema indiferença do povo, entre o riso de escarneo e o movimento de repulsa, um ou outro que **ousava** escrever versos. (Azevedo, 2018, p. 7, grifo do autor).

Não há, por enquanto, como não subordinar a história literária à metodologia da história geral, pelo menos quando se trata [...] de levantamentos bibliográficos destinados a uma primeira visão de conjunto da produção literária em Goiás. (Teles, 2019, p. 57).

O caminho percorrido por Gilberto Mendonça Teles em seu fundamental estudo *A Poesia em Goiás*¹⁵ pretende uma historiografia que percebe a literatura à sombra da articulação econômica, que por sua vez foi diretriz maior, quase única, da ocupação do espaço local pelos bandeirantes. Tendo em vista que os primeiros núcleos em torno da extração do ouro na região começam por volta de 1720, é somente em 1773, no governo de José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (Barão de Mossâmedes) que medidas como o “subsídio literário, que

¹⁵ Cabe observar que a primeira edição de *A poesia em Goiás* data de 1964.

outra coisa não era senão uma verba para pagamento de professores, cobrada desorganizadamente de uma quantidade de ouro extraído” (Teles, 2019, p. 65-66) passa a manifestar, minimamente, alguma preocupação com a instrução pública na então província.

De Bartolomeu Antonio Cordovil (vindo de Minas Gerais para lecionar latim e responsável pelos primeiros versos que se tem registro na região) à fundação do periódico *Matutina Meiapontense*, em Meia-Ponte, e a instalação de uma Academia de Direito na cidade de Goiás (os dois últimos em 1830); da criação do Liceu de Goiás em 1847 e do Gabinete Literário Goiano, em 1864, até os versos do vilaboense Antônio Félix de Bulhões Jardim, ou de Manoel Lopes de Carvalho Ramos, autor do poema épico *Goyania*, vê-se uma desarmonia temporal com a produção nacional, de modo que a grande popularidade do romantismo brasileiro, a exemplo, só veio a ter reverberação na produção cultural de Goiás no início do século XX – o que não quer dizer que não houvesse vida cultural ativa na então capital desde, ao menos, meados do século XIX, contradizendo a especulação mudancista que viria a ganhar corpo a partir de 1930.

De todo modo, essa reverberação do romantismo e de correntes literárias, como simbolismo e parnasianismo, manifesta-se “num sentido de escapismo, quase nada refletindo de nossa terra e de nossa gente” (Teles, 2019, p. 113), e ganha quantitativa produção, sobretudo na cidade de Goiás, após 1902. Destoando dessas vertentes, é digna de nota, inclusive por atuar como antecessora e ponto fulcral da genealogia estética de Bernardo Élis, a coletânea de contos *Tropas e Boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos. Situando a região de Goiás diante do cenário nacional pela articulação pioneira de uma estética regional, trata-se de obra pioneira, inclusive por revelar o conto como gênero

eficaz para a representação da sociedade que o autor viu diante dos olhos ao longo da infância.

Esteticamente, a reverberação de uma espécie de pré-modernismo só é vista (ou ao menos registrada, ainda que como caso isolado) no Estado em meados de 1928, com a publicação de *Ontem*, livro de poemas de Leo Lynce. Mais como lampejo dos preceitos de uma estética nova que integração local a um dado artístico em expansão no Brasil, a publicação dessa obra também desnuda a desintegração temporal do Estado. Assim, concluímos concordando que:

este aspecto anacrônico teve duração às vezes de mais de trinta anos, como é o caso típico do Romantismo, superado desde 1870 e só por volta de 1900 atingindo o seu apogeu em Goiás. Na verdade, em vez da diferença de seis anos, como se pretende, o movimento Modernista de 1922 demorou vinte anos para chegar em Goiás e se impor e criar um sentido coletivo de oposição à cediça literatura dominante. (Teles, 2019, p. 164-165).

Seguindo a linha cronológica de Teles, a efetivação do modernismo em Goiás se dá como espécie de manifesto através da *Revista Oeste*, em 1942, justamente quando vozes antes dispersas passam a constituir uma espécie de vanguarda no campo literário.

Pretendemos, agora, pensar em como essa reconfiguração política representa, a partir de Bernardo Élis, não só a consolidação de uma forma artística crítica à luz do modernismo, como se ampara, também, enquanto novidade se comparada às estéticas “antigas”, como o parnaso, predominantes na cidade de Goiás, antiga capital. Alinhada às noções de *progresso* e *desenvolvimento* que estavam na ordem do discurso, a integração intelectual do Estado ao país propõe ganhar novos ares com o processo de transferência de capital, pontualmente marcado pelo modo como se dá a inauguração da nova cidade.

Levantamento biográfico e reflexão sobre a trajetória do autor

Nascido em 15 de novembro de 1915 na cidade de Corumbá de Goiás, Bernardo Élis teve contato com as características socioculturais marcadoras de identidades dos interiores do Brasil, coexistindo entre os ermos de sua cidade natal, a vivência na antiga capital do Estado e as demandas cosmopolitas de seu tempo de adulto. Nesse sentido, passou pela euforia desenvolvimentista que tomou conta do país a partir de 1930, e identificou no processo social não exatamente o entusiasmo que era da ordem do dia, mas, antes, uma perspectiva crítica e não raro pessimista diante dos fatos que via. No entanto, isso não quer dizer que Élis não se inseriu entre os círculos apregoadores do *progresso* e do *desenvolvimento*, sobretudo após a construção de Goiânia, inclusive visando sobrevida à sua condição de literato em (desejo de) ascensão. Em alguma medida, isso exigia integração entre os circuitos da intelectualidade, os quais, àquela altura, acompanhavam o processo de urbanização através da cidade que emergia como capital.

Explicação coerente nesse sentido é feita por Gabriel de Paula em seu artigo “Bernardo Élis: um intérprete de Goiás”. Situando o autor em relação a seu posicionamento político assumidamente à esquerda, é interessante o modo ambíguo como Élis se insere no campo literário local, uma vez que, revelando cedo a inclinação para a escrita, o desejo de projeção caminhava emparelhado com uma crítica social áspera e reformulada em forma artística. A resposta, portanto, parece simples: ciente do caminho a ser traçado para alavancar suas publicações, Élis logo deve ter percebido que

é traço distintivo dos campos intelectuais goianos a filiação ao estado e a dependência do mecenato oficial. A dependência estatal dos intelectuais goianos não se fazia apenas no sentido das publicações. Havia também uma série de cargos públicos ocupados por membros da *intelligentsia* goiana. Os

postos do funcionalismo dariam a “estabilidade” financeira necessária para o ofício das letras [...]. Embora tenha exercido a carreira docente e jornalística, devemos lembrar que a aproximação com a burocracia estatal sempre foi presente na carreira de Bernardo Élis: foi secretário da Prefeitura Municipal de Goiânia, na gestão de Venerando de Freitas (1935-1945), e presidente da Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira durante o governo de Maguito Vilela (1995-1998), embora Élis tenha ficado menos de um ano no cargo. (Paula, 2017, p. 268-269).

Podemos buscar exemplos dessa assertiva associando-a à sua produção literária através de um aspecto pontual, talvez o mais representativo: a sua participação na *Revista Oeste*, órgão de pretensa divulgação político-ideológica de Pedro Ludovico Teixeira e do Estado Novo. Nesse sentido, cabe uma observação mais detida em relação a um artigo de título “Oeste: lucro e/ou logro”, escrito pelo próprio Bernardo Élis e publicado em edição fac-similar de 1983, a qual compila todos os volumes da revista, além de textos de apresentação assinados por figuras como Venerando de Freitas Borges, Colemar Natal e Silva e Oscar Sabino Junior.

Nesse pequeno artigo, Élis parte da divisão proposta pela professora Eliane Gracindo Dayrell (1979) em seu estudo de título “Oeste – Ideologia e História”¹⁶ para identificar três tendências ideológicas distribuídas entre as três fases da revista – “democrático-esquerdizante”, “democrático-centrista” e “tendência fascistizante”. Para além das considerações sobre a figura de Paulo Figueiredo, sujeito supostamente responsável pela criação do órgão dado o seu “livre trânsito na administração e possibilidade de obter do Interventor

¹⁶ Segundo Élis, nesse artigo é feita uma divisão da revista em três fases, que seriam: veículo incentivador e esforçado em apresentar a intelectualidade goiana, presente no primeiro número; conciliação entre divulgação literária e divulgação político-ideológica do Estado Novo e de Pedro Ludovico, do segundo ao décimo terceiro número, e por último, da edição 14 até a 23, a *Oeste* como instrumento exclusivamente político-ideológico do Estado Novo e órgão de propaganda do Interventor Pedro Ludovico (Élis, 1983, p. 20).

Federal Pedro Ludovico meios materiais para a criação de uma revista capaz de atender as aspirações dos jovens” (Élis, 1983, p. 21), o literato identifica a via de mão-dupla (com peso maior aos favorecidos pela propaganda) do órgão em questão. Segundo ele,

[...] aos escritores seriam dadas algumas benemerências consubstanciadas na revista e sua divulgação, enquanto os políticos receberiam o apoio da intelectualidade e o trabalho (gratuito) da propaganda. Dessa barganha surgiu a “Oeste”. (Élis, 1983, p. 21).

Passando por cada uma das fases, é curioso observar como o autor atribui a qualificação de “fascista” à revista – sobretudo pela criação de uma comissão de censura, que passa a controlar o que era publicado já a partir da segunda edição. Nessa fase, há uma contraposição entre a “debandada” dos escritores, “um pouco por comodismo, um pouco como protesto pelo tom propagandístico da revista” (Élis, 1983, p. 22), e a contínua reverência a Pedro Ludovico que, embora mantivesse as diretrizes laudatórias da revista, era “figura por todos os títulos respeitável, a quem tais louvações nada acrescentava, servindo, pelo contrário, para criar uma certa aura de personagem ridícula” (Élis, 1983, p. 22). Ao concluir dizendo que publicou na Oeste do primeiro ao derradeiro número, Bernardo Élis ainda se justifica, uma vez que enxergava nela “um dos únicos recursos de divulgação literária goiana, conservando-me amigo do seu orientador sem embargo das divergências existentes” (Élis, 1983, p. 23).

Toda essa exposição nos conduz à ideia de que, atento a seu tempo, Bernardo Élis se inseria entre os pilares contraditórios do poder institucional consciente de suas investidas. À medida que buscava alavancar seu projeto de escritor, e enxergando no Estado mantenedor a única forma de fazê-lo, apropriou-se de seus espaços (revistas, cargos públicos, bajulações) para promover um discurso majoritariamente

contrário ao apregoado pela sua obra literária. Parte disso pode ser observado em ao menos três poemas de *Primeira Chuva*.

Três poemas de *Primeira Chuva* e conclusões como ponto-de-partida

[...] o brasileiro é, antes de tudo, um forte fazedor de desertos.
(Élis, 2021, p. 85).

O fio temático de *Primeira Chuva* gira, predominantemente, em torno da vida pacata de Goiás. Assim, parte considerável dos poemas utiliza uma versificação livre e típica dos preceitos modernistas para relembrar as

[...] ruas, praças e casarões que viveram os melhores anos da cidade-sede, mas em decorrência da transferência da capital do Estado para a cidade de Goiânia, em 1937, passou a vivenciar uma espécie de ruína físico-espiritual até meados da década de 1980. (Canedo, 2018, p. 202).

Assim, propomos duas análises que, acreditamos, dão conta não da obra como um todo, mas de particularidades que contribuem para o reforço da dialética entre literatura e sociedade sintetizada na poesia de Bernardo Élis. Importa verificar como, de um lado, o autor se apropria da versificação moderna em recusa à estética parnasiana predominante na produção artística de Goiás no final do século XIX, bem como contrapõe o desenvolvimento que vem na esteira da ideia de *progresso* através de uma vista temática que olha “para trás”, diferente do que o momento político do Estado “exigia” de um intelectual inserido entre os círculos hegemônicos.

A contraposição da ordem da forma literária pode ser observada através de, ao menos, dois textos, “Noite de lua com serenata” e “Procissão do senhor morto”. Além de tratarem de temas ignorados pelo tradicionalismo e pela poesia de ornamentação, o manejo estético de “um lírico mais realista” (Bergamo; Canedo, 2021, p. 98) “deve ter feito

os seus escândalos na antiga capital do Estado, onde a poesia, na época, era compreendida nas suas mais estreitas dimensões tradicionais” (Teles, 1969, p. 61):

Noite de lua com serenata

A luz purulenta está se derramando pelas ruas tortas,
calhando de quieteza branca os sobradões fechados,
coando-se na copa das árvores cansadas.

Anda alguém cantando, em serenata,
modinha triste,
modinha triste,
ao ritmo agreste do caburé.
(Élis, 2021, p. 43)

Procissão do Senhor Morto

Pela rua estreita
passa a procissão do Senhor Morto.
Há um cheiro místico de manjeronas pisadas,
que mãos piedosas atiraram nas lajes brancas das calçadas.

O murmúrio confuso das vozes
apagou-se de repente.
Boia no ar, estertorando, o tropel
compassado do cortejo.

E no silêncio cadavérico e maldito
somente os tochos de cera latejam rubros,
porque o silício penitente de uma voz de mel
chicoteia o silêncio ímpio:

“O’ Vós Omnes”

E a vós escorre dolorida,
num tom evocativo de remorso,
mordida de desespero milenário e religioso.
(Élis, 2021, p. 41).

A diferença estética pode ser mais bem observada se recorrermos a um poema escrito em Goiás já no século XX, na que, segundo Teles (2019), é a última publicação registrada desde o aparecimento de certo pré-modernismo através de Leo Lynce. O poema é de autoria de Joaquim Rufino Ramos Jubé Junior, foi publicado no livro *O perdão de Jesus*, em 1923, e representa bem a concomitância entre o parnaso e o romantismo, responsável por larga produção literária no início do século XX em Goiás. Como se vê, esse poema destoa largamente do trato do assunto religioso em relação, sobretudo, ao poema “Procissão do senhor morto”, citado anteriormente:

Getsêmani (fragmento)

Sobre o escarpa negro e dura assim
 Imerso em pronto sufocado pela dor,
 Jaz, coberto de angústia e dor sem fim,
 Jesus vítima de seu imenso amor:
 “Afastai ó se podes, meu senhor!
 Este cálix de amargura que a mim
 Envia o mundo impuro e pecador.
 Mas, se devo sorvê-lo todo assim,
 Dai-mo, Pai, enviai-mo, o Senhor,
 Pois cumprir vossa vontade ao mundo vim”.
 Já desponta o sol no horizonte
 Banhado em sangue vivo e rutilante
 A face negra e vil do infame monte;
 E Jesus curvado ao peso cruciante
 Dos crimes do mundo; no seu desponte,
 Orava a Deus; e calmo, e confiante,
 Volvendo-se ao negro e frio monte,
 onde morte o aguardava infamante,
 “Os crimes deles, Senhor, em mim desconte!”
 Murmurava quase alegre nesse instante.
 (apud Teles, 2019, p. 420-421)

O arranjo dos versos livres nos dois primeiros exemplos e de disposição fixa e regular neste último, revelam uma circunstância que

é também histórica e configura mudança. Essa atualização literária, antenada às disposições artísticas em alta no Brasil, dialogam com o efeito de modernização que Goiás idealizava no momento não exatamente da publicação de *Primeira Chuva*, a qual vem à tona quase trinta anos após a edificação de Goiânia, mas da ocasião de escrita, datada das décadas de 1930 e 1940. Esse é, portanto, o esquema que imediatamente chama a atenção da obra quando vista em contexto com a literatura local, uma vez que contrapõe e se conecta com um projeto de nacionalização dos interiores, do qual Goiânia faz parte – e que tem na formação da intelectualidade uma das suas principais representações, inclusive ideológicas. Podemos concluir essa contraposição com a seguinte assertiva:

o Modernismo atuou fundamentalmente contra o Parnasianismo, pois este movimento tinha um programa estético segundo uma sistemática política aliada da formação da Primeira e da Segunda República. Estes dois momentos da história política do país assumiram de um lado a libertação do Segundo Império pela força militar empreitada pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e de outro lado a consolidação republicana no Brasil pela conhecida Política do Café com Leite. [...] É importante ressaltar que não há como assegurar que havia propriamente defeito na inteligência parnasiana; havia uma inércia, uma atividade conformista em relação à república ruralista instalada no país. **O Parnasianismo deve tanto poder que chegou a incidir na métrica da língua portuguesa no Brasil, modificando, inclusive a poesia popular – e isso é menos uma ação estética que uma ação política, porque obra de uma elite intelectualizada destacada sobre uma massa populacional analfabeta.** (Buarque, 2017, p. 136, grifo nosso).

Usando uma estética nova para tratar de um assunto “antigo”, pode-se dizer, ainda que Bernardo Élis manifesta segunda duplicidade. Para explicá-la, tomaremos de empréstimo e a título de adaptação, o conceito de “transitoriedade” que Carvalho (2002) adota para pensar a construção de Goiânia a partir do rompimento com a ideia de

decadência, a qual marca a historiografia quanto aos efeitos do decréscimo de extração aurífera em Goiás.

Valendo-se do que foi previsto pelo historiador Luis Palacín na obra *Quatro tempos de ideologia em Goiás*, Eugênio Rezende Carvalho busca construções historiográficas de e sobre Goiânia a partir de um “sentimento de transitoriedade” (Carvalho, 2002, p. 155). Segundo o autor, esse estigma fazia parte da mentalidade da sociedade mineradora, à medida que, “com a decadência do ouro, os que aqui permaneceram, vivendo nostalgicamente a ressaca daqueles áureos tempos [...], mantinham viva a esperança de um dia poderem reconquistar a riqueza e a prosperidade daquele passado glorioso” (Carvalho, 2002, p. 156). Com a transição lenta e gradativa para a economia agropecuária, (supostamente) instalou-se um clima saudoso, envolto por certos “derrotismo e desmotivação social” (Carvalho, 2002, p. 156), o que teria influenciado a mentalidade de gerações posteriores, sendo usurpado como justificativa para a noção de progresso enunciada após a *Revolução* de 1930, resultando na construção de uma nova capital. A assimilação dessa transitoriedade por Pedro Ludovico Teixeira e sua comitiva, portanto, se dá pelo discurso mudancista, e é envolto por uma noção de *modernização* atrelada ao *progresso*, que contrapõe os estereótipos de *decadência*, *isolamento* e *atraso* enquanto justificativa de um projeto político que diferenciaria os “homens da revolução” (Carvalho, 2002, p. 158), uma vez que “ou se criava um fato novo capaz de romper com esse quadro de poucos resultados ou os revolucionários correriam o risco de ser taxados como conservadores” (Carvalho, 2002, p. 159).

O que há em Élis, portanto, é uma “transitoriedade às avessas”, uma vez que usa a poesia para retomar o passado não pelo *atraso* em si, mas pela necessidade de direcionar o olhar ao que sobrou de uma cidade agora abandonada, apesar de que o autor, enquanto homem público moderno e

pretensamente cosmopolita, seguia amparado politicamente pela cidade que emergia. Isso pode ser observado em grande parte dos poemas de *Primeira Chuva*, mas transcrevemos um, especialmente simbólico:

Goiás

**Parece haver fantasma de Bandeiras
passeando pelas ruas estreitas e sombrias,
— as casas baixas se escorando umas nas
outras pela encosta à riba.**

(Rua da Abadia
Casa da Pólvora,
Bica del rei...)

**Já vai tão longe o tempo
em que a busca do ouro
era a grande ambição!**

(Palácio dos Arcos,
dos Távoras, Rua da Fundição...)

Copas de grandes cajazeiras
Sujando a brancura das calçadas
com o preto frescor das sombras úmidas.

(Águas Férreas,
Morro das Láges,
Largo da Forca, onde aparece
assombração...).

**Parece que vi dois vultos,
vestidos de couro,
calçados de botas,
barbudos, grandões,
no escuro do beco
jogando espadas!**

(Élis, 2021, p. 29, grifos nossos)

Desse modo, concluímos, não como definição, mas enquanto ponto de partida: à medida que mobiliza o mesmo recurso da transitoriedade usado pela comitiva de Pedro Ludovico para transferência de capital e construção de Goiânia, o autor usa a metáfora do *fantasma* tanto como alma falecida análoga à figura dos primeiros bandeirantes, como atualização em função do tempo presente empregado na locução “Parece haver”.

Circulando pelos becos abandonados de Goiás, cidade, o autor identifica o passado presentificado na figura do “bandeirante moderno”, retomando a mesma associação que o discurso mudancista fez para justificar o presente, mas de modo trágico, não festivo. Uma vez que “conceitos sociais não devem ser trazidos de fora às composições líricas, mas sim devem surgir da rigorosa intuição delas mesmas” (Adorno, 2003, p. 67), podemos concluir dizendo que a poesia, em sua peculiaridade e autonomia relativa (Pilati, 2017), também atua como importante mecanismo para apreensão e compreensão da história regional em suas vicissitudes. Teixeira (2017) define bem esses elementos dicotômicos e de transitoriedade, ao dizer que, a respeito de Bernardo Élis:

se de um lado, se tinha a história como voz do grupo que conseguiu exercer o poder e, portanto, impôs o seu discurso, a sua vontade de verdade, a aproximação a outras áreas do conhecimento levou-a a reconsiderar o caráter oficial desse discurso, problematizando-o. Emergem as histórias dos excluídos, dos derrotados, dos sujeitados. **Coube à literatura um lugar de destaque nessa reconfiguração.** (Teixeira, 2017, p. 229, grifo nosso).

Referências

- ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. p. 65-89.

- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Presença literária de Bernardo Élis**. Goiânia: Editora da UFG, 1970.
- ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. In: ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Martins Editora, 1974. p. 231-255.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario historico, geográfico e descritivo do Estado de Goyaz**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG (Ateliê Tipográfico), 2018.
- BERGAMO, Edvaldo A.; CANEDO, Rogério Max. Primeira chuva, de Bernardo Élis, e a dialética campo e cidade na poesia modernista de Goiás. (Posfácio). In: ÉLIS, Bernardo. **Primeira chuva**. Goiânia: Editora IFG, 2021. (Coleção Artífices). Disponível em: <https://editora.ifg.edu.br/editoraifg/catalog/view/60/36/245-1>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BUARQUE, Jamesson. Primeira Chuva, de Bernardo Élis, e a Modernidade do Modernismo do Brasil e em Goiás. In: BRITO, Tarsilla Couto de; FLORES JR, Wilson José (orgs.). **100 anos de Bernardo Élis**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 126-150.
- CANEDO, Rogério Max. Modernismo, tradição e poesia em Bernardo Élis. In: DOS SANTOS, Giovana B. F.; CAMARGO, Goiandira Ortiz de; BUARQUE, Jamesson (orgs.). **Considerações sobre a poesia goiana**. Goiânia: Câne Editorial, 2018. p. 194-214.
- CARVALHO, Eugênio Rezende de. Construções de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Editora da UFG, 2002. p. 153-167.
- CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- _____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 5. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.
- DAYREL, Eliane Garcindo. A Revista Oeste – ideologia e história. In: **Anais IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História**. São Paulo/SP, 1979, p. 1349-1350.

ÉLIS, Bernardo. “Oeste” – Lucro e/ou logro. **Revista Oeste** (Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944). Goiânia, Universidade Católica de Goiás – Caixa Econômica Federal, 1983. p. 20-23.

_____. **Primeira chuva**. Goiânia: Editora IFG, 2021. (Coleção Artífices). Disponível em: <https://editora.ifg.edu.br/editoraifg/catalog/view/60/36/245-1>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico**: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Cegraf, 1990.

PAULA, Gabriel de. Bernardo Élis: um intérprete de Goiás. In: BRITO, Tarsilla Couto de; FLORES JR, Wilson José (orgs.). **100 anos de Bernardo Élis**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 260-279.

PILATI, Alexandre. A especificidade da leitura do poema. In: PILATI, Alexandre. Poesia na sala de aula: **subsídios para pensar o lugar e a função da literatura em ambientes de ensino**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 73-94.

SANTOS, Leila Borges dos. Bernardo Élis: perfil intelectual e literário. In: BRITO, Tarsilla Couto de; FLORES JR., Wilson José (orgs.). **100 anos de Bernardo Élis**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 151-164.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. Bernardo Élis: do regionalismo literário à literatura como missão. In: BRITO, Tarsilla Couto de; FLORES JR., Wilson José (orgs.). **100 anos de Bernardo Élis**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017. p. 220-243.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, Gilberto Mendonça. **O conto brasileiro em Goiás**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1969.

_____. **A poesia em Goiás**: estudo, antologia. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2019.

GOIÂNIA, GOIÂNIA: DRAMATURGIA, ENCENAÇÃO E A IMAGEM DA CIDADE

*Edimar Pereira Silva*¹

O Teatro é Arte, e ambos estão relacionados com a vida de maneira sensível e criativa, trazendo outros olhares imprevisíveis, indo na contramão de uma ciência dura e positivista. Já a vida e o cotidiano de uma cidade são trazidos para o universo da ficção, não se pode negar que seus discursos e seus dizeres estão ressoando nos contextos dos artistas e dos sujeitos do seu tempo. Assim os temas latentes em sua verve criativa estão presentes em conteúdo e forma em suas obras, e que se dão de maneira não necessariamente nesta mesma ordem, pois, no teatro, a plasticidade das ideias e a flexibilidade das ações, lugares e personagens podem indicar diálogos ou hiatos com a realidade.

Um desses artistas, o dramaturgo, é aquele que escreve pensando em que imagem quer construir e que descreve minuciosamente em suas rubricas, tramando vida e obra, criador e criação, cidade e sujeito. Hugo Zorzetti², dramaturgo goiano escreveu *Goiânia, Goiânia...: opereta seat down* e bairrista onde crítica e descreve hábitos peculiares do comportamento goianiense, principalmente na sua relação com o trânsito de sua cidade.

¹ Mestre em Artes da Cena (2023), especialista em História Cultural (2014), bacharel (2006) e licenciado em Artes Cênicas (2008) todos pela UFG. É membro do Laboratório de Montagens Teatrais (LAB 1) da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) desde 2021. Atualmente é professor titular do Ensino Médio Técnico em Teatro do Instituto de Artes Gustav Ritter. Atuou na função de Redator do Documento Curricular para Goiás (DCGO) (2018). É diretor, ator, preparador e iluminador cênico, membro do Grupo Improvisórios. Tem interesse sobre a linha de pesquisa História do Teatro Goiano, estéticas e poéticas periféricas. E-mail: edyarte@gmail.com

² Veio a falecer no dia 05 de dezembro de 2017 de câncer no pâncreas.

Antes de pensarmos a aceção da palavra dramaturgia nos moldes clássicos, como um texto fechado em si, engessado na tentativa de se cercar de alguma verossimilhança com tal realidade de determinado contexto, evitemos tal compreensão. Para nos lançar a uma análise de um texto escrito e pensado para a cena, que de certa forma essa dramaturgia que revê as imagens e significados que o criador, o dramaturgo, percebe nas elipses e ausências que devem se tornar parte da trama e evidenciando a complexidade desse elemento do teatro que pode e deve se transformar e adaptar no decorrer do tempo e contexto inserido na relação criador e criação, ou seja, a dramaturgia é uma estrutura que se molda com a ação de todos os artistas envolvidos: diretores, o elenco, o iluminador, o cenógrafo, maquiador, produtores musicais, que materializam a cena investigando quais questões um espetáculo de teatro traz, ainda mais, como tema gerador a imagem que capital do Estado de Goiás é para quem mora nela.

Para este estudo, as fontes encontradas e ainda não publicadas foram escassas e de difícil acesso, já que o autor é falecido. Assim sendo, nas três versões do mesmo texto teatral *Goiânia*, *Goiânia*, escritos inspirados pelo autor goiano, foram percebidas pequenas mudanças que ocorrem nos subtítulos que são: versão 1 do café central³ ao bar do jiló⁴, versão dois Opereta Bairrista, e versão 3 Opereta *Seat Down* Bairrista, onde ambas, toda a estrutura permanece, diferindo apenas em redistribuições e novas divisões de longos trechos nas primeiras versões e a substituição de um quadro sobre a discussão de agentes de trânsito sobre a cidade por uma cena mais crítica que risível do ponto de vista

³ Localizava na esquina da Rua 7 com a avenida anhanguera no Centro de Goiânia. Ponto de encontro dos goianienses nos anos 1960. Existe um livro de crônicas Café central de 1966 do escritor Luiz Augusto Sampaio. Uma matéria pela TV UFG sobre é disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7bJvIhfwVM&t=23s>. Acesso em: 2 ago. 2022.

⁴ Referência a um bar antigo de Goiânia que fica localizado na Rua 24-A - Setor Central de Goiânia.

do andamento final do espetáculo. Mas que, no geral, não prejudicam a compreensão do todo nem a proposta estética descrita na obra.

Já a encenação do citado texto foi realizada em dois momentos distintos: primeiro em 2011 com o próprio teatro Exercício e depois no Festival de Teatro Desaguar no CEP Basileu França⁵. Nós nos fixaremos aqui somente com o primeiro exemplo neste trabalho.

Vale lembrar novamente sobre o que consideramos como dramaturgia, principalmente para as Artes da cena, pois ela não é estática, o texto pensado para o teatro tem como um dos seus objetivos mostrar pelo conjunto ordenado de ações e intenções, suscitar desenhos e movimento para a materialização de ideias e questões que circulam nos contextos do tema levantado. E também sobre a responsabilidade do dramaturgo, Zorzzeti (2007) afirma:

eu acho que o compromisso do dramaturgo é esse. Eu acho que o compromisso do dramaturgo é espelhar, é traduzir o seu meio, não é? Porque que é que eu iria escrever alguma coisa renunciando aquilo que me angustia, que me angustiava, que me angustia até hoje? Até porque é uma angústia universal. O que acontece aqui em Goiás, acontecia politicamente etc. e tal, reflete o que acontecia no Brasil inteiro. Por que é que eu vou me divorciar dessa linguagem? É a minha linguagem! E outra coisa, eu sempre tive comigo a ideia, agasalhei essa ideia de que se eu não conseguir transformar ou denunciar os elementos que estão imediatamente ao meu redor, o quê que eu... entende como é que é? Que tipo de dramaturgo eu sou? [...] na hora que eu olhar pra trás, já estou começando a olhar, eu quero ver que eu desenvolvi alguma coisa em benefício da minha comunidade. (Zorzzetti *apud* Dallago, 2007, p. 102).

Além de motivações pessoais quer fazer das suas visões da sociedade do seu tempo poesia social, ou melhor, o comediógrafo está preocupado em trazer entre os risos, reflexões sobre o comportamento

⁵ Apresentado no dia 9 de novembro de 2016. Pela 15ª edição da mostra, direção de Gilvana Machado com os formandos da turma 4151. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sdLAvZYB6Xk>. Acesso em: 5 ago. 2022.

goiano que caminham por lógicas que podem dar indícios do que Bertran (2006) buscou sobre a goianidade.

Iremos de agora em diante entender os contextos que forjam essa dramaturgia, a fim de compreendermos qual é a imagem de Goiânia; o dramaturgo, em seu labor, engendra e cria entre personagens, situações dramáticas e visualidades que compõem o texto *Goiânia, Goiânia*.

A dramaturgia

Além de escritor, se considerava um homem de teatro, fundou e abriu muitas instituições como a Escola de Artes Veiga Valle⁶, que posteriormente se tornou um centro de referência em formação técnica em Artes, a Escola Basileu França, também criou o curso de graduação em Artes Cênicas na Universidade Federal de Goiás, não se esquecendo de que foi autor de livros que abrem perspectivas de pesquisa sobre memórias e histórias do teatro goiano. Escreveu inúmeras peças, comediógrafo de mão cheia, Hugo Zorzetti foi funcionário público do governo estadual e ao mesmo tempo oposição. E com a acidez das suas obras, criticando maneirismos dos representantes do poder público para com a sua população.

Nesse sentido, Hugo faz uso amplamente não só de situações bem próximas a ele, mas também de um longo catálogo de acontecimentos reais que, de alguma forma, incomodam-no e o movem à escrita dramática. Através da literatura dramática e, num momento posterior, da montagem teatral propriamente dita a partir destes textos, Hugo desenha um reflexo estético de seu meio, de sua cidade, dos acontecimentos políticos, relações sociais e do panorama histórico, preenchendo sua escrita com diversos motes ligados a casos verídicos, imediatamente passíveis de reconhecimento pela plateia. (Dallago, 2016, p. 15).

⁶ Antigo Colégio Carlos Chagas que ficava no Setor Leste Universitário.

De humor altamente crítico, tanto no comportamento dos personagens como nas situações embaraçosas colocadas nas suas comédias, o escritor goiano não deixou passar despercebido nem o subtítulo de uma das suas versões de *Goiânia*, *Goiânia* como a expressão em inglês *seat down*, ou seja, sente-se, fazendo algum tipo de alusão ao conforto (ou não) do ato de sentar em um veículo (público ou privado). Outro significado é o antagonismo com a expressão *stand up* como o flagelo de ficar de pé durante o trânsito caótico no deslocamento de um lugar a outro.

Artista de críticas engenhosas e plurais, atuou como professor de teatro e foi conhecedor da literatura de teatro como poucos, Zorzetti crítica sobre o tipo de comédia que o *stand up comedy* tem por objetivos exclusivos o entretenimento, não tendo outras preocupações que não seja essa. Outra aproximação que não pode ser deixar passar, por coincidência ou não, também é o título de um dos poemas, de número 10, para o manual dos habitantes de cidades do dramaturgo alemão Bertold Brecht, que associa a passividade do ato de se sentar e relaxar enquanto o mundo vive o caos, vira sinônimo de um cidadão idiota.

Adentrando mais, a dramaturgia sobre a capital goiana contém três versões, sendo que todas estão organizadas preponderantemente em sua estrutura por vários quadros e cenas musicais escritos pensando no formato de opereta. As primeiras informações do texto é que se tenha em cima do palco:

seis banquetas de 70 cm de altura (madeira ou metal), dispostas ao lado umas das outras, separadas por algo em torno de 50 cm. Após de cada uma delas, em espaço que permita o trânsito de uma pessoa entre elas, uma penteadeira com lâmpadas e vidros falsos, imitando um tocador desses usados em camarins de teatro. As penteadeiras serão confeccionadas em papelão reciclado de caixas de embalagens, de modo que permitam ser dobradas e ocuparem um espaço pequeno nos veículos de transporte. Ao

lado de cada uma das penteadeiras, um suporte do tipo cabideira, onde se pendurarão os figurinos do ator que a ocupará, usados durante o espetáculo. Na frente de cada banquetta, um microfone de pedestal, do tipo antigo, usado em estúdios de rádios. (Zorzetti, 2010, p. 1).

O ambiente envelhecido juntamente com material reciclado proposto mesclam-se com os bastidores dos atores e atrizes, proporcionando uma não divisão entre palco e coxia. Em seguida, um jogral com estrofes que tratam Goiânia não como uma cidade e sim como pessoa, um recurso que permite a personificação de um lugar, um espaço em uma relação estreita, íntima, narrando o acontecimento vivido, compartilhando momentos singulares da cidade/sujeito Goiânia.

Vem logo uma música cantada em dueto que novamente coloca Goiânia como sinônimo de menina que está crescendo, nem criança nem adulta:

Da menina inda brejeira
Interiorana e sem malícia
Pra quem se o pecado existe
É só incerta notícia
Que vem doutro lado do mundo
Tenho medo que se perca
Nos frios desvaios de urbana
A menina que acena pra Lua
E esquece os sonhos na rua
Toda vez que vai pra cama. (Zorzetti, 2009, p. 2)

Essa estrofe mostra através dos seus versos a comparação da capital goiana com as demais cidades, o artista mostra que a ideia de urbanidade não tem coerência, reforçando a distância física e geográfica como a distância entre os costumes e a Goiânia/menina se perca neste caminho das “novas” descobertas.

Após esses versos cantados, há a narração de um ator/personagem relatando acontecimentos no ato de dirigir na cidade quando há chuva

e sinaleiras, a descrição da rotina de dia e noite e nas estações (principalmente nas chuvosas). Na sequência a cena cantada intitulada *Alá Goiânia* onde Pai e filho dentro do carro na estrada a caminho para a capital, há um tom de aflição para que chegue logo, ambos não aguentam mais o tanto de curva. Outra cena surge de Pai e filho(a), ambos com características do interior do Estado diálogos cômicos na relação do trânsito com os fenômenos da natureza, exemplo comparar semáforos com vagalumes, pois ambos nesta estação piscam de maneira aleatória.

Logo após vem uma narração sobre os temas: a população dos cachorros em Goiânia, pichadores e condomínio. Agora com a cena que mostra todos esses temas juntos em uma situação em que moradora de classe média e dona de um cachorro, Dona Ismênia, discute com síndico, Darci Accorsi⁷. O diálogo rimado descreve fatos históricos, políticos exigindo do espectador algum conhecimento sobre a capital.

MULHER - Não, Impostura!

Meu Jr., é uma doçura

Será que não me entende?

É um cachorro de linha

É um dos dez mais do latido

Na coluna do Artur Rezende.

SÍNDICO - Ninguém lhe aguenta o som

MULHER - Vai comigo pro Rali do Baton

SÍNDICO - É uma desgraça, o cachorro, Um terrorista, um pária.

MULHER - Desfila comigo na Pecuária

SÍNDICO - Um cínico, um mangano

MULHER - Vai ganhar o Tiocô este ano. (Zorzetti, 2013, p. 9).

O processo de justificação da importância do cachorro através da sua participação nos muitos eventos representativos da cidade como a

⁷ Alusão quando foi prefeito em Goiânia (1993-1996).

participação na coluna de Artur Rezende⁸, o Rali do Baton, a festa da exposição agropecuária que acontece anualmente e ter ganhado o prêmio o troféu Tiôko⁹ mostram de maneira um tanto jocosa os mecanismos do *status quo* e sua manutenção a partir de sua participação em eventos de destaque na cidade assim ganhando a chancela de ser cachorro/cidadão importante.

Além de criar tensões entre deveres e direitos entre humanos e animais dentro do condomínio residencial. Após essa cena o cachorro feito por um dos intérpretes canta uma música com o nome: cachorro intelectual, seguido de canção do cocô cantada pela personagem Dona Ismênia:

Canção do Cocô
 Vou atrás, vou atrás
 Com uma sacolinha
 Pra catá muita merdinha
 Do meu querido terriê
 Ele agacha, ele espreme
 E eu atrás quando ele geme
 Vou coletando o seu cocô
 E com isso eu dou u'a prova
 Ao mostrar essa faceta
 De ser um correto ecolobosta
 Preservando o meu planeta. (Zorzetti, 2010, p. 9).

A escatologia ganha ares risíveis, mas o discurso é construído para evidenciar futilidades e associações um tanto bizarro entre catar cocô e preocupação com o meio ambiente, este último circulou por um tempo

⁸ Ver mais em: <https://orizonaemfoco.wordpress.com/2010/03/23/mas-quem-e-arthur-rezende-filho/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

⁹ Tiokô – significa “Boneca Karajá”, esse troféu é uma estatueta de bronze com o formato de uma figura humana. Foi inspirado na boneca de cerâmica feita pelos índios Karajás e estilizado pela artista plástica Dina Cogolli. Esse prêmio foi criado em 20 de março do ano de 1974, pelo então presidente da União Brasileira de Escritores-Seção Goiás, escritor e dramaturgo Miguel Jorge, que o Diploma de Honra ao Mérito que a UBE-GO concedia às pessoas que se destacavam nas letras e nas artes.

por causa do acidente radioativo Césio 137, onde a imagem da cidade foi marcada e depois ações institucionais por parte dos governos estadual e municipal para criar uma “cidade verde”.

Continuando com a análise desta dramaturgia, agora é outra narração intitulada pelo dramaturgo de *Seat Down*, questiona o crescimento vertical da cidade. Própria de uma vontade de quem morava em Goiânia nos anos 1970: “surgiram prédios e apartamentos, em que a funcionalidade substitui o desejo de afirmação pela diferenciação (pelo menos externa) própria do ser humano” (Oliveira, 1999, p. 146-147). Desdobramento desta questão é a forma de utilização das calçadas. Em seguida, a música especificamente sobre a calçada e os costumes goianienses da sua utilização que são muito menos para uso dos pedestres.

Depois há o *Seat Down* sobre ter carro novo, e como isso interfere em nosso comportamento, como, por exemplo, desviar das multas de trânsito com desculpas de caronas ou porque está deixando alguém no ponto de ônibus ou até mesmo afirmar insistentemente de nunca ser culpado em uma batida de trânsito. A próxima cena é o marido que chega em casa e conversa com sua esposa, Noêmia, sobre seu envolvimento em uma batida de trânsito e como resolveu ao modo “goiano”. Terminando este quadro a música *Motoca* narra sobre a transição dos meios de transporte de Goiânia através das gerações:

Meu bisavô tinha um cavalo
 E trotou por muito chão
 De Inhumas pra Goiânia
 Sete dia de galope
 Mais de treis de caminhão
 Meu avô de bicicleta
 Se jogava nas estrada
 Descansando nos cupim
 Suas perna flagelada
 Foi rompendo mata-burro

E cortando matagal
 De Trindade pra Campinas
 Vinte hora de mateira
 Meio dia de pedal.
 O meu pai comprô a crédito
 Numa loja da cidade
 Uma Xispa barulhenta
 Nem motoca, nem lambreta
 Meio rouca, fumacenta
 De Goiânia pra Campinas
 Uma hora e quarenta. (Zorzetti, 2009, p. 09).

Esse trecho remonta de forma lúdica, o início da construção da nova capital da década de 1930 para 1940, pois antes de existir a avenida anhanguera entre os 6 km atualmente fluídos do centro de Goiânia a Campinas, anteriormente eram separadas por pequenas estradas de terra em meio a uma grande área densa de mata do cerrado. Exigindo outras rotas para se chegar ao destino. Zorzetti faz um jogo do presente rir de um passado, onde a cada geração busca sua evolução a partir da evolução dos meios de locomoção. Seguindo o texto, outro *Set Down*, agora sobre adesivos pregados em carros com mensagens de cunho ao culto à cristandade, e uma crítica a frota de carros de Goiânia que cresce mais que o índice do desenvolvimento humano.

Na sequência uma canção onde personagens são homens e mulher grávida, adoentados vindos de outras cidades do Estado de Goiás para se tratarem na capital levados pelas ambulâncias de seus municípios.

O prefeito da cidade
 Com toda facilidade
 Pegô a verba da saúde
 E comprou alguns nelore
 Comprou cavalo e dois mil bode
 Inda investiu em avestruz
 E pro povo da cidade
 Resolveu por caridade

Pra atender nossas duença
 Reformá uma ambulância
 Pra socá o perrengado
 Pra trazê pro Hospital de Urgência. (Zorzetti, 2010, p. 16).

Nesta estrofe todos cantam, a cena denúncia zorzettiana mostra outra imagem, a da prática das outras prefeituras quando se trata de saúde enviar massivamente os atendimentos ligados à saúde para a capital. Prática feita desde o início do processo de planejamento estatal e reforma administrativa no governo Mauro Borges (1961-1964) onde: “Na Secretaria da Saúde e Assistência Social, as metas prioritárias foram cumpridas em 1963, onde a criação da Organização de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO), veio atenuar problemas de saúde considera dos crônicos para a sociedade goiana” (Luz, 1987, p. 177).

Considerando proporções à parte, como o crescimento não organizado e o aumento da população, o problema da precariedade do SUS no Estado de Goiás permanece, e o processo de centralização destes recursos tanto de estrutura e infraestrutura trazendo sobrecarga e morosidade aos tratamentos necessários para as doenças mais variadas, anulando o processo preventivo. Dito isso a próxima cena do discurso do vereador sugerida cenograficamente em um púlpito na câmara de vereadores de Goiânia, e que, de maneira prosaica e bairrista, defende que a saúde tem que ser somente para a capital e não atender o interior. Descreve um conjunto de doenças que são tratadas, relatadas com seus nomes populares.

Seguindo a dramaturgia, a narração do *Set Down* sobre Botecos, farmácia e igrejas na cidade e sua ocupação espacial dando formas um tanto peculiares a cidade. Uma delas é evidenciada por vários personagens que representam os frequentadores de boteco e ao serem entrevistados o porquê não dão descarga no vaso. As respostas são

logicamente cômicas no ponto de vista de suas resoluções. Em seguida uma cena de um casal que frequentava os mesmos botecos juntos, e agora com a separação, também fazem a separação dos botecos que querem frequentar, como uma espécie de divisão de bens.

Agora o *Set Down* sobre o Carro e o comportamento goiano, comicamente bem ácido no sentido de como pessoas sacrificam a qualidade de suas vidas para ter um carro, depois o tipo de carro relacionado com personalidade ou profissão do goianiense. Logo após ou narrativa feita por outro personagem que conta as peripécias da engenharia de trânsito nas mudanças das ruas e como isso interfere no comércio e em outras rotinas da cidade. Como, por exemplo, a mudança de mão, interferindo no fluxo dos carros, como o comportamento dos comércios na avenida 85¹⁰.

A parte final da dramaturgia de Goiânia, Goiânia é a cena do catador de papel que, mostrando o contraste deste sujeito que circula pelas ruas puxando seu carro, para uns, um estorvo no asfalto, para outros, alguém que busca sustento. Entretanto, essas realidades coexistem junto às aspirações de modernidade que a cidade quer.

E para fechar o ciclo dramatúrgico o final termina como começou: com atores e atrizes declamando uma poesia social. Contudo sobre a cidade/rotina, suas violências e sua insensatez. A diferença que durante todo o texto teatral propõe ser risível, o final ao contrário, questiona para onde estamos indo. E finaliza com essa pergunta que se repete: “O que fizemos de nós mesmos?” (Zorzetti, 2009, p. 21).

¹⁰ Localizada entre o centro da capital e cruzando os bairros nobres da cidade, é uma das avenidas mais congestionadas da cidade, segundo a Agência Municipal de Trânsito de Goiânia (AMT). Nesta mesma avenida se encontra o monumento dos Três Marcos é uma referência aos primórdios da urbanização da cidade.

Considerando toda dramaturgia e suas proposições colocadas anteriormente, partimos agora para a encenação. Lugar onde a materialização das ideias se dão na prática onde outras noções sobre a imagem da cidade de Goiânia se sobrepõem e/ou se mesclam, criando possibilidades da percepção sobre a obra.

A encenação

No ano de 2010 o Teatro Exercício aprovou um projeto na Lei de incentivo à cultura¹¹ para a montagem e circulação do Espetáculo Goiânia, Goiânia que no ano se efetivou fazendo temporadas no Teatro Carlos Moreira¹² e no Teatro de Bolso Cici Pinheiro – Casa das Artes¹³ (hoje inexistente, demolido pela especulação imobiliária, virou uma quadra descampada) além de apresentações em bairros do entorno de Goiânia.

O projeto foi iniciado por Zorzetti e com os atores da casa, mas por questões de agenda e outros compromissos e prazos para a execução do projeto (pois, infelizmente, não tem como viver somente de teatro nesta cidade). Nilton Rodrigues¹⁴ assumiu a direção do espetáculo dando outras características para a encenação, contudo não fugindo do que poderia se produzir sobre a imagem de uma cidade como Goiânia e seus problemas.

¹¹ A montagem recebeu recursos da Lei Goyazes e tem o patrocínio da Belcar Caminhões e Ônibus Ltda.

¹² Localizado na Rua 8 (rua do lazer), s/n - St. Central CEP 74023-020.

¹³ Localizado na Avenida Anhanguera, Esquina com Rua R1, St. Oeste, nº 7.050 (próximo ao Lago das Rosas e em frente ao Teatro Inacabado). Ver também em: <http://casadasartessgo.blogspot.com/p/teatro-de-bolso.html>. Acesso em: 4 ago. 2022.

¹⁴ É diretor desde 1979, quando fundou o Teatro Opinião, ligado ao Sesc. Com esse grupo, conquistou os prêmios de Melhor Espetáculo e melhor direção, no Festival Nacional de Teatro de Campinas (SP), em 1979, com a peça *O Casaco Encantado*, de Lúcia Benedetti, entre outros. Esteve por algum tempo afastado do trabalho de direção, que retoma agora. Suas últimas montagens foram *Amor por Anexins*, de Artur Azevedo, com Mirelle Araújo e Rubens Rodrigues, e *A Noiva do Condutor*, adaptação de uma opereta radiofônica escrita por Noel Rosa, que levou ao palco com o Grupo Último Tipo.

E para compor a ficha técnica convidou o violeiro Catupé no lugar de Jorge Cosmo¹⁵ para a realização da trilha sonora, juntamente com Adriana Caldas¹⁶ que também foi a produtora executiva, para a concepção dos figurinos, cenário e maquiagem Thiago Santana¹⁷. E para a iluminação Ilson Araújo¹⁸, sendo ele e o atual diretor dos espetáculos membros fundadores do Teatro Exercício e participando ativamente neste coletivo formado para o espetáculo em 2011.

No elenco de atuação, além do diretor e cenógrafo, contou também com as atrizes Amanda Nascimento, Amábile Nascimento¹⁹ e o ator Edimar Pereira. A encenação tem como temática inicial o trânsito, assim toda a visualidade do espetáculo é concebida com elementos ligados diretamente a peças de automóveis, como também todo material cênico – adereços e cenário – feitos de sucatas de peças de automóveis, paletes que são madeiras de embalagem de peças de caminhões. Assim, essa transposição do lixo produzido pelo sistema da indústria automobilista e do transporte de Goiânia para uma concepção estética, colocada ali, para cima de um palco necessita de um trabalho laborioso entre todos os artistas envolvidos.

Esta versão encenada em 2011 com direção de Nilton Rodrigues conta com elementos importantes, tanto que, no percurso do desenvolvimento desta encenação, os atores e atrizes compõem a cada quadro outros cenários com os mesmos elementos dispostos: canos de escapamentos, calotas, filtros de ar, painéis, guidões, pneus, carcaças de

¹⁵ Fez dupla com o ator Mauri de Castro criando a atração dos comediantes Vira e Mexe.

¹⁶ PRODUTORA CULTURAL NA ARTE BRASIL PRODUÇÕES DE EVENTOS.

¹⁷ Ver mais em: <https://indelicada.com/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

¹⁸ Ver mais em: ZORZETTI (2014, p. 188), **Memórias do teatro goiano**: a cena na ditadura. v. 3. Goiânia: Editora UFG, 2014, 256 p.

¹⁹ Ver Duo Asas de Aquarela em: <https://www.youtube.com/channel/UCy9Yp183TaR52moXOPyoG0g/about>. Acesso em: 20 jul. 2022.

farol, antenas e retrovisores. O espetáculo manteve o que a dramaturgia propôs enquanto dinâmica na alternância entre canções, quadros e monólogos *seat down*.

Um dos quadros que fica evidente são as peculiaridades do comportamento goiano, quando o marido conta a sua esposa seu recente envolvimento em um acidente de trânsito:

ELA - Bem, pelo menos ocê jogou o miserento a quinze metro, né, benzim?
ELE - Quinze metros é um cálculo aproximado, né, Noêmia? Num posso ficar me vangloriano, não, que num é uma conta segura. Infelizmente pode até ser que nem tenha ido a dez. É difícil saber. Ainda mais olhando pelo retrovisor, né!?

ELA - Eu fico preocupada é com os danos físicos, mor? Deu procê vê os danos físicos, coração?

ELE - Um amassado do lado direito, o retrovisor da porta esquerda e um afundado no porta mala.

ELA - E o motoqueiro, môr?

ELE - Teve mais sorte o filho da mãe, a moto caiu em cima dele, amaciô o baque e nem deve ter amassado muito. Eu é que fiquei mais no prejuízo! Eu fico puto com uma coisa dessas, Matilde, ocê atropela a porra dum cara, dá uma pancada de frente e o miserável rodopia, faz uma puta duma ginástica sacana no ar, se contorce todo, dá uns mil currupio de circo, só pra amassar a parte de trás, pô! Eu peguei o fié da puta na frente, o quê que o miserável tinha de me fudê a parte de trás!

ELA - Prestou assistência, amor?

ELE - Que nada, ficou deitado lá no asfalto, todo manhoso. Nem deu bola pros meus prejuízo. Mas eu peguei a chapa dele pra levá o orçamento pra ele, depois que ele sair do hospital.

ELA - Tem testemunha, vidinha?

ELE - Acho que não! Eu corri e entrei no primeiro estacionamento que vi na frente. (Zorzetti, 2010, p. 13).

Os elementos trazidos inicialmente pela dramaturgia, mas sublinhados nesta parte da encenação, é a crítica ao tipo de pensamento que a classe média goiana leva a cabo, ao ponto de inverter as preocupações do estado de vida humana ao estado de condições do seu

veículo. A intenção da encenação é exagerar essa situação ao extremo, para mostrar a lógica mesquinha de como se portar em uma cidade em um acidente de trânsito. O riso inicialmente, pode ser por parecer absurdo, todavia, quando analisamos mais de perto, verifica-se que esse tipo de postura circula e que de alguma forma faz parte da imagem da cidade. Essa lógica é uma espécie de signo que permanece nas relações com o cotidiano.

Imagem 1 – Grupo de Teatro Exercício. Cena do espetáculo Goiânia, Goiânia no Teatro de Bolso Cici Pinheiro 2011



Fonte: Acervo Edimar Pereira (2011). Fotografia: Gilson Borges.

Esta cena é performada pelo ator Thiago Santana e a atriz Amábil Nascimento, onde seus figurinos são compostos fazendo alusão ao um coronel bronco, de paletó branco, calça marrom, camisa, calça, cinto de fivela grande e uma bota de couro, a sua esposa Noêmia, uma mulher antenada com as modernidades da cidade, e com sua autoimagem, seu figurino é uma peruca loira, uma blusa/vestido nas cores azul e verde claro e uma calça cor da pele que serviu como peça coringa para a realização de outras cenas, sem esquecer dos seu adereços que é sua bolsa e uma cadela *poodle* de pelúcia.

Ao fundo um abajur feito com filtros de ar e de combustível de caminhão, a poltrona que o marido está sentado é feita de dois pneus, o

sofá são dois paletes encaixados de forma que quando abrissem se transformassem no móvel. Ao fundo um brasão de Goiânia, contudo, o que está escrito é o nome do Espetáculo e do Grupo de Teatro.

Outra escolha estética são os monólogos à moda *stand up*, que são feitos com os intérpretes sentados. Quanto à trilha sonora, ela minuciosa em suas letras compostas pelo próprio dramaturgo e ficando a cargo de cada montagem a composição da melodia, na encenação de 2011 foi composta pela viola do músico Catupé que se inspirou nas manifestações dos ritmos da cultura popular presentes no estado: guarânia, chamamé, catira para criar uma paisagem sonora e também não abrindo mão do rock, blues, rap e funk, todos adequados para o contexto goianiense da encenação.

Então neste jogo entre as canções, cenário e o desenho de cena realizado pelos atores e atrizes foi constituído durante o espetáculo foi criado imagens dos monumentos que representam uma imagem institucional de Goiânia, as estátuas: de Pedro Ludovico Teixeira, fundador de capital, das Três Raças e o Anhanguera.

Imagem 2 – Grupo de Teatro Exercício. Cena do espetáculo Goiânia, Goiânia no Teatro de Bolso Cici Pinheiro 2011



Fonte: Acervo Edimar Pereira (2011). Fotografia: Gilson Borges.

Esta imagem é a transição entre quadros da encenação que mostra uma síntese da imagem da cidade na esquerda a estátua das Três Raças²⁰ segurado por três personagens de cidadãos goianienses vestidos por roupas desgastadas em tom pastel marrom, onde o pilar de sustentação é composto por filtros de ar de caminhão, conotando a construção da cidade pelas peças de veículos que são os novos signos da cidade.

A atriz que está em cima dos mesmos filtros de ar que se tornam o elevado, segurando com a mão direita o bastão representando o bacamarte, com cinto de tecido e com uma caneca pendurada e em sua mão esquerda com uma calota de carro como representação de uma ferramenta para garimpagem aurífera produz, criando cenicamente a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva²¹. E do lado direito desta imagem o ator sentado em cima de dois filtros de ar com um escapamento de carro simboliza a polêmica estátua²² do fundador da nova capital do estado, o Doutor Pedro Ludovico Teixeira.

Ao fundo da imagem, além da realização da trilha sonora do espetáculo que passa pelas músicas da tradição da cultura popular goiana, os dois instrumentistas compõem a imagem que representa os folguedos, festas e manifestações culturais típicas do estado goiano. Nas laterais compondo a visualidade um carro, roda de bicicleta e sucata.

A partir do momento que ilustramos até aqui a relação da encenação do Espetáculo Goiânia, Goiânia com alguns dos monumentos

²⁰ Escultura localizada no centro da Praça Cívica Doutor Pedro Ludovico Teixeira, esculpido em bronze em 1968 pela artista plástica Neusa Moraes.

²¹ Criada pelo escultor Armando Zago. O monumento foi instalado no que era a Praça Atílio Correia Lima, que ficou popularmente conhecida como a Praça do Bandeirante. Foi tombado como patrimônio histórico pela Prefeitura de Goiânia em 1991. Atualmente o local não tem mais a configuração de praça devido às adaptações feitas na Avenida Anhanguera.

²² Ocorre a mudança de local da estátua, onde a mesma perde a sua visualidade para onde foi inicialmente projetada. Ver mais em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/altura-de-est%C3%A1tua-de-pedro-ludovico-vira-nova-pol%C3%AAmica-1.967392>. Acesso em: 6 jul. 2022.

que representam a cidade, vamos agora analisar do ponto de vista de Bertran (2006) e Oliveira (1999).

A imagem da cidade

Tanto no que se refere à dramaturgia e à encenação do espetáculo *Goiânia, Goiânia* escrita por Hugo Zorzetti e encenada pelo Grupo de Teatro Exercício, podemos considerar o conceito de ficcionalidade de John Rusen: “é a operação mental que transforma as fontes com sentido e significado em uma narrativa histórica” (Rüsen, 1996, p. 91). Lembrando que não é uma narrativa nos moldes aristotélicos de começo, meio e fim, e sim de fatos e acontecimentos transformados em vários quadros, onde cada um se encerra em si mesmo possibilitando ao espectador perceber a coexistência dessas realidades sobrepostas no cotidiano de uma capital goiana.

Portanto, a imagem da cidade de Goiânia no viés do olhar atento e sensível do artista. Segundo estudo realizado por Oliveira (1999), que por esse prisma analisa a mudança cultural, iniciando da recente transferência da capital até os anos 1990, em que o pesquisador se respalda nas mais variadas fontes a exemplo de capas de listas telefônicas até causos contados por figuras marcantes, contrapondo, ou, pelo menos, suspeitando de fontes oriundas somente do círculo acadêmico. Seguindo de certa forma no fluxo proposto pelo movimento da História Cultural que possibilitou considerar fontes que outrora não poderiam fazer parte de uma pesquisa acadêmica considerada séria.

Para respaldar essa progressão dessas mudanças culturais Oliveira (1999) utiliza o conceito de tradição conforme as décadas de 1940 e 1950, problematizando as acepções de cultura província. Na sequência de 1960 e 1970 o conceito de cultura moderna e de cultura pós-moderna em 1980

a 1990, quando infere que essas transformações não são coniventes com o pensamento dos setores sociais, questionando a ideia de unidade associada à identidade goianiense, valendo-se da categoria ambiguidades para dar conta da diversidade das narrativas sobre a imagem de Goiânia.

Outro pesquisador preocupado com a imagem da cidade e do Estado enquanto produção de historiografia da história de Goiás, é o historiador Paulo Bertran, que discute associações entre a forma do bioma do cerrado e a cultura histórica do Planalto Central.

Bertran (2006), sobre a memória insuportável, argumenta:

a disciplina da História deveria unificar tudo isso, ao real e ao imaginário histórico, mas não pode fazê-lo porquanto as auto-imagens ou os auto-estereótipos são indissociáveis da natureza humana e o homem é incapaz de ver-se sem isso. Às vezes cogitamos se a lembrança da História não é insuportável ao homem. (Bertran, 2006, p. 62-63).

Neste sentido, o espetáculo encenado em 2011, o teatro encenado sobrepondo imagens, estereótipos e arquétipos a partir do conjunto de signos que possam de maneira estrutural trazer o que o autor chama de disciplina da História. O pesquisador ainda alerta, enquanto pesquisador das ilusões criadas pela busca desta uniformidade da memória, acerca de um aristotelismo linear e progressivo da construção da história e, por último, e não menos importante, das generalizações passivas de uma interpretação de narrativas consideradas estáticas e estanques ao seu tempo.

Assim, tanto a dramaturgia zorzettiana quanto a encenação entram no que Bertran (2006, p. 64-65) reafirma considerarmos, enquanto pesquisadores, a subjetividade portadora de um conjunto elementos que passam por outros canais de percepção e que temos que trocar de óculos, pois os três paradigmas (decadência, Goiânia,

penetração do capitalismo) estão invisibilizando outras perspectivas de pesquisa sobre as lacunas de investigação destes passados. Não considerando o que é tachado de senso comum ou degeneração da história.

De certa forma, montando uma espécie de barricadas de um pensamento estéril, que bloqueie outras possibilidades historiográficas, ou algum tipo de totem do mito absoluto do passado do povo goiano, uma espécie de crença que não tem variante, vista com as mesmas lentes paradigmáticas. Paulo Bertran faz um convite a ver, rever e inverter os objetos, os tempos, a história e as imagens de si afirmando que “o povo goiano não teve tempo para pensar em história. Esteve o século todo ocupado em construir cidades e montar fazendas. Agora que essas coisas estão prontas é hora, talvez, de ter tempo para pensar em si próprio e encontrar sua imagem de história.” (Bertran, 2006, p. 67).

Portanto, o teatro deve ser entendido aqui como rompimento com esses paradigmas de uma historiografia de Goiás, e aqui especificamente neste trabalho é entendido em duas dimensões: a dramaturgia e a encenação. A primeira é a dimensão da escrita como mapa para uma montagem com rubricas com descrições detalhadas dos lugares, ações e personagens que estão envolvidos e que devem orientar até certo ponto diretores e atores para a construção da obra. Na segunda, as atividades investigativas/criativas para materializar as cenas o mais próximo possível das ideias do dramaturgo por meios de leituras de mesa nas perspectivas verticais e transversais na tentativa de apurar as elipses que o texto pode trazer, seguindo por ensaio para experimentar personagens, vozes, corpos, gestos, nuances distintas a fim de se aproximar da dimensão estética e ética da obra para a percepção de outras possibilidades das imagens sobre Goiânia.

O processo criativo deste espetáculo não se baseou somente pelo modelo textocêntrico, ou seja, onde somente o texto é a fonte única e principal para a construção da encenação, pois existem vários tipos de processos criativos que podem construir uma encenação. Com a utilização de imagens, depoimentos, jornais, pinturas, músicas e entre outros como processo de pesquisa do artista, a fim de reunir e compor uma dramaturgia, uma encenação, um corpo, uma voz e uma imagem da cidade que está além dos paradigmas da modernidade, província e progresso.

Considerações finais

Parte desta pesquisa só foi possível por causa de Taís Helena Miotto que cedeu gentilmente as fontes, sabendo da importância da obra de Zorzetti para o teatro goiano, como também para a História das Artes no Estado de Goiás. A Nilton Rodrigues e Ilson Araújo integrantes do Teatro Exercício desde os primórdios, obrigado pelas valiosas contribuições.

Essa encenação tinha como o tema central o pensamento e o comportamento goianiense pormenorizados pela figura do dramaturgo que encarnou suas percepções e de um coletivo para fazer da sua obra outra face da cidade.

Também ao Professor Rildo Bento que proporcionou a disciplina: os caminhos teórico-metodológicos da produção historiográfica sobre Goiás, junto aos colegas que a cada encontro surgiam inquietantes provocações sobre as histórias contadas e as que deveriam ser contadas.

A linha de pesquisa sobre a História do Teatro Goiano vai ganhando aos poucos mais espaço, para evitar o apagamento de uma arte tão efêmera como o Teatro feito em nosso Estado. Diferentemente da

grande produção que ocorre em tempos atuais como também a quantidade maior de fontes, isso é bem recente da última década para cá. Neste sentido, a História Cultural e a História Oral são alguns outros lugares que podem se pensar metodologicamente uma produção historiográfica para o Teatro.

Referências

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, ano VIII, n. 1, p. 62-67, 2006.

DALLAGO, Saulo Germano Sales. **A palavra e o ato**: memórias teatrais em Goiânia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, GO, 2007.

_____. Dramaturgia, memória e mito: a cena do teatrólogo Hugo Zorzetti. In: **Anais IX Congresso Da Abrace: Poéticas e Estéticas Descoloniais - Artes Cênicas em Campo Expandido**. Uberlândia/MG: ABRACE/ UFU. v. 17, n. 1, 2016.

LUZ, Josélio Mendes. **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás**: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, GO, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, GO, 1999.

RÜSEN, John. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

Fontes

ZORZETTI, Hugo. **Goiânia, Goiânia...** Do Café Central ao Bar do Jiló. Dramaturgia produzida na versão 1, Goiânia, 2009.

_____. **Goiânia, Goiânia...** Opereta seatt down bairrista. Dramaturgia produzida na versão 2, Goiânia, 2010.

_____. **Goiânia, Goiânia...** Opereta bairrista. Dramaturgia produzida na versão 3 Goiânia, 2013.

Sites consultados

<https://www.youtube.com/watch?v=7bJvlhfwVM&t=23s>

<https://www.youtube.com/watch?v=sdLAvZYB6Xk>

<https://orizonaemfoco.wordpress.com/2010/03/23/mas-quem-e-arthur-rezende-filho/>

<http://casadasartego.blogspot.com/p/teatro-de-bolso.html>

<https://indelicada.com/>

<https://www.youtube.com/channel/UCy9Yp183TaR52moXOPyoG0g/about>

<https://opopular.com.br/noticias/cidades/altura-de-est%C3%A1tua-de-pedro-ludovico-vira-nova-pol%C3%AAmica-1.967392>

A CASA QUE SE TORNOU MUSEU: NARRATIVAS SIMILARES NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA LOCAL E REGIONAL

*Michael Douglas dos Santos*¹

Este texto tem como objetivo abordar o processo de constituição de alguns museus no Estado de Goiás, pois notam-se algumas semelhanças no que concerne à estruturação desses espaços de memória. Não obstante, entende-se que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (Nora, 1993, p. 9). Portanto, vale ressaltar, os museus estão sempre desempenhando um papel voltado à preservação de memórias, constituindo-se em uma instituição apta para executar o papel do Estado como agente na garantia de preservação de memórias (Cunha, 2017).

Além disso, as instituições museais buscam também representar uma memória e história local/regional. Diante disso, partiremos à análise das narrativas suscitadas em torno dos processos de musealização, bem como da transformação de espaços residenciais em casas-museus (Chagas, 2010). Para tanto, abordaremos neste texto os processos concernentes ao *Museu Pedro Ludovico*, *Museu Casa de Cora Coralina*, *Museu Histórico de Jataí* - Francisco Honório de Campos e o *Museu Couros de Formosa*, e assim, buscaremos abordar a memória desses espaços e de seus ilustres moradores(as) como um fator relevante à construção de uma memória local/regional.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Jataí - UFJ (2021). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (2024). Professor substituto no curso de História da UFJ. E-mail: michaeldouglas017@gmail.com

Dito isso, é importante especificar que estamos pensando os museus a partir do campo da História, ou seja, as reflexões que fazemos estão norteadas pelas problemáticas, teorias e metodologias pertinentes ao conhecimento histórico. Assim, advertimos: os olhares que os museólogos lançam para o museu não são os mesmos do historiador, pois, embora seja possível e desejável o diálogo entre estas diferentes áreas, os estudos de museus sob a perspectiva museológica têm metodologias e objetivos distintos dos nossos, historiadores e historiadoras.

Outrossim, Odalice Miranda Priosti e Hugues de Varine afirmam que “os museus podem ser entendidos como criações autênticas de suas comunidades, no seu trabalho de construção e sustentação de sua memória social” (Priosti; Varine, 2006, p. 56). Ademais, Myrian Sepúlveda dos Santos aponta que “os objetos presentes nos museus são resultados de uma multiplicidade de construções sociais e representações coletivas” (Santos, 2002, p. 100). Ou seja, podemos compreender que estas instituições estão sempre construindo memórias e narrativas, a partir de objetos retirados de seu espaço e tempo e através de um processo de reconstrução, interpelando passado e presente (Santos, 2020).

Ademais, as histórias perpetuadas no imaginário local dessas cidades, onde se localizam as respectivas instituições museais citadas anteriormente, vão ao encontro umas às outras, seja na forma em que estruturam o acervo museológico, as exposições ou mesmo na validação desses museus perante a transformação desses espaços de morar em lugares de memória coletiva (Nora, 1993). A respeito, Mário Chagas reflete que “cada um desses espaços arquiva e aciona sonhos e memórias, preserva e acende imaginações e reflexões” (Chagas, 2010, p. 5). No tocante, atentemo-nos às narrativas levantadas em torno de alguns museus em Goiás.

Das câmaras de maravilhas aos museus históricos

Iniciamos nosso texto pensando a concepção de museu ao longo do tempo, e em diferentes espaços, como na Europa e no Brasil. Nos séculos XVIII e XIX os museus europeus já se colocavam como porta-vozes de um discurso enciclopédico e universalista, desenvolvendo práticas classificatórias e educativas, o que, aliás, também era observado em outras instituições da época, como bibliotecas, arquivos, jardins zoológicos e jardins botânicos.

A professora e pesquisadora Patrícia Tavares Raffaini, ao se referir às primeiras instituições museológicas existentes na Europa nos séculos XVI e XVII, nos lembra que esses espaços se preocuparam em formar “coleções de objetos raros ou curiosos” que “receberam o nome de Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas” (Raffaini, 1993, p. 159). Segundo a autora, existiram centenas, ou mais, desses gabinetes espalhados pela Europa, mantidos por príncipes, casas reais, artistas, humanistas ou ricos burgueses, cuja finalidade estava na representação da cultura erudita, alinhada ao desejo de conhecer e colecionar o mundo à sua volta.

Ainda de acordo com Raffaini (1993), “em grandes coleções como na do Rei Frederico III (1648-1670), da Dinamarca [...] havia várias salas específicas por tipo de objeto: gabinete das medalhas, gabinete das curiosidades naturais, gabinetes das índias e outros” (Raffaini, 1993, p. 160). As classificações dessas coleções, por mais que pareçam não seguir uma regra, funcionavam como um sistema classificatório na organização e disposição dos objetos pelo gabinete, além disso, também representava poder e status social se apossar desses objetos. Ademais, as diferenciações entre os objetos perpassam categorias classificatórias, sendo elas: posição social, riqueza e outras.

Por conseguinte, esse sistema de classificação, bem como a constituição dos gabinetes, tem a ver com a inserção do homem na cultura erudita dos séculos XVI e XVII, quando passa a perceber e classificar o mundo ao seu redor. Neste contexto, os objetos de cultura material provenientes do “Novo Mundo”, ganham um novo sentido, são curiosidades de um mundo que acaba de ser descoberto. As expedições a outros países trazem não só mercadorias altamente vantajosas “mas também todo um novo saber, e novos semióforos: tecidos, ourivesarias, porcelanas, fatos de plumas, ídolos, fetiches, exemplares da flora e da fauna, conchas, pedras afluem assim aos gabinetes dos príncipes e aos dos sábios” (Raffaini, 1993, p. 160).

Ulpiano T. Bezerra de Meneses, em seu artigo “*Do teatro da memória ao laboratório da História: A exposição museológica e o conhecimento histórico*”, publicado em 1994, interpela que essas coleções de objetos materiais das mais diversas espécies organizadas pelos príncipes e senhores renascentistas funcionavam como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço do exercício de seu poder. Muitas dessas coleções da nobreza e realeza foram, posteriormente, apropriadas pelo Estado e tornadas públicas (Santos, 2023).

Todo esse processo de constituição dos gabinetes de curiosidade e, depois, museus, também influenciaram a criação dessas instituições no Brasil, pois, mais tarde, os museus passaram a ter conotação pedagógica e científica, contribuindo para os discursos de constituição das nações. Durante o governo D. João VI, por exemplo, tem-se a abertura do Museu Nacional, em 1818, cuja proposta se aproxima dos moldes europeus, sendo sua origem marcada pelo absolutismo português. Assim, no Brasil, os primeiros museus procuraram reproduzir a mesma fórmula

dos museus europeus, e surgem associados a discursos científicos e ao surgimento da nação.

Myrian Sepúlveda dos Santos aponta que “os museus, apesar de terem o privilégio de lidar com significados simbólicos, são parte de nossa sociedade e devem ser compreendidos, em parte, pelas transformações por que ela passa” (Santos, 2002, p. 115). Podemos citar outros museus criados no território durante o mesmo período, como o Museu do Instituto Butantan e o Museu de Zoologia de São Paulo, ou o Museu de Ciências da Terra, do Rio de Janeiro. Em nenhum desses museus o acervo remetia à história da civilização como o acervo do Museu Nacional e, mesmo neste museu, algumas mudanças ocorreram a partir das últimas décadas do século XIX.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1994) reflete que os museus históricos podem operar nas esferas espaço e tempo, no entanto, jamais podem escapar da sua ação característica, a exposição. Seguindo essa concepção, o museu histórico é aquele que opera com objetos históricos, servindo-se deles para formular e encaminhar os problemas que tiver selecionado como prioritários dentro de seu campo. Dessa forma, poderíamos dizer que

o museu histórico coleta, preserva, estuda e comunica documentos históricos. A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar inferências sobre o passado – ou melhor, sobre a dinâmica – da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos. Inferências são abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais “indiciárias” desses objetos e a informações sobre suas trajetórias. (Meneses, 1994, p. 39).

Nesse sentido, os museus históricos no Brasil, em sua maioria, propõem representar, por meio da cultura material ou imaterial, o

passado de uma sociedade; sendo assim, interferem diretamente na visão de mundo dos seus usuários e das informações apresentadas no espaço museológico. Além disso, os museus são aparelhos importantes na construção de identidades e produção de memórias, pois possibilitam que a sociedade tenha contato com versões de suas histórias, por meio das atividades realizadas, exposições de longa e curta duração, ações educativas ou outros trabalhos desenvolvidos por estas instituições (Santos, 2020).

O Museu Pedro Ludovico e o Museu Casa de Cora Coralina: uma cidade, uma casa e uma memória

De imediato, antes de adentrar a discussão é importante evidenciar que os estudos sobre o Museu Pedro Ludovico estão sendo articulados a partir das contribuições do professor e pesquisador Rildo Bento de Souza, em sua tese de doutorado². O autor se dedica a analisar o mito Pedro Ludovico Teixeira e como se constituiu o processo de preservação da sua memória, o que, de acordo com Souza (2021), tornou a figura de Pedro um mito à história política do Estado de Goiás. Ludovico ocupou não apenas um espaço de memória (Museu Pedro Ludovico), mas também outros signos que perpassam a cidade de Goiânia, como as ruas, avenidas e até mesmo os monumentos erguidos em sua memória. Entretanto, iremos nos concentrar perante o Museu Pedro Ludovico, o objeto de estudo deste texto.

Em 16 de agosto de 1979 ocorre a fatídica morte de Pedro Ludovico Teixeira, idealizador e fundador de Goiânia, a nova capital surge então como um indicador de modernidade, influenciando até mesmo a

² “A história não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira”, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2015 e publicada em formato de livro com o título “As raízes profundas do jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira”. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021.

construção/transferência da nova capital do Brasil, que viria a ser Brasília. É notável que a sua morte causará uma aflição em torno da esfera governamental de Goiás, pois não se sabia como proceder com o seu falecimento, o que levará a população goiana a se manifestar perante sua morte.

Nesse momento é compreensível que dada a sua importância enquanto fundador/interventor de Goiânia, seu velório não seria apenas obrigação de sua família, mas sim do Estado, pois se trata de um ex-grei, acima do povo, não apenas um mero figurante, sendo então um político duradouro para o Estado de Goiás:

a notícia levou milhares de pessoas ao velório que aconteceu na Assembleia Legislativa. Todos queriam tocar no caixão, num gesto de agradecimento àquele que mudou o rumo da história de Goiânia, que acelerou o crescimento de Goiás, com sua visão estadista [...] o trajeto foi feito a pé, numa procissão de tristeza. (Fernandes, 2003, p. 29 *apud* Souza, 2015, p. 184).

Dado o impacto de seu falecimento para a população goiana, em 1979, um mês após o ocorrido, o governo do Estado de Goiás sancionou a Lei 8.690, que criou o museu em homenagem ao fundador de Goiânia. Entretanto, apenas em 18 de maio de 1987, por meio do Decreto 2.712, é oficializada a sua criação, e assim o imóvel que Ludovico e sua família residiram foi desapropriado em 1985 para fins de implementação do Museu Pedro Ludovico:

Art. 3º - O MUSEU PEDRO LUDOVICO se constituirá da casa residencial, dos móveis, biblioteca, utensílios e de todos os demais pertences, inclusive suas roupas e objetos de uso pessoal, que a família concordar em alienar ao Estado, para conservação, com detalhes, da memória do fundador de Goiânia³ [...] O estado pagou pelo imóvel dezessete milhões de cruzados. (Souza, 2021, p. 287-288).

³ GOIÁS. **Lei 8.690**, de 25 de setembro de 1979.

Ademais, o Museu Pedro Ludovico foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás em 1981. Por se tratar de uma casa histórica, o que a distingue das demais residências é que a mesma foi construída no intuito de abrigar a família de Ludovico, o idealizador de Goiânia. Por conseguinte, “a casa antes de tudo é um lugar que abriga, ressignifica e divulga a memória de Pedro Ludovico” (Souza, 2021, p. 291), diante disso, nota-se então que há uma possibilidade de ocasionar uma sensação de intimidade entre os visitantes e as lembranças despertadas por esse museu-casa, ademais,

essa tipologia específica de museus tem por objetivo principal a “preservação da memória de um personagem de destaque para uma sociedade, através da manutenção de um espaço de vivência cotidiana e de intimidade familiar, ou de reconstrução destes locais [...] criando, assim, a categoria de *Casas-Museus de Memória Íntima*, aquelas que, como a casa de Pedro Ludovico, servem para consagrar a vivência de seus moradores ilustres. (Souza, 2021, p. 297-298).

Mário Chagas aponta que “o passado habita a casa do presente que, por sua vez, habita a casa do futuro e reinventa a casa do passado com o companheirismo da memória, do espaço, das coisas, das imagens e das palavras” (Chagas, 2010, p. 5). Nesse sentido, esses espaços criam uma narrativa de memória em que o seu habitante pode ser visto da forma mais humana, afinal, ele está em casa, e sua intimidade é refletida no espaço em que estão postas suas memórias. Sendo assim, a antiga residência de Pedro Ludovico é um lugar de memória que perpetua a imagem do mito político de Goiás, tornando-o um lócus de memória coletiva para a população goiana.

Atenhamo-nos agora ao Museu Casa de Cora Coralina, mas antes é preciso contextualizar a história de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, conhecida como Cora Coralina, pseudônimo utilizado pela poetisa desde os 15 anos de idade. Cora casou-se e mudou-se para São

Paulo, retornando a Goiás alguns anos depois. Além de contista, era cronista, jornalista, mãe, amante, avó, amiga e uma excelente doceira. Nasceu e cresceu na Casa Velha da Ponte, construção erguida por volta de 1770 (Chagas, 2010, p. 11). A poetisa publicou sua primeira obra aos 75 anos de idade.

Andréa Ferreira Delgado, em seu artigo intitulado “*Museu e memória biográfica: um estudo da casa de Cora Coralina*” (2005), aponta que Cora é um símbolo emblemático da cidade de Goiás, sendo um dos motivos que levaram a antiga Vila Boa a tornar-se patrimônio da humanidade em 2001.

Em 1985, logo após o falecimento de Cora, um pequeno grupo de moradores começou a organizar a Associação Casa de Cora Coralina, no intuito de lutar pela preservação da Casa Velha da Ponte. No sentido de resguardar os bens e móveis, bem como os ideais da maior poetisa da cidade,

a primeira ação da associação foi viabilizar a compra da Casa Velha da Ponte. A aquisição foi efetuada pela Prefeitura Municipal de Goiás, com recursos da Fundação Nacional Pró-Memória e da Construtora Alcindo Vieira, de Belo Horizonte [...] **Mais do que pelo valor histórico, é como residência da Mulher-Monumento⁴ que a Casa Velha da Ponte é singularizada no conjunto do patrimônio instituído pelo Iphan [...]** No entanto, o amálgama entre a poeta e a casa é muito mais complexo, pois constitui um dos mecanismos fundamentais do processo de monumentalização: Cora Coralina converteu a Casa Velha da Ponte em templo da memória autobiográfica, familiar e coletiva [...] Seja por meio da produção literária, seja através de reportagens veiculadas em jornais, revistas e emissoras de televisão, a Casa Velha da Ponte foi associada a Cora Coralina e vice-versa. **Na rede discursiva que monumentaliza a poeta, essa simbiose testemunha**

⁴ O trabalho de Andréa Ferreira Delgado faz um aprofundamento na construção de Cora Coralina enquanto Mulher-Monumento, sendo importante também para a candidatura da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade. Ler: *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias* (2003), de Andréa Ferreira Delgado.

a ligação da ilustre moradora com o passado imemorial configurado na cidade colonial. (Delgado, 2005, p. 104-106, grifos nossos).

Nota-se que a casa exala memórias, sejam as lembranças de Cora ou de sua arte, e mesmo com o passar do tempo as memórias construídas naquele ambiente são preservadas, assim “é uma casa que exala poesia: seus jardins, seus cantos, seus móveis, suas paredes, seus cacos de prato, suas portas e janelas, tudo ali recende a poesia. Entrar na Casa Museu de Cora Coralina é uma espécie de mergulho no universo íntimo e criativo da poeta” (Chagas, 2010, p. 11).

Tendo apontado os processos para que a residência de Pedro Ludovico Teixeira e Cora Coralina, saíssem da esfera privada, pois se tratava de um ambiente em que os mesmos viveram suas vidas juntamente com suas famílias, de modo particular e de intimidade. Atenhamo-nos agora para as semelhanças que se cruzam em torno da cidade, da casa e da memória construída nesses locais, até se tornarem um museu, com suas particularidades, obviamente.

Considerando então estes museus como um espaço em que a memória perpetua a vivência de seus antigos donos, Mário Chagas reflete que “o poder da memória de Cora Coralina, com sua poética e a sua política, transformou a moradia de uma poeta-doceira em casa museu. A casa de Cora, na beira do rio, passou a ser uma extensão de sua obra e um registro criativo de uma memória que continua em movimento” (Chagas, 2010, p. 12).

Rildo Bento de Souza (2021) aponta outra perspectiva perante o Museu Pedro Ludovico, de que o mesmo não tem a prioridade de expor a sua vida e morte, mas sim transparecer a sua biografia política, selecionada pelo próprio Ludovico. Nota-se então que ambos os museus se direcionam para um museu-casa, que se assemelham e se distinguem ao mesmo tempo, um caminha para a narrativa de contemplar as

memórias de uma vivência íntima de Cora, enquanto o Museu Pedro Ludovico expõe as memórias políticas, seus feitos e conquistas na sua carreira, e não a sua intimidade.

É notável, esses dois museus têm suas particularidades, mas as semelhanças se cruzam na importância desses personagens para suas respectivas cidades, seja a antiga Vila Boa, hoje cidade de Goiás, em que Cora passou boa parte de sua vida na Velha Casa da Ponte, ou mesmo a nova capital Goiânia, que foi idealizada e fundada por Pedro Ludovico. Rildo aponta que ambos os museus servem “cada um a seu modo, para moldar a imagem heroica de seus homenageados, propagar, difundir e preservar essa memória histórica [...] a construção da mulher-monumento [...] e no segundo é a consagração do mito” (Souza, 2021, p. 300).

Observa-se que no caso de Cora Coralina e Pedro Ludovico, respectivas figuras importantes para sua cidade, ambos acabam por ter a residência transformada em museu. Logo, estão inseridos no imaginário local, no sentido de serem parte de uma memória coletiva, pois agora as pessoas visitam o que antes era um lugar íntimo, entretanto, hoje é um Lugar de Memória (Nora, 1993, p. 7).

A transformação das casas desses dois personagens em casas-museu não se trata de um gesto dócil e cordial, “ao contrário, são gestos políticos, com intencionalidades claras, gestos que implicam disputas no campo da política de memória” (Chagas, 2010, p. 13). Ambas as figuras evocam em sua memória seus próprios arquétipos, suas casas refletem as lembranças alicerçadas naquele espaço, são casas de heróis populares que existem no presente, mas se projetam no futuro, na divulgação e preservação de sua memória nesses respectivos museus.

Reiterando, percebe-se que Cora Coralina e Pedro Ludovico estão ocupando um lugar na memória coletiva de suas respectivas cidades,

tendo sua memória divulgada e preservada nos espaços de memória, os museus no caso, antes moradias de ambos. Porém, podemos considerar que o Estado é importante na preservação da memória desses personagens. Nos dois casos, além das manifestações populares, e familiares no caso de Pedro Ludovico, para que houvesse um lugar de memória, é evidente que o Estado tinha um papel a cumprir na preservação da memória destas figuras, e o faz quando resguarda e se apropria dessas moradias, transformando-as em instituições museais.

Obviamente, o Estado não é o único responsável nessa tarefa de estabelecer um lugar de memória para Cora Coralina e Pedro Ludovico, ambos com sua importância para a memória e história local estabelecem que sejam lembrados quando têm suas figuras de heróis populares já entrelaçada com a narrativa da cidade, em que ambos viverão suas respectivas vidas. Nesse sentido, não há como lembrar de Goiás sem pensar em Cora, a poetisa, ou em Goiânia e seu respectivo fundador, Pedro Ludovico Teixeira, e assim, juntos, acabam por reivindicar um lugar de memória por sua importância na história da cidade.

O Museu Histórico de Jataí e o Museu Couros de Formosa: pensando o acervo museológico e as narrativas construídas

O prédio onde hoje se localiza o Museu Histórico de Jataí é, possivelmente, uma obra do final do século XIX, pois encontramos referências sobre o imóvel em um documento no cartório do 1º Ofício, datado de 5 de abril de 1892. O casarão teve vários proprietários, sendo habitado, primeiramente, pela família do Capitão Serafim José de Barros e, em seguida, foi instalado ali, em 1918, o “Colégio Novaes”, funcionando no local por três anos (Santos, 2021).

De acordo com Dorival Carvalho Mello (2002), em 1927, uma nova família se muda para o sobrado, “é justamente aqui que aparece

Francisco Honório de Campos, o último comprador do velho sobrado” (Mello, 2002, p. 107). Com a morte de Francisco, a casa passou para as mãos de sua esposa Maria Claudina Franco de Campos. Durante os anos em que viveram no sobrado, Honório e sua família fizeram dos aposentos do porão abrigo para pessoas com as mais “diferenciadas carências físicas e mentais” (Lima, s/d, p. 70).

Com a morte de Francisco Honório, Dona Mariquinha, o nome pelo qual era conhecida na cidade, em 1966 doou o casarão para a comunidade, na condição de que fosse utilizado para o funcionamento de uma instituição de ensino ou cultural, e que a instituição fosse batizada com o nome de seu esposo. Como observa Maria Eloá de Souza Lima:

finalmente, em março de 1993, sendo prefeito de Jataí Nelson Antônio da Silva, entrou em vigor a Lei nº 1.542 que oficializou a fundação do Museu Histórico Francisco Honório de Campos. A partir desta data o sobrado de dona Mariquinha passou a ser também sede de importantes eventos culturais e educacionais. Amplos aposentos do porão que abrigaram tantas pessoas portadoras das mais diferenciadas carências físicas e mentais, passaram a ser ponto de encontros de escritores, geólogos, antropólogos e historiadores com a comunidade. (Lima, s/d, p. 70).

O Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos (MHJ) teve sua inauguração no dia 14 de março de 1994, com objetivo de preservar e divulgar a história e cultura material e imaterial da região através de suas exposições e atividades, contribuindo para a construção de uma história e memória local/regional. Localizado no centro da cidade, sua estrutura predial consiste em um casarão com arquitetura colonial preservada.

Seu funcionamento se dá a partir de verbas governamentais, bem como da articulação da Associação de Amigos do Museu, formada por professores da Universidade Federal de Jataí, do Instituto Federal de Goiás – *Campus* Jataí, servidores do museu e membros da comunidade

jataiense. A criação do Museu Histórico se estabeleceu por meio da Lei Municipal 1.542/1993, de 10 março de 1993. Em 1998 foi regulamentado o tombamento de seu prédio pelo poder municipal, por meio da Lei 1.706/1941 (Pinto Júnior; Menezes *et al.*, 2012, p. 50).

A constituição de um Acervo Museológico⁵ é fundamental para as instituições museais, pois viabiliza a criação de exposições e atividades, contribuindo também para o seu arquivo e reserva técnica, consolidando um Museu Histórico. Em 1993, o MHJ, através de doações, coletas de objetos e documentos relacionados à história de Jataí, considerados de valor histórico, iniciou a montagem do seu acervo museológico. Como ponto norteador para aquisição desses objetos a equipe da instituição elaborou um projeto de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Goiás (UFG), intitulado de “Levantamento de Acervo do Museu Histórico de Jataí” (MHJ, 2016, p. 12).

O MHJ traz em sua essência a salvaguarda e comunicação de documentos que evidenciam a história da cidade e da região, sendo assim, coloca-se como um museu histórico de abrangência regional. Sendo essa a regra que direciona o processo de documentação na instituição, passando desde a comissão de acervo museal, ocorrendo a etapa de registro ou inventário quando o objeto recebe um número que o identifica, para então ser catalogado, acondicionado e armazenado ou, se for o caso, exposto, variando conforme a programação das exposições.

Ademais, podemos nos concentrar na formação do acervo museológico⁶ da instituição a partir de 1993, nota-se que muitas das famílias procuradas na busca por objetos, pertences pessoais,

⁵ O Thesaurus pode ser compreendido como uma ferramenta literária, que reúne vários termos e saberes baseados em uma estrutura conceitual concebida para auxiliar no processo de musealização dos objetos, através de suas classificações e definições conceituais.

⁶ A discussão do artigo irá se pautar na coleta do acervo entre os anos de 1993 a 2015.

documentos, fotografias eram de famílias tradicionais da cidade. Quando observamos algumas das exposições na instituição, seja de longa ou curta duração, nos anos iniciais da fundação do MHJ, permeia-se uma exaltação das famílias ditas tradicionais que alavancaram o crescimento da cidade, desde a construção do local à economia da região (Santos, 2020). Deste modo o que há é uma concentração de memórias e a divulgação/preservação de uma narrativa que contempla apenas homens da elite, ou no caso, os pioneiros.

Outro fator que corrobora com as exclusões e manutenção de uma memória tradicional de uma elite local, é a obra *Pioneiros* (1954)⁷, de Basileu Toledo França, em que o autor faz um retrato da região. É importante destacar que nessa obra literária de França tem-se um “apagamento” das mulheres da população negra e indígena, ou mesmo quando aparecem são reforçados de estereótipos. Logo, ao analisar algumas das exposições é perceptível as semelhanças, seja nos textos utilizados ou nas fotografias que compõem algumas produções do MHJ. Ao dar uma volta pelas salas da instituição nos deparamos também com quadros de alguns pioneiros na instituição.

É importante situar que a narrativa dos pioneiros, apresentada pelas obras de França, contribuiu para os silenciamentos de outros povos dentro da instituição, visto que muitas das exposições utilizaram a obra de Basileu como ponto de partida para pensar a construção de exposições, durante os anos iniciais da instituição. Desta forma, o acervo parte inicialmente de preservar uma memória que não contempla um todo local, mas sim os pertencentes às famílias da elite local. Entre essas famílias, destacam-se os Vilelas e Carvalhos,

⁷ A primeira exposição do MHJ tem o título de “Pioneiros” (1994), seguida por uma outra exposição de nome “Jatahy: histórias pra contar” (1995-2015). Ambas as exposições refletem uma memória e história tradicional e excludente, pautada na obra de Basileu Toledo França (Santos, 2020).

presentes em muitas exposições do MHJ, e juntamente na obra de França (1954).

Outro ponto a observar no MHJ é uma sala exclusiva para a preservação da memória de Francisco Honório de Campos e sua esposa Maria Claudina, em que se tem uma exposição que retrata brevemente os feitos de ambos, bem como a sua importância para a cidade. Mais uma vez é notável, a elite tem seu espaço de memória assegurado na instituição. É importante situar ao leitor que esse perfil da instituição vem se alterando nos últimos anos, no entanto essa narrativa perdurou no MHJ desde a sua fundação.

Reiterando, o acervo do MHJ nos anos iniciais de sua formação contempla a narrativa dos pioneiros, seja nas exposições, nas obras literárias que compõem a biblioteca do museu, nos objetos e nas fotografias. Entendemos que não havia uma preocupação da instituição em preservar memórias alternativas às das famílias tradicionais de Jataí, o que levou à busca por outras narrativas que pudessem dar voz aos excluídos da memória coletiva local, como, por exemplo, a população negra e indígena.

Seguimos agora para o processo de musealização e formação do acervo no Museu Couros de Formosa (MCF). É preciso destacar que as discussões apresentadas são parte da pesquisa realizada pelo professor e pesquisador Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra, em sua dissertação de mestrado (2022)⁸. O autor aponta que em 1980 já havia uma ideia de se organizar um espaço para preservar a memória local, esse projeto inicialmente parte dos entusiastas da cultura local, como, por exemplo, Leônidas Pires, que começa a coletar objetos do que seria

⁸ Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2022.

o acervo, exatamente entre de 1988 a 1996⁹. Porém, apenas em 1996 o MCF é aberto ao público.

Em relação ao Museu Couros de Formosa, seguiremos numa breve apresentação da formação inicial do acervo museológico da instituição e nas memórias construídas desde a sua fundação. Inicialmente, em suas andanças pela região da antiga Vila dos Couros, hoje Formosa - GO, Leônidas Pires passou a comprar e adquirir objetos doados que remetessem à história da região, e das famílias que ali se criaram e viveram, de modo a preservar em um espaço de memória da cidade:

em entrevista, o fundador do museu diz que toda a coleção inicial foi comprada entre 1988 e 1996. Depois a coleção foi toda doada para a Fundação Museu Couros de Formosa, segundo o fundador isso aconteceu para que o museu fosse um patrimônio da Cidade de Formosa [...] O museu está localizado no centro da cidade em um prédio construído já no século XX [...] Assim sendo, desde 1988 Leônidas Pires recebe doações de objetos que são avaliados por ele em relação à sua pertinência histórica, e o seu acervo vem ganhando mais objetos e obras de arte para compor a coleção, que em suas palavras deixou de ser de sua família e passou a ser dos formosenses no momento que a doou para a criação da Fundação Museu Couros, tornando-se assim um patrimônio cultural que deve receber cuidados da população de Formosa em geral [...] Com isso, Leônidas da Silva Pires foi reunindo estes objetos e expondo em um espaço dentro de sua própria casa com a finalidade de criar o museu, assim foi construindo a sua coleção, formando o seu acervo museológico. Contudo, nos fica o questionamento dos critérios escolhidos por ele na seleção desses objetos, no sentido de nos revelar quais problemas o método escolhido pode acarretar nos processos de exclusões e silenciamentos, bem como, na construção da imagem daqueles personagens que receberam homenagens e espaços de protagonismo em suas exposições. (Guirra, 2022, p. 56-63).

Na análise do acervo do Museu Couros de Formosa, Guirra aponta que muitas das exposições e peças que compõem o acervo, desde as

⁹ As reuniões para a formação inicial do acervo do MCF começaram com um grupo de entusiastas culturais. Porém, a coleta iniciou-se em 1988, após Leônidas voltar de uma viagem e iniciar a formação do acervo em sua própria residência.

fotografias e obras literárias que compõem a biblioteca do MCF, estão intimamente ligadas às memórias de seu fundador. Pessoas do seu círculo, políticos e famílias que perpassam a vida de Leônidas têm um lugar assegurado neste espaço de memória, em que o próprio se incumba de levantar, organizar e preservar, inicialmente em sua casa e logo após doando, ao que viria ser o museu que representaria a história da cidade de Formosa (Santos, 2023), e, por fim, sendo respaldado pela Prefeitura local.

De acordo com Guirra, ao analisar o acervo são perceptíveis as exclusões e a falta de protagonismo de uma parte da população que colaborou para o crescimento e desenvolvimento da antiga Vila dos Couros. Em consequência, há um silenciamento das mulheres, da população negra, dos indígenas, e, assim, o protagonismo presente nas exposições e no acervo é tomado por memórias de famílias tradicionais, homens e políticos, que, de certa forma, têm suas memórias expostas no MCF.

Outro ponto a se observar é o acervo bibliográfico do MCF, de acordo com Guirra, estão presentes no acervo bibliográfico algumas obras que se preocupam em abordar a historiografia de Formosa, entre elas a de Olympio Jacintho de Almeida *“Esboço Histórico de Formosa”* (1979), Alfredo Antônio Saad *“Álbum de Formosa: um ensaio de história de mentalidades”* (2004) e Gustavo Guilherme Leon Chauvet *“Brasília e Formosa: 4.500 anos de História”* (2005), e que, portanto, remetem a uma história tradicional, evidenciando assim também a ausência das pessoas menos abastadas da cidade de Formosa (Guirra, 2022, p. 32).

É importante mencionar que estas obras foram lidas por Leônidas, principalmente a de Olympio Jacintho de Almeida, ou seja, de certa forma influenciaram na concepção do que seria história contada no MCF e quais memórias seriam preservadas pelo seu fundador:

o “Esboço Histórico de Formosa” nos remete à história tradicional, fundamentada na noção de “grandes feitos”, na construção de heróis e de uma história que aludisse a um Goiás em direção ao progresso. Nesse sentido, a obra elege um compilado de documentos oficiais como atas da câmara municipal, listas de comerciantes, grandes agricultores, criadores de gado e etc., na direção de elencar, explicar os momentos mais importantes na História de Formosa [...] Dessa forma, na tentativa de produzir uma síntese histórica sobre Formosa, Olympio Jacintho selecionou quais foram os momentos e personagens mais importantes da História de Formosa, entre esses momentos e personagens encontramos a ata de 1877, citada anteriormente. Nessa perspectiva, o “Esboço Histórico de Formosa” está em conformidade com os projetos políticos ideológicos da época, aliado aos intelectuais que ditaram os passos da história sobre Goiás. Isto é, enquanto membro da elite política e intelectual de Formosa, e com certa relevância no estado, Olympio Jacintho cumpriu seu papel nos termos de suscitar as memórias que regozijavam a população abastada da cidade, bem como, corroborou para o projeto da História Nacional, da Grande História regional. (Guirra, 2022, p. 35-40).

Nesse sentido, podemos compreender que as memórias construídas nas exposições/acervo no MCF são de uma parte abastada da população de Formosa, e se sustentam a partir das obras historiográficas sobre a região e “organizado segundo a história e as memórias afetivas de Leônidas da Silva Pires. As seleções foram feitas para dar sentido e preservar as suas memórias, para preservar a reverência à sua época, para enaltecer seus pais, amigos, familiares e ídolos” (Guirra, 2022, p. 120). Ou seja, as exclusões presentes nessas obras se repetem ao servirem de fonte para a manutenção de uma memória local no MCF.

Em relação ao Museu Couros de Formosa e ao Museu Histórico de Jataí, ambos se asseguram como espaço de memória em que o intuito é preservar/construir uma memória/ história local. Porém, pode-se evidenciar alguns problemas semelhantes no levantamento do acervo dessas instituições, como o silenciamento de parte da população menos

abastada, a falta de protagonismo das mulheres, da população negra e indígena, sem esquecer de afirmar a importância dos heróis locais e seus feitos, pautada nas histórias dos vencedores, reforçando uma história tradicional.

Ambos os museus partem da concepção de uma história única, seja ao montar seu acervo fotográfico, ao coletar os objetos pessoais de famílias tradicionais, bem como o uso das obras historiográficas com uma narrativa excludente para a montagem de exposições. Pensar a perpetuação de uma versão única sobre a ocupação e formação da cidade, repetida em obras memorialísticas, nas exposições museológicas ou até mesmo em produções acadêmicas, nos coloca em contato com o pensamento da escritora Chimamanda Ngozi Adichie¹⁰.

A escritora, ao refletir sobre literatura e a escrita em sua infância, demonstra a força de determinados modelos narrativos, que privilegiam personagens brancas e europeias, destaca certos lugares e hábitos, normalmente relacionados a grupos sociais privilegiados ou geograficamente situados em regiões consideradas privilegiadas econômica e culturalmente:

[...] quando comecei a escrever, por volta dos 7 anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido [...] meus personagens também bebiam muita cerveja de gengibre porque as personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de gengibre. Não importava que eu não tivesse a mínima idéia do que era cerveja de gengibre [...] A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis face a uma história, principalmente quando somos crianças. Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais

¹⁰ Palestra Ted Talk em 2009 - Chimamanda Ngozi Adichie: o perigo de uma história única. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt

as personagens eram estrangeiras, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinham que ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. (Adichie, 2019, s/p).

O relato de Adichie é bastante significativo e nos permite inferir que a história local/regional da cidade de Jataí e de Formosa, seja nos referenciais de memória, nas ideias construídas sobre os pioneiros e heróis, ou mesmo preservação da memória de apenas algumas famílias “tradicionais”, são sinônimos de uma história única, que acaba por apagar outros sujeitos que contribuíram com a urbanização da cidade, bem como seu desenvolvimento, em favor de uma narrativa que demonstra e exalta apenas os feitos de alguns. Quando isso ocorre, segundo Adichie (2019), temos a história contada apenas de um ponto de vista, o que é muito perigoso, parafraseando a autora, é importante pensarmos que uma única história contada de um único ponto de vista faz com que só a enxerguemos apenas um lado e uma narrativa.

Outrossim, Adichie (2019) reflete que uma história única é capaz de criar estereótipos, e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos, e assim, eles fazem uma história tornar-se a única história. Desse modo, quando um museu que tem o intuito de expor as memórias da cidade, e inicia seu acervo através de uma história tradicional, e o apresenta como uma parte significativa da memória coletiva, estão apenas contribuindo e reverberando as exclusões de uma camada da população colocada às margens na história oficial.

Reiterando, os museus são espaços de construção de identidades e memórias, e tem entre outros intentos o de [...] “legitimar um imaginário junto ao público e, quando cumprem sua função, não conseguem modificar este imaginário com facilidade” (Santos, 2006, p. 56). Desse modo, a busca de determinados grupos sociais por

reconhecimento nos espaços museais tem aumentado gradativamente, forçando o reconhecimento e divulgação de outras memórias e histórias alternativas as das elites, indicando a necessidade destas instituições se adaptarem aos novos tempos e as novas demandas da sociedade, abrindo espaço para a visibilidade do “outro”: os negros, os indígenas ou outras culturas alternativas a elite (Santos, 2020).

Considerações finais

Para finalizarmos, é interessante notar a narrativa diante dos museus apresentados, e verificar como essas semelhanças se cruzam na transformação desses locais em museus, casas antigas que saíram da esfera privada e agora pertencem ao Estado, não somente a ele, mas pertence à memória coletiva de suas respectivas cidades. Ademais, essas casas tornaram-se museus, e comunicam a sua população sobre suas narrativas locais, bem como apresentam as memórias construídas e preservadas. No tocante, podemos enquadrá-los também no que Mario Chagas (2010) pontua como museus-casa, em que há uma memória refletida e um sentimento de intimidade como o antigo morador.

A respeito do Museu Pedro Ludovico e do Museu Casa de Cora Coralina, ambos têm a importância de comunicar e evidenciar a memória desses ilustres cidadãos, pois foram respectivamente enraizados na cultura local. Existe um sentimento de memória coletiva que perpassa pela vida de Ludovico e Cora Coralina, sendo elucidado ao expor as memórias de ambos em seu lugar de maior intimidade, suas residências. O privado nesse momento já não existe, pois a vida de ambos está sacralizada e evidenciada nos espaços de memória da cidade. Pedro Ludovico, um símbolo para Goiânia, e Cora, um símbolo da cidade de Goiás.

Podemos também situar o Museu Histórico de Jataí e o Museu Couros de Formosa no conceito de Museus-casa, de Mário Chagas (2010), porém com características diferentes em relação ao Museu Pedro Ludovico, que rememora a sua biografia política, e do Museu Casa de Cora Coralina, que reflete a grande poetisa e sua intimidade. O MHJ e o MCF se denominam como Museus Históricos, logo o intuito é de atuar na construção de memórias e histórias sobre sua região, população e cultura local, dentre outras ações que podem ocorrer em um museu, como as ações educativas.

Ademais, dentre as semelhanças se cruzam na montagem do acervo museológico do MHJ e do MCF. Podemos também apontar que ambas as instituições iniciam a coleta de seu acervo a partir de uma história tradicional e excludente, pautada em obras memorialísticas e historiográficas sobre a região, acabando por refletir em exposições que constroem uma memória única sobre sua população e sua cultura, quando partem de uma narrativa elitizada, seja, a de França em “Pioneiros” (1954) ou no “Esboço Histórico de Formosa” (1979) de Olympio Jacintho de Almeida.

Guirra (2022) aponta o MCF como um museu biográfico, pois nele estão construídas as memórias selecionadas por Leônidas Pires, por mais que se denomine um museu histórico, está repleto de exclusões sobre sua população negra e indígena, bem como a história das mulheres. É possível evidenciar o mesmo problema no MHJ em relação às exclusões na coleta inicial de seu acervo, que também procura as famílias tradicionais, como Leônidas Pires fez no MCF.

Antes de finalizar, é preciso apontar que há um tensionamento nas estruturas desses espaços de memória como o MHJ e MCF para que possam assim construir e expor as memórias coletivas que refletem a população em um todo, não apenas de uma história tradicional. A

dissertação de Daniel Guirra evidencia a necessidade de um plano museal para guiar a instituição do Museu Couros em ressignificar a narrativa que tem se construído nesse espaço de memória, e denuncia também as exclusões do acervo.

Em relação ao MHJ, desde 2016 tem se pensado na constituição de uma memória sobre sua população negra e indígena, na montagem de exposições, na coleta de objetos para uma história plural, ressignificando a narrativa construída através da obra de França (1954). O que foi possível realizar através das pesquisas realizadas sobre a escravidão em Jataí, de pesquisadores como Murilo Borges Silva, Lucas Rodrigues do Carmo, e também Cleidiane Gonçalves França, Cláudia Graziela Ferreira Lemes, abordando uma perspectiva das mulheres. Essas pesquisas, de certa forma, contribuíram para que o MHJ pudesse ressignificar suas memórias construídas na instituição, principalmente nas exposições.

Concluindo, o Museu Pedro Ludovico, o Museu Casa de Cora Coralina, o Museu Histórico de Jataí e o Museu Couros de Formosa atuam como espaços de memória coletiva de suas respectivas cidades, com reminiscências no museu biográfico, de uma poeta ou de um político. E também há no MCF e no MHJ a lembrança dos museus históricos, pois assim se denominam, e assim atuam em suas cidades.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. TED. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CHAGAS, Mário. A poética das casas museus de heróis populares. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. Dossiê: memória, cidade e museu: entre silêncios e mobilizações. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 5, 2017.

DELGADO, Andréa Ferreira. Museu e memória biográfica: um estudo da Casa de Cora Coralina. **Sociedade e Cultura - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 2, p. 103-117, 2005.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Pioneiros**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

GUIRRA, Daniel V. P. G. **Do museu histórico ao biográfico**: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, GO, 2022.

LIMA, Maria Eloá de Sousa. **Mariquinha do Sobrado**. Jataí - GO: Ed. do Autor, sem data.

MELLO, Dorival de Carvalho. **Nos porões do passado**: a descoberta de Jataí. Jataí-GO. Sudográfica, 2002.

MENESES, U. T. B. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1994.

MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ: FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS. **O Museu Histórico de Jataí e seu Acervo Jataí-GO**, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 1993.

PINTO JÚNIOR, Rafael; MENEZES, Marcos Antonio de; SILVA, Adriano Freitas. **Jatahy: espaço de morar (1880- 1935)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

PRIOSTI, Odalice Miranda; VARINES, Hugues de. O novo museu das gentes brasileiras, criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 28, 2006.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 159-164, 1993.

SANTOS, Michael Douglas dos. “Jatahy: histórias pra contar” (1995-2015). Levantamentos iniciais sobre as memórias da população negra jataiense na exposição de longa duração do Museu Histórico de Jataí. **Revista Me Conta Essa História**, a. I, n. 9, 2020.

_____. **Representações dos negros na exposição de longa duração “Jatahy: histórias pra contar” (1995 - 2015)**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, GO, 2021.

_____; CARMO, Lucas Rodrigues do. Lugares de memória e história – a formação de acervos museológicos: uma questão de justiça? **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 22, n. 2, p. 170-182, 2023.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros. In: CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (orgs.). **Cadernos de sociomuseologia: museus e políticas de memória**. Portugal: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SILVA, Murilo Borges. **Pelos caminhos da abolição**: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2011.

SOUZA, Rildo Bento de. **“A história não perdoa os fracos”**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, GO, 2015.

_____. **As raízes profundas do jequitibá**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2021.

HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA SOBRE GOIÁS: A ARQUITETURA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA ARQUITETURA NAS TESES E DISSERTAÇÕES DO PPGH-UFG

*Ana Paula de Oliveira Zimmermann*¹

Fatos, homens, povos, conquistas, lugares, cidades e edifícios são as várias partes de um todo, a história da sociedade, e desde o início da civilização a arquitetura está presente em todos os relatos históricos. A história da arquitetura está diretamente relacionada à evolução humana e passou a existir quando o homem começou a construir, a gerar espaços modificados por ele, para se proteger de predadores e dos fenômenos naturais. O homem gera uma intervenção em um ambiente, o altera para adequá-lo às suas necessidades, e assim aquela construção reflete seus usuários, seus hábitos, construtores e criadores, tornando-se o retrato da sua época.

A história da arquitetura acompanhou a evolução da civilização, sua relação com o espaço construído e a formação e desenvolvimento do espaço urbano. À medida que as civilizações se desenvolviam, novos materiais, técnicas e estilos surgiram. A cada conquista de território, da expansão de um império, a cada decisão importante para um agrupamento humano, um determinado local se torna simbólico e, conseqüentemente, fará parte do registro deste momento. O edifício e a cidade marcam sua entrada na história como “pano de fundo” dos

¹ Arquiteta formada pela Universidade Católica de Goiás, especialista em Docência Universitária, mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO desde 2014. E-mail: anapaula.zimmermann@gmail.com

acontecimentos importantes, apenas ilustrando o cenário da conquista humana. Aos poucos esses elementos tornam-se protagonistas de uma nova visão, surgindo então a história da cidade, a história do edifício. E por sua significância e pelas informações que refletem acerca das sociedades passam a ser utilizadas como uma nova fonte documental para a história e seus diversos campos de pesquisa.

O primeiro registro escrito centrado na arquitetura, tendo a arquitetura do edifício e da cidade como seu ponto de estudo principal, seu desenvolvimento e técnica, é datado do século I a.C. Trata-se de uma coletânea de 10 volumes, os *Dez Livros sobre a Arquitetura*, do romano Marco Vitrúvio Polião. Sobre este tratado a historiadora Natália Leão (2018) relata que

Vitrúvio escreve sua obra como se estivesse produzindo uma espécie de diário, em uma escrita de si, reunindo e registrando todo seu conhecimento sobre arquitetura, pesquisas, estudos e memória de profissão. Portanto, torna-se fundamental para esse estudo estabelecer relações entre uma história da subjetividade e da cultura de um indivíduo (no caso, Vitrúvio) que pode influenciar uma escrita sobre a história da História Antiga e sobre o conhecimento do profissional em contribuição à memória arquitetônica de seu tempo. (Leão, 2018, p. 2).²

A autora afirma ainda que através da análise dessa escrita, além de informações sobre “arquitetura, planejamento urbano, ordens gregas, técnicas, edifícios públicos e privados, materiais de construção, descrição de mecanismos de aplicação civil e militar, relógios e máquinas hidráulicas”, encontram-se informações sobre a sociedade da época que caracterizam esta obra como um “testemunho fundamental e significativo da regulamentação política e social romana”, ou seja, um

² Neste tratado Vitrúvio acolhe escritos de outros profissionais da área, refletindo não apenas a sua visão da arquitetura, mas também a compreensão social do processo construtivo e a importância dos espaços para a sociedade.

relato histórico do seu tempo. Pela primeira vez, através da história da arquitetura são obtidos dados e informações sobre outros aspectos da sociedade que transcendem a construção em si.

Após este tratado, até o século XX, os demais documentos escritos sobre a arquitetura em termos gerais se referem aos elementos construtivos e decorativos dos edifícios. São documentos que evidenciam o “como fazer” das construções, podendo quase serem considerados uma espécie de manual técnico.

A moderna historiografia e as visões da Nova História, as teorias e conceitos de historiadores como Peter Burke (1992), trazem novas abordagens para os registros e interpretações de documentos que compõem tanto a história atual quanto a revisão da história já consagrada. Os tópicos da historiografia tradicional vistos como partes conexas, agora recebem abordagens independentes, consideram outras fontes como válidas exatamente por trazerem outro ponto de vista. A arquitetura (e outros assuntos específicos da história) passa a ser entendida como uma construção social e cultural, que reflete uma época e deve trazer informações de várias áreas interrelacionadas: política, social, documental, cultural, popular, sociológica etc.

Relativo a esta mudança no campo da pesquisa histórica, especificamente aplicada ao campo da arquitetura, Margareth Pereira e José Lira (2010) colocam que

desde os anos 1960, mudanças significativas vem se processando na historiografia arquitetônica com ressonâncias mais ou menos contundentes sobre o modo como se concebe a história da arquitetura. [...] Na década de 1970 tornou-se comum questionar o comprometimento excessivo do discurso histórico com as exigências e limites da práxis operativa apelando-se à necessidade de uma reaproximação teórica e metodológica a outros campos de saber como a filosofia, a sociologia, a economia, a história cultural e da arte, à psicanálise etc. Distanciando-se da teoria oitocentista do desenvolvimento cíclico dos estilos, idealista,

positivista ou historicista, o investimento especulativo de muitos historiadores da área tornou-se ao mesmo tempo mais transdisciplinar, complexo e mais “circunscrito” em seus objetos. Contra a ênfase nas tendências e cânones dominantes uma atitude mais atenta às obras, discursos, arquivos e fontes passou a valorizar a compreensão das trajetórias, movimentos, processos de concepção ou experiências até então colocados em segundo plano ou vistos como marginais e contraproducentes. (Pereira; Lira, 2010, p. 1).³

Em artigo publicado no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo de 2016, Castro coloca que a história da arquitetura, entre o século XIX e os anos 1930, seguia o modelo tratadístico-historicista, que fazia com que os estudos da história da arquitetura se aproximassem “dos estudos de taxonomia para ordenar as manifestações arquitetônicas do passado em conjuntos formais que configuravam estilos, cujos usos deveriam ser definidos pela tipologia”. Já entre as décadas de 1980 e 1990, na visão das autoras, a história da arquitetura e das cidades demonstra sua autonomia do campo de pesquisa na história com a aproximação da história da arquitetura em relação às ciências humanas e seu distanciamento em relação à prática projetual.

Esse movimento (distanciamento da prática projetual) contribuiu significativamente para investigação de outros períodos e personagens, ao mesmo tempo em que lançou novas luzes sobre temas e agentes de narrativas historiográficas hegemônicas, que puderam ser refeitas, aprofundadas e/ou acuradas. No horizonte de revisão historiográfica sinalizado, uma plêiade de novas fontes documentais passou a interessar, ao mesmo tempo em que fontes tradicionais foram recuperadas à luz de novas perguntas, a depender dos problemas formulados pela pesquisa. (Castro, 2016, p. 4).

Atenta a esta mudança na leitura e interpretação das fontes da história, a Fundação Fiocruz lança, em 2007, a Rede Brasil e cria um

³ Essa discussão sobre a produção da história da arquitetura e suas interpretações ganha corpo e visibilidade acadêmica através dos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, iniciados em 2010.

grupo de pesquisa que objetiva elaborar o Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: Edificações e Acervos. Como resultado desta pesquisa surge a coleção “História e Patrimônio da Saúde”, composta por 5 volumes (disponível na livreria da Fiocruz).

Através da pesquisa, registro, levantamento e mapeamento do patrimônio edificado voltado para a saúde, os estudos discutem a relação entre ciência médica e arquitetura, utilizando as edificações como fonte documental. Há o entrelaçamento da formação da rede assistencial à saúde com a construção e reforma dos espaços edificados que abrigam tais atividades relacionadas (hospitais, clínicas, sanatórios, hospícios etc.). A pesquisa abrange os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Historiografia da Arquitetura no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás

Desde o seu início o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG) atrai não só historiadores por formação, mas também profissionais de outras áreas que buscam se aprofundar nas suas próprias raízes.

A arquitetura e a formação do arquiteto sempre estiveram intimamente ligadas à história. Na explicação de Bastos,

o estudo da história contribui para a *preparação humana* do arquiteto. Ao lado de outras humanidades como as artes, a filosofia, a antropologia etc., o estudo da história expande as possibilidades de compreensão da experiência humana no mundo e, portanto, do conjunto de valores (a serem) considerados na ação (po)ética responsável por sua contínua e incessante transformação.

Escrever a história da arquitetura é, pois, uma ação, motivada pela contemplação compreensiva, muitas vezes fascinante, do que outrora existiu ou ainda existe. Assim é que surgem as teorias, compreensões que buscam nos aproximar ainda mais, no melhor sentido dos termos, de nosso patrimônio habitado. Sobretudo porque esse patrimônio constitui parte essencial de

nossa existência, lugares de nossas experiências bem ou mal compreendidas, ambientes de nossas vidas bem ou mal vividas. (Bastos, 2004, p. 52).

No âmbito do PPGH/UFG também é visível, nas últimas décadas, um interesse maior sobre a arquitetura e a cidade, com destaque para as localidades regionais de Goiânia e cidade de Goiás. A seguir destacamos algumas teses e dissertações apresentadas no PPGH/UFG entre os anos de 1990 a 2020 que tratam não somente de arquitetura e urbanismo, mas também de aspectos relacionados a esses assuntos, que levam a uma percepção da cidade como um todo.

Quadro 1 – Dissertações do Programa de Pós-graduação em História da UFG sobre Arquitetura, Urbanismo, edifícios e história das cidades em Goiás (1997-2018)

N ^{os}	ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	ORIENTADOR (A)
1	1997	A formação do espaço urbano nas Vilas do Ouro: o caso de Vila Boa. Dissertação de mestrado (28.12.1997)	Gustavo Neiva Coelho	Luís Palacin Gomez
2	1999	Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo. Dissertação de mestrado (22.12.1999)	Aroldo Márcio Ferreira	Barsanufu Gomides Borges
3	2003	Cidades e identidades de fronteira (um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira). Dissertação de mestrado	Cristiano Pereira Alencar Arrais	Luiz Sérgio Duarte da Silva
4	2008	Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira	Keith Valéria Tito	Noé Freire Sandes
5	2010	Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás ⁴	Rildo Bento de Souza	Cristina de Cássia Pereira Moraes

⁴ Ainda que esta pesquisa em específico não esteja voltada para os aspectos arquitetônicos do Asilo São Vicente de Paulo, decidimos por incluí-la nesta listagem ligada à historiografia da arquitetura por ser um

6	2012	Goyaz, entre a forma e a função urbana: um estudo sobre a imagem da cidade no século XIX (1845-1880)	Giovana Emos da Luz	Cristiano Pereira Alencar Arrais
7	2013	A história e a memória de um modo de habitar. Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013	Isabela Menegazzo Santos de Andrade	Marcio Pizarro Noronha
8	2014	Utopia e Realismo: a construção narrativa sobre Goiânia na década de 1940. Dissertação de mestrado (20.11.2014)	Luciano Oliveira Silva	Cristiano Pereira Alencar Arrais
9	2016	Goiânia: o chão vermelho em que todos pisam - história da cidade por meio de Eli Brasiliense e Hélio Oliveira. Dissertação de mestrado (10.08.2016)	Marcos Rossiny Leandro	Valdeci Rezende Borges
10	2017	Aparecida de Goiânia 1963-2010: a consolidação de uma cidade de fronteira	Genivaldo da Silva Santos	Alberto Baena Zapatero
11	2018	Uma interpretação da história visual de Goiânia: os registros fotográficos de Hélio de Oliveira (1950-1970). Dissertação de mestrado (17.09.2018)	Adriano Carlos de Almeida	Sônia Maria de Magalhães
12	2019	Goiânia, a 'cidade desplanejada' do oeste (1950/1980): reflexões sobre a capital goiana nos aportes da coleção Ewald Janssen. Dissertação de mestrado	Leandro Davi Guimarães	Libertad Borges Bittencourt
13	2019	Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)	Murillo Oliveira Soares	Jiani Fernando Langaro

assunto de certa forma centrado na edificação, no uso do ambiente construído. Inevitavelmente, surgem descrições e aspectos funcionais do espaço, usos e significados que podem ser arrolados no aspecto arquitetônico.

14	2019	Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)	Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes	Luiz Sérgio Duarte da Silva
----	------	---	-----------------------------------	-----------------------------

Fonte: Banco de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/>

Quadro 2 – Teses do Programa de Pós-graduação em História da UFG com a temática Arquitetura, Urbanismo e história das cidades em Goiás (1997-2018)

N ^{os}	ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	ORIENTADOR (A)
1	2010	Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar. Tese Doutorado	Wilton de Araujo Medeiros	Luiz Sérgio Duarte da Silva
2	2012	O outro lado da mudança da capital de Goiás. Tese de Doutorado	Jales Guedes Coelho Mendonça	Noé Freire Sandes
3	2015	Goiânia, a metrópole periférica: fantasmagoria, experiências e viveres urbanos – Real Conquista e Jardins Madri	Rodrigo de Oliveira Soares	Marcos Antônio de Menezes
4	2017	Lugares do desenho na história sintomal da Escola de Artes e Arquitetura (UCG), transformações disciplinares e institucionais e a arte como recalque	Fabiola Arantes de Moraes	Márcio Pizarro Noronha

Fonte: Banco de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/>

Embora as dissertações e teses arroladas tenham enfoques diferentes e tenham sido desenvolvidas por profissionais de áreas distintas (arquitetos, museólogos, historiadores etc.), em todas percebemos que a arquitetura e/ou o urbanismo tem um papel protagonista no desenvolvimento textual. Não apenas como cenário, edifícios e espaços urbanos passam a ser objetos de estudo interrelacionando acontecimentos sociais, políticos e econômicos da nossa região. Espaços construídos explicam e justificam (ou são explicados e justificados) por decisões políticas, necessidades sociais e econômicas.

Em 1997, Gustavo Neiva Coelho defendeu sua dissertação intitulada *A formação do espaço urbano nas Vilas do Ouro: o caso de Vila Boa*, sob a orientação de Luis Palacin Gomez. A dissertação é fruto de pesquisas iniciadas pelo autor enquanto professor de história da arquitetura, no curso de arquitetura e urbanismo. O recorte temporal escolhido foi o século XVIII (fim do período colonial) e o autor parte da premissa de que o espaço urbano de Vila Boa foi construído por uma população de aventureiros, de pessoas não eruditas, através da apropriação espontânea do terreno. São definidas duas finalidades para a pesquisa: compreender os fatores que levaram à organização do espaço urbano em Vila Boa, no ciclo do ouro, e mostrar como se estruturam as cidades portuguesas através dos seus antecedentes medievais (cristãos e árabes), até evoluir ao modelo formado no século XVIII. Foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas para explicar ou corroborar as observações e mapeamentos de campo.

Aroldo Márcio Ferreira em *Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo*, orientado por Barsanufio Gomides Borges, aborda a chegada da estrada de ferro no Estado de Goiás, detendo-se em especial na análise da estação de Pires do Rio e realizando um percurso histórico dentro desse processo de construção da cidade. O estudo é centrado

no processo de consolidação, por migrantes e imigrantes, os planos urbanos desenhados para sua implantação, suas normas de ordenação urbana, sua arquitetura expressada por essa modernização e a representação da ferrovia no imaginário. Era a busca de uma nova imagem para as cidades goianas. Inserida nessa pesquisa está a arquitetura típica da ferrovia que veio a influenciar, no princípio, as construções locais. (Ferreira, 1999, p. 12).⁵

⁵ Essa dissertação aborda tanto aspectos da arquitetura quanto do urbanismo, relacionando-os com a política local e a situação econômica influenciada pela estrada de ferro, que trazia notícias, pessoas e mercadorias em grande velocidade, sendo por isso considerado símbolo do progresso.

Para obter dados e informações das duas vertentes, arquitetura e urbanismo, além de documentos oficiais, foram utilizados como fontes entrevistas e depoimentos de pessoas envolvidas com o processo da estrada de ferro.

Com o título de *Cidades e identidades de fronteira: um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira*, Cristiano Pereira Alencar Arrais discute a formação da identidade regional, analisando o processo de construção da nova capital, Goiânia, e a transferência da sede política do estado da cidade de Goiás para Goiânia. O recorte temporal é o início do século XX até a transferência da sede administrativa no final da década de 1930. Sob orientação de Luíz Sérgio Duarte da Silva as fontes utilizadas foram bibliográficas para embasar as teorias e panorama geral apresentados na primeira parte da dissertação e documentos da mídia (jornais e revistas) e documentos oficiais como decretos e leis para suporte da segunda parte.

Em *Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira*, Keith Valéria Tito utiliza como fontes relatos orais e fotografias de Campinas para resgatar e compreender o sentimento de pertencimento, formação e consolidação da identidade dos moradores do município de Campinas, incorporado como bairro à nova cidade capital na década de 1930⁶.

O Asilo São Vicente de Paulo foi objeto de pesquisa para Rildo Bento de Souza em 2010, com orientação de Cristina de Cássia Pereira Moraes. O enfoque principal da dissertação *Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás*

⁶ As fotografias trazem, ainda que como pano de fundo às atividades cotidianas, elementos urbanos e construídos, lugares (arquiteturas) que materializam a sensação de pertencimento, sendo uma memória ou um gatilho visual para sentimentos e sensações.

é compreender o que representou o asilo para os três grupos diretamente envolvidos a ele, a saber: os Vicentinos, os Desvalidos e as Irmãs Dominicanas. Restringindo a análise aos espaços destinados a esses grupos, pretende-se analisar os reais interesses que estão por detrás da construção do Asilo São Vicente de Paulo. (Souza, 2010, p. 7).

Esta pesquisa demonstrou como um mesmo edifício pode ser compreendido de maneiras diferentes pelos diversos grupos de usuários que dele se apropriam. Para uns foi apenas um local de trabalho, para os acolhidos representou segurança e acalento, enquanto para outros permitia cumprir uma obrigação social de caridade. Ao se estudar o uso dado a uma edificação compreende-se sua importância da sociedade e sua simbologia enquanto elemento de composição urbana e social.

A cidade de Goyaz do século XIX é o objeto de estudo de Giovana Emos da Luz em sua dissertação *Goyaz, entre a forma e a função urbana: um estudo sobre a imagem da cidade no século XIX (1845-1880)*. O trabalho parte de uma análise da imagem da cidade de Goiás, estabelecendo relações entre as formas e as funções urbanas, conciliando história urbana e social. Como fontes o trabalho utiliza documentos escritos e material iconográfico,

apoia-se em documentação legislativa/administrativa que fornece elementos capazes de identificar qual foi a concepção política que orientou a construção e a posterior conservação física do espaço urbano. [...] A análise enfatiza a preservação do espaço urbano no que diz respeito às permanências e continuidades, perceptíveis no tipo de traçado, na disposição paisagística e na arquitetura vernacular. (Luz, 2012, p. 9).

As imagens e fotografias obtidas respaldam a afirmação de que durante o século XIX a cidade de Goiás passou por um processo de preservação urbana que seguia diretrizes políticas e que incidiram diretamente na valorização cultural da sua imagem.

Em 2013, com a dissertação *A história e a memória de um modo de habitar. Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013*, Isabela Menegazzo Santos de Andrade estuda a tipologia, a arquitetura e o modo de habitar em uma das edificações mais simbólicas da cidade, uma residência projetada por Libeskind. A autora e também arquiteta se

propõe entender como um lugar vem sendo alterado e modificado ao longo do tempo e, em particular, como uma determinada casa pode trazer informações importantes sobre a memória e a história de um modo de habitar. [...] O estudo se refere à sua arquitetura moderna e estilo, bem como aos modos de morar e viver este espaço, o qual, a partir de 1952, data do início de sua construção, foi culturalmente instituído como “casa moderna”. (Andrade, 2013, p. 10).

Dividida em três capítulos, o estudo parte da materialidade (construção) da casa, perpassa conceitos e teorias para finalizar no uso, no significado da habitação e seu simbolismo para um grupo social.

Luciano Oliveira Silva traz, em sua dissertação de mestrado, um relato sobre Goiânia na década de 1940, abordando os fatos e acontecimentos cotidianos conforme relatado pelos veículos de imprensa da época. A escolha foi por duas fontes contrastantes, uma de cunho e característica mais erudita e outra popular, que se dirigia à população em geral. Com o título *Utopia e realismo: a construção narrativa sobre Goiânia na década de 1940*, o texto de Luciano mostra a diferença entre a utopia da nova capital e a realidade que se impunha aos seus habitantes pioneiros, o sonho e a ideologia política versus greves, doenças e infraestrutura precária da implantação urbana.

Em 2016 Marcos Rossiny Leandro, com a orientação de Valdeci Rezende Borges, defende sua dissertação de mestrado intitulada *Goiânia: o chão vermelho em que todos pisam - história da cidade por meio de Eli Brasiliense e Hélio Oliveira*. O autor objetiva trazer à tona a Goiânia

da década de 1950 e analisar o cotidiano urbano tendo como fonte principal duas publicações: o livro *Chão vermelho*, escrito por Eli Brasiense, e os registros imagéticos de Hélio de Oliveira, publicados em *Eu vi Goiânia crescer*. Com a pesquisa Marcos Leandro queria mostrar como foi a formação de Goiânia e destacar a relação entre os discursos políticos da época e seu resultado mais pungente, a mudança definitiva da capital em 1937 enfocando a vida cotidiana do cidadão goiano deste período.

No ano seguinte, abrangendo a região da grande Goiânia, a cidade de Aparecida de Goiânia é objeto de estudo na dissertação *Aparecida de Goiânia 1963-2010: a consolidação de uma cidade de fronteira*, de Genivaldo da Silva Santos, orientado por Alberto Baena Zapatero. Partindo da análise da centralidade de Aparecida na região metropolitana e finalizando com o Plano Diretor e suas políticas de zoneamento, o historiador analisa aspectos políticos, econômicos e sociais que “especializados, contribuíram para um estudo exploratório da interferência, ou não, do poder público como agente histórico na configuração do espaço urbano.” A pesquisa visa a detectar no município de Aparecida de Goiânia, no período entre 1963 e 2010, os efeitos do rápido processo de conurbação com a capital e as consequências do mesmo na produção de sua estrutura urbana.

Através das fotografias da cidade de Goiânia nos seus anos iniciais, feitas por Hélio de Oliveira, Adriano Carlos de Almeida sob orientação de Sônia Maria de Magalhães, analisa como se constituiu a representação fotográfica de Hélio de Oliveira sobre a cidade de Goiânia, durante as décadas de 1950 e 1960, e busca identificar e interpretar a iconografia de seus registros. Com o título *Uma interpretação da história visual de Goiânia: os registros fotográficos de Hélio de Oliveira (1950-1970)*, a coletânea de imagens apresentada retrata tanto a constituição física

do espaço através de seus edifícios, praças e ruas, quanto a sua população e seu modo de vida. Adriano faz uma belíssima leitura da constituição da nova capital e de como o fotógrafo captou a essência da modernidade proposta para a época.

Leandro Davi Guimarães apresentou sua pesquisa sobre a capital do Estado, *Goiânia, a ‘cidade desplanejada’ do oeste (1950/1980): reflexões sobre a capital goiana nos aportes da coleção Ewald Janssen*, em 2019. Com a orientação de Libertad Borges Bittencourt, o trabalho examina o desenvolvimento urbano de Goiânia entre as décadas de 1950 e 1980 e seus efeitos socioculturais percebidos até meados da década de 1990, sobretudo pela perspectiva dos traçados urbanos. As principais fontes de pesquisa são documentais, decretos e leis de parcelamento e ocupação e documentos do acervo particular de Ewald Janssen, engenheiro topógrafo que atuou na cidade neste período. Tal análise busca compreender a atual configuração espacial urbana, buscando seus elementos de modernidade, processos ideológicos e mercadológicos que atuam na materialização urbana.

Centrado no desenvolvimento urbano da cidade de Anápolis, o recorte temporal é de três décadas, 1930 a 1960, entre a construção de Goiânia e a de Brasília. Murillo Oliveira Soares, na dissertação *Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)*, busca

entender como o processo de modernização foi reconfigurando o espaço urbano da cidade e como o ideal de modernidade foi definindo o imaginário social da cidade, além das influências que Goiânia e Brasília empreenderam ao ideal de moderno. A urbanização e a construção de obras arquitetônicas são caminho para traçar como os mais variados setores da sociedade anapolina fizeram da cidade um espaço de rupturas e continuações da história. [...] o trabalho foca na história urbana como um espaço de compreensão da cidade como um local vivo, de formas e desejos dos agentes que ali viviam. O processo

de alteração urbana em busca de uma cidade moderna envolveu diversos fatores internos e externos, o que contribuiu para a compreensão da experiência temporal dessa sociedade. (Soares, 2019, p. 8).

Em 2019, o prof. Luiz Sérgio Duarte da Silva orientou a dissertação de mestrado de Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes, *Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)*. Com um recorte temporal limitado (cinco anos apenas) a pesquisa resgata partes “invisíveis” da construção urbana, bairros marginalizados pela ocupação não planejada, não determinada pela legalidade e pela especulação imobiliária. Segundo o autor,

a intenção geral se articulou em interpretar, a partir da corrente da espoliação urbana como foram construídos o “problema da habitação” e sua consequente pauperização absoluta e espoliação urbana advindas do fenômeno urbano da autoconstrução da moradia precária em ocupações urbanas no capitalismo periférico e dependente brasileiro. (Gomes, 2019, p. 10).

Como fontes para este trabalho foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas com os habitantes locais, pesquisa em jornais comunitários e documentos públicos oficiais da Prefeitura de Goiânia.

Seguindo o levantamento das pesquisas realizadas no PPGH, temos arquitetura e urbanismo como assunto de estudo e análise também nas teses de doutorado do programa.

Com orientação de Luiz Sérgio Duarte da Silva, em 2010 Wilton de Araujo Medeiros defendeu sua tese de doutorado sobre a cidade de Goiânia. A pesquisa *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar* traz já no título uma indicação da sua organização teórica, sua subdivisão. Explica o autor que

futuros, de elaborações, de conceitos. Em a *Vigília*, temos uma cidade-fronteira, cujos personagens têm, em sua maioria, um olhar deslocado para o exterior da cidade que se constitui em ermos, esparsa como manchas de óleo. Em o *Despertar*, discute-se uma cidade-pensada, na qual seus

personagens procuram elaborá-la em seus próprios termos. (Medeiros, 2010, p. 9).

Estes três momentos abrangem o recorte temporal de cinco décadas, de 1933 a 1973, da fundação à consolidação da capital como uma cidade moderna.

A tese de Jales Guedes Coelho Mendonça, *O outro lado da mudança da capital de Goiás*, foi orientada por Noé Freire Sandes e tinha por escopo analisar a transferência da capital goiana, focando no processo de escolha do local de implantação. Para justificar a escolha do sítio o autor passa pela formação dos partidos políticos da época, destrincha os interesses políticos e econômicos em disputa, trilhando o percurso da proposta de mudança na Constituinte Estadual de 1935 e na Assembleia Legislativa em 1936.

Goiânia, a metrópole periférica: fantasmagoria, experiências e viveres urbanos – Real Conquista e Jardins Madri traz já indicado no título o seu objeto de estudo, a região periférica da cidade de Goiânia composta pelo Jardins Madri e pelo Real Conquista. Próximas e contrastantes, a região sudoeste da capital evidencia a dinâmica de metropolização de Goiânia e convida a uma leitura crítica desse processo. Rodrigo de Oliveira Soares faz exatamente isso, com a orientação de Marcos Antônio de Menezes, busca compreender como a metrópole goianiense se constrói e se desenvolve no século XXI. “Para os mais pobres, a periferia é a única forma de pertencer à metrópole e, para os grupos mais elitizados, é uma maneira de se afastar do caos da metrópole incompleta.” (Soares, 2015, p,7)

A escola de artes e arquitetura tornou-se objeto da tese de doutorado de Fabiola Arantes de Moraes, orientada por Márcio Pizarro Noronha, *Lugares do desenho na história sintomal da Escola de Artes e Arquitetura* (UCG), transformações disciplinares e institucionais e a arte como recalque. A autora “defende a existência de um curso de Artes Visuais no

subsolo da Escola de Artes e Arquitetura, e explora a ideia de ter havido uma operação de recalque desse conteúdo, que retorna à superfície em forma de sintomas”.(Moraes, 2017, p.10) No texto são explorados aspectos históricos, psíquicos e espaciais, englobando, como não podia deixar de ser, aspectos da arquitetura do edifício e sua organização espacial e a forma como este reflete o “invisível” curso de artes visuais.

Considerações finais

Percebe-se que no PPGH/UFG ainda são em pequena quantidade os trabalhos de pesquisa direcionados ao campo da arquitetura e do urbanismo, especialmente da arquitetura do edifício isolado. Por ser mais abrangente e perceptivelmente mais interrelacionada a outras áreas, predominam as abordagens com análises urbanas e suas conexões com outras esferas de estudo (sociologia, antropologia, saúde etc.). As análises dos espaços edificados, na minha percepção, são mais dependentes de um conhecimento maior da arquitetura em si e são, por isso mesmo, menos frequentes. Em proporção ao quantitativo geral de dissertações e teses, a área da historiografia da arquitetura evidencia uma lacuna, uma falta de teóricos arquitetos-historiadores.

A respeito das lacunas existentes na historiografia da arquitetura, Rodrigo Almeida Bastos diz que

precisamos aliar pesquisadores de outras áreas, como a história, a geografia, as belas-artes, a literatura, a filosofia etc. [...] Precisamos alimentar constantemente o corpo de pesquisadores em história da arquitetura, a serem estimulados desde a graduação. Quanto melhor conhecermos nosso patrimônio e seus processos de formação, melhores serão, indiscutivelmente, os projetos sobre eles investidos. Precisamos defender uma posição consistente sobre a importância da história na formação de um arquiteto que queremos mais preparado, sobretudo para refletir sobre a importância coletiva dos desígnios latentes em sua atuação. Aqui, a meu ver, a maior contribuição a ser proporcionada pelo estudo da

história: a formação de homens e mulheres preparados para repensar e renovar, no mais abrangente sentido dos termos, a cultura ambiental humana. (Bastos, 2004, p. 58).

Embora essa situação em parte possa ser justificada ao se dizer que a história não é área específica da arquitetura (ou vice-versa) e que existem no Estado de Goiás outros programas voltados à pós-graduação na área da arquitetura e urbanismo, ainda assim essa realidade demonstra clara necessidade de mais profissionais dispostos e preparados a trabalhar a teoria e análise histórica da arquitetura. Claro, esses profissionais podem ser tanto historiadores quanto arquitetos urbanistas, sociólogos, antropólogos... Enfim, o edifício e o espaço urbano estão presentes e dizem respeito a todos nós.

As pesquisas aqui listadas tratam, em sua maioria, de urbanismo e questões voltadas ou relacionadas à formação do espaço urbano, às vezes apenas tangenciando a área da arquitetura e do desenvolvimento urbano. Poucos arquitetos se aventuram na área da história da arquitetura enquanto análise crítica e teórica do espaço construído. É “confortável” permanecer no programa da história descritiva, técnica, materialista. Aprofundando esta reflexão, isto pode evidenciar uma falha na formação do profissional de arquitetura enquanto crítico de si mesmo e de seus pares.

Nosso país é ainda jovem em termos de desenvolvimento e produção intelectual em geral. Nossa história é curta, pouco mais de 500 anos, em comparação ao tempo de existência das nações europeias, por exemplo. Dentro deste panorama, ainda mais jovem se apresenta o nosso Estado e, nele, a nossa capital. Este pouco tempo de existência talvez nos engane, transmitindo a falsa impressão de que já exploramos todas as facetas da história local, ou, ao menos, as partes mais importantes dessa história. Nada poderia estar mais longe da realidade.

Quanto mais recente for o período estudado, quanto mais frescos na memória coletiva estiverem os fatos, mais sujeitos estarão a revisões e mudanças de percepção sobre os eventos em questão.

O tempo nos mostra que é imprescindível revisitarmos nossas opiniões e nosso passado. Em aparente contraste com a premissa de que história é passado, novos documentos “surgem” ou são agregados, novas teorias e interrelações vão sendo desenvolvidas e com isso as abordagens mudam, a história é atualizada.

Referências

- ALMEIDA, Adriano Carlos de. **Uma interpretação da história visual de Goiânia: os registros fotográficos de Hélio de Oliveira (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2018.
- ANDRADE, Isabela Menegazzo Santos de. **A história e a memória de um modo de habitar**. Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.
- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Cidades e identidades de fronteira (um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2003.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. Lacunas da historiografia da arquitetura desenvolvida no Brasil no século XVIII. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 51-59, 2004.
- BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de. História e historiografia da arquitetura e da cidade. **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre**, 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s42-00-castro-a-mello-j.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

- COELHO, Gustavo Neiva. **Formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1997.
- FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1999.
- GOMES, Lucius Fabius Ben Jah Jacob. **Uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2019.
- GUIMARÃES, Leandro Davi. **Goiânia, a ‘cidade desplanejada’ do oeste (1950/1980): reflexões sobre a capital goiana nos aportes da coleção Ewald Janssen**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2019.
- LEANDRO, Marcos Rossiny. **Goiânia: o chão vermelho em que todos pisam - história da cidade por meio de Eli Brasiliense e Hélio Oliveira**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2016.
- LEÃO, Natália Munaro de. Vitruvius: a escrita de um arquiteto antigo – século I a.C. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/article/download/27055/17527>. Acesso em: 25 janeiro 2022.
- LIRA, Jose Tavares Correia. **Arquitetura, historiografia e história operativa nos anos 1960**. FAU-USP, São Paulo – SP. 2010. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/052-1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- LUZ, Giovana Emos da. **Goyaz, entre a forma e a função urbana: um estudo sobre a imagem da cidade no século XIX (1845-1880)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2012.
- MEDEIROS, Wilton de Araujo. **Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2010.
- MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **O outro lado da mudança da capital de Goiás**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2012.

MORAIS, Fabíola A. **Lugares do desenho na história sintomal da Escola de Artes e Arquitetura (UCG), transformações disciplinares e institucionais e a arte como recalque**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.

PEREIRA, Margareth da Silva; LIRA, José. Historiografia da arquitetura: métodos, objetos e narrativas. **I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-786-1-SP.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, Genivaldo da Silva. **Aparecida de Goiânia 1963-2010: a consolidação de uma cidade de fronteira**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.

SILVA, Luciano Oliveira. **Utopia e realismo: a construção narrativa sobre Goiânia na década de 1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2014.

SOARES, Murillo Oliveira. **Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2019.

SOARES, Rodrigo de Oliveira. **Goiânia, a metrópole periférica: fantasmagoria, experiências e viveres urbanos** – Real Conquista e Jardins Madri. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2015.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2010.

TITO, Keith Valéria. **Memória e identidade de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2008.

“PROVINCIANISMO”: O EFEITO DA DECADÊNCIA DO SÉCULO XVIII NA SOCIEDADE GOIANA DO SÉCULO XX

*Augustus Luiz de Souza Barbosa*¹

Em minha trajetória de conclusão do doutorado em História pela UFG me foi ofertada uma disciplina que rememorou as aulas de análises de textos da graduação, quando eu e meus pares, alunos de pós-graduação, fizemos o exercício de analisar dissertações de ulteriores historiadores e as obras que resultaram de suas pesquisas no programa de pós-graduação em História (PPGH).

Da forma como fora elaborado do título passamos ao prefácio, sumário, notas de rodapé, objeto, objetivos, arranjo teórico etc., procurando saber o que melhor poderia ter sido feito com o mesmo material e, naturalmente, o que devemos evitar repetir em nossas próprias produções acadêmicas. Ao final das avaliações tivemos a percepção de que, com uma ou outra peculiaridade, todas conseguiram concluir bem seus objetivos, cumprindo as propostas em suas introduções.

Ao passo que encerrávamos as análises era impossível não trazer nossos próprios trabalhos em adjacência. Em alguns desses trabalhos me incomodou o uso do termo “provinciano” para Goiás no século XX.

O assombro da decadência do século XVII no século XX

Para o leitor entender o meu incômodo deverei apresentar o que absorvi de minha pesquisa em meu mestrado (Barbosa, 2017). Meu

¹ É graduado (2014) e Mestre (2017) pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é doutorando em História pela mesma instituição. E-mail: sinteseprodutora@hotmail.com

objeto de pesquisa foi, e ainda é em meu doutorado, a Decadência na Capitania de Goiás, onde procuro trazer luz a uma documentação que corrobore com a existência de uma dinâmica econômica interna que não tenha dependência exclusiva das benesses da exploração do ouro. Foi historicamente construído um marco inicial para a Decadência, que se deu quando a arrecadação do Quinto do Ouro começou a diminuir, constante e gradativamente, até ser irrisória a sua participação na composição do erário público.

A queda desse imposto sugeria uma queda na produção e, por sua vez, faria decair o comércio, a lavoura, a pecuária, a aquisição de escravos, enfim, em tudo o que era necessário para atender a realização da mineração como ela também definhava. Procurei entender esse processo em minha pesquisa de mestrado e dela percebi que a Decadência não é algo que domina e perpassa a toda uma sociedade, um estado geral das coisas, mas é própria da administração: usam o termo “decadência” substituindo o que seria, ao meu entender, “crise”.

Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o termo surgia quando alguma das pernas do tripé econômico da colônia ia mal, ou em risco de ficar mal: diminuição no achado de novas minas de ouro, falta de escravizados para o trabalho nelas e o desvio e/ou o não pagamento de impostos. Havia várias “decadências” e não uma só. Chego a arriscar que o uso recorrente da palavra “decadência” nos relatórios oficiais recebeu uma abordagem suficientemente positivista por parte dos historiadores, que deram exagerada importância ao termo, mas ainda necessito de mais pesquisas.

Um detalhe importante: esses historiadores não puderam se debruçar sobre os mesmos documentos que hoje passo horas em análise. Havia muita contaminação por inseticidas como BHC e Audrin 40, por exemplo. Enfim, dessa abordagem documental do século XVIII criou-se

um marco temporal para a História de Goiás, que foi percebida de forma continuada durante o século XIX através das abordagens contidas nos relatos de viajantes naturalistas europeus e, por fim, de forma matreira, aproveitada pela classe política do Estado desejosa de mudanças estruturais: o antigo é decadente; o novo é moderno.

De uma história criada a partir de relatórios de políticos, passando por uma história realçada por relatórios de viajantes europeus, chegamos ao século XX com uma história que olha para esse passado e enxerga apenas administradores incompetentes do século XVIII e um “povo não industrioso” no século XIX, em uma terra isolada do resto do mundo e, por isso, atrasada, não sabedora das vantagens da industrialização. Um estado que se vê às voltas com o coronelismo remanescente da Primeira República e de políticos desejosos de ações estado-novistas que mudassem esse passado de “decadência e atraso”: Goiânia.

A ereção da novíssima capital que representasse um sentimento que a modernidade estava próxima de realizar-se em Goiás. Um desejo antigo já destacado por autoridades políticas do século XIX, como Couto Magalhães. Como dizia, durante o andamento da disciplina “Os caminhos teórico-metodológicos da produção historiográfica sobre Goiás” um termo me chamou a atenção pela sua recorrência: provinciano.

Das dissertações apresentadas para análise percebi a vontade de ressaltar o provincianismo em Goiás e como estava entranhado no cotidiano dos cidadãos goianos. Ora, não é difícil escutar pessoas de outros Estados da Federação pensarem que Goiânia é a histórica cidade de Goiás (antiga Vila Boa) ou que Goiânia é uma cidadezinha no centro de um amontoado de fazendas. Entre risos explicamos, mas é inevitável certo desconforto da correção.

Peço desculpas antecipadamente aos autores das dissertações de onde retirei os excertos que serão postos à crítica, pois este pequeno

capítulo é fruto de um incômodo e não de uma banca de pós-graduação. Os trabalhos abordados tiveram aprovação de nossos pares e não sou eu que os colocarei em *xeque* por um detalhe semântico. Este capítulo expressa minha opinião, opinião de que, de forma mais geral, já é sem tempo que “as coisas de Goiás” são tratadas a partir de um revisionismo a-documental. Um relativismo permissivo que deixam as especificidades da História de Goiás pairando na consciência dos leitores, aceitando o que já está descrito na falta de algo melhor para se pôr no lugar.

Depois do desabafo passo para as afirmações sobre Goiânia ser ou ter ares provincianos, mesmo sendo, até hoje, um paradigma da modernidade. Não escrevo me pensando defensor da Goiânia na vanguarda do progresso, mas, também, não foi do meu gosto a diminuição da sua representatividade.

A observação de Goiânia dentro de um arcabouço crítico, por meio de argumentos frágeis, aconteceu de forma muito natural, pois essa dinâmica foi realizada na construção da História de Goiás quando, despretensiosamente, a partir da identificação de termos iguais em documentos diferentes, e depois de uma simples conferência, percebi grandes diferenças numerais e de escrita². Desta forma, para mim, antes da valorização de uma afirmação sobre Goiás, ou Goiânia, há necessidade de balizas mais bem estabelecidas e críveis. Não é confortável ver a construção das histórias de ambas de forma superficial e/ou ancoradas na literatura, ou em um arranjo conceitual. Falta um detalhe tanto para uma quanto a outra: documentação. Mas essa discussão é para outro momento. Vou me ater às observações.

² Descobrimos que Revista na do Instituto Histórico e Geográfico – IHGB, Tomo 84 de 1918, para apresentar Subsídios para a história da capitania de Goiás, onde vinha transcrito “12 pretos decadentes”, no documento original, AHU Doc. 2083, cx. 34, era “12 ̶ pretos decadentes”, cujo símbolo ̶ significava “mil”: 12 mil pretos decadentes.

Iniciei uma breve pesquisa não pelo sinônimo de *provinciano*, mas pelo antônimo, e o que encontrei me deixou perguntando: o antônimo do antônimo é meu sinônimo? O *provinciano* não é inteligente, nem sereno, ou engenhoso, ou prático, ou malicioso, ou experiente, ou espertalhão, ou equilibrado, ou perspicaz, ou hábil, ou gracioso etc.?³

Quando se conceitua Goiânia como uma cidade provinciana desde sua construção, na década de 1930 até começo da década de 1960, com a construção de Brasília, me faz pensar que essa ação decorre de quem não tem apego ao lugar. Nas palavras de Francisco Bosco⁴, adota-se uma perspectiva que do centro que se emana todo o comportamento correto, ou seja, a construção de Brasília traria características metropolitanas, como novas técnicas de construção, por exemplo, mas não deixa de ser um modo provinciano de se pensar, pois incorre num localismo às avessas.

Enxergar Goiânia como uma cidade que tem características interioranas, metropolitanas e pós-modernas é salutar. Durante o crescimento das cidades é natural vê-las se desenvolvendo, percebendo os contrastes de mudanças que se fazem vagarosamente, mas de modo constante, nem sempre importantes, mas, enfim, mudanças. O que me desconforta é chamar os primeiros anos de desenvolvimento de uma cidade, no século XIX, de *provincianos*.

Eliézer dos Santos Oliveira⁵, em sua dissertação de mestrado, usou a definição de *provincianas* para as coisas que mantêm vinculação com o mundo tradicional.

³ Disponível em: <https://www.antonimos.com.br/provinciano/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

⁴ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/ser-provinciano-e/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

⁵ Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2006). Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (1999) e graduação em História também pela Universidade Federal de Goiás (1996). Atualmente, é professor efetivo do curso de História e do Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis). Realizou o estágio pós-

Em termos categoriais, esta análise sobre Goiânia de 1933-1960 está relacionada com o conceito de tradição. Dizer que a cidade, nesse período, tinha caracterizações dominantes – embora não exclusivas – provincianas é reconhecer a sua vinculação com o mundo tradicional. (Oliveira, 1999, p. 63).

Concordo com a definição, mas não com o sinônimo quando submete Goiânia ao que é atrasado, rústico e pouco evoluído. Este capítulo não é sobre o que foi feito por historiadores, e muito menos uma análise pormenorizada, pois como disse, são trabalhos aprovados e uns até se tornaram livros, mas o conceito de “mudar conservando” ronda a historiografia goiana e o trabalho do professor Eliézer tem um pouco disso.

Que ao mesmo tempo em que observa que “ao lado da cidade planejada havia uma cidade centenária” bela (Campinas), que foi o principal centro comercial dentre as duas por 30 anos, também coloca Campinas como lugar de atraso urbano e social. Que havia “relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas” entre Goiânia e Campinas, como disputas acirradas no esporte, por exemplo, como se esses acontecimentos não encontrassem similaridade em uma cidade como São Paulo capital. Que “havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade” ao lado de novíssimas edificações Art déco, como se na reforma da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX não houvesse um convívio semelhante de prédios novos com os cortiços do período imperial.

Enfim, que “havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60”; e daí me salta a pergunta:

doutoral no Programa de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). O campo de atuação abrange uma interface entre História e Sociologia, abordando os seguintes temas: estética da catástrofe, história cultural, sociologia da valentia, saberes e expressões culturais do cerrado, teoria da história.

o que estavam esperando de Goiânia? Que fosse erigida ao mesmo tempo que se preenchesse de indivíduos não colonizados da Europa para ocupar vagas na administração e se instalarem em suas planejadas habitações? As ações de governos com relação à infraestrutura é decorrência de demandas: não se faz pontes de concreto para passar apenas carroças de milho. Não vão implementar um sistema de água e esgoto enquanto as cisternas e fossas atenderem suficientemente. Não se pode chamar de provincianas pessoas cujo tempo não foi suficiente para mudarem ações norteadas por outras culturalmente estabelecidas ao longo de décadas.

Ora, Goiânia teve seu papel no arcabouço de mudanças que era esperado não só para Goiás! O Brasil vislumbrava um novo rearranjo político social e econômico pós Revolução de 1930 e Goiânia era consequência dessa dinâmica. Não é só em Goiás que uma capital está cercada de cidades menores com grau de desenvolvimento menor. É uma realidade do país! O que há de provinciano nisso? A mentalidade?

haver uma “obsessão de grande parte dos intelectuais brasileiros pelo ‘dernier cri’ europeu ou norte-americano”, e lamenta que “sentindo-se ‘atrasados’, os brasileiros se esforçam por se livrar do passado, de modo a alcançar o tempo presente”. (Luz, 2014, p.45).

Eliézer colocou que a permanência da tradição na memória coletiva tem o objetivo de dar uma “continuidade natural de existência” aos que lidam com as mudanças, como se essa proximidade deixasse a cidade mais longe da modernidade. Correto, mas isso não é exclusividade de Goiás! A tradição não é salvaguarda do que pode desaparecer com a modernização. Deixar de criar porcos com restos de alimentos visando ao abatimento de animais mais saudáveis, criados com rações e silagem, não interfere na forma tradicional de criá-los, presos dentro de

chiqueiros e/ou varas, e muito menos podemos considerar o modo de cria como arcaico⁶.

A mudança dos nomes das cidades do interior de Goiás foi percebida como uma aproximação aos valores cosmopolitas na intenção de afastá-las dos valores rurais. Sinceramente, tal como os porcos acima citados, substituir nomes que faziam referências a santos, por exemplo, Vila de Sant'Anna das Antas para cidade de Anápolis, em 1907⁷, não fez Anápolis deixar de ser o que era. Goiânia veio para ser completamente diferente de tudo que os goianos conheciam: mudar a política alicerçadas em oligarquias e a arquitetura colonial portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro (Coelho, 1997).

O nascimento de uma nova cidade por decreto da própria sobre si, caso de Anápolis, traria investidores ou deixaria seus moradores mais felizes pelo novo domicílio? Para os moradores, decerto. O cidadão acompanha a modernidade sobreposta ao que conhecia anteriormente? Sim! Mas demora! Um exemplo é a dissertação sobre a História do Rádio em Goiás (1942-1947), onde Edmilson Ferreira Marques (2009) afirma que o desenvolvimento de sociedades industriais proporcionou um avanço tecnológico no âmbito da comunicação, mas cada sociedade lida com ela de modo diverso, até porque o poder material e econômico interferia no modo como se daria a instalação das mesmas. Mas demora!

O acesso de classes subalternas ao rádio se deu após da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, só uma pequena parcela da sociedade

⁶ Aliás, as formas mais arcaicas de produção de alimentos, como queijos e vinhos ainda seguem o formato tradicional, mas não mais antiquado e, somos testemunhas de quão caras essas mercadorias ficam com a utilização dessas técnicas. O moderno soa tóxico, a superprodução exige utilização de agrodefensivos cada vez mais eficientes e baratos, o que se desdobra na contaminação de pessoas, animais e mananciais.

⁷ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1poli>. Acesso em: 7 ago. 2022.

tinha acesso a ele e Goiás acompanha essa demanda nacional. A partir de 1930, em todo o país, há anseios de expansão do sistema capitalista e a construção de Goiânia satisfazia a vontade de se criar centros urbanos industriais (Bernardes, 1989, p. 30). A cidade de Anápolis, citada há pouco, segundo Edmilson Ferreira Marques (2009), foi a segunda no Estado a ter um sistema de alto-falantes na década de 1930 e a primeira a formar uma “sociedade anônima por meio de ações” para a criação de uma rádio emissora na cidade de Anápolis”, em 1936, que se tornaria, em 1942, a ainda clandestina, Amplificadora Cultural de Anápolis. É um processo lento.

Onde quero chegar com o exemplo de Anápolis? É afirmar que a existência de Goiânia não foi predominante nem para a mudança do nome da Vila de Sant’Anna das Antas, acontecido em 1907⁸, e nem como estímulo para os cidadãos de Anápolis se atentarem para a tecnologia do rádio.

O interior se moveu primeiro, pois já eram sociedades estabelecidas, mas na capital se movimentaram mais rapidamente levando-se em conta uma sociedade que vinha se estabelecendo há pouco mais de 25 anos. As ações da sociedade anapolina e goiana condizentes ao rádio não devem ser chamadas de provincianas por não estarem em contato intenso com a tecnologia (e arte moderna) que resultaram em novas formas de moradia e transportes de massa.

Em outra parte de sua pesquisa, o professor Eliezer escreve sobre os indivíduos que, para compensar suas perdas de personalidade deveriam realçar o comportamento: ser excêntrico!

⁸ Já contando com autonomia administrativa e base territorial, a Vila de Santana das Antas foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei 320, de 31 de julho de 1907, assinado pelo então presidente do Estado de Goiás, Miguel da Rocha Lima, passando a ser denominada de Anápolis (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1polis>. Acesso em: 7 ago. 2022).

Já na metrópole, ser excêntrico é a regra. A moda substitui o costume como forma de orientação das condutas. O exemplo da nova situação em Goiânia é a personagem Bira, que andava pelas ruas da cidade [...] Com certeza, o modo de vestir de parte da juventude goianiense, nos anos 60 e 70, recebia olhares de reprovação de grande parte da população, mas não eram suficientes, como no relato anterior, para impedir esse estilo de se vestir. (Oliveira, 1999, p. 91).

Goiânia nos seus primórdios, cidade pequena que era, teria seus indivíduos se comportando como provincianos por reproduzirem um padrão comportamental não extravagante de forma a evitar o repúdio da sociedade. Alguém que olha para o passado com o olhar crítico do presente, traz consigo a característica do provinciano: atribuir um valor menor ao outro e dar valor maior a si. Em outras palavras, nomear pessoas do passado como provincianas é uma atitude provinciana.

Na metrópole ser excêntrico devia ser a regra. A moda substituiria o costume na orientação das condutas. Graças ao “intensivão” proporcionado nas aulas fomos informados que excentricidade não é exclusividade da capital/metrópole. Na cidade de Goiás, 30 anos depois de destituída do posto de capital do Estado, um exemplo do que é firmar sua personalidade e ser excêntrica ao mesmo tempo, como Altair Camargo de Passos no estudo de Paulo Brito do Prado (2014).

Realizamos um rápido balanço da história das mulheres em Goiás, tentando identificá-las como guardiãs de tradições/memória [...] Entendemos esta agência e esta função de guardiã como táticas para justificar seu caráter histórico e problematizar sua condição de silêncio na história local, vez que Altair (realizou) amplo agenciamento político e cultural na cidade [...] por ser filha da aristocracia local e atuante no cenário cultural vilaboense (Prado, 2014, p. 17).

Ela se comportou como guardiã de tradições/memórias e agente do sistema de produção e preservação dos bens simbólicos em Goiás. Uma resistência à fabricação do estigma de atraso que foi atribuído à cidade

de Goiás promovido pela oligarquia derrotada pela na Revolução de 1930. Nos anos que se seguiram após a mudança da capital para Goiânia, ao mesmo tempo que não se portou como a costureira mulher restrita ao ambiente doméstico e religioso, também não deixou de ser a guardiã da memória e das tradições (cf. Bourdieu, 2012): excêntrica!

Altair estudou para ser professora aos 17 anos e aos 22 já ocupava, mesmo com questionamentos, como escriturária dos Correios, e em 1962 ajudou a fundar o jornal *O Lar*. Era um jornal aos moldes da sociedade patriarcal da República Velha, mas a peculiaridade do jornal ser criado por mulheres e onde mulheres escreviam para outras mulheres, afastadas do que era ditado pelo moralismo masculino, já soa excêntrica o bastante. Altair se tornou. Em 1930 ficou reconhecida como a primeira mulher em Goiás a dirigir um automóvel e adquiriu o direito de votar em 1934, o que muito contrastava com os costumes da época. Até transgressora, por participar de concurso de beleza e viajar sozinha a passeio pelo Rio de Janeiro antes de se casar.

Nossa ela ia, e não foi só uma vez não, foi várias vezes. Uma vez ela ficou seis meses lá [Rio de Janeiro]. Tinha. Tinha uma família amiga e a adorava [...] Não tinha negócio de acompanhar não, aproveitava às vezes a companhia de alguém e ia, de alguma família conhecida, mulher e marido que ia. Ia de trem me parece, porque nessa época que ela passou seis meses lá [Rio de Janeiro] nem Goiânia não existia, não tinha Goiânia não, pegava o trem em Araguari.⁹

Lembrando da década de 1960, outra mulher da cidade de Goiás, Suelena Seabra Guimarães dirigia um “Jeep de guerra” que lhe foi dado de presente pelo seu pai, Welington Seabra, do qual se movia para a beira dos rios, buscava seu namorado e “sassaricava pela cidade, para

⁹ Entrevista realizada por Paulo Brito do Prado com Eloah Camargo de Passos, em 9 de janeiro de 2014.

escândalo e deleite das beatas, e eu escandalizava mais ainda a cidade” (Luz 2014, p. 47).

Então, se na metrópole ser excêntrico é regra e os que não agem dessa forma se comportariam como provincianos, a cidade de Goiás não seria ocupada, apenas, por pessoas provincianas. Logicamente que o uso de um ou dois exemplos de indivíduos e suas características peculiares não serviriam para fazer frente a conceitos generalizantes, mas é um prazer poder dizer “não é bem assim”: não se pode chamar de provincianas todas as pessoas de uma sociedade sem saber das que possuem elevado grau de abstração e/ou modernidade. A modernidade é inevitável, mas confirmar sua presença por observações dicotômicas, onde o “novo” substituiria o “velho” sem perceber a permanência de elementos do “antigo” no “moderno”, dando a esses resquícios valor suficiente para categorizar uma sociedade de provinciana me incomoda.

Finalizando, um detalhe chama atenção em todos os trabalhos é a produção de uma história para Goiás usando de narrativas históricas da década de 1980 e 1990, onde há a insistência de colocar Goiás num percurso ladeira acima cuja parte alta é a modernidade. Uma decadência que atravessou Goiás Província e cessou ao final do século XX. Túlio Queiroz usou o professor Eliezer para vislumbrar as décadas de 1960 e 1970 como decisivas em um processo de modernização que faria a produção cinematográfica goiana dar seus primeiros passos, onde a cidade

[...] foi perdendo o seu caráter provinciano e adquirindo equipamentos típicos de cidades com grande massa populacional: Universidade Federal (1960), Cemitério Parque (1961), Parque Mutirama (1969), Estádio Serra Dourada (1973) e Autódromo Internacional (1974). Essas construções vieram reforçar o discurso vigente de que Goiânia é uma cidade moderna e progressista. (Oliveira, 2015, p. 85).

Ora, desses equipamentos citados, o Cemitério Parque e UFG devem ser os únicos que parecem ter ascendido antes do governo militar ditatorial iniciado em 1964 e é bom lembrar que o governo ditatorial tinha esses equipamentos em outra conta que não modernizar a cidade: explorar o espetáculo do esporte e do lazer de forma política, para desviar atenção da população da importância de se pensar o Brasil no contexto que vivia. Sinceramente, a modernidade está mais no desafio da construção dos monumentos que na transformação das pessoas. Pensando bem, até hoje encontramos os aficionados pelo futebol; aqueles dos radinhos nas orelhas, que perguntados sobre as épocas citadas e da perseguição ideológica diziam: “era só a gente não se envolver com política que estava tudo bem”...

E que modernidade estamos? Só do cenário musical mais famoso, a Música Sertaneja, ter seu sucesso na tragédia emocional de relacionamentos inseguros demonstra que da interação de Goiânia com o interior, o que mais influi é a cultura do interior. Somos provincianos ainda?

Em outro trabalho foi abordada a história do rádio em Goiás e em uma entrevista, um radialista reconhecido por ser referência na instalação desse meio de comunicação inovador, Sílvio Medeiros, pasmem, nomeou Goiânia, na década de 1950, como provinciana para absorver propagandas radiodifundidas:

O jornalista era de cama e mesa. Fazia todo o noticiário. Porque não tinha especialização. E nem se podia pensar nisso, numa cidade provinciana e interiorana como Goiânia, que estava ensaiando seus primeiros passos e que tinha apenas um jornal diário, e uma estação de rádio: Folha de Goiaz e Rádio Clube, e O Popular, como jornal semanal. (Prado, 2014, p. 196).

O entrevistado que nomeia Goiânia como provinciana é o mesmo que, perguntado sobre o trabalho, responde:

O rádio, bicho, era um veículo violento. Pra você entrar, como um segundo é valorizado na televisão, naquele tempo era o rádio. Pra você arrumar cinco minutos ali. Eu tinha uma crônica diária no vai e vem na vida. Tinha peça de teatro, e tinha duas três horas de programa de auditório. Programa de calouro, apareceu muita gente, programa do degrau da fama. Então, eu fiz história nesse trem aí. (Prado, 2014, p. 197).

Fazer história no rádio de uma cidade provinciana não seria inteligente de se falar em uma entrevista. Sugere diminuição dos próprios feitos e desvalorização da própria história. Então, podemos relativizar as duas coisas, mas não juntar as duas numa mesma frase. Não dá para se dizer que fez fama num programa de rádio uma vez que essa cidade é provinciana. Nas considerações de Alexandre R. Luz (2014, p. 42), se o termo “província” compreende uma divisão territorial, o “provinciano” é aquele que permanece limitado às suas fronteiras. Então temos um provinciano falando da província em que vive, ou ele quis dizer que Goiânia é provinciana porque o Estado é uma província? Segundo Fernando Pessoa (1980), o provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela, seguindo-a inconscientemente e feliz, mas, se Sílvio Medeiros se enxergou provinciano nos anos 1950 é um sinal que teve consciência do que era e já não se sente mais como.

O que esperar para uma cidade moderna como Goiânia, hoje? Nos arredores, nos condomínios de luxo e nos bairros centrais, o leite em pó ou longa-vida tem concorrência com o que vem dos sítios situados num raio de 100 quilômetros da capital. Consumir leite “da roça” em embalagem retornáveis é uma atitude provinciana? Em Goiânia, décadas de 1960 e 1970, havia a venda de leite de porta em porta em garrafas de vidro e esse comércio era considerado provinciano. Hoje é?

Hoje ainda se compra carne de porcos criados no “sistema caipira” e, além da lista de espera de pedidos, o preço é mais que o dobro da que

é vendida por frigoríficos nos açougues. O gosto por essa carne é ato de provinciano? Comprar frango caipira, usar banha em vez de óleo, consumir feijão crioulo em vez do industrializado é atitude de quem é provinciano?

Os agrodefensivos modernos estão causando alergias modernas, as superproduções de alimentos estão oferecendo frutas e legumes com baixa nutrição, as carnes estão carregadas de hormônios. É moderno atacar a própria saúde? O que se pensava para modernizar a produção de alimentos de forma a torná-los mais acessíveis é menos saudável! No feijão é colocada uma pastilha para evitar caruncho. Se isso não for veneno é o quê? Então, vamos “consumir” a modernidade ou ainda fazer compras aos moldes “provincianos”? Aliás, consumir alimentos “gourmet” ou “orgânicos” está cada vez mais necessário! E caro!

A atitude moderna de cuidar da saúde, pela alimentação, por meio de ações provincianas, como ir à feira em vez do supermercado, faz olharmos para o “passado provinciano” e entender por que as pessoas “provincianas” eram mais resistentes. Para se ter consciência do próprio tempo é necessária uma consciência do passado. Pensando nos costumes que começam a gerar tradições (cf. Albuquerque Júnior, 2006) a partir da repetição, falamos que um processo histórico e social necessita ser descrito percebendo, além do que continuou, o surgimento dos novos costumes. O costume não garante a imutabilidade da identidade do sujeito. Praticar atitudes ditas provincianas não muda o lugar de observação do sujeito moderno atual. Foi criado um tempo histórico cujo passado não era mais pedagógico e o progresso passou a ser a primeira característica manifestada, mas a História, mestra da vida, é capaz de romper com generalizações (Koselleck, 2006, p.42).

Considerações finais

Por fim, a historiografia goiana faz com a História de Goiânia o que ainda faz com a História de Goiás: contar a história de um passado que deveria ter sido e nunca foi. Goiás, grande extrator de ouro, não foi rico, não floresceu, não ascendeu como Minas Gerais. Goiânia, símbolo dos desejos de modernização nunca cumpriu seu desígnio inicial. Carrega o estigma de ser ainda o berço das oligarquias, de estar sempre atrasado, como o estado de Goiás o fora na Primeira República. Nada obteve plenitude: nem a capital, nem no rádio...

Os conceitos não são entidades atemporais, mas sim enraizadas em contextos sociais e políticos que interferem em sua compreensão. Em Koselleck percebemos que a história social necessita do aparato histórico-crítico da história dos conceitos.

A conceitualização de uma realidade histórica também envolve a luta por posições políticas e sociais. Os conceitos não servem apenas para apreender os fatos determinado modo, carregam em si projetos de futuro, porém, deve-se criticar o viés racionalista da história dos conceitos que privilegia apenas os conceitos como o grau mais elevado do uso da palavra. (Mendes, 2021, p. 50).

Breno Mendes (2021) afirma que há uma dialogicidade entre passado e presente onde o passado não é visto como algo já superado, mas uma força que atua e causa efeitos diversos sobre o presente.

A população que foi vista por viajantes, exploradores e políticos do século XIX, ainda é referendada pelos seus costumes, como se os resquícios “negativos” da tradição fossem lembrados e, alguns, ainda repetidos nos dias atuais. Ao final do meu projeto de doutorado pretenderei defender a tese de que o imposto do Quinto do Ouro não deve ser usado para caracterizar uma suposta Decadência que atingiu todos os setores da sociedade goiana no século XVIII, pois o Quinto de

Goiás pouco interferia na administração da época. Outros impostos “tocavam” a Capitania! Haja decadência e provincianismo para 150 anos de história!

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Os “maus costumes” de Foucault**. Natal: UFRN, 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval>. Acesso em: ago. 2022.
- BARBOSA, Augustus Luiz de Souza. **Revisitando o velho modelo de decadência em Goiás**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.
- COELHO, Gustavo Neiva. **A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia**. Goiânia: Ed. do Autor, 1997.
- LUZ, Alexandre R. O provincianismo temporal e seus opositores: de T. S. Eliot a Antônio Cícero. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 1, p. 39–49, 2014.
- MARQUES, Edmilson Ferreira. **A história do rádio em Goiás (1942-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2009.
- MENDES, Breno. **Limiar**: estudos de teoria, metodologia e ensino de história. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.
- OLIVEIRA, Eliézer dos Santos. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1999.
- PESSOA, Fernando. Textos de crítica e de intervenção. **Notícias Ilustrado**, Lisboa, série II, n. 9, 1928. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2978>. Acesso em: ago. 2022..
- PRADO, Paulo Brito do. **“Goiás que a história guardou”**: mulheres, ditadura e cultura nos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, GO, 2014.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

Este livro é, antes de tudo, o testemunho do trabalho de pesquisadoras e pesquisadores em construção. Os capítulos foram escritos como produto final para uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Ou seja, foram escritos no meio de um processo maior de pesquisa seja de mestrado ou de doutorado. Nesse sentido, podemos considerá-los, primordialmente, como ensaios de história, representando parte do processo de amadurecimento intelectual dessas pesquisadoras e desses pesquisadores. Entretanto, considero que tais reflexões não devem ficar relegados ao esquecimento, pelo contrário, devem vir a lume, para pautar debates, pesquisas futuras e até mesmo pontuar de maneira significativa parte da trajetória dos/as autores/as que poderão analisar em perspectiva privilegiada os caminhos que percorreram na academia. Sobre os capítulos, alguns aprofundaram aspectos da pesquisa em desenvolvimento com as discussões em sala, outros abordaram temas diversos, muito diferentes das suas pesquisas. E há aqueles que se superaram ao fazer o trabalho, posto que mesmo sendo de outras áreas, como Letras e Artes Cênicas, decidiram se embrenhar pela história de Goiás. O fato é que todos(as) escreveram sobre algo que sentiram vontade, algo que os provocaram, algo que os inquietaram.

